

Universidade Federal de Juiz de Fora
Pós-Graduação em Serviço Social
Mestrado em Serviço Social

Alexandre Aranha Arbia

**CONTORNOS DE UMA PRÁXIS SINDICAL: *CURVATURA* TEÓRICA E
IDEOLÓGICA NAS CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DA CENTRAL ÚNICA DOS
TRABALHADORES**

Juiz de Fora

2010

Alexandre Aranha Arbia

Contornos de uma práxis sindical: *curvatura* teórica e ideológica nas concepções e práticas da Central Única dos Trabalhadores

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Ana Livia de Souza Coimbra

Juiz de Fora
Agosto de 2010

Alexandre Aranha Arbia

Orientadora: Prof^ª. Dra. Ana Livia de Souza Coimbra

**CONTORNOS DE UMA PRÁXIS SINDICAL: *CURVATURA* TEÓRICA E
IDEOLÓGICA NAS CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DA CENTRAL ÚNICA DOS
TRABALHADORES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Aprovado em ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Prof^ª. Dra. Ana Livia de Souza Coimbra – Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Valério Arcary – Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo

Prof^ª. Dra. Maria Rosângela Batistoni – Universidade Federal de Juiz de Fora

*Para Gracinha,
lutadora incansável pela vida.*

Agradecimentos

A minha querida amiga e orientadora, Ana Livia Coimbra, pela dedicação no acompanhamento e na revisão do trabalho, pelas clarificações teóricas e, sobretudo, pelo respeito a minha liberdade de concepção e criação.

À Rosângela Batistoni, por sua generosidade intelectual; por compartilhar não somente seus amplos conhecimentos teóricos, como suas experiências nascidas de uma rica militância no *Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo*.

Ao Valério Arcary, pela disponibilidade em participar desta banca; que, por sua postura de intelectual militante, conhece como poucos os processos que aqui tento descrever e analisar.

A todos os professores do “Programa de Mestrado em Serviço Social da UFJF”, especialmente Maria Aparecida Cassab, Cláudia Mônica dos Santos, Carina Berta Moljo e Ana Maria Costa Amoroso Lima, pelo incentivo e amizade. Ainda um agradecimento especial à Elizabeth Garcia, pela prestatividade e atenção.

À Cristina Bezerra, pela postura cordial e amiga durante estes anos, a quem devo todas as elucidações sobre o sindicalismo em Gramsci, ainda que minhas limitações e convicções tenham impedido um maior aproveitamento de suas judiciosas considerações.

Ao Álvaro Quelhas, pelas dicas e conselhos mais que pertinentes desde o processo seletivo até a elaboração deste trabalho.

Aos amigos de caminhada, discentes da turma de 2008: Alessandra, Aline, Ana Cláudia, Angelita, Débora Calais e Débora Rodrigues, Érika, Francinely, Heloísa, José Anísio, Marcos Aurélio, Rubiane, Wássila e Wesley; pelos debates que em muito enriqueceram minhas concepções.

Ao Ivan Pacheco de Castro e à Daniela Cunha Pereira, magistrados, que compreenderam a necessidade da “capacitação continuada”, possibilitando a flexibilização de horários, imprescindível a minha frequência regular no curso.

À Celeste e ao Luís, ao Euser e à Adelina, pelo apoio em Ouro Branco.

À Angélica Muniz, amiga querida, que com grande competência vem evitando a desintegração do meu Ego.

À Bete, Cassi e ao Nando, pela amizade, carinho, cuidado e presença inabaláveis.

Ao Fred e ao Archimedes, sempre.

À Danielle, por suportar as “sociologias do cotidiano” nos cafés das tardes; pelo amor, carinho e paciência durante toda a jornada; por sua dedicação incondicional.

A minha mãe, Maria das Graças Aranha – a *Gracinha* –, cuja conclusão de mais esta etapa faz um pequeno jus a toda uma vida de luta.

Começar de Novo

(Ivan Lins / Vitor Martins)

*Começar de novo e contar comigo
Vai valer a pena ter amanhecido
Ter me rebelado, ter me debatido
Ter me machucado, ter sobrevivido
Ter virado a mesa, ter me conhecido
Ter virado o barco, ter me socorrido*

*Começar de novo e contar comigo
Vai valer a pena ter amanhecido
Sem as tuas garras sempre tão seguras
Sem o teu fantasma, sem tua moldura
Sem tuas escoras, sem o teu domínio
Sem tuas esporas, sem o teu fascínio*

*Começar de novo e contar comigo
Vai valer a pena já ter te esquecido
Começar de novo...*

*Descobri que a vida é bailarina
e que nenhum ponto inerte
anula o viravoltar das coisas.
(Drummond)*

RESUMO

Para inúmeros analistas do movimento sindical, a Central Única dos Trabalhadores teria alterado sua postura ao longo dos anos: de uma prática classista, confrontacionista e de uma perspectiva socialista a um sindicalismo conciliatório, cidadão, calcado numa perspectiva social-democrata e reformista. Este trabalho filia-se à interpretação destes autores, procurando demonstrar, através da análise das resoluções dos Congressos Nacionais da CUT, que essas alterações trazem como *background* uma reorientação teórica, culminando numa postura ideológica que se reflete diretamente nas práticas sindicais. A análise se inicia pela retomada de clássicos do pensamento marxista que discutiram o movimento dos trabalhadores em suas épocas, destacando a importância da atividade sindical. Busca, neste mesmo referencial, o método justo para forjar um entendimento histórico-ontológico. Alcança as particularidades do objeto passando em sumária revista a história do “Novo Sindicalismo” e as abordagens de alguns eminentes estudiosos brasileiros. Por fim, procura demonstrar como a (aqui denominada) *curvatura* da Central se materializa nas resoluções de seus Congressos Nacionais, explicitando concepções teóricas e ideológicas que subsidiam as análises e planos de ação cutistas. A substituição dos referenciais socialistas pelos democráticos, assim como uma reorientação na compreensão estratégica do Estado, culmina numa nova postura ideológica que implica na valorização dos consensos, na alteridade, na assimilação de mediações do capital, reconvertendo os próprios objetivos finais. Definitivamente, está aberta a possibilidade de questionamento da contribuição do sindicalismo cutista para o avanço (ou retrocesso) da consciência de classe.

Palavras-chave: Central Única dos Trabalhadores; sindicalismo; sindicalismo no Brasil; consciência de classe.

ABSTRACT

For numerous analysts of the labor movement, the Central Única dos Trabalhadores would have changed their stance over the years: from a classist, confrontational practice and a socialist perspective to a conciliatory, citizen oriented trade union, based in a social democratic, reformist perspective. This work joins the interpretation of these authors and attempt to demonstrate, through analysis of the resolutions of the National Congresses of the CUT, that these changes bring a theoretical reorientation as background, culminating in an ideological stance which is reflected directly in trade union practices. The analysis begins with the revival of classical Marxist thinkers that have discussed the labor movement in their times, highlighting the importance of trade union activity. This work also search in this same framework, the fair method to forge an historical and ontological understanding. Reaches the particularities of the object passing in review the history of the "Novo Sindicalismo" and the approaches of some eminent Brazilian scholars. Finally, it explains how the (here called) *curvature* of the Central materializes in resolutions of its National Congresses, revealing the theoretical and ideological concepts that underpin the analysis and action plans of CUT. The replacement of the socialist references by the democratic ones, as well as a shift in strategic understanding of the State, result in a new ideological stance that implies in the valorization of the consensus, the otherness, the assimilation of mediations of capital by converting their own ultimate goals. Definitely the possibility is open for questioning the contribution of the CUT trade union movement for the advancement (or regression) of class consciousness.

Keywords: Central Única dos Tarabalhadores; trade union; trade union in Brazil; class consciousness.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ANAMPOS	Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCQs	Círculos de Controle de Qualidade
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CGT	Central Geral dos Trabalhadores
CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CONCLAT	Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras
CONCUT	Congresso Nacional da CUT
Conlutas	Coordenação Nacional de Lutas
CUT	Central Única dos Trabalhadores
C&T	Ciência e Tecnologia
DIEESE	Departamento Intersindical de Estudos e Estatística Sociais e Econômicas
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FS	Força Sindical.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEDI	Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
MOMSP	Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo
MR-8	Movimento Revolucionário Oito de Outubro
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PIB	Produto Interno Bruto
PLR	Participação nos Lucros e Resultados
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SDS	Social Democracia Sindical
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UNE	União Nacional dos Estudantes
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USI	União Sindical Independente

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I. SINDICALISMO EM REVISTA – EM BUSCA DE UMA COMPREENSÃO HISTÓRICO-ONTOLÓGICA.....	19
1.1. ESTRUTURA DE CLASSE – UNIDADE NA DIVERSIDADE: HOMOGENEIDADE E HETEROGENEIDADE DA CLASSE TRABALHADORA NA FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE.....	20
1.2. “SINDICATO PARA QUÊ?!”	32
1.2.1. O sindicalismo em Marx e Engels.....	33
1.2.2. O Sindicalismo à época do imperialismo – Lênin, Trotsky e Rosa Luxemburgo.....	38
1.2.3. O sindicalismo em Gramsci.....	42
1.3. O SINDICALISMO COMO PARTICULARIDADE – ELEMENTOS DE UMA ABORDAGEM ONTOLÓGICA.....	46
1.3.1. Singularidade, particularidade, universalidade – mediação e cotidiano.....	46
1.3.2. Sindicalismo como particularidade – explorações ontológicas.....	50
1.4. CONSIDERAÇÕES.....	53
CAPÍTULO II. RUMO AO OBJETO: O NOVO SINDICALISMO – SURGIMENTO E DESENVOLVIMENTO. AS TEORIZAÇÕES SIGNIFICATIVAS DE AUTORES BRASILEIROS.....	57
2.1. DO “NOVO SINDICALISMO” À AÇÃO SINDICAL CONTEMPORÂNEA NO BRASIL: ELEMENTOS DE ANÁLISE CRÍTICA.....	58
2.2. A CUT E OS CONSTRUCTOS TEÓRICOS.....	77
2.2.1. <i>Continuidades e Rupturas</i> na análise de Marco Aurélio Santana.....	80
2.2.2. <i>Institucionalização e democracia</i> nas análises de Iram Jácome Rodrigues.....	87

2.2.3. <i>Estrutura sindical e neoliberalismo</i> na crítica de Armando Boito Jr.....	95
2.2.4. <i>Socialismo versus tradeunionismo</i> : cultura e luta ideológica na análise de Leôncio Martins Rodrigues.....	101
2.2.5 Considerações.....	105

CAPÍTULO III. A CUT “PELA CUT” – A PLÁSTICA DA *CURVATURA* TEÓRICO-IDEOLÓGICA NAS RESOLUÇÕES DOS CONGRESSOS NACIONAIS.....107

3.1. POR QUE ANALISAR RESOLUÇÕES?.....	108
3.2. SOCIALISMO, CLASSISMO E DEMOCRACIA.....	111
3.3. ESTADO E GOVERNO.....	126
3.4. FORMAS DE ATUAÇÃO E POLÍTICA DE ALIANÇAS.....	141

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....154

REFERÊNCIAS.....160

INTRODUÇÃO

I

“– Amanhã quero todos aqui! A reunião começa quinze para as oito. Não quero ninguém descendo na porta para assembleia do sindicato!”. No dia seguinte, apenas alguns estagiários e dois ou três trabalhadores, além da supervisão, presentes no setor de manutenção da trefilaria. A irritação da chefia era evidente...

Eu, um moleque de dezessete anos iniciando a vida profissional nos idos de 1997, estagiário de manutenção elétrica numa usina siderúrgica. E as assembleias se sucediam na porta da fábrica. Os ônibus eram parados. Os trabalhadores desciam em massa. Que tipo de força enchia aqueles homens de coragem? O que os levava, em franca desobediência aos chefes, a descer na porta da fábrica, atrasando o início do turno? E eles desciam massivamente, conscientes, com semblantes sisudos e respeitáveis, como se tomassem nas mãos as rédeas de seus próprios destinos. Os ônibus adentravam a “área” vazios, com meia dúzia de gatos pingados.

Precisei deixar o trabalho para cursar a faculdade. Aquela impressão, contudo, jamais me abandonou. O acaso me possibilitou, alguns anos depois, iniciar investigações bastante preliminares sobre aquele fenômeno impressionante – o sindicalismo. O acaso e a iniciação científica. A vinculação ético-política do Serviço Social abriu-me a possibilidade de tomar parte em dois projetos de pesquisa e concluir a graduação com uma monografia sobre a participação sindical em Conselhos de Direito Municipais¹.

Penso que minhas posições foram se radicalizando com o passar do tempo. O exemplo daqueles operários – trabalhadores com rosto, CPF, histórias de vida, com seus defeitos e virtudes, enfim, meus colegas de trabalho – provara já no início que era necessário muita coragem. Que essa coragem só poderia ser sustentada na unidade compacta, assim como num exército espartano, onde a solidez da tropa assenta-se sobre a solidez de cada soldado e a vulnerabilidade de um pode implicar a desgraça de todos. Mas coragem não é suficiente. É necessário inteligência estratégica, senso de oportunidade. Avaliações concretas e corretas.

¹ Foram dois projetos de iniciação científica coordenados pela Prof^ª. Dra. Ana Livia de Souza Coimbra, vinculados ao Núcleo de Trabalho da UFJF: *A Participação das Organizações Classistas de Trabalhadores de Juiz de Fora nos Espaços Institucionais e Esfera Pública e Democracia: Análise das Práticas Políticas do Movimento Sindical de Trabalhadores em Juiz de Fora no Período Pós-Constituição de 88*, o primeiro (2002/2003), financiado pelo Cnpq; o segundo(2003/2004), pela própria UFJF.

Sim, é uma *guerra* de classes na qual não é possível, dada a astúcia do adversário, entrar despreparado. Este era o entendimento que se formava em minha subjetividade.

A pesquisa (a inserção acadêmica) possibilitou-me certa ampliação de consciência. Foi preciso muito estudo sistemático e esforço para atingir algum grau (incipiente, é verdade) de compreensão. Neste processo, as questões foram se impondo: dentro e fora da minha cabeça. Muita coisa havia mudado desde aquelas manhãs de 1997. Permaneço em busca da resposta: “Que espécie de força levaria alguns homens a se empenhar numa (tão árdua) luta comum?”. Por que, simplesmente, não retornam para suas casas e aceitam passivamente as agruras cotidianas? Minha (diminuta) vida científica tem sido dedicada a compreender essa questão, ora ampliando, ora reformulando as indagações. Por isto, neste trabalho, será possível observar que uma interrogação corta toda a investigação: Afinal de contas, sindicato para quê?

II

Muitas são as premissas que devem ser consideradas aqui.

A primeira delas é que os sindicatos são imprescindíveis no processo de formação da consciência de classe. Os escritos de Engels e Lênin são bastante esclarecedores quanto a isto. Tratava, entretanto, para nossa análise, de compreender seu justo lugar no processo de formação da classe, em sua passagem do *em-si* ao *para-si*.

É preciso considerar também que o objetivo *estrutural* dos trabalhadores é o socialismo. Não é possível a partir do pensamento marxista outra opinião. O antagonismo estrutural irreversível entre trabalho e capital, bem como a “natureza” revolucionária do proletariado, não pode (nem deve) ser confundido com ações conjunturais e com o complexo superestrutural da política. O caráter subversivo do proletariado é inerente, imanente, pois, se o trabalho é a gênese da condição humana, o capital é a negação desta condição: é a gênese da condição de coisa, de mercadoria.

Por outro lado, algumas elaborações teóricas têm procurado justificar uma possível “natureza” reformista do proletariado. Discordamos desta tese. Entendemos que ela confunde dois níveis de análise: o ontológico e o político. Mais a mais, como argumenta Iasi (2006), esta leitura privilegia exatamente os momentos históricos em que o proletariado confluiu com o movimento do capital, desconsiderando os inúmeros exemplos de revolta e luta intensa, quando a consciência de classe atingiu níveis elevados. Para alguns autores, o fato de as lutas

não haverem desembocado numa sociedade socialista é suficiente para justificar a natureza “reformista” do proletariado. Em outras palavras, o produto acaba por esconder o processo.

Assim, dentre as premissas a serem consideradas neste trabalho está o caráter estruturalmente subversivo, revolucionário, do proletariado – o socialismo é seu horizonte; a plena maturação da consciência de classe é atingida com a compreensão da necessidade de dissolução da sociedade de classes; não há futuro possível, no qual se efetive toda a plenitude humanizadora do trabalho, sem a extinção da propriedade privada; a abolição da sociedade de classes implica na auto-abolição do proletariado, enquanto classe; e, finalmente, embora o proletariado possa ter em determinadas conjunturas uma postura tímida e até mesmo reformista, este momento é constitutivo do complicado processo de consciência de classe².

Ora, a formação da consciência de classe não é algo linear, dado de uma vez para sempre. A consciência de classe é um processo. Ela avança, recua, acerta e vacila; abre em seu devir inúmeros caminhos não antevistos; cria e recria possibilidades e impossibilidades, contemplando internamente, em seu processo de constituição, reformismo e revolução. Na formação da consciência de classe, velho e novo convivem; há construção e destruição de mediações. Por vezes, o antagonismo de seus constitutivos internos atinge limites insustentáveis – é o momento da transformação qualitativa, onde o novo, como avanço ou retrocesso, deve irromper da contradição formando a nova síntese.

Sob este ponto de vista, consideramos que a CUT, dados sua constituição e seu devir, originou-se como uma central sindical de perspectiva socialista. Como um complexo de complexos, a Central agrupou em seu interior diferentes setores dos trabalhadores. Ainda que sua tendência majoritária possivelmente tenha tido, desde sempre, uma orientação social-democrata, reformista, impera argumentar porque, num dado momento, de potência esta orientação se converte em vontade, hegemonizando toda a instituição sindical. A existência de

² Abusando do recurso a Marx (em *A Sagrada Família*): “Proletariado e riqueza são opostos. Como tais, eles formam um todo único. Ambos são gerados pelo mundo da propriedade privada. A questão é que lugar particular cada um ocupa no *interior da antítese*. Não é suficiente declará-los como dois lados de um todo único. A propriedade privada, como propriedade privada, como riqueza, é forçada a se manter e, desta maneira, a manter também o seu oposto, o proletariado. Este é o lado **positivo** da contradição, a propriedade privada que se auto-satisfaz. O proletariado, por outro lado, é forçado, enquanto proletariado, a extinguir-se e, da mesma forma, a extinguir seu oposto, a condição para sua existência, aquilo que o faz proletariado, isto é, a propriedade privada. Este é o lado **negativo** da contradição, sua inquietação dentro do seu próprio ser, a propriedade privada dissolvida e auto-dissolvente /.../ Dentro dessa antítese, o proprietário é, portanto, o lado **conservador**; o proletário, o lado **destrutivo**. Do primeiro, surge a ação de preservar a antítese; do último a ação de aniquilá-la. De qualquer forma, em seu movimento econômico, a propriedade privada se dirige a sua própria dissolução, mas só através de um desenvolvimento que não depende dela, do qual é *inconsciente*, e que acontece *contra sua vontade*, através da própria natureza das coisas, apenas enquanto ela produz o proletariado como proletariado, a miséria consciente de sua miséria espiritual e física, a desumanização consciente de sua desumanização e, *portanto*, trata de se extinguir a si mesmo. [...] Quando o proletariado é vitorioso, ele não se torna, de forma alguma, o *lado absoluto* da sociedade, pois ele é vitorioso apenas pela extinção de si mesmo e do seu oposto.” (*apud* MÉSZÁROS, 1993, p. 83-4 – grifos do original).

setores marxistas no interior da CUT, que exerciam influência teórica e ideológica, e as formas de ação iniciais, permite afirmar a existência de um projeto socialista na CUT. Por alguma razão, este projeto, em nossa avaliação, tomou rumos diferentes de suas pretensões originais.

Esta investigação, por si mesma, daria outro trabalho de porte ainda maior. Contentaremos em demonstrar aqui, sustentados em pesquisa empírica, que os rumos tomados divergem da proposta inicial, implicando uma *curvatura* da Central também no âmbito teórico-ideológico. Faremos isso através da análise das resoluções dos Congressos Nacionais da CUT, demonstrando que, por trás da alteração das práticas, encontra-se uma mudança na concepção teórica cutista, acarretando uma nova postura ideológica.

Curvatura, pois envolve uma mudança de rumo, um descaminho, uma *flexão*. A passagem de uma perspectiva socialista, para uma perspectiva democrática, de uma prática contestatória a uma prática de conformação, do enfrentamento ao diálogo, da oposição à conciliação, da ruptura à reforma gradualista, da destruição à assimilação de mediações caras à ordem burguesa, envolve não somente o campo das ações práticas, mas funda-se na própria alteração do estatuto teórico da Central.

Embora a CUT possuísse um referencial socialista, pensamos que a composição deste referencial está para ser esclarecida. Certamente, ainda que trabalho de grande interesse, seria impossível realizá-lo neste momento. A formação do imaginário e da identidade do complexo-CUT brota da combinação do imaginário e da identidade de seus complexos constituintes, referenciados nas causalidades externas à Central com as quais têm de lidar. Uma miscelânea ideológica conjuga, no interior da CUT, posições esquerdistas, marxismo ortodoxo, aspirações democráticas liberais, obreirismo e doutrina cristã. Uma série compósita de referências se conjuga de forma a delinear o socialismo-CUT. Entretanto, por uma razão impossível de esclarecer aqui, este socialismo compósito converte-se em social-democracia e o projeto revolucionário em reformismo. Clarificar os emparelhamentos teóricos e seus desenvolvimentos rumo ao novo referencial seria, em nosso ver, um trabalho bastante significativo.

Parece-nos certo, portanto, que a promoção da curvatura deve-se a fatores endógenos e exógenos. Endógenos como a luta por hegemonia no interior do complexo, as batalhas dialógicas (que não aparecem nas resoluções) travadas nos Congressos, as práticas efetivas da miríade de sindicatos, a capacidade de pressão e influência de tendências e dirigentes sindicais, culminando na imposição de uma visão de mundo própria, ainda que esta não apareça de forma pura. Fatores exógenos como a reestruturação dos parques industriais, a

avalanche do desemprego, as transformações epidérmicas (mas nem por isso desimportantes) no processo produtivo, as conjunturas políticas, etc. Tudo isso deve ser considerado ao analisar os caminhos tomados pela Central.

Impossibilitados de analisar esses fatores em suas minúcias, ou até mesmo de citá-los todos, ainda que *en passant*, incorporamos o trabalho de autores que indicam a transformação no perfil de atuação da Central. Admitimos, portanto, que a CUT alterou sua forma de agir. Admitimos mais, que a Central alterou sua própria compreensão teórico-ideológica – é o que tentaremos, nos limites de nossas possibilidades, demonstrar neste trabalho.

Em busca de compreender o complexo do sindicalismo a partir de sua efetivação concreta, tendo por consideração a importância histórica da CUT e sua centralidade no movimento dos trabalhadores brasileiros, partimos à análise das resoluções dos CONCUTs por considerá-las documento máximo de autodefinição da Central. A justificativa para tal procedimento está exposta no início do capítulo terceiro.

A escolha do objeto, mais que uma explicação subjetiva, encontra sustentáculo histórico e empírico. É inegável que a era sindical presente tem seu marco no surgimento do “Novo Sindicalismo”. Compreender os rumos contemporâneos do movimento sindical requer o mergulho nesta modalidade de práticas sindicais inaugurada em fins da década de 1970. Não há dúvidas quanto à centralidade da Central neste processo. Mesmo na bibliografia que trata do tema, por muitas vezes, CUT e “Novo Sindicalismo” são tratados por sinônimos.

Assim, no primeiro capítulo, buscamos compreender para que serve, afinal, um sindicato. Certamente para obter melhorias no trabalho. Mas seria apenas isso? Onde se encaixariam os “semblantes conscientes” e a sensação de ter as rédeas do próprio destino nas mãos? A perspectiva histórico-ontológica possibilita compreender este fenômeno, ainda que nossas limitações não possibilitem sua elucidação a contento.

Clássicos do pensamento marxista, personalidades inseridas em seus contextos históricos, teóricos e revolucionários, analistas e estrategistas eminentes, elucidam as questões do movimento de trabalhadores de suas épocas. Neles, fomos buscar o fio comum que costura toda a compreensão sindical deste trabalho.

Em Lukács, buscamos o esqueleto do método, indispensável a uma compreensão ampliada do sindicalismo, as suas continuidades e descontinuidades no devir da história, encontrando elementos que possibilitam e justificam a *valoração* – processo de estabelecimento legítimo do adequado e do inadequado no vir-a-ser do sindicalismo, a partir de um referencial que toma como elemento indispensável a atividade sindical para o processo da consciência de classe.

No capítulo segundo, tentamos conjugar dois momentos na elucidação mais focalizada do objeto: uma abordagem com foco predominantemente histórico, complementada por outra de cunho mais analítico. Certamente, em todo o processo ocorre influência subjetiva decisiva do autor – essa é uma advertência mesmo desnecessária. Passando em revista as abordagens de alguns autores brasileiros, procuramos compreender as especificidades e particularidades histórico-concretas do objeto.

Finalmente, chegando diretamente ao objeto, no terceiro capítulo, buscamos, a partir da própria expressão da Central, demonstrar a curvatura operada na atuação cutista em seus matizes teórico-ideológicos.

Cabe ainda uma advertência de cunho formal. Poder-se-á observar que, insistentemente, logo após a referência a um Congresso, tem-se a data de sua realização. Embora tenhamos nos utilizado exaustivamente deste recurso, julgamo-o necessário a fim de facilitar o reporte ao momento histórico específico de sua realização – o que não estava claramente possibilitado pela referência bibliográfica tal como exposta.

Por fim, admitimos que se torna inescapável a crítica das práticas e, ao fazê-lo, certamente submetemo-nos à contra-crítica. Como ensina Lukács, a própria valoração, inerente ao processo de escolha dos meios num pôr teleológico, implica seleção do adequado e do inadequado, do útil e do inútil. Diante da impossibilidade de reflexo do real em *todos* os seus matizes e nuances, possuímos apenas a possibilidade de *aproximações* – grifo – as mais fiéis possíveis à realidade. Contudo, tais aproximações jamais revelam o real em *todas as suas potencialidades*. Assim, sempre é possível que algum elemento escape a análise, comprometendo o resultado. Não se quer, contudo, afirmar a impossibilidade de se chegar ao conhecimento. Quer-se, por outro lado, ressaltar a inesgotabilidade analítica. Assim, como ensina o mestre húngaro, sempre é possível “aprofundar na generalidade ou caminhar para uma generalidade de ordem superior”.

O que queremos dizer é que ao realizar a crítica procuramos, a partir do ponto de vista de uma série determinada de elementos do real, promover a valoração, ou seja, perceber se tais meios são adequados ou não à posição de fim – no nosso caso específico, o socialismo. Obviamente, elementos que escapam a nossa abordagem poderão trazer alterações no produto final da análise. Contudo, este é o processo de crítica e construção científica.

Mantendo, portanto, uma postura ainda da graduação, o “crítico” que realiza esta pesquisa não vê nenhum problema na refutação, ainda que integral, de suas considerações, pois considera que este é o processo natural de construção do conhecimento – constatação e refutação, construção e destruição. O objetivo que nos move é bem maior: dar uma

contribuição (ainda que tênue) para a construção do socialismo, possibilitando, quem sabe a uma futura geração (a qual não veremos), desfrutar uma sociedade emancipada, onde os homens possam realizar plenamente sua liberdade.

**CAPÍTULO I. SINDICALISMO EM REVISTA – EM BUSCA DE UMA
COMPREENSÃO HISTÓRICO-ONTOLÓGICA**

A organização dos trabalhadores é objeto de permanente análise no campo das ideias socialistas. No debate marxista, a práxis revolucionária só se objetiva pela ação conjunta dos homens – neste caso, não de homens considerados numa abstrata dimensão cidadã, com forte apelo burguês à ação *singular*³, mas na perspectiva de classe, enquanto membros da classe trabalhadora.

Assim, a análise do sujeito revolucionário leva às investigações sobre a estrutura de classe, as formas de práxis, a produção e a contraprodução da ideologia, a formação de consciência *para-si* e a objetivação de suas formas organizativas. Nestas últimas, como organização elementar mais expressiva dos trabalhadores, encontram-se os sindicatos.

Diversos autores marxistas discorreram sobre a questão sindical e seu papel político na organização da luta dos trabalhadores contra os desmandos do capital. Recentemente, a inflexão dessas associações, operadas, dentre outros fatores, pelas metamorfoses no trabalho, vem sendo apontada como um sinal inequívoco de desimportância e superação da questão sindical. Ao revés dos modismos, tentaremos, neste primeiro capítulo, acentuar a importância da organização em sindicatos para o salto qualitativo na consciência de classe, na educação para luta e na compreensão da missão histórica dos trabalhadores. Em autores clássicos do marxismo, buscaremos sustentação teórica para reafirmar a impreterível necessidade das organizações sindicais na formação da consciência revolucionária.

1.1. ESTRUTURA DE CLASSE – UNIDADE NA DIVERSIDADE: HOMOGENEIDADE E HETEROGENEIDADE DA CLASSE TRABALHADORA NA FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE.

Compreender a questão sindical supõe uma correta apreensão de sua composição e formação. Se é verdade que os sindicatos são compostos de aglomerados de homens, em luta por determinados fins, também o é que há algo comum entre estes homens. Suas *individualidades*, por alguma razão, encontram-se conectadas. Motivos há que os levem a empreender uma luta comum, com estratégias comuns, onde a ação de cada um é balizada pela ação do outro. O agir coletivo é impulsionado pela sensação de pertencimento, de identificação, de reconhecimento mútuo. Este *élan* principal que coloca determinado grupo de homens numa dada situação social, com potencialidade para uní-los em torno de uma luta comum é, sem dúvida, a classe a que pertencem.

³ As categorias de *singularidade*, *individualidade*, *particularidade* e *universalidade* empregadas neste trabalho estão referenciadas em Lukács (1967, p. 200-33). Uma elucidação preliminar pode ser encontrada na abordagem de José Paulo Netto in Netto & Carvalho (1987, p. 64-71).

Na contemporaneidade, talvez uma das maiores dificuldades no estudo das classes seja identificar “capitalistas” e “trabalhadores”. A heterogeneidade da vida social tem servido no mais das vezes para justificar a diluição das classes, especialmente em algumas análises focadas nas esferas da circulação e distribuição e no discurso da cidadania⁴. Diante da crescente complexificação do ser social e da formação de inúmeros grupos, com suas mais diversas reivindicações, sobretudo impulsionadas pelo aprofundamento da individualidade de tipo estranhada, o dualismo de classes teria perdido seu valor e a realidade social se mostrado bem mais complexa e heterogênea que a ultrapassada categorização marxista.

Aron (2008) alerta para a “dificuldade” de aplicação direta das categorias marxianas, tal e qual sistematizadas numa dimensão gnosiológica (ou abstrata) à dimensão histórico-concreta. De maneira simplificada, a separação dicotômica da sociedade (em *burgueses* e *proletários*, como no *Manifesto Comunista* ou mesmo n’*O Capital*⁵) não se presta a uma acomodação sem conflitos na dimensão histórico-social concreta. Para sustentar suas afirmações, Aron (op. cit.) busca nos escritos marxianos análises enriquecidas desta dinâmica social concreta: nos estudos de acontecimentos históricos, o próprio Marx já haveria expressado outras nuances na estrutura de classes, ampliando e incorporando análises entre si compatíveis. Aron (2008, p. 449) chama-nos à atenção, ao referir-se a três textos clássicos de Marx (*As Lutas de Classe em França*, *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte* e *A Guerra Civil em França*):

[...] para passar da teoria abstrata das classes para a narrativa histórica, Marx ficou obrigado, aliás muito legitimamente, a substituir a representação dualista em duas classes por uma representação mais complexa, em que participassem grupos sociais inimigos capazes de levar os acontecimentos políticos às lutas sociais.

Em suas explicações sobre a passagem da monarquia burguesa à república burguesa na França, Marx deixa clara a existência de frações de classe. Vejamos,

A república burguesa triunfou. A seu lado alinhavam-se a *aristocracia financeira*, a *burguesia industrial*, a *classe média*, a *pequena burguesia*, o *exército*, o *lumpen-proletariado* organizado em Guarda Móvel, os *intelectuais de prestígio*, o *clero* e a *população rural*. Do lado do *proletariado* de Paris não havia senão ele próprio. (MARX, 1988a, p. 12 – grifos nossos)

⁴ Sobre as armadilhas da “cidadania” e suas conseqüências para o movimento sindical cf. Coimbra (2006; 2001), Arbia (2004) e Coimbra; Arbia; Siqueira (2005).

⁵ A despeito da forma “trinitária” analisada por Marx.

Não iremos problematizar com profundidade a estruturação de classe tal e qual exposta nos textos histórico-concretos de Marx. Sobretudo porque a subdivisão em frações de classe é perfeitamente compatível com a existência das duas grandes classes fundamentais: burguesia e proletariado (ou mais amplamente, capitalistas e trabalhadores). Na busca pela tentativa de definição mais clara da divisão das classes sociais, é preciso entender o dualismo de classes como um grande pêndulo de polarização, sob o qual se organizam os diversos grupos sociais (ou frações de classe).

Boito Jr. (2007a e 2007b), por exemplo, ao analisar as relações de classe no Brasil, chama atenção para a fração hegemônica da classe burguesa no atual modelo neoliberal⁶: a *grande burguesia financeira*. Acrescenta o autor que o modelo tem também facilitado o crescimento e fortalecimento de uma fração de classe em particular, a *burguesia de serviços*, ligada essencialmente à expansão dos serviços de saúde e educação. Boito vai além: mesmo a *grande burguesia industrial nacional* não seria beneficiada com a implantação do modelo em sua totalidade, ao contrário, teria muito a perder, sobretudo devido à abertura comercial e à política de altas taxas de juros que, segundo o autor, privilegiam exclusivamente a atual fração hegemônica do capital. O processo de privatizações também alija setores da média e pequena burguesia. Contudo, demandas elementares da classe do capital, postas em prática pelo modelo, como por exemplo a desregulamentação do mercado de trabalho e redução dos salários, beneficiariam o conjunto da burguesia brasileira, explicando em parte porque o neoliberalismo teria se tornado “o senso comum de nosso tempo” (COIMBRA, 2001). Para Boito Jr., portanto, com foco na influência das políticas de Estado, assim se estruturam as diversas frações burguesas no Brasil:

Podemos conceber agora, depois de discutir a nova etapa do neoliberalismo brasileiro, um quadro complexo na distribuição de poder no interior da burguesia. Frente à política econômica atual, se considerarmos o porte da empresa e o tipo de capital, teríamos duas camadas distintas, uma superior e outra inferior, cada uma delas comportando gradações. Duas posições extremas e opostas no interior dessa burguesia podem ser claramente identificadas. No topo da camada superior está o grande capital financeiro que reúne em si os dois atributos privilegiados pela política de Estado – ser uma grande empresa e pertencer ao setor financeiro. Na base da camada inferior está o médio capital industrial voltado para o mercado interno, que reúne em si os três atributos preteridos pela política de Estado – ser uma empresa média ou pequena, pertencer ao setor produtivo e não fornecer as divisas de que o modelo

⁶ Lembrando que Boito Jr., para a análise dos embates intraclasse, utiliza o conceito de “bloco no poder”, como elaborado por POULANTZAS, Nicos. **Pouvoir politique et classes sociales**. Paris: François Maspero, 1968 (conforme referenciado pelo autor), caracterizando justamente a unidade e luta entre as frações da burguesia e a complexidade de suas relações com a política de Estado.

econômico necessita. Prosseguindo, teríamos como posições intermediárias na base da camada superior, ocupada pelo grande capital industrial e agrário voltado para exportação, e o topo da camada inferior, ocupada pelas médias empresas exportadoras e pelo médio capital bancário. (BOITO JR., 2007a, p. 256-7)

Por sua vez, Antunes (2000), em célebre ensaio onde analisa a configuração da classe trabalhadora pós-reestruturação produtiva, identifica frações em sua composição. A fragmentação dos trabalhadores em estáveis, sub-contratados, *part-time*, terceirizados, etc., não cria uma nova classe; ao contrário, revela uma heterogeneidade intraclasse. A exemplo da classe do capital, os trabalhadores também não se constituem uma unidade homogênea, com idênticas perspectivas e visões de mundo⁷.

Até o momento, porém, não se tocou na problemática da classe, ou seja, o que define o pertencimento a uma classe. Como é de aceitação ampla no marxismo, uma classe é definida pelo lugar ocupado na produção. Contudo, apontaríamos inicialmente que na composição de classe fatores ligados também à esfera da circulação terminam por influenciar a formação de sua consciência. Segundo mostra Harvey (1982), na época de Marx, fase inicial do capitalismo com suas amplas jornadas, subdesenvolvimento do sistema de transportes⁸, etc., conectavam-se de maneira bastante direta os *locais de viver e trabalhar*. A complexificação da ordem do capital, o desenvolvimento das cidades, do sistema de transportes e de comunicação separaram as relações dos locais trabalho e de vida⁹, baralhando ainda mais o cotidiano ao estabelecer formas plurais e mistificadas de vida extra-fábrica. Tal problemática seria de somenos importância, não fosse a percepção de que

Uma classe social, no sentido marxista do termo, supõe a conjunção de uma situação e [...] de um projeto. É preciso uma situação em que se encontre um grande número de homens ou de famílias. É preciso que vivam em condições análogas e que tenham os mesmos interesses. Mas enquanto esses milhões de pessoas não tiverem consciência de sua unidade, constituem, falando ainda em termos filosóficos, uma classe em si e não uma classe para si. [...] Uma classe só existe realmente quando se

⁷ Quando voltamos o olhar para o nosso objeto, percebemos o quanto a composição de classe incidiu decisivamente na composição do estatuto teórico-ideológico cutista – em sua formação socialista e no processo de *curvatura*. O movimento dos setores da classe no interior da Central, em luta por hegemonia, elucida o estabelecimento de uma visão de mundo dominante no processo da construção ideológica. Leôncio Rodrigues dedicou-se ao estudo da composição de classe nas origens CUT (e mesmo no PT) e suas consequências para a formação do imaginário da Central. Cf. Rodrigues, L. (1990a e 1990b).

⁸ O famoso texto de Engels *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* é bastante ilustrativo e emblemático a este respeito.

⁹ Não se trata de uma separação em sentido estrito. O próprio Harvey (ibid., p. 8) alerta: “[...] É este segundo tipo de luta que focalizamos aqui [a luta travada no local de viver], reconhecendo, evidentemente, que a dicotomia entre o *viver* e o *trabalhar* é, ela própria, uma divisão artificial imposta pelo sistema capitalista.” (grifos do autor).

pensa como classe, porque, sem isso, ela é o *em si* e não o *para si*. (ARON, op. cit., p. 456 – grifos do autor)

A passagem de Aron poderia revelar certa interpretação marxista, não estivesse colocada subsequentemente à célebre passagem na qual Marx, no *Dezetoito Brumário*, avalia a situação dos camponeses minifundiários em sua constituição (ou não) como classe:

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. [...] Cada família camponesa é quase auto-suficiente [...]. Uma pequena propriedade, um camponês e sua família; ao lado deles, outra pequena propriedade, outro camponês e outra família. Algumas dezenas delas constituem uma aldeia e algumas dezenas de aldeias constituem um departamento. A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira por que batatas em um saco constituem um saco de batatas. *Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe. São, conseqüentemente, incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome, quer através de um Parlamento, quer através de uma convenção. Não podem representar-se, têm que ser representados.* (MARX, 1988a, p. 74-5 – grifos nossos)

Aron (op. cit., p. 456) torna a situação ainda mais complexa:

[...] o proletariado não pode se constituir como classe, quer dizer tomar consciência de si, sem se organizar politicamente. Na visão marxista, o proletariado não pode se pensar “proletariado” sem se pensar “explorado”. Portanto, pensando-se como proletariado se pensa como vontade revolucionária. Se não é revolucionário é porque não se pensa; se não se pensa, é porque não existe.

Os conceitos *em-si* e *para-si*, colhidos na melhor tradição hegeliana, expressam dois momentos na constituição das classes: o primeiro, como um momento (ou lugar) na produção – determinadas pessoas ou famílias, ocupando o mesmo lugar no processo produtivo, vivendo sob semelhantes condições, desenvolvendo as mesmas atividades, dentro de um complexo de relações sociais. Contudo, tal pertencimento não é garantia para a formação de uma classe, a exemplo dos camponeses minifundiários franceses à época de Luís Bonaparte, como acabamos de ver. É necessário mais: é preciso que esse aglomerado de pessoas e famílias se reconheça como um grupo, subjugado às mesmas condições econômicas, sociais e políticas. A

partir desta ascensão de consciência, poderão então “representar a si mesmos” e “fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome” (MARX, 1988a).

Este fecho colocado por Marx é da máxima importância. A tese das classes, tal como expressada por Aron (op. cit.), pode levar à conclusão de que, uma vez inexistente a consciência de classe, não há mais classe. Tal concepção, correta, mas incompleta, pode acarretar na equívoca aceitação, a exemplo das análises dos teóricos do fim do trabalho, de desaparecimento da classe trabalhadora, cuja maior expressão seria a crise do sindicalismo, das ideologias e de todos os tipos de representações do trabalho – em suas objetivações e organizações.

Tal análise, se realizada desta forma fenomênica, deixará escapar em última instância a importância conferida por Marx à ação política revolucionária¹⁰. O resultado ideológico será a perda da centralidade da ação histórica do proletariado. A conclusão que pressupõe o fim do proletariado (e da própria classe trabalhadora) e com ele das ideologias, em verdade, revela-se, ela mesma, amalgamada de ideologia. No fim, pretende relativizar a importância do trabalho, diluindo seu potencial histórico. E aqui está o sentido da análise de Marx: uma classe sem consciência de classe está politicamente inerte. Incapaz de representar a si própria, está à mercê de representantes externos (como no caso analisado, dos camponeses franceses, representados por Luís Bonaparte), descomprometidos com seus interesses de classe. Por fim, tal classe desorganizada não tem capacidade de ação; massa amorfa, está pronta a ser direcionada por outros projetos de classes distintas. Neste sentido, sem projeto de classe autêntico, é uma classe inexistente, não porque deixa de agrupar certo número de pessoas localizadas num determinado lugar na produção, mas porque sua efetiva existência está reduzida à nulidade pela inexistência de um projeto *ético-político* autêntico. No jogo de

¹⁰ Reiteramos: não a ação política em sentido estrito, mas em sentido *revolucionário*. Não se pode, em Marx, entender o significado da *revolução política* separado do de *revolução social*. A revolução política só ganha conteúdo quando a maturação das classes já revela seu embate na esfera econômico-social (o que pressupõe um avançado e consolidado estágio histórico das forças produtivas). É perfeitamente conhecido o ceticismo de Marx tanto com relação à emancipação política “esvaziada de densidade material” (ou seja, divorciada da agudização do conflito econômico-social), quanto da capacidade de tal emancipação, por si mesma, produzir a emancipação humana geral – este é o sentido das críticas empreendidas contra os alemães (que procuravam a emancipação política vivendo sob um regime semifeudal), contra as aspirações “humanistas” da Revolução Francesa e posteriormente da Comuna de Paris. Além disso, sua concepção do Estado enquanto “comitê executivo da burguesia”, bem como suas críticas ao cartismo, deixa claras suas reservas quanto aos limites da ação política em produzir a emancipação humana. Não poderia ser diferente, vez que Marx tem uma visão profundamente negativa do Estado – enquanto um aparelho privilegiado de exercício do domínio de classe. Não surpreende, portanto, que uma das atitudes mais prementes dos trabalhadores após a revolução seja a dissolução do Estado, tão logo dele façam uso para destruir a *subordinação formal* do trabalho e acelerar as reformas. A emancipação humana, contudo, indo para além da emancipação política, somente poderá ser obtida através da *emancipação econômica* do trabalho. Em resumo, para Marx, o Estado é adequado para promover as transformações *destrutivas* necessárias à implantação da sociedade socialista; contudo, as tarefas construtivas remetem a uma reorganização radical do próprio trabalho. Para uma síntese da teoria política de Marx, cf. Mészáros (2002, p. 561-602).

forças, seu peso é zero, pois, mais ou menos como afirmava Engels (2008a, p. 71), “a força numérica é anulada pela desunião”. Sua expressão, vista somente como força de uma massa dispersa, torna-se de importância menor, dada ausência de capacidade reivindicativa, propositiva e revolucionária.

Restou clara a importância atribuída por Marx à organização política revolucionária, que reflete a tomada de consciência e a constituição efetiva da classe, disposta a efetivar seu “projeto de sociedade”. Antes, porém, de passar à organização mais elementar de expressão da classe, o sindicalismo, precisamos realizar uma brevíssima observação sobre a questão da circulação.

Retomando a célebre passagem de Marx, observamos que

Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o *seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade*, estes milhões *constituem uma classe*. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida *não constituem uma classe*. (MARX, 1988a, p. 74-5 – grifos nossos)

Marx abre espaço, neste instante, para as relações da superestrutura, presentes na circulação e distribuição. À época da análise (capitalismo concorrencial), momento de crescimento dinâmico da indústria e proletarização generalizada da sociedade, as condições de vida (sociais e culturais) tendiam a uma crescente homogeneização, especialmente quando se focaliza o proletariado. A forte tendência à pauperização, ao estabelecimento de condições subumanas de existência, ao embrutecimento, denunciavam um cotidiano precário dentro e fora do trabalho.

A passagem para o período imperialista, de “desenvolvimento desigual e combinado”, a expansão em escala mundial das relações capitalistas e a inserção subordinada de nações periféricas ao sistema mundial do capital, propiciou o surgimento de formas de exploração totalmente novas e aceleração no desenvolvimento de uma “aristocracia operária”. Mesmo dentro das próprias fábricas, a complexificação das funções tornou cada vez mais heterogêneo tanto o padrão salarial, quanto a forma de inserção no processo produtivo, possibilitando formas diferenciadas de participação no produto social.

Inspirados pelas considerações de Harvey¹¹, podemos concluir a existência de dificuldades práticas na formação da consciência de classe a partir de um universo de acessos tão variegados quanto o da classe trabalhadora contemporânea. Os lugares ocupados na circulação e distribuição propiciam a vivência de cotidianos pautados por consumos diferenciados, fetichizando o indivíduo e favorecendo a assimilação cultural hegemônica pela possibilidade de acesso aos mais variados tipos de mercadorias¹². Assim, o “modo de vida, interesses e cultura” de uma parte do proletariado pode diferir, ou mesmo opor-se frontalmente, ao “modo de vida, interesses e cultura” de outra parte do mesmo proletariado.

A partir deste ponto, torna-se ainda mais importante a valorização do mundo produtivo. Uma vez que, para utilizar novamente os termos de Harvey, a heterogeneização do *local de viver* pode contribuir para a fragmentação de classe, o *local de trabalhar*, com seu cotidiano, dilemas e dramas comuns, pode proporcionar uma autêntica identificação de classe, iluminando a “câmara escura”, pois a identidade de classe se aprofunda na luta em torno do verdadeiro projeto político da classe.

Atendo-nos ao propósito reduzido deste trabalho, não precisaremos complementar a análise com considerações sobre o *local de viver*. Cabe ressaltar então que o cotidiano do *local de trabalhar* é o campo privilegiado de atuação da organização mais elementar dos trabalhadores, enquanto conscientes de seu lugar na produção, de sujeição ao mesmo tipo de exploração e subjugados pela mesma força. É a partir desta formação identitária elementar que os trabalhadores começam a adquirir consciência de sua missão histórica. Neste processo, o sindicato possui função essencial. Esta função, a partir do referencial teórico que vimos seguindo, é que tentaremos explorar mais a frente.

Se não são necessárias maiores considerações sobre o local de viver, com todos os complexos superestruturais que o compõem, torna-se inescapável para as finalidades deste trabalho o tratamento, ainda que preliminar, de um complexo superestrutural estratégico, tema

¹¹ Harvey (2004, 1994 e 1982). Conclui-se que a produção espacial, pelo capital, pode promover fraturas, dificultando a formação da consciência de classe. Neste caso, como a ascensão de tal tipo de consciência vincula-se a importantes aspectos identitários, a dimensão cultural adquire capital importância.

¹² Pensemos neste ponto somente no proletariado contemporâneo e em sua vasta gama de opções de consumo. Desconsiderando a imensa massa populacional totalmente privada mesmo do consumo mais elementar, que cresce exponencialmente na contemporaneidade (e este é o fator decisivo a informar que não vivemos na sociedade do consumo), temos um plural universo de acesso ao mundo das mercadorias – dos mais variados tipos e qualidades, que vão desde a falsificação grosseira ao consumo mais perdulário (como, por exemplo, a irracional rotatividade do mercado de automóveis, celulares e computadores). Se tomarmos em conta, então, o conjunto da classe trabalhadora, o universo de acesso às mercadorias torna-se ainda mais vasto e heterogêneo. A díspar apropriação das objetivações humanas, além de desenvolver a *individualidade* (e nem se está falando aqui de *individualismo* – esta personificação fetichista típica da ordem burguesa), por seu anverso, promove uma imagem fragmentada da classe trabalhadora pela construção falseada de microcosmos fetichizados de acesso ao mundo das mercadorias.

bastante caro mas nem sempre bem resolvido para a perspectiva socialista revolucionária: a questão do Estado.

Mészáros, Mandel e Chesnais concordam quanto ao papel do Estado e a conformação que ele adquire no capitalismo avançado:

O fortalecimento do Estado no capitalismo tardio é, portanto, uma expressão da tentativa de o capital superar suas contradições internas cada vez mais explosivas, e ao mesmo tempo é expressão do fracasso necessário dessa tentativa. (MANDEL, 1985, p. 405)

e ainda:

[...] o Estado capitalista precisa agora assumir um papel intervencionista direto em todos os planos da vida social, promovendo e dirigindo ativamente o consumo destrutivo e a dissipação da riqueza social em escala monumental. Sem esta intervenção direta no processo sociometabólico, que age não mais apenas em situações de emergência mas em base contínua, torna-se impossível manter em funcionamento a extrema perdularidade do sistema capitalista contemporâneo. (MÉSZÁROS, 2002, p. 700)

ou, mais empiricamente,

Sem a intervenção política ativa dos governos Thatcher e Reagan, e também do conjunto dos governos que aceitaram não resistir a eles, e sem a implementação de políticas de desregulamentação, de privatização e de liberalização do comércio, o capital financeiro internacional e os grandes grupos multinacionais não teriam podido destruir *tão depressa e tão radicalmente* os entraves e freios à liberdade deles de se expandirem à vontade e de explorarem os recursos econômicos, humanos e naturais, onde lhes for conveniente. (CHESNAIS, 1996, p. 34 – grifos do autor)

No capitalismo tardio, portanto, assistimos a um processo crescentemente expansivo e invasivo do Estado – que não poderia se dar de forma diferente, dado que a ampliação deste aparelho é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do capital – que lança mão de todos os meios corretivos a fim de destruir todo tipo de entrave imposto ao seu livre desenvolvimento.

Mészáros integra o Estado contemporâneo à estrutura social. Para ele, o Estado é a “estrutura totalizadora de comando político do capital e uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema” (id., 2002, p. 106). Seu

papel é garantir a coesão, controlar as forças centrífugas e garantir a subordinação formal (jurídico-legal) do trabalho ao capital. E polemiza:

[...] seria completamente equivocado descrever o próprio Estado como uma superestrutura. Na qualidade de estrutura totalizadora de comando político do capital [...] o Estado não pode ser reduzido ao *status* de superestrutura. [...] o Estado em si, como estrutura de comando abrangente, tem sua própria *superestrutura* – a que Marx se referiu como “superestrutura legal e política” – exatamente como as estruturas reprodutivas materiais diretas têm suas próprias dimensões superestruturais. (ibid., p. 119 – grifos do autor)

E continua,

[...] é perfeitamente inútil perder tempo tentando tornar inteligível a especificidade do Estado em termos da categoria “*autonomia*” (especialmente quando se expande esta ideia para significar “independência”) [...]. Como estrutura de comando político abrangente do sistema do capital, o Estado não pode ser autônomo, em nenhum sentido, em relação ao sistema do capital, pois ambos são um só e inseparáveis. Ao mesmo tempo, o Estado está muito longe de ser *reduzível* às determinações que emanam diretamente das funções econômicas do capital. (ibid., p. 119 – grifos do autor)

A crítica de Mézáros demole qualquer proposição social-democrata que vê no Estado possibilidades emancipatórias, como um organismo de funcionamento independente. É que o filósofo tem claramente em seu horizonte a falência dos Estados pós-capitalistas que, embora tenham revertido a base econômica confiscando a propriedade, mantiveram de pé o aparelho Estado, as relações hierárquicas e a separação entre a produção e seu controle. Mézáros vai além: recuperando a negativa leitura política marxiana, reafirma a importância de derrubar, de cima a baixo, todo o edifício do capital, e a análise do Estado enquanto dimensão estrutural não deixa dúvidas: sua destruição tem de ocorrer necessariamente conjunta à subversão das relações econômicas.

O problema da política em Marx está assentado na certeza de que a emancipação política não leva por si mesma à emancipação humana. Em *A Questão Judaica*, encontramos uma categórica afirmação:

[...] o homem se liberta de um constrangimento *através do Estado, politicamente*, ao transcender as suas limitações, em contradição consigo mesmo, e de maneira *abstrata, estreita, parcial*. Além disso, ao emancipar-se *politicamente*, o homem emancipa-se de *modo desviado*, por meio de um intermediário, por mais necessário que seja tal intermediário. [...] O Estado é o intermediário entre o homem e a

liberdade humana. [...] o Estado constitui o intermediário ao qual o homem confia toda sua divindade, toda sua *liberdade humana*. (MARX, 2002a, p. 20 – grifos do autor).

Não poderiam ser mais claras as palavras de Marx e suas impressões juvenis pouco alteraram com a maturidade¹³. O Estado, para ele, apresenta-se como um instrumento destrutivo da liberdade humana. Porém, diferenciando-se dos anarquistas, Marx defende o uso do Estado após a revolução para acelerar as mudanças, destruindo o sistema de mediações do ordenamento capitalista. Assim, para continuarmos utilizando termos de Mészáros, o Estado, nas mãos do proletariado, serviria como uma eficaz ferramenta de destruição de grande parte das mediações de segunda ordem¹⁴ – mediações estranhadas, construídas pelo capital à sua imagem e semelhança. Contudo, a revolução não se encerra com a destruição das mediações do capital: é necessário erigir um novo sistema de mediações, e para tal o Estado, por sua ligação estrutural ao capital, já se mostrou incapaz de fazê-lo¹⁵.

Estão postos os limites da ação política. Sua realização só adquire sentido acompanhada de uma verdadeira revolução social, que construa as novas mediações que substituirão o atual sistema de mediações do capital. Como argumenta Mészáros (2002, p. 571)

[...] Marx nunca deixou de realçar o caráter essencialmente negativo da política. Detendo este caráter a política é adequada para realizar as funções *destrutivas* da transformação social [...] mas não as tarefas *positivas* que devem resultar da própria reestruturação do sociometabolismo. (grifos do autor)

E complementando,

[...] apesar de a revolução *política* poder ter sucesso nas tarefas imediatas, apenas a revolução *social* concebida por Marx – com seu “trabalho” positivo de “regeneração” – pode prometer realizações duradouras e transformações estruturais verdadeiramente irreversíveis. (ibid., p. 577 – grifos do autor).

¹³ A afirmação é de Mészáros (2002, p. 561): “[...] apesar de todas as mudanças surgidas nos escritos posteriores de Marx, a definição predominantemente negativa da política permaneceu um tema central de sua obra até o fim de sua vida.”

¹⁴ As *mediações de primeira ordem* são definidas como a satisfação das necessidades elementares do homem em intercâmbio com a natureza sem as quais os indivíduos não podem sobreviver como indivíduos da espécie a que pertencem (ibid., p. 212); e as *mediações de segunda ordem*, que escondem a verdadeira relação primária de intercâmbio, são, resumidamente, a família nuclear, os meios alienados de produção e suas “personificações”, o dinheiro, os objetivos fetichistas, o trabalho assalariado, as formações variadas do Estado capitalista e o mercado mundial (ibid., p. 180). Ainda com relação às *mediações de segunda ordem* enquanto mediações alienadas, cf. também Mészáros (2006, p. 78, 227-8).

¹⁵ E é aqui, segundo Mészáros (ibid., p. 596), que se coloca o maior desafio da estratégia socialista: “[...] como conquistar as *mediações necessárias* e ao mesmo tempo evitar a armadilha das falsas mediações constantemente produzidas pela ordem estabelecida de modo a integrar as forças de oposição.” (grifos do autor).

Para finalizar, Marx é extremamente claro quando trata do problema do Estado em seu “*Glosas críticas marginais ao artigo o ‘Rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano’*”. Em duas assertivas decisivas, não deixa dúvidas quanto à sua compreensão do Estado. Primeiro:

O Estado e a organização da sociedade não são, do ponto de vista político, duas coisas diferentes. O Estado é o ordenamento da sociedade. (id., 1995, p. 79-80 – grifos nossos)

E mais abaixo,

O Estado não pode eliminar a contradição entre a função e a boa vontade da administração, de um lado, sem eliminar a si mesmo, uma vez que repousa sobre essa contradição. Ele repousa sobre a contradição entre vida privada e vida pública, sobre a contradição entre os interesses gerais e os interesses particulares. Por isso a administração deve limitar-se a uma atividade formal negativa, uma vez que exatamente lá onde começa a vida civil e o seu trabalho, cessa o seu poder. Mais ainda, frente às consequências que brotam da natureza a-social desta vida civil, desse comércio, dessa indústria, dessa rapina recíproca das diferentes esferas civis, frente a essas consequências, a impotência é a lei natural da administração. Com efeito, esta dilaceração, esta infâmia, esta escravidão da sociedade civil é o fundamento natural onde se apóia o Estado moderno, assim como a sociedade civil da escravidão era o fundamento no qual se apoiava o Estado antigo. A existência do Estado e a existência da escravidão são inseparáveis. (ibid., p. 80 – grifos nossos)

Está tudo aí. De forma clara, Marx realiza uma elucidação ontológica do Estado. A “impotência é a lei natural da administração” exatamente porque a administração se destina a regular e garantir a existência da “vida civil, do comércio, da indústria” e da rapinagem recíproca. O Estado é o fiel garantidor do ordenamento, do disciplinamento e da estruturação do poder em todas as esferas da ordem social vigente, ainda que com seu desenvolvimento tenha adquirido outras mediações, inexistentes no período analisado por Marx. A complexificação do Estado moderno não altera sua natureza de classe e tampouco sua essência de organizador da exploração, pois o Estado moderno “apóia-se nesta infâmia, assim como o Estado antigo se apoiava na escravidão”. Estado e escravidão são inseparáveis porque o Estado, enquanto ordenamento social, é o hipotecário do ordenamento societário do capital.

As pretensões reformistas e social-democratas são destruídas por Marx em dois parágrafos. Certamente, qualquer orientação marxista coerente, ainda que tome o Estado por

“ampliado” ou “restrito”, não pode se furtar a esta constatação ontológica: o Estado é um instrumento de classe para organização da exploração (do capital).

Não confundindo com os ideais libertários, o Estado é *indispensável* para *destruir* as mediações de segunda ordem e *empecilho* para *construir* as novas mediações constituintes de uma sociabilidade emancipada. Este entendimento sobre o caráter de classe do Estado e os limites da esfera política vão orientar nossas análises no capítulo terceiro deste trabalho.

Feitas as considerações sobre a composição de classe e a condição do Estado enquanto ferramenta do domínio de classe, ou seja, de que sua existência é um atestado imediatamente visível de permanência da dominação e sua perpetuação empecilho a total emancipação humana, poderemos aprofundar nas indagações mais específicas.

1.2. “SINDICATO PARA QUÊ?!”

Poderíamos responder a esta pergunta-título com as breves palavras de Mandel (1978, p. 58):

As manifestações elementares da luta de classes dos assalariados giraram sempre à volta de três reivindicações:

- 1) O aumento dos salários [...]
- 2) A redução das horas de trabalho [...]
- 3) A liberdade de organização [...].

Observe que esta definição preliminar não esgota, nem tampouco reflete *ipsis litteris* a ação da quase totalidade das organizações sindicais hoje existentes. Mandel mostra que estas são as manifestações elementares da luta de classes dos assalariados, ou seja, o núcleo duro de suas reivindicações.

Desde o surgimento do assalariamento, as revoltas iniciais dos trabalhadores tomaram a forma de recusas coletivas de trabalho – as greves. Posteriormente, movimentos europeus como o ludismo¹⁶ (ou luditismo), ainda que limitadamente, já expressavam o descontentamento operário com as duras condições de trabalho e vida.

Sob a economia clássica (liberalismo), as protoformas de organização operária eram severamente banidas, acusadas de violação da lei de livre mercado e de causarem desequilíbrio econômico. De fato, o agir coletivo conferia força a uma classe relegada à exploração incessante.

¹⁶ De forma resumida, tratava-se o ludismo de uma protoforma do movimento de revolta operária, onde proletários ingleses, no séc. XIX, temendo o desemprego provocado pela automação, passaram a destruir máquinas industriais. Cf. Antunes (1980).

O avanço na consciência de classe desvelava aos trabalhadores a necessidade de aglutinação e coordenação. Assim, de revoltas esparsas, passaram às greves organizadas, formando *caixas de resistência*¹⁷, que dariam origem às *trade-unions*¹⁸ inglesas – os primeiros sindicatos da história.

O capitalismo se desenvolveu pela fase imperialista e as organizações se complexificaram. A própria luta dos trabalhadores garantiu a legitimidade de suas representações. Houve avanços também com relação às legislações trabalhistas e limitações do capital. Em alguns países da Europa e nos Estados Unidos, chegou-se mesmo à constituição de um Estado de Bem-Estar Social, “desmontado” após os anos 1970.

Esta brevíssima digressão foi realizada para reafirmar as palavras de Mandel (op. cit.). Desde muito cedo, os trabalhadores tiveram de lutar pelas melhorias no trabalho, por um salário digno e pelo direito de organização política. Posteriormente, com o crescimento das lutas e avanço nas conquistas, novas demandas foram incorporadas. Os sindicatos estavam consolidados. A organização operária precisava ser enfrentada e estudada, pois estava posta e legitimada (ao menos em termos jurídico-legais). Começam então a surgir indagações sobre a natureza e a questão dos sindicatos – quais seus objetivos, a quem interessam, a quem respondem, quem os controla... Afinal, “*Sindicato para quê?*”. Tentaremos avançar um pouco nesta questão.

1.2.1. O sindicalismo em Marx e Engels.

Tendências diversas sempre estiveram presentes no interior da classe operária. A importância atingida pelo movimento operário colocou os trabalhadores definitivamente no centro do cenário político – ainda que suas ações fossem reiteradamente marginalizadas pelo capital – atraindo a atenção de múltiplos teóricos e militantes. A constituição de um partido

¹⁷ Não é nosso objetivo neste trabalho refazer pormenorizadamente a história do movimento de trabalhadores. A intenção desta breve digressão é apenas ilustrativa. Assim, as *caixas de resistência* eram fundos (pecuniários), formados pelos trabalhadores, a fim de garantir a manutenção dos rendimentos em períodos de greve – aumentando sobremaneira suas capacidades de resistência. Cf. Antunes (1980).

¹⁸ As *trade-unions* podem ser consideradas os primeiros sindicatos, tal como os conhecemos. Evidentemente, sua organização, comparada a dos sindicatos contemporâneos, era bastante elementar. Seus objetivos, além da administração das caixas de resistência, era a negociação e organização do movimento operário em largo alcance. Assim, as *trade-unions* podiam articular trabalhadores de diversas fábricas num amplo movimento grevista (ANTUNES, 1980). Lênin, posteriormente, usaria a expressão “*tradeunionismo*” para caracterizar o substrato típico de organização dos sindicatos – limitado, espontâneo e, originalmente, economicista. A crítica ao *tradeunionismo* vincula-se à natureza de suas reivindicações: focadas no universo da produção e preocupadas, sobretudo, com as questões elementares que elencamos acima, tomando emprestadas as afirmações de Mandel. Mais à frente, demonstraremos que Lênin (e mesmo Marx, Engels e outros marxistas) vislumbrava nos sindicatos um papel bem mais complexo que as simples conquistas cotidianas e “trabalhistas”, ou seja, *tradeunionistas*.

político há época ainda estava distante, mas já era possível ver com clareza a necessidade de união e de internacionalização da luta.

Embora não tenham elaborado trabalhos sistemáticos sobre o tema, Marx e Engels manifestaram sobre os sindicatos. Encontramos análises esparsas, panfletos, artigos ou excertos de obras, onde analisam os movimentos de trabalhadores de suas épocas.

Discorrendo sobre o papel econômico imediato dos sindicatos, Marx (2008a, p. 65) expõe:

O valor da força de trabalho constitui a base racional e declarada dos sindicatos, cuja importância para a classe operária não se pode subestimar. Os sindicatos têm por fim impedir que o nível de salários desça abaixo da soma paga tradicionalmente nos diversos ramos da indústria e que o preço da força de trabalho caia abaixo de seu valor¹⁹.

O objetivo da união é “se colocarem em igualdade de condições com o capitalista para o contrato de venda de seu trabalho” (ibid.). Para Marx, esta é a base lógica dos sindicatos.

Gramsci, de cujas análises trataremos à frente, tem uma percepção próxima a de Marx, quando o assunto é regulação do mercado da força de trabalho. Para o teórico sardo,

Mais expostos aos riscos da concorrência, os operários acumularam suas propriedades em “empresas” cada vez maiores e mais abrangentes, criaram este enorme aparelho de concentração de carne para a labuta, impuseram preços e horários e disciplinaram o mercado. (GRAMSCI, 2004, p. 287)

Não é este o momento para tratarmos das análises de Gramsci sobre o sindicalismo. Isto será feito em separado, no subitem 1.2.3.

¹⁹ Não é este o lugar para discorrermos sobre a profícua teoria do salário de Marx. Apenas é preciso lembrar que o *limite mínimo do salário* é dado pelas condições elementares de subsistência do trabalhador, ou seja, pela reprodução da mercadoria força de trabalho. Marx demonstra ainda que na composição do salário está contida não somente a *subsistência física*, mas também *características sociais*, ou seja, os acessos que cada sociedade define como um modo de vida minimamente humano. É evidente a disposição do capital de redução do salário ao seu limite mínimo, a fim de aumentar a apropriação do trabalho excedente. Por lado outro, a luta dos trabalhadores (através de suas organizações) caminha no sentido de ampliar ao máximo sua participação nos produtos produzidos, ou seja, o salário. Parece bastante claro que a política de arrocho salarial, draconianamente executada pelo modelo neoliberal, tem procurado reduzir os salários abaixo do *limite físico* de reprodução da força de trabalho. Além das perversas conseqüências como a instauração do pluriemprego, o aumento das jornadas, crescimento do setor informal e outros revezes econômicos, o “desaparecimento” do *limite mínimo social (ou histórico)* da composição do salário contribui ainda mais para a produção de uma sociedade barbarizada, na qual os acessos aos produtos sociais tornam-se próximos da nulidade e a “humanização do homem” ainda mais comprometida, quando milhões de seres humanos se vêem totalmente privados de uma série de objetivações humanas tornadas mercadorias inacessíveis. (Temos a evidente clareza que mesmo um fantasioso “consumo ilimitado”, não suprime a (re)produção da barbárie – própria da *objetivação alienada* da sociedade capitalista.) Por ora, são suficientes estas breves considerações sobre a teoria marxiana do salário. Para este tema, cf. Marx (2006, 2002 e 1988b) e Netto & Braz (2006).

A defesa da união operária torna-se mais clara em *A Miséria da Filosofia* (MARX, 2004). Na polêmica contra Proudhon, Marx rebate as acusações de que o aumento dos salários (conseguidos pelos esforços grevistas) levaria, necessariamente, a um aumento generalizado nos preços (carestia), a fim de compensar a baixa nos lucros. Para Marx, alta ou baixa nos lucros (ou nos salários) exprimem a proporção da participação de capitalistas e trabalhadores no produto de uma jornada, não influenciando decisivamente nos preços das mercadorias. É que Marx tem em mente o efeito concorrencial, que tende sempre a forçar a realização do lucro médio (ou taxa média de lucro). Assim, uma possível sublevação nos preços das mercadorias de uma empresa que se utilize prioritariamente de trabalho intensivo (ou, em outros termos, que possua uma baixa composição orgânica do capital) seria rapidamente pressionada ao recuo pela baixa nos preços dos produtos de outra empresa, que possua uma alta composição orgânica do capital (ou seja, maquinário e tecnologia). É interessante observar que a segunda empresa, dado o aumento da produtividade pela incorporação de tecnologias (capital constante), poderia até mesmo elevar o salário de seus trabalhadores, aumentando ainda assim a taxa de exploração (o que implica, evidentemente, uma redução relativa do salário). Às empresas em estágio produtivo arcaico restariam, portanto, duas opções: fechar as portas ou investir pesadamente em tecnologia e maquinário, aumentando assim a composição orgânica do capital. Marx antecipa aqui a tendência do capital de conversão crescente em capital constante ou, em outros termos, de subsunção cada vez maior, no processo de trabalho, do trabalho vivo ao morto. Está claro, portanto, que esta tendência a economizar trabalho vivo é inerente ao próprio movimento do capital, não estando diretamente vinculada à maior ou menor pressão dos trabalhadores. A organização do trabalho e a exigência de maiores salários (ou seja, de maior participação no excedente produzido) pode apenas acelerar o processo de incremento tecnológico, visando à recuperação das taxas de lucro anteriores ao aumento dos salários. A partir desse arrazoado, torna-se clara a conclusão de Marx (2004, p. 206):

A alta generalizada de salários, portanto, atingiria menos as empresas que empregam mais máquinas que operários se comparadas às outras. Mas a concorrência tende sempre a nivelar os lucros e aqueles que se elevam acima da taxa ordinária só poderiam ser passageiros. Assim, salvo algumas oscilações, uma alta generalizada dos salários conduziria não a uma carestia geral, como diz o Sr. Proudhon, mas a uma baixa parcial, isto é, a uma baixa dos produtos que se fabricam com o auxílio de máquinas.

A despeito das polêmicas “econômicas” contra Proudhon, Marx quer ressaltar a importância do levante e da organização operária. A autodescoberta do proletariado, sua

passagem ao estado para-si, ou, simplesmente, sua constituição enquanto classe, como vimos, com demandas próprias e autênticas, realizam a visão política de Marx, de passagem, da classe economicamente central, da periferia ao centro sócio-político.

Marx reconhece o movimento dos operários ingleses que da organização em *trade-unions* passaram ao cartismo²⁰. Observemos que o próprio movimento histórico de organização e constituição da associação dos trabalhadores vai ensinando a Marx (e aos marxistas que aqui abordaremos) as características e limitações do sindicalismo. A constituição do movimento Cartista, ainda que em sua limitada perspectiva, marca um avanço na concepção de mundo e nas visões da consciência de classe. Como analisa Engels (2008a, p. 72),

[...] graças à ação sindical, a lei dos salários se impôs pela força aos patrões capitalistas. Com efeito, bem organizados, os operários de todos os ramos da indústria podem receber – ao menos aproximadamente – o justo valor da força de trabalho que alugam e, com ajuda da legislação do Estado, fixar o tempo de trabalho, para que não exceda sua duração máxima [...]. Isso é o máximo que os sindicatos – como estão organizados atualmente – podem esperar obter e só ao preço de uma luta tenaz e de um imenso gasto de força e de dinheiro.

Estão postos os limites do sindicalismo e a necessidade de avançar. E Engels (2008b, p. 75) acrescenta:

Com efeito, começa a entender [o operário] que o movimento atual [luta sindical], como gira exclusivamente em torno dos problemas do aumento de salário e de diminuição das horas de trabalho, mantém a classe em um círculo vicioso, porque o mal básico não reside no baixo nível dos salários, mas sim no sistema de trabalho assalariado. Se esta tomada de consciência se estender no seio da classe operária, mudará consideravelmente a posição dos sindicatos: estes não gozarão muito tempo do privilégio de ser as únicas organizações da classe operária. Ao lado ou acima dos sindicatos de cada ramo da indústria surgirá uma união geral, uma organização política da classe operária em seu conjunto.

Este artigo de Engels, escrito em 1881, logo após a morte de Marx, é da máxima importância. Neste pequeno excerto Engels não apenas afirma cabalmente as limitações do

²⁰ Resumidamente, tratava o movimento Cartista não de um partido político, mas de um movimento social de grande envergadura, empenhado no estabelecimento de uma ação parlamentar pró-operariado. O objetivo era a consolidação de leis que beneficiassem os trabalhadores. Pode-se dizer que os adeptos da ação político-parlamentar pertenciam à ala mais moderada do Cartismo e, como se sabe e não a despeito de polêmicas, Marx possuía certas reservas com relação à atuação no Parlamento (recorde-se, por exemplo, sua célebre expressão para definir as características de atuação dos “representantes do povo”: o *cretinismo parlamentar* – MARX, 1988a). Ainda sobre as análises de Marx sobre a problemática da dinâmica democrática e atuação nas instituições do Estado, cf. Aron (op. cit., p. 441-67).

sindicalismo, como vislumbra a necessidade de elevação no nível de luta. O trecho é bastante rico, pois nele Engels reconhece, como fará posteriormente Luxemburgo (1974), que é na luta que a consciência de classe se desenvolve e os trabalhadores apercebem a necessidade de extrapolação do conflito. Esta é a protoforma de uma teoria posteriormente retomada com centralidade por Lênin: a teoria das “escolas de guerra”. A luta sindical seria uma preparação para a verdadeira luta capital *versus* trabalho. Como o próprio Engels (ibid., p. 73) lembra: “a luta entre as duas grandes classes da sociedade se converte necessariamente em uma luta política”, que encontra sua expressão mais acabada na luta entre partidos.

Delineiam-se a partir daqui outras “funções” (que serão exploradas em profundidade por Lênin, graças à sua atividade militante revolucionária), quais sejam, preparar os trabalhadores, promover a ascensão da consciência e educá-los para o estágio ulterior da luta de classes.

Por fim, antes de passarmos às análises do sindicalismo na época do imperialismo, é preciso delimitar uma última importância atribuída por Marx (2008b, p. 92) aos sindicatos. Vejamos,

Se os sindicatos são indispensáveis nos conflitos entre o trabalho e o capital, são ainda mais importantes como força organizada para suprimir e substituir o sistema de trabalho assalariado.

E ainda,

[...] além de sua função imediata de reação contra as dúbias manobras do capital, os sindicatos devem atuar como centros de organização da classe operária, com vistas à sua emancipação radical. (ibid.)

Numa rápida leitura, seria possível o questionar: Marx não teria se precipitado ao atribuir aos sindicatos tamanha importância, como uma “força organizada para suprimir e substituir o sistema de trabalho assalariado”? Tal papel, como mostrou Engels, não caberia ao partido?

O movimento sindical, à época de Marx e Engels, figurava como a mais expressiva instituição organizativa (autônoma) dos trabalhadores. Teorizações mais efetivas sobre o partido político de massas e seu papel na construção de uma nova sociabilidade só seriam elaboradas posteriormente por seus continuadores, num período de consolidação da luta de classes em escala ampliada (imperialismo), com a efetiva ação político-partidária revolucionária em busca do poder do Estado e do consequente direcionamento da sociedade.

A genuína ação de massas estava mesmo intimamente ligada aos sindicatos e suas associações. As entidades sindicais, com suas características de ação reivindicativa organizada eram capazes de mobilizar diretamente grandes massas de trabalhadores. A atuação no interior do aparelho estatal tinha caráter limitado e as incursões cartistas inspiravam “descrédito” (quando não ironia), dado seu insulamento e até mesmo inocência.

Permitimo-nos concluir hoje, no devir da história e elucidados por análises predecessoras, que a organização sindical é imprescindível, momento ineliminável e da mais suma importância para a formação da consciência de classe. Somente através da participação, da atuação sindical, do agrupamento na luta mais imediata – a luta econômica voltada para o mundo da produção – podem os trabalhadores ascender a uma consciência de classe ampliada, que reconheça não somente a necessidade de supressão das condições efetivas do trabalho como, principalmente, a necessidade de supressão de todo o edifício do capital.

1.2.2. O Sindicalismo à época do imperialismo – Lênin, Trotsky e Rosa Luxemburgo.

A complexificação da sociedade e das próprias formas de organização proletária trará outras problemáticas à análise da questão sindical, de sua importância e de seus limites. Um dos mais profícuos teóricos marxistas, Lênin ocupou-se da análise do sindicalismo como exigência prática dos destinos da revolução de 1917.

Para Lênin, o movimento das greves (e o próprio sindicalismo) seria fruto da dinâmica de desenvolvimento do capitalismo. Assim, é inerente ao movimento da sociedade capitalista a organização dos trabalhadores e a luta por melhores condições de vida e salário. Ao contrário, portanto, da economia política clássica (superada por Marx), que via na organização dos trabalhadores uma deletéria intervenção no livre jogo de forças do mercado, Lênin colocava o sindicalismo como um elemento constitutivo do desenvolvimento da economia capitalista, com tendências ao agravamento: “quando a produção se transforma numa luta em grande escala, essa luta se converte necessariamente em uma luta grevista” (LÊNIN, 2008a, p. 99). O que conduzia os operários à atitude coletiva era a percepção da inutilidade da luta individual (tal como já ressaltavam Marx e Engels, a força do proletariado residia em seu número e era anulada pela desunião). Esta “percepção de coletividade”, na concepção de Lênin, contém em si o germe da consciência de classe, embora, em princípio, os operários não tenham nenhuma ciência do que procuram conseguir.

Lênin, assim como Rosa Luxemburgo, conferia importância central às greves na formação da consciência de classe. É na luta grevista que a consciência se amplia e os trabalhadores passam a compreender a amplitude da luta de classes. Vejamos.

Toda greve infunde vigorosamente nos operários a ideia do socialismo; a ideia da luta de toda a classe operária por sua emancipação do jugo do capital. [...]

A greve ensina os operários a compreender onde repousa a força dos patrões e onde a dos operários; ensina a pensar não só em seu patrão e em seus companheiros mais próximos, mas em todos os patrões, em toda a classe capitalista e em toda a classe operária. [...]

Mas a greve abre os olhos dos operários não só quanto aos capitalistas, mas também no que se refere aos governos e às leis. (ibid., p. 104)

Mas Lênin reconhecia também os limites da ação grevista, quando ressaltava que estas eram “escolas de guerra” e não a “guerra”, propriamente. Sua intenção parece clara: é a partir das greves, e da educação política que produzem, que os trabalhadores percebem a necessidade de ampliação do conflito, uma vez que a própria luta grevista revela suas possibilidade e também seus limites.

Os textos de Lênin permitem a conclusão: não há formação de consciência de classe possível que abdique do sindicalismo e de sua forma de luta mais genuína, as greves. Não poderá haver salto direto do cotidiano proletário para a consciência de classe mais acabada (expressa na organização do partido). A passagem pelo sindicalismo e pelas lutas que pressupõe é indispensável ao correto acabamento da consciência de classe²¹.

Lênin reconhece que as greves são uma expressão da luta operária, mas não a única: é no partido que a luta de classes toma sua forma mais acabada. O papel do partido é a difusão, pelos operários de vanguarda, das ideias socialistas por todos os setores do operariado – e aqui os sindicatos terão outra importante função: servir como correias de transmissão entre o partido e os operários.

Trotsky faz alusões ainda mais claras. Sindicatos e partidos teriam atividades, em síntese, complementares. A principal característica de um sindicato forte seria a grande amplitude de suas bases. Em suas palavras: “quanto mais amplas são as massas que os sindicatos abrangem, melhor eles cumprem sua missão”. (TROTSKY, 2008, p. 211). O

²¹ Não nos referimos à passagem pelos *quadros sindicais*. É evidente que a multiplicidade da classe trabalhadora, inclusive no que diz respeito à formação da consciência de classe, pressupõe vanguardas, bem como setores reformistas e atrasados. Todos os marxistas aqui elencados tinham plena clareza desta multiplicidade na composição da classe trabalhadora e de suas tensões. A “passagem pelo sindicalismo”, à qual fazemos referência, alude às lutas de tipo sindical e seu papel na educação das massas, conforme temos trabalhado até aqui.

partido, ao contrário, deve reunir os setores mais avançados do proletariado, ser ideologicamente homogêneo, organizado e com unidade de ação. Certamente, por sua análise, Trotsky restringe sobremaneira o número de integrantes do partido.

A partir das análises que vimos inserindo, torna-se cada vez mais claro o limite da ação sindical. Tal limite é superado, em todos os marxistas estudados neste subitem, pela constituição do partido político. As palavras de Trotsky (ibid.) são bem diretas:

Os epígonos do sindicalismo queriam nos fazer acreditar que os sindicatos são auto-suficientes. Isso, teoricamente não quer dizer nada, mas na prática significa a *dissolução da vanguarda revolucionária na retaguarda das massas, ou seja, nos sindicatos.*

[...] Pretender que os sindicatos são auto-suficientes porque o proletariado já alcançou sua “maioridade” é adular o proletariado, afirmando-lhe ser algo que não é e nem pode ser sob o capitalismo – que mantém no atraso e na ignorância a enorme massa de operários –, permitindo somente à vanguarda a possibilidade de superar as dificuldades e chegar a uma clara compreensão das tarefas do conjunto de sua classe. (grifos meus)

Neste específico ponto, as análises de Trotsky, Lênin e Gramsci em muito se aproximam: há uma vanguarda operária e seu lugar de atuação é no partido político. Lênin e Trotsky, porém, insistem, mais incisivamente que Gramsci, na importância da atuação dos comunistas nos sindicatos, bem como na centralidade do movimento sindical para a educação política das massas.

Neste instante, chegamos a um ponto polêmico, sobretudo entre as análises de Lênin e Rosa Luxemburgo: o problema da espontaneidade. Luxemburgo (1974) confere elevada importância ao desenvolvimento espontâneo das massas, especialmente em sua educação no processo de luta. Já para Lênin, as ideias socialistas devem, a partir de um determinado momento, serem levadas ao proletariado.

Em *Que Fazer?*, Lênin recorda que a doutrina socialista é fruto não da ação do operariado, mas do desenvolvimento científico de intelectuais burgueses devendo, portanto, ser levada de fora ao movimento operário. Vejamos,

[...] toda diminuição da ideologia socialista, todo distanciamento dela implica o fortalecimento da ideologia burguesa. Fala-se de espontaneidade. Mas o desenvolvimento espontâneo do movimento operário resulta justamente na subordinação à ideologia burguesa, efetua-se justamente segundo o programa do Credo, pois o movimento operário espontâneo é o sindicalismo, [...] o sindicalismo é justamente a escravidão ideológica dos operários pela burguesia. Por isso, nossa tarefa, a da social-democracia, é combater a espontaneidade, desviar o

movimento operário dessa tendência espontânea que apresenta o sindicalismo, de se refugiar sob as asas da burguesia, e atraí-lo para a social-democracia revolucionária [...]. (id. 2008b, p. 114)

E mais,

Constatamos, assim, que o erro fundamental da “nova tendência” da social-democracia russa é inclinar-se diante da espontaneidade; é não compreender que a espontaneidade da massa exige de nós, social-democratas, uma consciência mais elevada. Quanto maior for o impulso espontâneo das massas, mas amplo será o movimento, e de forma ainda mais rápida afirmar-se-á a necessidade de uma consciência elevada no trabalho teórico, político e de organização da social-democracia. (ibid., p. 115)

Luxemburgo (1974, p. 80), ao contrário, apostava bem mais na espontaneidade e na capacidade autopedagógica das massas:

[...] num autêntico período revolucionário, a massa dos que atualmente se encontram num estado de aparente apatia política e são incessíveis a todos os esforços dos sindicatos e do Partido no sentido de os organizar, enfileirar-se-á atrás da bandeira da social-democracia. Seis meses de revolução contribuirão mais para a educação dessas massas atualmente desorganizadas do que anos de comícios públicos e de distribuições de panfletos.

Não que os limites da ação sindical fosse incompreensíveis para Luxemburgo. Ao contrário, em polêmica contra Bernstein, alertou claramente que tanto o movimento sindical quanto o cooperativismo não poderiam, por si mesmos, levar ao socialismo. A questão central para Luxemburgo estava na valorização da capacidade de ação do proletariado. Sua preocupação centra-se na manutenção (sobrevivência) das organizações operárias, que só encontram sua razão de ser na e pela luta. As análises de Luxemburgo, em sua maior parte, vão ao encontro das ponderações de Lênin e Trotsky. Contudo, ao conferir maior importância à espontaneidade das massas e a sua auto-educação, Luxemburgo (ibid., p. 75) demonstra uma preocupação com relação a um fenômeno bastante comum no sindicalismo – a burocratização:

[...] os sindicatos, como as outras organizações de combate do proletariado, só podem manter-se pela luta [...]. A concepção rígida e mecânica da burocracia só admite a luta como resultado da organização que atinja um certo grau de força. Pelo contrário, a evolução dialética, viva, faz nascer a organização como produto da luta.

Ora, naquele momento, a burocracia começava a entrar em contradição com a autonomia das massas, pondo em risco a capacidade das mobilizações, mas, mais que isso: a formação da consciência de classe e a dimensão autopedagógica da ação sindical estavam em jogo. Os sindicatos caíam, sob a ação de profissionais especializados – burocratas –, numa ação cada vez mais ordinária e procedimental. Esta face sombria do movimento sindical influenciará decisivamente Gramsci em suas análises sobre o sindicalismo.

1.2.3. O sindicalismo em Gramsci.

Podemos dizer que Gramsci possuía uma visão negativa do sindicalismo. Mas suas análises, ainda que caminhem numa linha pessimista, revelam o reconhecimento da importância estratégica dos sindicatos, mesmo que como ferramenta de mistificação das massas.

Os escritos de Gramsci subdividem-se em dois momentos: o “pré-cárcere” (1914-1926) e o “cárcere” (1926-1935). Suas inserções na temática sindical ocorreram, sobretudo, no período pré-cárcere, época em que escrevia para o periódico italiano *L'Ordine Nuovo*. Após o desenvolvimento de sua teoria da *hegemonia*, já preso pelos fascistas, a temática do sindicalismo desaparece quase por completo de suas reflexões, transmutada nos *aparelhos privados de hegemonia* – instituições da sociedade civil utilizadas para conquista e controle da hegemonia, dentre as quais os sindicatos e os partidos políticos.

Assim, no pensamento de Gramsci, podemos nos ater às suas reflexões polemizadas no *L'Ordine Nuovo*, onde, além de não poupar críticas ao movimento sindical, exalta as comissões de fábrica, que de alguma forma possuiriam ainda certa organicidade das massas, impressa na psicologia do cotidiano operário.

A questão da “psicologia do cotidiano operário”, *mutatis mutandis*, guarda particularidades com o pensamento de Luxemburgo, especialmente na importância que confere à capacidade autopedagógica dos trabalhadores. O diferencial de Gramsci é que, para o marxista italiano, o processo educativo dos operários surge não apenas na luta grevista, como no próprio desenvolvimento do trabalho, onde despertam para os problemas da gestão do processo de trabalho – e aqui as “comissões de fábrica” adquirem um papel relevante.

Neste caso específico (das comissões de fábrica), as opiniões se aproximam das abordagens de Lênin, mas mantêm uma diferença fundamental em relação ao papel do sindicalismo. Vejamos primeiro em Lênin (2008b, p. 130),

Os sindicatos organizaram as massas operárias com o objetivo de uma luta pelo aumento dos salários e pela redução da jornada de trabalho e o fizeram em larga escala. Os conselhos operários industriais se organizam para o controle operário da indústria e para a luta contra a desorganização econômica; eles englobam todas as empresas operárias, mas a luta que eles sustentam só muito lentamente pode assumir um caráter político geral.

Para Gramsci, o papel atribuído aos conselhos de fábrica era bem mais relevante. Ao contrário do que vimos até aqui (especialmente em Marx e Engels), não será pelo sindicalismo que surgirá a “psicologia” operária da nova sociedade (pois Gramsci, homem de seu tempo, acompanhou o processo de burocratização e de sustentação que os sindicatos forneceram aos regimes fascistas europeus – o que repercutiu fortemente em suas elaborações). Destarte, conclui nosso autor,

O conselho de fábrica é a célula primária desta organização [a ditadura proletária]. [...] Sua razão de ser está no trabalho, na produção industrial, ou seja, num fato permanente e não mais no salário, na divisão de classes, isto é, num fato transitório, que se trata precisamente de superar. (GRAMSCI, 2004, p. 289)

Está claro que, para Gramsci, a superação da ordem capitalista e a instauração da ditadura proletária acarretará também na superação dos sindicatos – presos, em sua essência, às mediações objetivas da ordem do capital. Os conselhos de fábrica, como se pautam na realização do trabalho – protoforma do ser social – possuem um caráter perene, educador, capaz de se prolongar na sociedade dos produtores autodeterminados – aqui está uma diferença fundamental em relação às concepções leninistas.

Quanto ao papel das comissões e do próprio sindicalismo, seus “lugares” no devir da luta de classes, até poder-se-ia dizer, baseado no excerto a seguir, que há proximidade entre as concepções de Gramsci e Lênin...

A existência dos conselhos dá aos operários a responsabilidade direta da produção, leva-os a melhorar seu trabalho, instaura uma disciplina consciente e voluntária, cria a mentalidade do produtor, do criador da história. Os operários levam para o sindicato esta nova consciência; e, além da simples atividade da luta de classe, o sindicato passa a se dedicar ao trabalho fundamental de imprimir uma nova configuração à vida econômica e à técnica de trabalho, dedica-se a elaborar a forma de vida econômica e de técnica profissional que é própria da civilização comunista. Neste sentido, os sindicatos – que são formados pelos operários melhores e mais conscientes – realizam o momento supremo da luta de classe e da ditadura do proletariado: criam condições objetivas nas

quais as classes não podem mais existir nem renascer. (GRAMSCI, *ibid.*, p. 290)

Contudo, esta análise (se utilizarmos termos weberianos) típico-ideal de Gramsci sobre a natureza do sindicalismo reflete um raro momento em suas reflexões, tornando-se totalmente eclipsada por todas as considerações sobre a burocracia sindical. A tomada do sindicalismo por sua face burocrática leva Gramsci a uma perspectiva pessimista, que o inclina à inevitável ênfase na “organização de fábrica”, na prioridade das comissões sobre a estrutura sindical. E aqui, as palavras de Lênin (2008b, p. 131) não poderiam ser mais antagônicas:

Os sindicatos organizados, na qualidade de pilares da indústria, apoiando-se sobre os conselhos industriais operários que representarão as organizações de fábrica e das usinas, ensinarão às massas operárias seu dever industrial, formarão os operários mais avançados para a direção das empresas, organizarão o controle técnico dos especialistas, estudarão e executarão, de acordo com os representantes do poder operário, o plano da política econômica socialista.

O papel dos sindicatos, para Lênin, está definido na sociedade pós-capitalista. Assim, na construção lenineana, não há que se dizer em fim dos sindicatos na ditadura do proletariado. Ao contrário, estes representarão papel bem definido na democratização da gestão social.

Em nenhum dos textos estudados neste trabalho há uma preocupação tão preeminente com a burocratização e seus perversos efeitos sobre as massas, bases dos sindicatos, como nos escritos de Gramsci. Somente tal (legítima) preocupação pode explicar seu pessimismo com relação à avaliação do sindicalismo. É preciso observar que, à época de Gramsci, as organizações operárias atingiram o máximo de sua expressão. Organizadas, dotadas de recursos e sustentadas por amplas bases, constituíram verdadeiros organismos colossais de direção, administração e, porque não dizer, controle de milhares de trabalhadores. A preocupação de Gramsci ocorre com relação ao exercício deste poder, que demanda, cada vez mais, a presença de profissionais especializados, bastante distanciados do cotidiano e da “psicologia” operária.

Gramsci chega ao ponto de questionar a presença da vanguarda operária nas instituições sindicais, afirmando que a escolha de lideranças no universo sindical jamais ocorre por critérios de competência industrial, mas por competência “meramente jurídica, burocrática e demagógica” (GRAMSCI, *op. cit.*, p. 295). Verifica-se, portanto, uma inversão:

a burocracia sindical, através do domínio da máquina sindical, “reina e governa” sobre as bases. A burocracia procura perpetuar-se na direção dos aparelhos sindicais, ainda que para isso tenha que estabelecer alianças com setores do capital. Está dado o passo decisivo para a infiltração do capital nas associações dos trabalhadores.

Para Gramsci, o fato de as reivindicações sindicais se prenderem a uma dinâmica capitalista, não permite que favoreçam o surgimento de outro tipo de mentalidade, pós-capitalista. Reitera-se a relação mercantil, dificultando ao operário sua autoidentificação enquanto produtor. A subjetividade produzida pela luta sindical – subjetividade própria do mundo das mercadorias, onde se luta pela venda, pelo maior preço possível, da força de trabalho – ainda é uma subjetividade fragmentada, que não conecta o trabalhador como parte de um sistema global inseparável: a totalidade do trabalho social. Ora, Gramsci nada mais está fazendo que uma análise “psicossociológica”, ou seja, está perscrutando os limites subjetivos do sindicalismo (assim como nossos outros autores vinham fazendo no campo econômico). Assim, além das comissões de fábrica, a saída está no partido político que, segundo Gramsci (ibid., p. 295),

[...] educa o proletariado para organizar seu poder de classe e para servir-se desse poder armado para dominar a classe burguesa e criar as condições nas quais a classe exploradora seja suprimida e não possa renascer. A tarefa do Partido Comunista na ditadura, portanto, é a seguinte: organizar poderosa e definitivamente a classe dos operários e dos camponeses em classe dominante, zelar para que todos os organismos do novo Estado desempenhem efetivamente uma ação revolucionária e romper com os direitos e as velhas relações inerentes ao princípio da propriedade privada.

Pode-se concluir, então, que o pensador sardo reconhece importância nos sindicatos. Porém, tal organização, dominada pela burocracia, pode haver-se perdido pelo caminho. Restaria então voltar a outras formas de organização operária e, sem qualquer dúvida, o partido se constitui como a mais importante delas, mas que não pode, por si mesmo, resolver os complexos problemas da dinâmica cotidiana do trabalho. Assim, as comissões seriam o novo núcleo de formação da consciência de classe e de construção de uma mentalidade autoprodutiva.

Muitas são as polêmicas, mesmo no interior do marxismo, sobre a questão sindical. Contudo, após este esboço, podemos grifar as concordâncias fundamentais no que se refere ao papel dos sindicatos e, sobretudo, de sua função organizativa e catalisadora na formação da consciência de classe.

1.3. O SINDICALISMO COMO PARTICULARIDADE – ELEMENTOS DE UMA ABORDAGEM ONTOLÓGICA.

Investigações sobre o movimento dos trabalhadores e sua organização levam, necessariamente, às investigações do universo produtivo e de suas relações. É no cotidiano que estas relações se desenvolvem e, portanto, compreender a formação da consciência de classe em seu impulso inicial, a partir do qual homens e mulheres se engajam na luta por um projeto societal, implica investigar o devir cotidiano. É a partir da compreensão de suas conexões que se abrem as possibilidades de conhecimento do *élan* revolucionário.

1.3.1. Singularidade, particularidade, universalidade – mediação e cotidiano.

O desvendamento do cotidiano é propiciado pelas análises do Lukács “maduro” em suas últimas obras: a *Estética* (I) e a *Ontologia do Ser Social*. Especialmente no caso da primeira, o rico desenvolvimento categorial proporciona a apreensão da cotidianidade, suas características e *suspensões*.

A vida cotidiana é sentida pelo homem *singular*. O processo empírico da vida, as demandas rotineiras, a necessidade de respostas às mais diversas indagações requerem um comportamento capaz de orientá-lo minimamente, garantindo sua sobrevivência psicofísica. O comportamento cotidiano, permeado por seus automatismos, possui, segundo Netto, três características fundamentais: a *heterogeneidade*, a *imediatez* e a *superficialidade extensiva*. (NETTO & CARVALHO, 1987, p. 67).

A vida cotidiana guarda em seu conjunto de atividades um universo plenamente múltiplo e variegado de objetivações do ser social. *Heterogeneidade*, portanto, é o caráter compósito da vida, que requer múltiplas respostas para múltiplas indagações (as mais diversas – desde as aplicações da física, da biologia, do trabalho, das artes, da política, etc.). Todas estas questões apresentam-se de maneira mais ou menos imediata, ou seja, requerem respostas “urgentes” e ativas, a fim de propiciarem ao indivíduo sua realização vital, sem um supradesgaste de energia – o automatismo e o pragmatismo adquirem relevo nesta forma procedimental. Assim, a vida cotidiana dispersa a atenção humana por inúmeras objetivações, que requerem ações e respostas ativas nos mais diversos campos da vida social. Certamente, a pluralidade das situações e a urgência das demandas clamam por um rápido processamento da ação que não permite, em último caso e no mais das vezes, uma análise rigorosamente

críteriosa e crítica – a *razão instrumental* é a racionalidade típica do cotidiano. Estamos confrontados com a *superficialidade extensiva* das ações.

A cotidianidade é momento ineliminável da vida social e nenhuma existência individual pode cancelá-la. A cotidianidade é o espaço da *singularidade*. Que é, entretanto, a singularidade? Lukács (1967, p. 203) responde a esta indagação:

Es obvio que en nuestras relaciones directas con la realidad tropezaremos siempre directamente con la singularidad. Parece incluso – con apariencia nada injustificada – que de modo inmediato no nos enfrentamos más que con la singularidad. Pues todo lo que nos ofrece el mundo externo como certeza sensible es inmediatamente y siempre algo singular, o una conexión única de singularidades; és siempre un Esto singular, un Aquí y Ahora singular.

Destarte, o cotidiano é o campo da singularidade. A forma de experimentação mais comum e perene da existência é a singularidade, com sua *heterogeneidade*, *imediaticidade* e *superficialidade intensiva*. Que se opõe, então, à singularidade?

A *universalidade* é o campo oposto à singularidade. Em termos lukascianos, refere-se à dimensão *humano-genérica*, ou seja, à dimensão em que os homens singulares participam, no ser social, como membros da espécie humana. A dimensão humano-genérica revela o autêntico “mundo dos homens”; nela está plasmado o conjunto das objetivações humanas, acumuladas ao longo da história. O alcance da dimensão humano-genérica possibilita a experimentação da verdadeira humanização pelo homem e, conseqüentemente, o estabelecimento de um outro tipo de consciência, mais afinado com o rico desenvolvimento do próprio ser social.

Entre a imediaticidade do ser singular e a historicidade do ser genérico há, contudo, uma mediação – a *particularidade*, que não se apresenta apenas como um mero intermédio entre dois extremos; ao contrário, revela-se um campo onde, ao mesmo tempo, se superam e conservam elementos da singularidade e da universalidade, podendo, até mesmo, transformar-se numa nova forma de um ou de outro. Novamente, recorreremos às palavras de Lukács (ibid., p. 211-2),

[...] la esencia específica de la particularidad aparece más precisamente que hasta ahora: mientras que la generalidad y la singularidad se concentran cada una en su punto final, la particularidad es una tierra central, un campo de mediaciones entre aquéllas, cuyos límites en ambas direcciones son siempre imprecisos y a veces se hacen imperceptibles.

O processo do conhecimento pressupõe o estabelecimento de generalizações. Caso contrário, não seria possível conhecer. Ficaríamos presos, como afirma Hegel, à indizibilidade do singular, em sua inacessibilidade para a linguagem e, por conseguinte, à sua imperscrutabilidade científica. É no estabelecimento das generalizações e dos procedimentos comparativos que se chega a uma nova esfera, ou momento do ser – a particularidade – que, em verdade, trata-se de uma *mediação (ponto médio*²²) entre a singularidade e seu oposto, a universalidade.

Para Lukács, o movimento metodológico do materialismo dialético, com suas “aproximações sucessivas”, caminha sempre rumo à generalidade. No entanto, o caráter inesgotável do real não proporciona a construção do reflexo de uma generalidade terminada, ao contrário, trata-se sempre de uma generalidade provisória – ou da construção de particularidades cada vez mais enriquecidas. Neste processo, restarão duas alternativas ao pensamento: “[o] bien se concreta esa generalidad de un modo más determinado, o bien [...] la supera una generalidad de orden superior”. (ibid., 206). Há, portanto, uma permanente relativização dos estágios recorridos que se convertem então em particularidade.

A particularidade, por isso, revela-se como estágio ulterior à singularidade e anterior à generalidade. O caráter mediador confere-lhe uma condição central, na qual se realizam as instâncias diametralmente opostas. Em suas análises sobre a ética, Lukács (ibid., p. 218-31) revela que o complexo ético é exatamente a mediação entre a moralidade subjetivista e a legalidade abstrata do Direito. Em seu exemplo, deixa claro que o objetivo da legalidade abstrata é atingir a singularidade da moralidade subjetivista, ou seja, o homem singular. Para tanto, requer a passagem pela instância mediadora do complexo ético.

Conforme Netto, na particularidade ocorre o momento de *suspensão* da heterogeneidade da vida cotidiana, no qual o indivíduo se empenha num projeto transcendente à sua singularidade, numa objetivação na qual se reconhece como portador da consciência humano-genérica (NETTO & CARVALHO, op. cit., p. 69).

A singularidade não se resolve imediatamente no geral, nem tampouco a generalização se realiza sem mediação no singular. A superação do cotidiano não leva a uma direta experimentação na generalidade humana – a experimentação humano-genérica é realizada na particularidade. A particularidade não é o ponto final da aproximação do conhecimento. A bem da verdade, a particularidade não é *um ponto* (como são singularidade e universalidade) – é *um campo*, ou, nas palavras de Lukács, um *âmbito de jogo* (ibid., 230). Seu caráter volátil

²² Ibid., p. 212.

(mas objetivo) permite sua peculiaridade – a indefinição que pode levá-la rumo ao universal ou ao singular.

Por esta razão, apontamos o sindicalismo enquanto particularidade, ou seja, enquanto a mediação necessária à construção da consciência de classe, permitindo a passagem da consciência gregária mais elementar (ou, em termos lenineanos, tradeunionista) presente no âmbito da produção ao projeto ético-político em sua forma mais acabada, como no partido político. Nos termos que temos usado aqui, o sindicalismo enquanto particularidade possibilita a passagem da singularidade (a cotidianidade do operário e a constituição de sua identidade anímica no processo produtivo, pelo reconhecimento da semelhança laboral objetiva) à universalidade (o ascenso à consciência de classe ampliada, a necessidade de empenhar-se numa luta contra todas as personificações do capital e implantar o socialismo). O momento *particular* campeia entre os dois limites. Por esta razão, no interior do movimento sindical, encontramos desde as concepções mais atrasadas e reacionárias até as mais progressistas (revolucionárias). Uma vez que condensa os trabalhadores em grande número, os sindicatos guardam em si os dois momentos da consciência de classe – das preocupações economistas e corporativas à ampla compreensão da extensão da luta de classes por toda sociedade. É evidente (e nem o estamos afirmando aqui) que o sindicalismo, *per se*, não proporcionará a virada revolucionária e a instauração do socialismo. Nossa análise caminha noutra direção: a *ação coletiva* (típica do sindicalismo enquanto forma mais elementar de luta organizada contra o julgo do capital) também propicia a suspensão do cotidiano, empurrando os homens singulares rumo à consciência genérica. Ela obviamente não se efetiva em sua plenitude no sindicalismo, mas encontra nele um importante momento da generalização.

Agnes Heller (*apud* NETTO & CARVALHO, op. cit., p. 27-8), ampliando as conclusões de Lukács, aponta quatro formas de suspensão da vida cotidiana: a *arte*, a *ciência*, o *trabalho criador* e a *moral*, momentos em que, como já dissemos, o ser singular atinge a particularidade e orienta-se em direção à dimensão humano-genérica. Acrescentaríamos, portanto, mais um: o *agir coletivo*, cujo movimento sindical é a primeira expressão significativa. Apenas cabe lembrar que, ocorrida a suspensão, o ser singular deve retornar *necessariamente* ao cotidiano. Contudo, neste processo global, retorna modificado: torna-se *educado*, ou seja, consciente (por haver-se apropriado) das realizações do gênero humano e de sua integração como partícipe do processo de constituição do ser social. Essa *humanização* amplia sua compreensão da vida cotidiana e as ações (ainda automáticas e pragmáticas) contêm agora novas nuances, mais elaboradas, mais *humanizadas*.

1.3.2. Sindicalismo como particularidade – explorações ontológicas.

Como vimos até aqui, o homem, no cotidiano, encontra-se de certa forma²³ isolado em sua singularidade. No dia-a-dia da produção, entretanto, a partir de um processo de generalizações elementares e de identificação reflexiva, inicia um processo de reconhecimento – é o surgimento das protoformas da consciência de classe. Tal consciência precisa objetivar-se; caso contrário, restrita apenas à subjetividade, é um não-ser²⁴. Não alcançando uma objetivação, torna-se simplesmente *nada*. Para realizar-se, requer sua colocação enquanto *finalidade*. Se a alternativa julgada como a melhor opção para se atingir o fim almejado é a ação coletiva sua realização prático-objetiva é o caminho para o estabelecimento da particularidade. A materialização do momento teleológico concernente à *práxis política*²⁵ em sua forma embrionária, portanto, só pode ocorrer por meio do agir coletivo – e a primeira expressão de luta organizada como forma elementar de práxis política é a luta sindical. Grosso modo e ignorando algumas etapas²⁶, estabelecem-se generalizações que conectam os trabalhadores singulares. Está dado o salto à mediação entre o singular e o universal: o sindicalismo estabelece-se enquanto particularidade.

Como ensina Vázquez (1977, p. 201), a *práxis revolucionária* é a forma mais elevada da práxis política e

O agente principal dessa mudança é o proletariado, através de uma luta consciente, organizada e dirigida, o que pressupõe a existência de um partido que eleve sua consciência de classe e trace claramente os objetivos dessa luta, sua estratégia e sua tática, que organize as forças e as dirija. (ibid., p. 201-2)

O Partido, no entanto, para que seja dirigente, para que realize as posições de fim necessárias (corretas) à efetivação da prévia ideação (neste caso, a transformação revolucionária da sociedade), requer seus membros tenham alcançado a consciência humano-genérica – e aqui reside o papel pedagógico principal do sindicalismo. Se o partido não se estabelece enquanto portador de uma consciência humano-genérica o projeto de classe

²³ “De certa forma”, pois sua individualidade está permeada por determinações universais humano-genéricas.

²⁴ Acerca do “não-ser” em Lukács, em especial sobre a categoria do reflexo como “não-ser”, cf. a rica explicação de Lessa (2002, p. 112-20).

²⁵ Nas palavras de Vázquez (1977, p. 200-1): “A política é uma atividade prática na medida em que a luta que os grupos ou classes travam está vinculada a certo tipo de organização real de seus membros (instituições e organizações políticas, como são, por exemplo, os partidos), [...] o caráter prático da atividade política exige formas, meios e métodos reais, efetivos, de luta; assim, por exemplo, o proletariado em sua luta política se vale de greves, manifestações, comícios e inclusive métodos violentos.”

²⁶ Não precisamos, para as finalidades deste trabalho, considerar as etapas de *grupo* e *corporativa*. Estamos preocupados neste caso com as determinações mais gerais do processo de formação da consciência de classe.

(revolucionário) torna-se comprometido. E, como argumentamos, tal consciência não surge de salto da mais simples reivindicação tradeunionista à sua formulação mais acabada como um projeto societário.

É evidente, contudo, que, *tout court*, as instituições sindicais não possuem teleologia. Suas práticas podem estar dominadas por um processo estranhado ou por objetivações de natureza diversa, e neste caso, embora o sindicalismo mantenha-se como particularidade, pode não efetivar uma generalidade superior, ficando preso às determinações fetichistas da ordem do capital, onde a dimensão singular (na forma de indivíduo) adquire primazia sobre a universal. Este fato, porém, não retira a potencialidade do sindicalismo, pois não o remove de sua posição ontológica. Infelizmente, não seria possível num trabalho como este investigar os motivos dos desencontros entre o proletariado e sua missão histórica. Para nossos fins específicos basta apontar que, enquanto uma mediação entre o singular e o universal, as práticas (enquanto pedagogia) sindicais são imprescindíveis (mas não garantia de, nem tampouco a única forma) para o alcance da consciência humano-genérica, ou seja, para a correta atuação das vanguardas no partido. Sem tal mediação torna-se plenamente comprometida uma correta direção revolucionária e a tradução do projeto ético-político do partido às grandes massas, cujos sindicatos possuem interlocução privilegiada. Mas a passagem pelo sindicalismo também não enseja, via de regra, a formação de uma consciência humano-genérica, pois, como já demonstrou Lukács (1967, p. 211-2), a particularidade, por ser um “campo de jogo”, guarda momentos de singularidade e universalidade e certamente concentra em seu interior desde concepções de mundo estranhadas e invertidas quanto o mais autêntico posicionamento crítico anticapitalista. Ignorar ainda as opções dos sujeitos singulares seria de todo imprudente. Mas em resumo, embora indispensável, o sindicalismo pode não garantir, *por si mesmo*, o correto acabamento no processo da consciência de classe. Sua posição ontológica permite-lhe esta condição, mas sua contribuição efetiva para o processo de formação da consciência de classe depende de fatores sócio-históricos bastante concretos. O sindicalismo estabelece-se como uma forma particular da existência, ou seja, seu ser encontra sua essência quando possibilita, pela objetivação de suas práticas, a conexão entre os limites da vida singular e a extravasamento destes limites na totalização do ser social.

Outro complicador que também remete a Lukács é que no campo da ação sindical não se está diante de uma causalidade natural. Tampouco a causalidade posta efetiva-se em leis naturais – sua legalidade é de outra ordem: trata-se de um complexo social, com legalidades tipicamente concernentes ao mundo dos homens, ou em suas próprias palavras:

Las posiciones teleológicas que aquí tienen lugar realmente, poseen, pues, desde el punto de vista del trabajo inmediato, un carácter secundario; deben ir precedidas de una posición teleológica que determine el carácter, el papel, la función, etc. de las posiciones individuales, ahora concretas y reales, orientadas a un objeto natural. *El objeto de esta posición secundaria no es, pues, ya algo puramente natural, sino la conciencia de un grupo humano; la posición del fin ya no tiene por fin transformar un objeto natural, sino la ejecución de una posición teleológica que, por cierto, ya está orientada a objetos naturales; los medios, igualmente, ya no son inmediatamente intervenciones sobre objetos naturales, sino que quieren provocar tales intervenciones en otros hombres.*

Tales posiciones teleológicas secundarias se encuentran ya más próximas a la praxis social de niveles más evolucionados que el trabajo mismo, tal como aquí lo concebimos. (LUKÁCS, 2004a, p. 104 – grifos nossos)

Se a objetivação das prévias ideações nos objetos naturais, cujas legalidades não possuem nenhum tipo de teleologia, já trazem resultados inesperados, desencadeando reações que se expandem para muito além do previamente idealizado, que dirá quando o objeto a ser transformado ou a sofrer intervenção são as ações dos homens singulares ou de grupos humanos. Agora, não se tem mais a legalidade de objetos naturais, mas a ação sobre outras vontades, outras consciências, outros “pôres” teleológicos. O resultado, assim, pode apresentar-se ainda mais inesperado e as objetivações podem escapar em muito ao plano original.

Relembramos, por fim, que o desenvolvimento de uma consciência humano-genérica nos sindicatos não significa, por si mesmo, um direcionamento revolucionário do partido. Vale reafirmar: tais instâncias não possuem nem uma ligação siamesa e tampouco desenvolvimento linear, de forma que o progressismo de uma acarrete necessariamente o engajamento de outra. Possuem uma interação dialética na melhor perspectiva de *totalidade aberta*²⁷. Caso contrário, Lênin não haveria insistido sobre a importância de atuação dos comunistas nos sindicatos. Retomando o método, trata-se de complexos interrelacionados,

²⁷ Aqui, rememorar o método é de grande valia, para não se incorrer no risco de sucumbir à má-totalidade. Nas palavras de Lefebvre: “Uma totalidade fechada exclui outras totalidades; ou considera-se única negando as outras; ou então as totalidades consideradas permanecem exteriores umas as outras. Pelo contrário, uma totalidade ‘aberta’ pode envolver outras totalidades, igualmente abertas; elas podem implicar-se em profundidade, etc... (...) as filosofias que incorporam por assim dizer a noção de totalidade fechada, apresentam-se como *sistemas*.” (LEFEBVRE, 196-, p. 33 – grifo do autor). Inspirados em Kosik (2002, p. 41-64), podemos afirmar que cada fenômeno possui uma dupla função: *definir a si mesmo* e *definir o todo*. Assim, o conhecimento dialético não deixa intactos os conceitos, pois não procede por soma e sim por um processo de mútua compenetração e elucidação, no qual o isolamento dos aspectos é superado por uma correlação dialética. Na concepção dialética, o todo cria a si mesmo na interação das partes: não só as partes se encontram em relação de interação interna, como entre si e o todo.

cuja importância ontológica (no ser social submetido ao controle do capital) está assegurada para cada um, em sua especificidade.

1.4. CONSIDERAÇÕES.

Para os objetivos deste trabalho, interessante de antemão é ter em mente uma clara provocação de Gramsci (2004, p. 302):

Com efeito, se o sindicalismo só pode dar aos operários “arroz e feijão”; se, em regime burguês, só pode assegurar um mercado salarial estável e eliminar alguns dos riscos mais perigosos para a integridade física e moral do operário, é evidente que a prática reformista obteve estes resultados melhor do que a prática pseudo-revolucionária. Se se pede a um instrumento mais do que ele pode dar, se se faz crer que um instrumento é capaz de dar mais do que sua natureza permite, cometem-se nada mais que despropósitos, efetiva-se uma ação puramente demagógica.

Lutar por sua libertação do jugo do capital é a tarefa histórica do proletariado. Sua vitória implicará não somente a supressão de uma classe pela outra, mas a abolição de todas as classes. A missão histórica do proletariado, portanto, é pôr fim, segundo Marx, à pré-história da humanidade. Mas como fazê-lo a partir de um ambiente hostil, submetido à produção desumanizada e desumanizante?

Buscar refúgio no cotidiano da vida social e em outras esferas das superestruturas complexas deixa intocadas as engrenagens fundamentais de produção da alienação e da barbárie. Onde se iniciam as “relações sociais de produção” senão no próprio universo produtivo? Ali no processo de trabalho, como já bem demonstrou Lukács (1989), está a chave para a desmitificação de todo o processo alienante. As formas de libertação, de construção de um ser social livre de objetivações estranhadas, devem passar necessariamente pela via ontológica central do trabalho e é sem dúvida no universo da produção que a exploração é sentida de maneira mais intensa, objetivada por mediações mais diretas e visíveis.

As percepções individuais de cada homem em sua singularidade ampliam-se coletivamente num processo de percepção das semelhanças. As individualidades iniciam sua caminhada rumo à generalização. Os homens isolados conectam-se então não em direção ao gênero humano, mas em direção a um reconhecimento bastante elementar: cada operário desvenda sua própria condição singular na singularidade do outro. A solidariedade autêntica começa a se colocar a partir da empatia e da identidade criada no momento reflexivo que leva

à autoidentificação e à mútua compreensão. Porém, como visto, não há salto automático da consciência elementar tradeunionista, singular, para a consciência mais acabada, organizada, generalizada (universalizada ou humano-genérica), portadora de um contraprojeto societal, como é a expressão de um partido político. O salto qualitativo na consciência de classe, a ampliação da percepção de que a luta precisa converter-se em uma luta “contra o Estado e o domínio de classe”, contra as personificações do capital, ocorre no processo de mobilização, de enfrentamento das condições de exploração mais diretamente perceptíveis: na luta sindical. Como ressaltado pelos teóricos aqui abordados, é na luta – nas greves – que o proletariado pode sentir sua verdadeira força, educar-se e vislumbrar uma ação política de maior alcance, de alcance social global. Em termos lukascianos, podemos dizer que a passagem da singularidade a universalidade requer uma mediação necessária: a particularidade.

Não se trata de um desenvolvimento linear: universo produtivo – comissões de fábrica – sindicatos – partido político – Estado – comunismo. Evidentemente, todas estas instâncias guardam relações dialéticas entre si e o desenvolvimento de uma não implica o necessário desenvolvimento da outra. Nos sindicatos, porém, residem as reservas de forças do partido político. Educar *a luta* pressupõe educar-se *na luta*, e tal exercício não pode dispor da passagem por uma luta de tipo sindical – não pelos quadros sindicais, mas pelo tipo específico de organização e pedagogia que esta instância propicia. A educação sindical atua na conformação primária de aglutinação dos trabalhadores; cimenta o descontentamento inicial, dando coesão à revolta elementar.

Não temos receio em afirmar, portanto, que *o sindicalismo é a mediação entre a consciência de classe elementar (tradeunionista) e o projeto político de classe mais acabado (o socialismo)*. Evidentemente, por suas características de condensação numérica, compreende em si desde os setores mais progressistas aos mais atrasados dos trabalhadores. Diríamos que, se as comissões de fábrica são um dos gatilhos da identidade intraclasse (como afirma Gramsci), o movimento sindical é seu catalisador. Somente uma compreensão do sindicalismo enquanto particularidade pode explicar as impressões de Trotsky e Lênin, ao mesmo tempo afirmativas e negativas (dialéticas): como compreender o papel progressista do sindicalismo na consciência de classe considerando-o, ao mesmo tempo, uma expressão do atraso tradeunionista operário? A resposta pode ser encontrada novamente nas construções teóricas de Lukács (1967, p. 202):

La particularidad no es meramente una generalidad relativa, ni tampoco sólo un camino que lleva de la singularidad a generalidad (y viceversa),

sino la mediación necesaria [...] entre la singularidad y la generalidad. Se trata de una mediación que no se limita a componer un miembro de enlace entre la singularidad y la generalidad.

E ainda, de forma mais elucidativa,

[...] la generalidad y la singularidad se concentran cada una en su punto final, *la particularidade es una tierra central, un campo de mediaciones entre aquéllas, cuyos límites en ambas direcciones son siempre imprecisos y a veces se hacen imperceptibles.* (ibid., p. 211-2 – grifos nossos)

Por esta razão, o sindicalismo guarda características dialéticas: o momento da singularidade e o da universalidade: a consciência elementar trade-unionista e a consciência humano-genérica, que, amadurecida, será plenamente realizada no partido político²⁸.

Por isso a entrega ao burocratismo – e, por consequência, a abdicação da luta de massas – mutila os sindicatos de sua principal razão de ser: contribuir na construção da consciência de classe. Trata-se de uma postura ético-política que reconhece a importância estratégica desta ferramenta, criada pelo próprio movimento operário na tentativa de suprimir a exploração. A importância do sindicalismo está em proporção direta às tentativas de desacreditá-lo ou mesmo de controlá-lo, pelos mais diversos setores, tanto dos trabalhadores, quanto do próprio capital. Voltando às provocações de Gramsci, um sindicato que se limita a uma postura tradeunionista ou mesmo se envereda por caminhos outros que não promovam um salto qualitativo na consciência de classe, perde sua razão de ser dentro de uma perspectiva marxista. Nestas condições, de ganhos puramente econômicos, o peleguismo, talvez, tenha alguma autoridade de fala, especialmente na contemporaneidade.

Como mostrou Mandel (1978) logo no início do item 1.2 deste trabalho, uma das mais elementares lutas dos trabalhadores é pela liberdade de organização. A organização não se resume, como já exaustivamente explicado, aos sindicatos, mas neles encontra um importante sustentáculo de todo o movimento operário. Do contrário, estaríamos diante da plena

²⁸ Observamos que, como intrínseco ao método, as elucidações críticas de Lukács apontam para os movimentos da particularidade, sua conversão em singularidade (ou generalidade) e sua superação pelo momento de generalização imediatamente ulterior: “[...] el pensamiento, precisamente porque aspira a reflejar de un modo adecuado la realidad objetiva, no puede ni debe quedarse quieto ante ninguna generalidad conseguida. O bien se concreta esa generalidad de un modo más determinado, o bien [...] la supera una generalidad de orden superior. [...] en el proceso del pensamiento en busca de lo general hay que alcanzar cada vez un limite, una culminación. Aunque esa culminación represente siempre algo sólo provisional, algo que hay que superar [...]. [...] los estadios recorridos se relativizan y se convierten en sus determinaciones más próximas, y frecuentemente incluso em particularidad.” (ibid. 206); e ainda: “Del mismo modo que la generalidad y la particularidad mutan constantemente la una en la otra, así también la singularidad y la particularidad. La naturaleza a primera vista contradictoria de lo particular consiste precisamente en que manifiesta su peculiaridad en la mutación en generalidad o en singularidad.” (ibid., 209).

possibilidade de conexão direta entre a mais elementar revolta operária e o projeto da sociedade socialista. Avaliamos que o sindicalismo é mediação fundamental para promover o salto qualitativo no desenvolvimento da consciência de classe.

**CAPÍTULO II. RUMO AO OBJETO: O NOVO SINDICALISMO – SURGIMENTO E
DESENVOLVIMENTO. AS TEORIZAÇÕES SIGNIFICATIVAS DE AUTORES
BRASILEIROS**

2.1. DO “NOVO SINDICALISMO” À AÇÃO SINDICAL CONTEMPORÂNEA NO BRASIL: ELEMENTOS DE ANÁLISE CRÍTICA.

Temos tratado até agora da importância do sindicalismo, enquanto particularidade, na formação da consciência de classe, na conquista de melhorias objetivas no trabalho, possibilitando aos trabalhadores iniciarem a caminhada rumo à efetivação de seu projeto de classe. Procuramos demonstrar que é na dinâmica própria de mobilizações da luta sindical, enquanto mediação entre o singular e o universal, que se materializam preliminarmente os anseios da classe trabalhadora. Através da atuação sindical ocorre uma conexão das subjetividades dos trabalhadores singulares que, empenhados numa luta comum, buscam objetivos imediatos, passando a vislumbrar também objetivos históricos. Dada esta abordagem de maior abstração, passaremos agora mais diretamente às considerações sobre o objeto.

Em fins da década de 1970²⁹ e início dos anos 1980, o movimento de trabalhadores volta à efervescência³⁰. Com constituição das Centrais que buscaram o rompimento com a

²⁹ Iniciar a análise a partir da década de 1970 não faz justiça à história do movimento sindical brasileiro. Precisamos sublinhar que a maior parte da intensa vida orgânica sindical no Brasil foi omitida neste trabalho. Seria imprudente e de todo injusto não realizar qualquer menção neste sentido. O marco tomado tem sua inauguração em fins da década de 1970 não por desconhecermos a história sindical brasileira ou por considerarmos como unicamente legítimo e combativo o “Novo Sindicalismo”. Ao contrário (e por isso nos utilizo das análises de Marco Aurélio Santana, conforme será demonstrado na segunda parte deste capítulo), nossa compreensão é de que existem continuidades e rupturas na história do sindicalismo no Brasil e mesmo as novas fases guardam em si, ainda que somente num primeiro momento, muito das formas pretéritas que pretendem substituir. Tomamos por referência o período iniciado em fins de 1970 por sua vinculação direta com o objeto analisado. Conforme amplamente reconhecido na literatura (não sem problemas, é verdade), o “Novo Sindicalismo” reinaugura práticas de massa há muito eclipsadas pela dura perseguição militar. Ademais, há elementos realmente novos na composição daquele tipo de atividade sindical, como, por exemplo, sua base de sustentação e a orientação ídeo-política. Portanto, embora não se trate de uma “geração espontânea”, o “Novo Sindicalismo” apresenta características bastante próprias, sendo também, dialeticamente, fruto da história do movimento sindical brasileiro. A CUT, que se origina a partir desta modalidade de ação sindical, é mesmo, muitas das vezes, tratada na literatura como sinônimo de “Novo Sindicalismo”. Portanto, é no período analisado que se inicia a história da Central. O objetivo deste trabalho é focalizar a *curvatura* da CUT – uma comparação dela consigo mesma, e não analisar suas práticas referenciadas no movimento sindical pretérito. Em nosso trabalho de conclusão de curso (ARBIA, 2004, p. 53-95), especificamente em todo o capítulo segundo, procuramos realizar uma digressão mais ou menos detalhada pela história do movimento sindical brasileiro, das origens, na intensa luta dos anarcossindicalistas no pré-1930, passando à imposição do sindicalismo de Estado e à atuação dos comunistas, a intensa luta no interior da estrutura e o abafamento da combatividade no período pós-1964, chegando ao ressurgimento das ações de massa na década de 1980, finalizando com uma análise dos desafios impostos na década de 1990. Para uma síntese, portanto, da história do movimento sindical no Brasil, remeto a Arbia (op. cit.).

³⁰ Como sabido, o período ditatorial inaugurado pelos militares em 1964 foi marcado por uma intervenção ainda mais ativa nos sindicatos. Como afirma Santana (2001, p. 150): “Nas fábricas, os operários enfrentavam como podiam a política de arrocho salarial e controle sindical da ditadura. Como assinalamos em termos concretos, a *ditadura visava uma reestruturação da vida sindical*” (grifos nossos). E, mais à frente, referindo-se ao ano de 1969, o autor acrescenta: “No cenário sindical, a ditadura utiliza todos os mecanismos para barrar os avanços, ainda que tênues, de qualquer posição mais contestadora. Em fevereiro de 1969 o ministro Jarbas Passarinho, por meio de portaria, intervirá em cerca de uma centena de sindicatos demitindo e afastando suas lideranças, as quais, segundo ele, ‘não demonstraram condições de garantir a disciplinação da entidade em consonância com a

estrutura sindical, como a CUT (1983) e a CGT (1986), consolidou-se o “Novo Sindicalismo”. Nas palavras de Cardoso (2003, p. 33)

[...] [se] a década de 1980 foi trágica para o sindicalismo no capitalismo avançado, no Brasil deu-se o oposto. Aqueles foram anos de efervescência e eficácia da ação representativa e organizacional sindical.

Ainda segundo o autor, o sucesso do sindicalismo no período se deu graças à conjugação de fatores como, por exemplo, a “politização instantânea” do movimento sindical, propiciada pelo longo período de repressão a que os militares submeteram a “sociedade emergente”; a flexibilidade demonstrada pela estrutura vertical de Vargas que garantiu também verbas certas, via imposto sindical, que conjugadas a uma burocracia ágil e a alianças políticas duradouras, fizeram nascer a CUT e a CONCLAT; o microambiente de trabalho, hostil e predatório, aproveitado pelas Centrais que souberam canalizar as insatisfações; pelos crescentes índices de inflação que possibilitaram greves regulares em defesa da indexação, quando os movimentos facilmente ganhavam caráter político e eram apoiados por diversos setores pró-democráticos da sociedade; a crise fiscal do Estado que degradou os serviços públicos e os salários jogando seus trabalhadores na luta sindical e, finalmente, a crise duradoura que se abateu sobre os horizontes econômicos, possibilitando estratégias sindicais do tipo “tudo ou nada”, bastante eficientes na consolidação do poder dos sindicatos e sua aceitação pela sociedade (ibid., p. 34-6). Estes foram elementos que contribuíram para explicar o sucesso do sindicalismo brasileiro nos anos 1980.

Vários são os autores³¹ que se dedicaram/dedicam a estudar o “Novo Sindicalismo”. Rodrigues, I. (2003, p. 301), por exemplo, enumera algumas de suas características, como

ordem social vigente’.” (ibid., p. 173). Está claro que a política do terror implementada pela ditadura, com perseguição, prisão e tortura de sindicalistas e líderes de esquerda foi importante fator para a inflexão momentânea do movimento operário. Contudo, por si só, tal recrudescimento não explica o esvaziamento das ações coletivas operárias massivas. Tais práticas vêm acompanhadas de um aprofundamento no controle efetivo dos sindicatos pelo Estado. A combinação de ambos os fatores, política do terror e intervenção, desmantelou os grandes movimentos de massa. Denote-se, por fim, a observação de Carlos Oliveira, militante do PCB, descrita por Santana (ibid., p. 153): “Segundo ele [Oliveira], podia-se sentir o descontentamento e a revolta dos trabalhadores contra as políticas antinacional e antipopular do regime. Essa revolta, porém, ainda que desembocando em algumas greves, não chegava a se transformar em manifestações generalizadas por aumento de salário, contra a carestia e por seus direitos políticos e sociais.”

³¹ Seria impossível, num trabalho como este, abordar, ainda que minimamente, todas as definições de autores brasileiros sobre o “*Novo Sindicalismo*”. Tal empreitada, por si mesma, originaria outro trabalho de mesmo porte. Sobre o tema, podemos referenciar apenas preliminarmente Santana (1999); Antunes (1991); Boito Jr. (1991a e 1991b); Rodrigues, L. (1990a); Rodrigues, I. (1999) e Sader (1988), dentre vários.

[a defesa] [d]a liberdade e autonomia sindical; [d]a organização dos empregados nos locais de trabalho; [d]o fim do controle do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos; [d]o direito de greve; [d]a negociação direta entre patrões e empregados sem a ingerência do Estado, entre outros aspectos. O conjunto dessas ações resultou, paulatinamente, na construção de uma nova forma de atuação no campo das relações trabalhistas que, posteriormente, ficou conhecida como novo sindicalismo.

Já na definição de Santana (1999, p. 144), o “Novo Sindicalismo”

[...] se caracterizaria, assim, por dedicação prioritária às reivindicações imediatas da classe, ainda que com impactos no campo político (daí o surgimento do próprio PT); uma proximidade maior de sua base de representação e um confronto com a estrutura sindical corporativa, tendo em vista o arcaísmo desta na limitação das ações dos representantes dos trabalhadores na busca de suas reivindicações. O discurso [...] com relação a patrões, Estado e legislação se caracterizava pela radicalização que explicitava, no caso dos patrões, as agruras e os sofrimentos no interior fabril; e no caso do Estado e das leis, trazia à tona as desconfianças em um Estado autoritário que em pouco, ou nada, se importou em criar vínculos com os trabalhadores [...].

Ou retomando a definição de Coimbra (2006, p. 150),

Mas quais as características expressas pelo movimento sindical que se denominava *novo sindicalismo*? O que trazia o *novo*?

Uma prática política de trabalhadores via entidade de classe que se reivindicava diversa daquela característica do sindicalismo oficial, reformista ou “pelego”. Um sindicalismo que procurava romper com práticas estabelecidas pelo passado, forjadas pelo sindicalismo de “colaboração de classes”, da herança varguista, e afastado de outras possibilidades, no período ditatorial. Trazia a negativa à um sindicalismo populista que, distanciado dos trabalhadores e do chão de fábrica, era corporativista e assistencialista por essência. Em seu lugar, um sindicato reivindicativo, que mesmo voltado para os interesses da categoria que representava, tinha como norte a classe. *Novo*, porque próximo da ação direta, do confronto aberto com o patronato e o Estado. *Novo*, pois queria ser conhecido como interlocutor político legítimo pelos patrões e Estado, mas, ao mesmo tempo, referência política para os trabalhadores.

Ao depurarmos um pouco mais a análise, parece consenso que uma das características mais marcantes do “Novo Sindicalismo” seria o acerto de contas com o “velho sindicalismo”. Neste caso, “velho” pode, mui intencionalmente, expressar uma pesada carga valorativa. Como lembra Santana (1999, p. 150) em artigo crítico, onde analisa o verdadeiramente “novo” no “Novo Sindicalismo”, a história brasileira é permeada por um tipo de leitura esquemática do passado. O “novo” procura, de forma permanente, romper imediata e

amplamente com o “velho”, como uma espécie de Fênix. Para Santana, tal leitura prejudica a compreensão das continuidades e das próprias inovações, tornando a história da esquerda no Brasil, diríamos nós, uma colagem de fragmentos.

Concordamos com Santana (ibid.) em seu arrazoado. Ao analisarmos especialmente as palavras de Lula, então presidente do sindicato dos metalúrgicos do ABC, temos ainda mais clareza do movimento perscrutado pelo autor em tela:

'[...] há um entrave imposto pela estrutura sindical brasileira (...). O movimento sindical tem esse cordão umbilical preso ao Ministério do Trabalho'. [...] [a estrutura sindical brasileira seria] 'totalmente inadequada (...), foi feita de cima para baixo (...). É preciso acabar com a contribuição sindical que atrela o sindicato ao Estado. (...) O sindicato ideal é aquele que surge espontaneamente, que existe porque o trabalhador exige que ele exista.' (Lula apud SANTANA, ibid., p. 144 – grifos do autor)

Os anos que se seguiriam tratariam de mostrar a importância das “continuidades”. Acossados pela reestruturação produtiva que encolheu suas bases³², colocando novas questões na ordem do dia, os sindicatos optariam por um corporativismo de novo tipo, com práticas fragmentadas e institucionalizadas. Para compreendermos esta história, é preciso voltar ao seu início.

Após uma longa noite, o sindicalismo brasileiro, em maio de 1978, encontraria sua alvorada na fábrica da *Scania*, em São Bernardo do Campo: eclodiria uma greve que seria o gatilho de uma agitada década, especialmente para o movimento dos trabalhadores – os anos 1980. Inconformados com o tratamento dispensado pelo governo, que reprimiu com violência as manifestações contra o arrocho salarial, metalúrgicos do ABC paulista, ao invés de retraírem frente à truculência, radicalizaram suas posições, numa paralisação que sacudiria não somente o maior parque industrial brasileiro, como todo o país. Estava ali, em embrião, o "Novo Sindicalismo" – uma busca de ruptura com a estrutura sindical, encubada a partir do interior do Estado, e suas consequências.

A década de 1980 é marcada pela explosão das greves no Brasil, pela organização massiva dos trabalhadores, pela formação das centrais sindicais, em suma, pela reorganização e retorno com toda força do movimento operário à cena política e social brasileira. A abertura

³² Todavia, em artigo da Folha de São Paulo datado de maio de 2008, percebe-se a relativização desta retração na densidade sindical. Dados do Sindicato dos Metalúrgicos revelam que em “[...] 1978 havia 150 mil trabalhadores na região, mas só 30% eram sindicalizados. Hoje, são mais de 97,8 mil trabalhadores e 73,2 mil filiados. A sindicalização também aumentou pelo país, contrariando tendência mundial, segundo especialistas.” (MELLO, 2008, p. A12). A respeito da densidade sindical, cf. Cardoso (2003).

política e a formação da Constituinte foram temas que se desenvolveram intrinsecamente às lutas econômicas por melhores salários, contra a carestia inflacionária e por melhores condições de trabalho e vida. Pode-se dizer que a década de 1980 foi a década das greves. Para Noronha (*apud*, FREDERICO, 1991, p. 96),

No seu conjunto, as greves dificilmente contêm apenas um significado. No Brasil elas revelam um misto de demandas trabalhistas, descontentamento social e político, explosão de demandas reprimidas durante os anos do autoritarismo e estratégia de consolidação de novas lideranças sindicais.

Nos anos de 1980 a 1982 ocorreu uma pequena retração do movimento sindical propiciada por uma forte crise econômica, que transformou em elemento quase proibitivo as paralisações massivas. Políticas econômicas recessivas também foram adotadas, o que tornou sobremaneira penoso o esforço das lideranças sindicais de organizar os trabalhadores. O índice de desemprego cresceu de 8%, em 1981, para 9,2%, em 1982 (*ibid.*) A escalada inflacionária vinha se acentuando pelo aumento das taxas de juros em 1979. Embora enfrentando uma série de dificuldades objetivas e a retração das manifestações, estes não foram anos estéreis para o sindicalismo – o período serviu de preparação, organização e amadurecimento das greves que ocorreriam nos anos posteriores.

Ainda em 1980, foi dado o passo decisivo para a unificação do movimento sindical com os movimentos sociais: nascia a ANAMPOS. Essa relação orgânica entre os dois movimentos seria de fundamental importância para o desenvolvimento das estratégias e concepções das ações desenvolvidas pelo sindicalismo brasileiro na década de 1980. Havia proposta embrionária de criação do PT, que agruparia sindicalistas ligados às oposições sindicais e à igreja católica, facções mais radicais de formação marxista e os sindicalistas “autênticos”, liderados por Lula.

Em agosto de 1981, na cidade de Praia Grande, no estado de São Paulo, ocorre a I CONCLAT. Havia no encontro o objetivo de criar a CUT e o passo decisivo nessa direção foi a formação da Comissão Nacional Pró-CUT. Já se identificavam quatro tendências na CONCLAT: a Unidade Sindical, os sindicalistas “independentes”, “autênticos” ou “combativos”, as oposições sindicais e a extrema esquerda³³. Esta seria a primeira e última

³³ A *Unidade Sindical* era composta por sindicalistas que seguiam orientações do PCB, PC do B e MR-8; eram contrários à criação do PT e a favor da aliança com o PMDB e setores da burguesia liberal, a fim de garantir a transição democrática, evitando o confronto com os militares. Rejeitavam também a greve geral. Os *sindicalistas “independentes”*, “autênticos” e, mais tarde, “combativos”, eram sindicalistas que tinham entrado em conflito direto com o Ministério do Trabalho; contrários à política salarial do governo, não tinham clara definição político-ideológica. Tinham pouca experiência de participação política. Lula se encontrava neste grupo. As

grande conferência de que participariam todas as correntes militantes do meio sindical. Em números foram: 480 sindicatos urbanos (3.108 delegados), 384 sindicatos rurais (969 delegados), 32 associações de funcionários públicos (49 delegados), 176 associações pré-sindicais (879 delegados), 33 federações urbanas (90 delegados), 17 federações rurais (134 delegados) e 22 representantes de 4 confederações (agricultura, professores, trabalhadores em comunicação e servidores públicos), num total de 1.126 entidades e 5.247 delegados³⁴.

Os anos de 1983 e 1984 foram marcados pela revitalização da estratégia grevista. No setor privado, a ameaça de desemprego conteve a deflagração e adesão a greves longas: a maior parte das paralisações foram curtas e localizadas. A política salarial foi a razão das primeiras mobilizações de 1983.

Este foi o período da divisão entre os sindicalistas. Após uma série de divergências e adiamentos para a criação da CUT, a Comissão Nacional Pró-CUT rachou. Duas CONCLATs foram convocadas: a primeira, pelo “bloco combativo”, deu origem à CUT; a segunda, pela Unidade Sindical, deu origem a CGT. As diferenças no plano sindical entre as centrais passavam especialmente pela divergência quanto à Convenção 87 da OIT³⁵ e, no caso da CGT, a ausência de qualquer menção à realização de uma greve geral. Na CUT agruparam-se os “sindicalistas combativos”, os militantes da oposição sindical, a esquerda católica e pequenos grupos marxistas, leninistas e trotskistas. Já na CGT ficaram PCB, PC do B e MR-8, sindicalistas ligados ao PMDB e dirigentes próximos ao sindicalismo americano. Foi dentro da CGT que Luís Antônio Medeiros e Antônio Rogério Magri capitanearam o desenvolvimento do “sindicalismo de resultados” que, anticomunista e pragmático, opunha-se ao sindicalismo de contestação, preferia as mobilizações por categorias e os acordos isolados com empresas, além de se colocar a favor da economia de mercado.

Em resumo, nestes dois anos,

oposições sindicais, cuja maior expressão era a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, congregavam militantes e sindicalistas que estavam em oposição às diretorias pelegas. Sua composição era bastante heterogênea; enfatizavam, sobretudo, as comissões de base (desvalorizadas pelos “independentes”) e colocavam em segundo plano a luta pela democracia representativa, rejeitando a aliança com setores da burguesia liberal. A *extrema esquerda* era composta por militantes e sindicalistas de pequenas organizações de tendências leninistas ou extremadas, sem organização partidária e muito próximos do sindicalismo revolucionário. Tinham como objetivo a luta pelo socialismo através de uma prática radical e agudização do conflito social. Cf. Rodrigues, L. (1991)

³⁴ Dados de Rodrigues, L. (1991).

³⁵ A Convenção 87 da OIT, nas palavras de Rodrigues, L. (op. cit., p. 28): “Esta, ao proclamar a não intervenção governamental nos assuntos sindicais e trabalhistas, e ao permitir, se aprovada no Congresso Brasileiro, ampla liberdade de organização sindical, abria a possibilidade da formação de mais de um sindicato da mesma categoria profissional, numa mesma localidade, rompendo dessa forma um dos princípios básicos da estrutura corporativa, que é o sindicato único.”

[...] o movimento sindical manteve-se, de certa forma, obscurecido pela campanha das diretas, que fora articulada em nível suprapartidário e canalizada pelo PMDB através de seus executivos estaduais. (...) Os sindicalistas discordantes, especialmente da CUT, não puderam ou não foram capazes de influir nas articulações das diretas. A expressividade do movimento sindical nas fábricas e locais de trabalho nesses anos não teve sua contrapartida política em igual medida. (BOITO JR., 1991a, p. 112)

Com as centrais já formadas e em plena atuação, os anos de 1985 a 1987 assistem à expansão generalizada dos conflitos. Houve grande ampliação das greves e sua generalização por categorias até então passivas. A retirada do Estado, enquanto interventor direto nos conflitos entre patrões e empregados e a revogação da lei antigreve tornou legítimas as paralisações: o movimento sindical constituíra-se em ator socialmente reconhecido, empenhado na defesa dos interesses dos trabalhadores. Segundo Frederico (op. cit.), o número de jornadas perdidas saltou de 14 milhões, em 1984, para 76 milhões em 1985, resultado do aumento do contingente de trabalhadores envolvidos e da predominância de greves longas, com alto número médio de grevistas.

A grande expectativa de melhoria gerada pela abertura política e pela retomada do crescimento econômico havia sido frustrada pelos embates ministeriais, escalada inflacionária e pela imobilidade do governo José Sarney. Tal contexto fez aumentar o número de categorias paralisadas e o volume de trabalhadores envolvidos. Apenas como exemplo, recordamos a greve nacional dos bancários, em setembro de 1985, com 700.000 trabalhadores parados.

Em 1985, houve nova cisão no movimento sindical. Em setembro, federações e confederações do ramo do comércio formaram a USI, de sindicalismo apolítico e moderado e inexpressiva no contexto de reivindicações nacional.

Até 1987, o número de greves foi aumentando progressivamente atingindo seu recorde com 2.188 paralisações e 132 milhões de jornadas perdidas. O Plano Bresser³⁶, editado no governo Sarney, foi motivo de intenso conflito.

O crepúsculo dos anos 1980 já revela um sindicalismo (do setor privado) mais disposto ao diálogo, seja pela postura de parte do empresariado, forçado a aceitar acordos que minimizavam as perdas impostas pelas políticas salariais do governo federal, seja pela maneira como as lideranças sindicais procuravam evitar os confrontos acirrados. O desemprego sinalizava negativamente. Já no setor público a realidade foi inversa: não negociação, morosidade no desfecho de acordos e violência. Embora as demissões tenham figurado sempre como pano de fundo para a solução do déficit público, as medidas adotadas foram geralmente pelas vias de menor resistência: cortes nos salários.

³⁶ Para considerações sobre o Plano Bresser, cf. Bresser-Pereira (2010 e 1993).

O ano de 1989 ainda guardaria outra (!) cisão no movimento sindical: a divisão da CGT. A disputa pela presidência da central entre Joaquim dos Santos Andrade (Joaquinzão, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo) e Magri, levou à fratura da central. Magri saiu vitorioso. O congresso terminou a “tapas e pontapés” (SANTANA, 2001, p. 281). Descontentes com o resultado, partidários de Joaquinzão convocaram um novo congresso (realizado em setembro do mesmo ano): erigiam-se duas CGT’s – a primeira, central-mãe, a Confederação Geral dos Trabalhadores, sob liderança de Antônio Rogério Magri que tinha ganhado as eleições; e a Central Geral dos Trabalhadores, presidida por Joaquinzão, seguido pelo PCB. Ambas desfaleceram – a primeira, abrindo espaço para o *sindicalismo de resultados* da FS e a segunda com a migração do PCB para a CUT.

Os anos 1990 marcaram para o sindicalismo brasileiro um período de crise ainda sem desfecho. De acordo com Coimbra (2001), *pari passu* com o sindicalismo em todo o mundo, que já na década de 1980 enfrentava grave crise desencadeada pelas transformações no mundo do trabalho, pela reestruturação produtiva e seus correspondentes políticos, a globalização e o neoliberalismo, o sindicalismo brasileiro não escapou ileso ao movimento das estruturas. Dificuldades de toda ordem foram enfrentadas: individualização das relações de trabalho, que insularam os enfrentamentos capital-trabalho no próprio ambiente laboral, institucionalizando a participação dos trabalhadores nas empresas com canalização das queixas pelos “Sistemas de Qualidade” (ou CCQs); flexibilização, tentando-se levar ao limite a desregulamentação do mercado de trabalho; declínio de práticas sindicais tradicionais, que acabaram alternadas (ou até algumas vezes, substituídas) pelo “sindicalismo de participação”; tendência à burocratização e institucionalização das entidades sindicais³⁷; exacerbação do culto ao individualismo e à resignação social, com um clima de hostilidade e adversidade contra a esquerda. Além disso, a reestruturação produtiva *ampliou* a heterogeneidade no interior da classe trabalhadora, criando cisões entre trabalhadores estáveis e terceirizados, subcontratados, subproletarizados, etc. (ANTUNES, 2010), dificultando ainda mais as estratégias dos sindicatos, vinculados historicamente aos trabalhadores estáveis. Não é outro o

³⁷ Mészáros, (*apud* ANTUNES, 2010, p. 67) mostra que esta tendência à burocratização e institucionalização integra as entidades sindicais à ordem, dando-lhes “legitimidade” e “estatuto de moderação” pelo afastamento das lutas anticapitalistas. Em trabalho anterior (Arbia, 2004) argumentamos que é próprio da dinâmica da participação institucional afastar a cúpula sindical das bases, desgastando dirigentes. Tal dinâmica não favorece o repasse em tempo real de todas as decisões e discussões aos trabalhadores. O risco dos dirigentes sindicais se entregarem a uma prática burocratizada é muito grande. Para uma análise crítica acerca da participação institucional e, especialmente, do aporte ideológico por trás desta prática (o *sindicalismo cidadão*), cf. Coimbra (2006); para uma abordagem sumária do tema, cf. Coimbra, Arbia & Siqueira (2005).

significado da queda das taxas de sindicalização, senão a expressão do aumento do desemprego e do trabalho sem carteira assinada³⁸ (CARDOSO, 2003, p. 229).

A década de 1990 foi mais um período de fragmentação do movimento sindical. O cenário que já contava com a CUT (1983) e as CGT's (1989) (que, embora divididas, acabavam por representar uma mesma rivalidade anticutista) ganhou a FS e a SDS (ibid., p. 47). A primeira nasceu em março de 1991, em São Paulo, com o objetivo de ser “uma central moderna, democrática, independente, apartidária, pluralista e latino-americana; uma alternativa entre a proposta conservadora (CGT's) e o radicalismo inconseqüente (CUT)” (op. cit.). A FS defendia ainda a representação sindical nas empresas, a eliminação da interferência do Estado nas negociações coletivas, o meio ambiente, a reforma agrária, a distribuição de renda, a redefinição do papel da empresa pública, a democratização das relações sociais, econômicas e políticas e a retomada do desenvolvimento com “justiça social”. Tem como base o poderoso sindicato dos metalúrgicos de São Paulo e a Federação dos Trabalhadores da Alimentação (BOITO JR., 1991b, p. 39).

Explicitando claramente sua opção política, em agosto de 1983, ano de sua fundação e em pleno período de ascensão das reivindicações sindicais, a CUT (CUT, 2004, s/p.) faz a seguinte definição em seu estatuto:

(...) uma organização sindical de massas em nível máximo, *de caráter classista, autônomo e democrático*, cujos fundamentos são o compromisso com a *defesa dos interesses históricos e imediatos da classe trabalhadora*, a luta por melhores condições de vida e de trabalho e o *engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e ao socialismo*. (grifos nossos)

Este quadro mudou nos anos 1990. O setor produtivo, que historicamente sustentou o “Novo Sindicalismo”, alterou-se substancialmente. Segundo dados de Alves (1996), entre 1990 e 1995, 58 mil metalúrgicos do ABC paulista perderam seus empregos e 400 fábricas fecharam suas portas. Em agosto de 1990, 51% da força de trabalho empregada naquela região encontravam-se na indústria, 12,5% no comércio e 36% nos serviços. Em setembro de 1995, o quadro era outro. A indústria passou a empregar 32% do total de ocupações, o comércio aumentou para 18,5% e o setor de serviço, 49,5%. O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC teve sua base de trabalhadores reduzida de forma drástica. Se, em 1987, o número total de operários era de 202.853, em 1995, esse número caiu para 143.241. Ou seja, a perda das

³⁸ Mais uma vez, remetemos a Cardoso (2003, p. 210-47), que empreende uma aprofundada análise sobre a questão, indagando sobre a variação da densidade sindical e estabelecendo correlações com as taxas de desemprego por setores.

bases dificultou sobremaneira a atuação sindical massiva, que marcou a participação do período anterior.

As principais atuações no cenário brasileiro ficaram a cargo da CUT e da FS (que cresceu enormemente no período, escorada no avanço neoliberal, com o qual seus discursos e práticas se afinavam³⁹):

De 1994 em diante, a central [FS] não apenas apoiou as políticas neoliberais adotadas, como ainda teve papel ativo em sua implementação. A Central formulou projetos de lei para a flexibilização do mercado de trabalho que foram, todos, aprovados pelo Parlamento entre 1995 a 1999: jornada de trabalho flexível [...], contratos temporários de trabalho, com redução dos custos indiretos de contratação e demissão temporária. Ademais, a central apoiou abertamente as privatizações. (CARDOSO, 2003, p. 65)

A CUT, por sua vez, decidindo-se pela participação nas Câmaras Setoriais⁴⁰, enfrentou um período de paralisia entre 1995 a 1998. As Câmaras que, numa análise descuidada, pareciam cumprir seu papel (de equilibrar a relação capital-trabalho, garantindo razoabilidade na relação), erodiram junto com as fichas da CUT que apostava numa interlocução com o governo democrático, agora consolidado⁴¹.

³⁹ Standing (*apud*, CARDOSO, 2003, p. 64-8), ao recuperar algumas atitudes da FS ao longo da década de 90, lembra que a central deu um “tiro no próprio pé”, pois ao tentar se aproximar dos mentores políticos do *status quo*, na tentativa de ganhar credibilidade e ampliar as bases, contribuiu contraditoriamente para a implantação de políticas que fizeram encolher sobremaneira estas mesmas bases, com a redução do número de trabalhadores “estáveis”. A FS contribuiu também para disseminar a onda revanchista contra o funcionalismo público. Apenas como curiosidade, lembramos a lapidar nota de Boito Jr., onde Luís Antônio Medeiros, à época presidente da FS, “no afã de mostrar serviço” frente à perda de campo político para CUT (que então negociava a reforma da previdência com o governo Fernando Henrique) declarou ao jornal Folha de São Paulo: “*Vamos dar uma cacetada sem dó nem piedade no servidor público*” (*apud* BOITO JR., 1999, p. 227). Boito traz ainda uma interpretação bastante interessante acerca do “revanchismo” contra o funcionalismo público. Resumidamente, segundo o autor, o acesso a benefícios sociais, garantidos pelo Estado brasileiro, ocorreu historicamente de maneira hierarquizada. O lócus ocupado pelo trabalhador (se rural ou urbano, industrial ou comerciário, bancário ou portuário, celetista ou servidor público) foi decisivo para a consolidação de um status e de acesso a benefícios sociais. Logicamente a enorme população sobrando ficou alijada destes direitos. Para o autor, a cidadania restrita e hierarquizada está ligada, de diferentes maneiras, ao clientelismo do Estado brasileiro. O serviço público no Brasil historicamente abrigou membros das classes dominantes em decadência (especialmente do setor agrário, como no Nordeste) ou foi usado como moeda de troca política. A admissão por concurso público ficou inacabada. As grandes massas trabalhadoras jamais participaram da distribuição de cargos. Ao longo da história, sempre segundo Boito, acumulou-se na população brasileira uma espécie de *revolta difusa* contra o Estado clientelista. Tal revolta foi capturada pelos setores neoliberais – dentre os quais o autor inclui claramente a FS – e direcionada contra o funcionalismo público. Cf. Boito Jr. (2007b, p. 289-92).

⁴⁰ As câmaras Setoriais foram criadas no início da década de 1990 e impulsionadas, sobretudo, durante o governo Itamar, como um “local de discussão de política industrial” (leia-se resolução de conflitos, composição de opiniões e impulso à atividade produtiva). Possuíam organização tripartite e objetivavam o crescimento e desenvolvimento de setores econômicos específicos. A mais famosa delas – e com maiores repercussões na CUT – foi, talvez, a Câmara Setorial do Setor Automobilístico. Para uma análise crítica das Câmaras Setoriais, cf. Boito Jr. (1999). Para referências sobre as repercussões das Câmaras Setoriais (e a participação institucional) no interior da Central, cf. neste trabalho o terceiro capítulo.

⁴¹ Importante ressaltar que esta tendência de participação nas Câmaras Setoriais não era uma unanimidade no interior da CUT. Ela foi levada a cabo pela AS. Ao contrário, havia bastante resistência interna de algumas tendências que ainda propiciaram ações de confronto com o sistema político. Os ânimos foram sendo arrefecidos

Diversas foram as críticas às Câmaras Setoriais. A participação institucional, de uma forma geral, foi uma alternativa buscada pelos sindicatos frente à dificuldade da promoção de ações massivas. Neste ponto, concordamos com Alves (2000): as transformações ocorridas no universo produtivo acabaram por dificultar as práticas sindicais tradicionais. De fato, há um movimento estrutural que “facilita”, de certa forma, a canalização das demandas via participação institucional. A redução na densidade sindical, o aumento massivo do desemprego estrutural, a heterogeneização crescente da classe trabalhadora, o desmonte de parques industriais e as novas formas de gerenciamento e uso do trabalho, implicam um novo e precário cotidiano produtivo. O substrato dos sindicatos transformou-se. Novas pautas foram incorporadas à agenda sindical. Mas é exatamente quando surgem as primeiras dificuldades que a participação institucional se revela como canto da sereia – e neste ponto, Boito Jr. (1999, p. 172)⁴² tem plena razão quando afirma que

O resultado desse irrealismo [participação nas Câmaras Setoriais], que, de resto, informava também a ação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, foi que os trabalhadores se colocaram a reboque dos interesses das montadoras [...]. Ignoraram os interesses bem pragmáticos e a força das montadoras, seu peso político junto ao governo e também os limites da divergência das montadoras com a política econômica governamental.

Finalizando a polêmica com relação aos resultados obtidos nas Câmaras, os dados de Galvão (*apud* COIMBRA, 2006, p. 215) são inequívocos:

A existência das câmaras não impediu a diminuição dos postos de trabalho, a queda dos salários. Porém, garantiu o aumento da produtividade e do faturamento das montadoras. Em 1991, os empresários do setor empregavam 53.916 trabalhadores; em 1994, 48.727. Entre março de 1990 e maio de 1995, os salários dos metalúrgicos caíram entre 5 e 41%. O patronato, por sua vez, teve as expectativas atendidas: de 1991 a 1995, a produção de veículos no Brasil cresceu 70.33%. A produtividade passou de 8.8 veículos por trabalhador, em 1991, para 14.8, em 1994. O faturamento saltou de 12 para 19 bilhões de dólares até 1994

com o sucesso de algumas Câmaras (como a do setor automobilístico). Porém a queda destas em 1995 deu novo fôlego aos opositoristas. Cf. Boito Jr. (2007b, p. 68-70).

⁴² Para um entendimento diverso ao de Boito, cf. Rodrigues, I. (2002, p. 115-29). Textualmente: “O exemplo mais significativo nesta década de 1990 foi a experiência das Câmaras Setoriais. Em que pese a resistência de setores governamentais não se pode desprezar a importância que esse arranjo tripartite desempenhou para a democratização das relações de trabalho no Brasil e, principalmente, para as mudanças que estão em curso no sindicalismo brasileiro, notadamente em São Bernardo do Campo. O exemplo mais significativo nesta década de 1990 foi a experiência das Câmaras.” (ibid., p. 127)

Tentando emergir das desventuras⁴³ nas Câmaras Setoriais, em 1996, as centrais ainda tentaram organizar uma nova greve geral, de resultados controversos. Em 1998 e 1999, a CUT voltou a aparecer no cenário político, principalmente neste último ano quando, em conjunto com o MST, partidos de esquerda e o movimento estudantil, promoveu o “Dia Nacional de Luta em Defesa do Brasil”. Embora favorecida pela desaprovação popular do governo FHC, a CUT

[...] passou a ter que competir não apenas com a FS, mas com todas outras forças de oposição que também defendiam sua identidade em modo negativo: “somos contra FHC”. E identidades negativas, é bom marcar, não são suficientes para um jogador que visa o centro das disputas políticas, uma vez que seus movimentos estarão sempre subordinados aos do jogador em relação a quem sua identidade se constrói. (CARDOSO, 2003, p. 73).

É bom lembrar que no mesmo período a FS afirmou uma clara identidade positiva formulando e apoiando as políticas neoliberais, alinhando-se às transformações em curso⁴⁴.

Na década de 1990, as centrais foram incapazes de conter ou oferecer alternativas ao neoliberalismo, que terminou por erodir suas bases de sustentação (ibid.). Suas posições foram, no mais das vezes, bastante claras: a FS apoiou e contribuiu efetivamente para a consolidação e implantação do neoliberalismo propondo projetos e fazendo alianças com os líderes das mudanças em curso. A CUT, por sua vez, mesmo adotando uma postura propositiva, não conseguiu conter o dilúvio neoliberal. Ambas viram suas bases esfarinhar pela consolidação das políticas de desregulamentação e Estado mínimo. Além disso, outros “inimigos” importantes e que não podemos deixar de lembrar foram a estabilização econômica e o desemprego estrutural:

[...] em meados da década de 80, o Brasil vivia sob o impacto de um processo inflacionário, fazendo dele o principal combustível da ação sindical e especialmente das greves. Embora as pautas de negociação tenham sido mais complexas, as questões salariais [...] estiveram sempre

⁴³ Desventuras que, em nosso ver, ainda permanecem pela participação de um sem-número de sindicatos cutistas nos Conselhos Municipais e Fóruns tripartites.

⁴⁴ Dados referentes a esta afirmação podem ser encontrados em Cardoso (op. cit.) e Boito Jr. (1999). Somamos a estas considerações, a análise de Trópia (2009, p. 57-79). Argumenta sinteticamente a autora, que “[...] a Força Sindical aderiu ao neoliberalismo não apenas, mas também, porque suas bases sociais estão majoritariamente concentradas no setor privado industrial e porque aglutinou, no interior deste setor e da conjuntura de transição liberal, sindicatos com larga tradição pelega e conservadora.” (ibid., p. 208)... Como o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo! Trópia ressalta, porém, que o apoio da FS ao neoliberalismo não ocorreu de forma incondicional, especialmente quando o assunto foi política de abertura e reforma da legislação trabalhista – temas que afetam diretamente sua base de trabalhadores, o que possibilitou, a partir de uma perspectiva economicista, promover manifestações de massa (inócuas) dentro dos limites do neoliberalismo. No trabalho, a autora disseca, ponto por ponto, o apoio da Força às práticas concretas do ajuste.

no centro das negociações e conflitos entre trabalhadores e patrões. (COIMBRA, 2001, p. 43)

A estabilização fez com que os protestos por indexação perdessem razão de ser. Combinado a isto, as pressões exercidas pelo desemprego estrutural, que jogou grande parcela dos trabalhadores na informalidade e na subproletarização, contribuíram para a manutenção dos níveis salariais, desencorajando em parte a reivindicação por ganhos salariais reais e benefícios. Outro ponto: os sindicatos, que sempre tiveram nos trabalhadores “estáveis” seus tradicionais filiados, têm tido sérias dificuldades para integrar aqueles jogados na informalidade e na subcontratação.

A realidade atual enfrentada pelas centrais é bastante difícil. Nas palavras de Ramalho (*apud* RODRIGUES, I., 1999, p. 91)

[...] o movimento sindical passa pelas dificuldades de lidar com situações de trabalho frente às quais políticas e estratégias de ação sindical parecem impotentes e incapazes de deter a destruição de direitos e se relacionar com uma força de trabalho de características diversas daquelas encontradas no pátio das grandes empresas.

Voltando à CUT, desde sua fundação, a central teve a combatividade expressa em três pontos fundamentais de seu estatuto: *autonomia, liberdade sindical e as organizações por ramo de atividade produtiva e por local de trabalho*. No entanto, estamos às voltas com um sindicalismo neocorporativo (BOITO JR., 1999; ALVES, 2000), que se denomina “propositivo”, “participativo”, “defensivo” e disposto a incluir em sua pauta de negociações as parcerias com o capital, privilegiando as greves por empresa e o sindicalismo de resultados (ALVES, 2000, p. 115-6). Não há como negar a aproximação das práticas cutistas àquelas realizadas pela FS. Ademais, presenciamos alguns setores da CUT, numa atitude de negação do passado, arraigados à velha estrutura sindical, presos com tal força a dois dos principais pilares do arcaísmo sindical brasileiro: o imposto e a unicidade sindical⁴⁵.

Incansável crítico da estrutura sindical de Estado, Boito Jr. afirma que a permanência de pilares do sindicalismo corporativo, como a unicidade e o imposto sindical, não permitem o avanço do sindicalismo brasileiro rumo a sua verdadeira autonomia. Boito argumenta que contemporaneamente pode-se mesmo observar a *capitulação* da CUT frente à derrubada das duas estruturas. O autor tem razão, especialmente se observamos a postura assumida pela

⁴⁵ Consideramos aqui como o tripé do modelo sindical varguista: a *contribuição sindical*, a *unicidade sindical* e o *poder normativo da Justiça do Trabalho* nos dissídios. Cf. mais a frente nossas considerações sobre as elaborações de Armando Boito Jr., no subitem 2.2.3.

central diante da reforma trabalhista e sindical. Assim, para o cientista político, ao contrário do preconizado em suas origens, a CUT caminharia⁴⁶ para um *neocorporativismo*⁴⁷ sustentado, entre outros, na umbilical ligação de seus dirigentes com o governo Lula.

Alves (2000, p. 122) critica um provável “politicismo” na análise de Boito. Embora não ignore o cunho político na virada da central, enfatizado pelo cientista político, acentua marcadamente, assim como Antunes, a instauração do que chama de novo (e precário) mundo do trabalho. Para Alves, a centralidade da análise de Boito são as determinações político-ideológicas, em detrimento da análise estrutural do processo de produção capitalista no Brasil, decorrentes da acumulação flexível. Ainda segundo Alves, a análise de Boito “desprezaria” (ibid.) as contribuições decisivas de um “novo” e “precário” mundo do trabalho para o desenvolvimento do sindicalismo neocorporativo.

Considerado o arrazoado dos dois autores, parece-nos claro, portanto, a existência de um duplo movimento que explica a atual situação vivida pela CUT: a precarização e superexploração do trabalho, aprofundadas pela reestruturação produtiva, colocaram na ordem do dia novas questões para as centrais. A principal delas foi a manutenção dos empregos; outras vieram agregadas, como a PLR, as reformulações dos parques industriais e as transformações no cotidiano do trabalho. O elemento político está na opção pela negociação, a adoção das “propostas realistas” do sindicalismo propositivo. Tal postura, que por sua vez é um complexo inesgotável, encontra uma de suas explicações no campo ideológico: na concepção de “socialismo” de parte importante da Central – “afinada” com as exigências da “nova (velha) realidade”. De uma ação de enfrentamento e denúncia, a CUT adotou uma postura “participativa”. Tal postura pressupõe a inevitabilidade do modelo e sua absorção “humanizada”. Se lembrarmos Mészáros (2002), a CUT caiu no sonho pueril do capital, típico do período keynesiano: o sonho de que o maior sistema de controle sociometabólico já criado pelo homem pode ser controlado. Que os agentes do capital, em suas personificações, busquem alternativas à crise *nos limites de seu sociometabolismo* é compreensível. Já para

⁴⁶ ... “caminharia” à época em que Boito redigiu tais considerações. Para os dias atuais é preciso atualizar a conjugação verbal: do Futuro do Pretérito para o Pretérito Perfeito.

⁴⁷ Aqui se faz importante uma nota de esclarecimento. *Neocorporativismo* porque “[...] é distinto daquele que corresponde ao corporativismo populista. [...] No neocorporativismo societal e setorial das câmaras, os sindicatos imaginam controlar as decisões do Estado para o ‘seu’ setor. Aspira-se influenciar o Estado, e não a tutela do Estado sobre o sindicalismo” (BOITO JR., 2007d, p. 13 – grifos do autor); “[...] *corporativista*, não no sentido de corporativismo de Estado, que era e é o corporativismo típico da estrutura sindical brasileira, mas um corporativismo de novo tipo, caracterizado pelo insulamento de um pequeno setor das classes trabalhadoras no terreno da organização e da luta política ou sindical – o *egoísmo de fração*, do qual falava Gramsci. (id., 2007b, p. 283 – grifos do autor); ou ainda: “[...]neocorporativismo setorial, em que categorias assalariadas tenderiam a preservar a sua institucionalidade sindical no meio da precariedade da classe.” (ALVES, 2000, p. 114); “[...] neocorporativismo societal que, em nosso caso, assume um cariz setorial, principalmente nas condições do novo complexo de reestruturação produtiva.” (ibid., p. 119).

uma Central que em sua fundação definiu-se pela defesa dos interesses imediatos e *históricos* da classe trabalhadora [o socialismo!] (CUT, 2004), torna-se problemática a aceitação de qualquer possibilidade de humanização de um sistema immanentemente exploratório e desumano.

Quanto a esta realidade dialética, Lukács, mais uma vez, pode ajudar na compreensão. O dever-ser – enquanto momento predominante da alternativa – é decisivo no pôr teleológico, na colocação de finalidades. Há neste caso específico um predomínio do futuro sobre os atos humanos. Contudo, não há eliminação da base material sobre a qual este agir se efetiva (seja ela uma causalidade ou uma causalidade posta). Sucintamente, “todo agir humano exhibe um ineliminável caráter de alternativa e toda escolha é historicamente determinada” (LESSA, 2002, p. 125).

Por esta forma, as causalidades, estejam postas pelo ser natural ou pela ação humana, possuem suas próprias conexões, sua legalidade, mas não uma finalidade, um destino, uma intencionalidade, uma natureza teleológica. A finalidade é colocada pela ação humana – e aqui a consciência, no desenvolvimento e constituição do ser social, adquire caráter decisivo no edifício lukasciano. A unidade indissolúvel de ambos os momentos é reafirmada coerente e decisivamente por Lukács (2004a, p. 110):

[...] teleología y causalidad no son [...] principios mutuamente excluyentes en el despliegue de los procesos, en la existencia y el ser-así de las cosas, sino principios mutuamente heterogéneos, pero que, a pesar de toda su contradictoriedad, solo de manera mancomunada, en una coexistencia dinámica indisoluble, aportan el fundamento ontológico para determinados complejos dinámicos [...].

Reafirmamos então que as transformações no universo produtivo são decisivas na colocação de causalidades que, com suas novas legalidades, requerem respostas específicas. Contudo, como vimos há pouco, não há qualquer eliminação da *alternativa* (mediação entre o reflexo e a realidade, que possibilita a transformação da possibilidade em realidade) – e aqui o dever-ser é reafirmado, de forma a possibilitar a escolha entre o *correto* e o *incorreto* (ibid., p. 99). Somente pelo dever-ser é possível a *valoração*, ou seja, a escolha entre esta ou aquela alternativa, adequada à posição de fim.

No estudo da mecânica do pôr teleológico, primeiramente no trabalho (ibid., p. 60-102) e posteriormente evidenciando seu caráter modelar para toda a práxis humana (ibid., p. 103-53), Lukács funda na protoforma do ser social a *possibilidade*, ou seja, é no exercício

do pôr teleológico, na prévia ideação e na execução das finalidades que se põem as alternativas – é o momento da escolha, e o *übergreifendes Moment* é a *intencionalidade*.

Por um lado, *a práxis é uma decisão entre alternativas, já que todo indivíduo singular, sempre que faz algo, deve decidir se o faz ou não*. Todo ato social, portanto, surge de uma decisão entre alternativas acerca de posições teleológicas futuras. [...] Eles [os homens] devem, em última análise, realizar por si as próprias ações, ainda que frequentemente atuem contra sua própria convicção. (LUKÁCS, 1978, p. 6 – grifos nossos)

E ainda mais instigante,

O processo global da sociedade é um processo causal, que possui suas próprias normatividades, mas não é jamais objetivamente dirigido para a realização de finalidades. Mesmo quando alguns homens ou grupos de homens conseguem realizar suas finalidades, os resultados produzem, via de regra, algo que é inteiramente diverso daquilo que se havia pretendido. (ibid., p. 11)

A escolha entre alternativas, a possibilidade, a “resposta”, é componente ontológico elementar e ineliminável da práxis humana. A objetivação da alternativa escolhida gerará novas causalidades. Suas conexões desencadearão mediações que irão para muito além daquelas planejadas. Caminha neste sentido o alerta de Lukács. Se os homens dão respostas, obviamente o fazem sob perguntas postas. Assim, mesmo que limitada, a possibilidade ainda existe, pois o pôr teleológico é uma escolha entre alternativas, visando a encontrar aquela mais adequada ao fim que se quer realizar, ainda que a objetivação da escolha produza resultados que vão para muito além do planejado⁴⁸.

Apenas é preciso lembrar que, ao contrário do trabalho (intercâmbio homem-natureza), a práxis sindical está referenciada num outro nível de mediações, chamadas por Lukács posições teleológicas secundárias⁴⁹. Para o filósofo húngaro a diferença fundamental é que, neste segundo caso, o pôr teleológico tem por objeto não algo meramente natural, mas a consciência de um grupo humano. Se, como nos ensina, a objetivação do pôr teleológico sobre objetos naturais, ou seja, o trabalho, produz, juntamente com os resultados previamente esperados, efeitos outros que vão para muito além do planejado, que se dirá então da ação sobre outras consciências. Assim, para continuar nas trilhas do mestre húngaro na análise do objeto, é preciso ressaltar que o complexo categorial abordado deve ser referenciado às

⁴⁸ A respeito de todas as categorias aqui utilizadas, colhidas no edifício teórico lukasciano, cf. Lukács (2004a, 2004b, 1989, 1979a, 1979b, 1978 e 1967); Lessa (2007 e 2002), Netto & Carvalho (1987).

⁴⁹ Cf. Lukács (2004a, p. 104; 1979b, p. 87) e Mészáros (2002, p. 212).

posições teleológicas secundárias e não ao trabalho (posição teleológica primária) – o que implica considerar outros elementos muito mais complexos. As análises não se tornam inválidas pois a práxis humana, em seus mais altos níveis, têm como solo fundante, como protoforma, o trabalho. Neste sentido, a advertência de Lukács (2004a, p. 62),

Naturalmente que [...] este carácter modélico del trabajo para la acción humana dentro de la sociedad, no debe ser exagerado en forma esquemática; precisamente, la consideración de las diferencias sumamente importantes muestra la afinidad esencialmente ontológica, pues precisamente en estas diferencias se revela que el trabajo puede servir de modelo para la comprensión de las otras posiciones teleológicas sociales, ya que el trabajo, de acuerdo con su ser, es la forma originaria (Urform) de estas posiciones.

Realizado tal parêntese, considerada a ressalva de Lukács e retornando à história da Central, observamos que mesmo marcado por fortes divergências internas o Programa de Lutas de 1983 trazia uma carga de demandas trabalhistas misturadas a outras de reforma social radical⁵⁰. Já o discurso contemporâneo seria outro.

Em análise breve sobre governo Lula e o sindicalismo brasileiro, novamente Boito Jr. (2004), em entrevista à Gazeta Mercantil, alertou para as transformações enfrentadas pela CUT e pelo PT, sem perder de vista que tais mudanças já vinham se operando no decurso da história. Segundo ele, o governo Lula reitera práticas neoliberais, mantendo e aprofundando as principais diretrizes do governo Fernando Henrique, agora ante um modelo neoliberal já amadurecido. A repercussão nos sindicatos é percebida como um momento de cooptação das direções sindicais, onde centenas de sindicalistas e militantes do PT estão “vivendo de emprego arranjado, de puro clientelismo” (ibid.) e de acomodação dos setores combativos – como petroleiros, bancários e metalúrgicos – ao modelo neoliberal, aderindo a aposentadorias complementares e a previdências privadas, além de procurarem gerir estes recursos por conta própria, com consequente afastamento das lutas pelo Estado de Bem-Estar Social, com direitos sociais financiados pelo Estado – o que sempre caracterizou a CUT e o PT na década de 1980. Os grandes perdedores são a imensa massa de trabalhadores precarizados e politicamente desorganizados (para Boito Jr., os “deserdados” do populismo, do desenvolvimentismo e agora do neoliberalismo)⁵¹.

⁵⁰ Rodrigues, L. (1990a, p. 7-8) aponta parte dessas demandas como, por exemplo, o salário-desemprego, redução da jornada sem redução de salário, estabilidade no emprego, dentre outros, ao lado da reforma agrária radical, ocupação imediata de terras dos grileiros, do Estado e do latifúndio improdutivo e a coletivização de grandes empresas capitalistas nacionais e internacionais.

⁵¹ Parece claro, nesta passagem, o processo de “escolhas” da Central, conforme referenciamos em Lukács, poucos parágrafos acima.

Tal postura veio permeada por uma nova ideologia: o *sindicalismo cidadão* que incorpora o ideário de solidariedade e cidadania vigente na ordem burguesa. Essa incorporação marca uma curvatura na atuação da central, que desde sua criação explicitava seu caráter classista, combativo e com objetivos de superação da ordem do capital. Segundo Nascimento (*apud*, COIMBRA, 2001, p. 51), busca-se para a CUT

[...] que o sindicalismo tenha um papel crescente na sociedade; um sindicalismo social e mais solidário, integrado à cidadania, tanto nas fábricas quanto nas cidades. Um sindicato orgânico mas também cidadão, que represente os trabalhadores e que seja movimento social, que dê conta dos desafios do capitalismo como modo de produção e processo civilizatório.

O “Novo Sindicalismo” representou em sua origem o fôlego novo, após os longos anos de imersão no regime autocrático burguês. A coragem dos trabalhadores frente à brutalidade ditatorial conectou imediatamente outros movimentos sociais, sequiosos de liberdade. Mais que unificação entre movimentos sociais e sindicalismo, presenciou-se uma ligação mais ou menos orgânica entre o conjunto da classe trabalhadora. Como lembra Oliveira (2003, p. 272-7, 292-3), as negociações coletivas da década de 1980 seguiam determinado fluxo: geralmente construídas por sindicatos mais fortes (como os metalúrgicos do ABC), eram estendidas aos sindicatos mais frágeis ou menos organizados. Havia, portanto, uma sensação de unidade do movimento dos trabalhadores.

A mudança de postura, a passagem do "sindicalismo de confronto" a uma improvável "cooperação conflitiva"⁵² reflete-se imediatamente nas práticas, na tática e na estratégia da CUT. Poderíamos hoje indagar qual seria a visão estratégica da CUT. A observação das práticas da Central permite dizer que o socialismo já não figura mais como horizonte a ser alcançado, nem mesmo por meio de práticas reformistas⁵³. A curvatura se expressa de maneira clara nas concepções ideológicas do sindicalismo cidadão. Coimbra (2006) dedicou-se ao estudo da incorporação da ideologia da cidadania pela Central. Segundo ela,

[...] a cidadania dilui as diferenças entre classes e contribui para uma política de colaboração de classes. Uma história já conhecida pelos

⁵² "O chamado novo sindicalismo [...] deixou a atuação extremamente conflitiva e, mesmo confrontacionista do final dos anos 70 e da década de 1980, para uma atitude que poderíamos chamar de cooperação conflitiva, onde uma das questões centrais é a negociação, a busca de consenso e a diminuição do ímpeto grevista." (RODRIGUES, I., 2002, p. 127-8). Especialmente nos dias de hoje, esta adjetivação realizada pelo autor carece de qualquer materialidade. Retiraríamos, portanto, o “conflitiva” da “cooperação” cutista.

⁵³ O que demonstraremos no capítulo iii.

trabalhadores, desde os primórdios do sindicalismo oficial no Brasil. Defender a união de todos pelo bem comum, onde todos contribuem para o avanço da sociedade, aceitando o Estado burguês e seu Estado Democrático de Direito, mascara a intensa luta de classes. Significa ainda dizer que para buscar o *bem de todos os cidadãos*, a *unidade de classe contra a exploração* é um contrassenso. Porém, cabe lembrar que, tal como era dito por Marx em 1848, até hoje a história da humanidade continua sendo a história da luta de classes. (ibid., p. 219 – grifos da autora)

Com este pequeno arrazoado, retomamos as considerações preliminares: quais os (des)caminhos da consciência de classe, diante da perda dos referenciais históricos da classe trabalhadora? Tumolo (2002) expressa preocupações bastante semelhantes. Para o autor, a crise, por si só, é insuficiente para explicar o imobilismo da CUT (ibid.: 235). Citando Costa em nota, afirma:

[...] do ponto de vista das questões internas da Central, na verdade não há propriamente uma crise, mas sim uma definição mais clara e um aprofundamento da opção do projeto social-democrata, hegemônico na Articulação⁵⁴ e, como consequência, na CUT (TUMOLO, 2002, p. 256 – nota 1)

Procurando ainda resolver o problema da antinomia *reformismo* versus *revolução*, Tumolo é bastante lúcido nas análises. Podemos mesmo, sem receio, encampar sua argumentação de que

[...] a revolução é uma necessidade, e que, por pressupor um processo, guarda uma relação em que ela é o objetivo estratégico (fim) e a luta por reformas é o meio. [...] não é a realização mesma das reformas que constitui a tática, mas a luta por elas [...]. (ibid., p. 241).

Ancorado na melhor tradição de Rosa Luxemburgo, o autor reelabora com clareza a importância da ação de tipo sindical para o desenvolvimento histórico da consciência de classe, para a constituição do proletariado enquanto classe para-si. Frederico (*apud* TUMOLO, op. cit., p. 246-7) lembra que a consciência da massa operária é uma consciência "desarticulada" que, por si mesma, não consegue aprender o movimento da totalidade, visualizando apenas aspectos isolados dos fenômenos; seu conhecimento não vai além da sensação. A formação das vanguardas ocorre num segundo momento, pelo acúmulo de experiências que produzem um salto na consciência de setores do operariado que delas

⁵⁴ Articulação Sindical – tendência majoritária cutista formada, sobretudo em seus princípios, essencialmente pelos “sindicalistas autênticos”.

participaram. Frederico não usa o termo, mas já o empregamos neste trabalho: aqui é o espaço da atuação sindical, da constituição do sindicalismo enquanto *particularidade*. Por fim, a consciência das vanguardas não é suficiente para dar conta da totalidade social: é preciso chegar a um conhecimento teórico que capte as legalidades da totalidade. Tal consciência só poderá testar a validade de suas descobertas na reconciliação com a prática. Encontramos, portanto, em Frederico, ainda que não com a mesma expressão, sustentáculo para nossas afirmações anteriores. O momento da elaboração teórica, da compreensão da totalidade e, mais importante, de sua reconciliação com a prática, é o partido político. Ora, se a consciência de classe é fruto da própria luta revolucionária do proletariado, as ações de tipo sindical possuem importância capital na formação desta consciência.

As práticas adotadas pela CUT estariam trazendo, nos moldes até aqui analisados, *inflexão* para a consciência de classe. Sob esta ótica se desenvolvem as preocupações de parte dos autores até aqui elencados. Que tipo de qualidade seria produzida por uma atuação burocratizada, neocorporativa, permeada pela racionalidade do capital e sem alternativa de projeto societal? Caímos numa encruzilhada: ou se está diante de uma "cooperação conflitiva", cujo escopo seria a adaptação e humanização de uma lógica sociometabólica, por sua própria natureza, destrutiva – e, neste caso, abandonou-se claramente a visão estratégica de construção de um projeto societal alternativo, socialista; ou vive-se uma "esquizofrenia", onde as táticas adotadas não correspondem à estratégia-fim, ou seja, “não se pode ir a Roma, rumando para a Gália”. Em nossa avaliação, não se trata de um descaminho: estamos mesmo diante do primeiro caso.

2.2. A CUT E OS CONSTRUCTOS TEÓRICOS

Como já dissemos, na literatura, no mais das vezes, encontramos uma definição de “Novo Sindicalismo” bastante próxima à definição de “CUT”. Certamente há uma justificativa para isso. O “Novo Sindicalismo” tem sua inauguração expressiva, de fato, com a criação da CUT. A emergência da Central colocou como problemas práticos imediatos o uso e destruição da estrutura sindical, o rompimento da unidade com pelegos, a não-aliança com setores da burguesia brasileira que visavam a promover uma “abertura suave” da ditadura militar, o enfrentamento da política econômica do arrocho, os dilemas da negociação coletiva e da autonomia dos trabalhadores, a adoção de um projeto de classe, bem como o lugar a ser ocupado pela classe trabalhadora, novamente em ascensão política, no cenário nacional. A Central conseguiu encampar em seu interior os mais diversos setores dos trabalhadores,

agrupados em tendências – desde grandes blocos de *sindicalistas autênticos*, a grupos trotskistas e leninistas, passando por egressos do PCB e por seus ferrenhos críticos, os militantes do MOMSP.

Trilhando caminhos práticos, tendo de lidar com as questões imperativas do dinâmico cotidiano sindical, a Central construiu seu próprio caminho. No plano teórico, a CUT revelou-se um campo de árdua batalha, onde diversas tendências disputavam hegemonia a fim de obter o controle sobre as ações imediatas e estratégicas. Parece-nos certo consenso entre os autores a existência de um *ethos* socialista no interior da Central⁵⁵.

Parece claro, até aqui, o processo de curvatura da Central quando o horizonte é a constituição da consciência de classe. Para demonstrar sua materialização nas resoluções de seus Congressos Nacionais, como nos propomos neste trabalho, precisamos primeiro abordar as elaborações de importantes autores brasileiros sobre o tema.

Realizar um apanhado bibliográfico sobre a CUT pode se revelar um trabalho por demais árduo, especialmente se considerarmos o volume da produção dedicada ao tema. Para obter sucesso, precisaremos adotar algum critério, na esperança de que seja reconhecido como válido. Certo é que a realização de qualquer tipo de seleção pressupõe sempre a incorporação de componentes subjetivos do pesquisador. Portanto, poderemos omitir este ou aquele autor, esta ou aquela obra. Ainda assim, seremos obrigados a prosseguir, para que obtenhamos um panorama das considerações sobre o objeto em estudo.

Buscamos autores reconhecidamente ligados à temática, cujas elaborações nortearam pesquisas subsequentes, abrindo veios teóricos na abordagem da questão. Não objetivamos esgotar tais autores, nem tampouco elencar todas as obras. Consideramos suficiente a explanação em linhas gerais das teses argumentativas.

Os estudiosos aqui listados dedicaram várias linhas à análise do sindicalismo brasileiro. Em se tratando especificamente da CUT, a discussão contemporânea, em nosso entendimento, poderia ser superficialmente polarizada a contento entre Leôncio Martins Rodrigues e Armando Boito Jr. O primeiro, com um forte traço conservador, ainda que tenha realizado suas críticas mais efusivas nos anos de formação e constituição da Central – na contracorrente de boa parte da intelectualidade da época –, vê suas argumentações, com o

⁵⁵ Rodrigues, I. (1997, p. 194) reafirma este “ethos”, ao analisar a “Tese 13”, da AS, no IV CONCUR (1991): “Todas as teses falam de uma sociedade socialista, o que demonstra que o *ethos* socialista é muito forte na Central. No entanto, entre as quatro principais teses analisadas, a da Articulação é a que acentua mais diretamente a ideia de socialismo e democracia.”. E complementa, em nota, resgatando Rodrigues, L. (1990a, p. 87): “[...] Leôncio Martins Rodrigues observa que “o *ethos* socialista, que dá o tom a cultura política da CUT, explícito nos documentos não apenas do III CONCUR [1988] mas também nos anteriores, é indicativo de que a motivação básica de grande parte dos dirigentes e quadros médios é mais política que sindical.”. (ibid., p. 269).

devir histórico, adquirirem uma incrível atualidade. A pertinência das alegações de Rodrigues, L. deve-se ao robusto respaldo empírico e à competência analítica com que as elabora. Boito Jr., por outro lado, polariza as críticas à esquerda. Ácido nas considerações, o autor tem propósitos políticos muito claros. Longe de realizá-las “a frio”, Boito visa a influenciar diretamente, por meio da elaboração teórica, nos rumos da Central. Muito provavelmente por esta razão, seus escritos adquirem certo tom de denúncia e confronto, ancorados também sempre em amplo material empírico e na inteligência mais que reconhecida do autor.

Entendemos, portanto, que a partir desta polarização mais ampla inscrevem-se as demais críticas à CUT, enriquecendo em matizes e nuances o conhecimento do objeto, conforme o enfoque específico de cada pesquisador – o qual se pode filiar a esta ou àquela matriz.

Entretanto, para nossos estudos específicos, precisamos abordar ainda dois intelectuais, estudiosos do movimento sindical: Marco Aurélio Santana e Iram Jácome Rodrigues. O primeiro não tem como meta específica a CUT, e sim os movimentos da esquerda brasileira, com o foco sobre a trajetória do PCB. Neste processo, Santana não pode escapar à análise do sindicalismo, realizando tal mister com propriedade. Interessa-nos neste autor, além do farto arcabouço histórico, uma evidenciação teórica bem específica: os movimentos de *continuidade* e *ruptura*, constituintes do real. Não seria possível tratar o sindicalismo como particularidade, como mediação entre o singular e o universal, sem considerar tais categorias. As análises de Santana esclarecem teoricamente os dilemas práticos vividos pelo sindicalismo. Neste sentido específico, incorporamo-las integralmente.

Chamamos atenção para as elaborações de Santana por um claro motivo: a CUT, embora traga elementos essencialmente novos, é herdeira da história sindical brasileira e não pode escapar às objetivações do passado, como num passe de mágica ou por refutações retóricas voluntaristas. O enfrentamento das mediações pretéritas é(ra) fundamental para o sucesso das práticas instituintes que a Central visa(va) construir. A mera negação ideológica não responde(u) às objetivas mediações de continuidade herdadas do passado. Isso se torna especialmente importante quando compreendemos que a própria construção da linguagem assenta-se sobre relações sociais concretas. Assim, no intercâmbio linguagem–relações sociais, pouco a pouco as segundas (mediações sociometabólicas do capital) infiltraram o estatuto teórico-ideológico da nova Central.

Por fim, com relação a Rodrigues, I., não poderíamos, dadas as características deste trabalho, em especial a crítica que será realizada no capítulo terceiro, escapar às suas construções. Reconhecido estudioso do sindicalismo, tributário em parte das concepções de

Rodrigues, L., encontramos neste intelectual a conciliação teórica, focada na práxis sindical, entre socialismo e democracia. Evidentemente, Rodrigues, I. não é, nem poderia ser, o responsável pela curvatura da CUT. Contudo, o movimento de flexão da Central encontra em suas elaborações um baluarte teórico preciso. O autor não está neste trabalho por acaso. Por suas elaborações, Rodrigues, I. sedimenta no campo das idéias o processo de curvatura que pretendemos demonstrar.

A *curvatura* teórica-ideológica cutista encontra neste autor um forte bastião. Assim, é mesmo desnecessário ressaltar que os construtos do autor não constituem lastro de nossas conclusões neste trabalho. Sua referência, por outra parte, é obrigatória, pois é exatamente a leitura de suas elaborações que facilitará a identificação genética (e crítica) dos matizes teóricos presentes nas resoluções da CUT. Afinal, quando teoriza sobre as transformações em curso, Rodrigues, I., no mesmo processo, busca acomodá-las em seu edifício teórico, fornecendo uma explicação justificadora e fortalecedora da visão de mundo que amplia sua hegemonia no interior da Central.

As visões de Rodrigues, I. são o exemplo típico de uma construção teórica fundamentada, na qual a orientação socialista escorrega para concepções democráticas, e o processo de burocratização, tomado por institucionalização e despido de seu caráter nocivo, é tornado (no campo da ideologia) salutar à organização sindical. As operações teórico-ideológicas do autor, por se constituírem em apologia ideológica, clarificam enormemente as formas categoriais empregadas pela Central, fornecendo, na mesma via, as ferramentas para a crítica do processo que tentam justificar.

A não inclusão de outros autores aqui não significa atribuição de desimportância ou congênere. Apenas reflete a necessidade de focalização precisa da discussão a que nos propomos. Iniciamos, portanto, as considerações, a partir dos autores que influenciam mais diretamente nossa análise, passando, por fim, aos grandes veios polarizadores das discussões sobre o sindicalismo no Brasil (de maneira geral) e sobre a CUT (em particular).

2.2.1. Continuidades e Rupturas na análise de Marco Aurélio Santana

Marco Aurélio Santana não se dedica especificamente ao estudo da CUT, a exemplo dos demais autores aqui tratados. Entretanto, estudioso do sindicalismo e da trajetória do Partido Comunista Brasileiro, o autor traz luz às relações entre a Central e as modalidades de prática sindical anteriores, especificamente àquelas sob chancela do PCB.

O que chama atenção no arrazoado de Santana é a dialética *continuidade/ruptura* entre as práticas pré-1964 e as práticas do “Novo Sindicalismo”. Como bem afirma o autor, o “Novo Sindicalismo” nasce como uma crítica mordaz ao corporativismo e à estrutura sindical, ao atrelamento e à ação moderada. A exemplo de seu correlato partidário (o PT, que se coloca como uma alternativa avançada ao “Partidão”), a CUT trata de marcar uma identidade oposta às práticas sindicais vinculadas à linha política do PCB. Trata-se de uma espécie de acerto de contas com o passado e tal procedimento se apresenta como a negação deste mesmo passado a todo custo – ainda que tal negação, muitas vezes, expresse-se mais no campo retórico.

É importante lembrar que o PCB viu seus quadros dilapidados pelos “anos de chumbo”. Militantes perseguidos, presos, torturados e mortos, exilados, sindicatos sob intervenção, enfim, medidas repressivas foram tomadas para calar o legendário partido de esquerda brasileiro.

O período do governo autocrático burguês no Brasil poderia ter marcado para o PCB um tempo de reflexão e autocrítica. Era imperativo compreender porque as forças populares não contiveram o avanço direitista. Talvez tenha havido excesso de autoconfiança, pelos comunistas, em sua capacidade de mobilização de massas. A crença cega na força do Partido (inclusive de Luís Carlos Prestes, que, às vésperas do golpe, chegou a proferir um discurso no qual afirmava não haver condições favoráveis a um golpe reacionário⁵⁶) deveu-se, sobretudo, a uma prática típica: o cupulismo.

O cupulismo do PCB seria criticado futuramente (e duramente) pela CUT. Seriam propostas, em seu lugar, as comissões sindicais de base – fruto das fundamentais experiências do MOMSP e das CEBs. A relação de enraizamento da CUT nas bases, entretanto, jamais foi ponto pacífico na Central. É sabido, por exemplo, que a experiência das comissões de fábrica era muito mais valorizada pelos militantes da Oposição Metalúrgica, com seus referenciais conselhistas, que propriamente pelos autênticos⁵⁷ (embora o III CONCUR – 1988 – dê um decisivo passo em relação às propostas de desestruturação do sindicalismo corporativo, tais propostas não chegam à prática da Central, tomada em seu conjunto).

Estaria preso, o PCB, a um cupulismo fruto de um elitismo irremediável? Com a perseguição de militantes e as ações de sufocação aos comunistas executadas pelos militares, tornava-se difícil ao partido realizar qualquer autocrítica. A dispersão dos quadros intelectuais e a fragmentação da militância (o partido retornava à ilegalidade) relegava aos remanescentes

⁵⁶ “[...] e ainda, que se ele viesse, ‘os golpistas teriam suas cabeças cortadas’.” (SANTANA, 2001, p. 134).

⁵⁷ Sobre a influência do ideário conselhistas na formação teórico-política do MOMSP, cf. Batistoni (2001, p. 100-8). Remeto ainda às análises de Rodrigues, I. (1997, p. 61) que, com relação às comissões de fábrica, afirma: “Vale dizer, este é o aspecto mais relevante e inovador da proposta desta corrente [MOMSP] para o sindicalismo brasileiro.”

a ação pragmática – o uso da estrutura sindical na reorganização dos trabalhadores, a intervenção nos sindicatos para formação da consciência de classe e sua subordinação (dos sindicatos) às diretrizes do partido.

Santana (ibid.) afirma, com razão, a complexidade das relações entre cúpula e base na prática do PCB. Certamente, entre os pontos extremos, situava-se um enorme fosso. Por um lado, um partido que concebia a prática sindical instrumentalmente, ou seja, como tática para suas macropolíticas; por outro, enormes contingentes de trabalhadores, presos ao seu prosaico cotidiano fabril – onde urgia a melhoria das condições de trabalho como segurança, higiene, carga horária, salários, etc. A linha de comando do partido estendia-se de cúpula a cúpula, ou seja, das lideranças do partido diretamente às lideranças sindicais – sem passar pelas bases. O PCB não se efetivava como um partido orgânico – seu braço sindical não havia construído o enraizamento necessário.

O *reboquismo*, apontado por Gorender (*apud* SANTANA, ibid., p. 137), é outro fator a ser considerado. Gorender refere-se ao reboquismo em relação ao governo Goulart. As práticas, todavia, não se alteraram mesmo decorridos vinte anos. Esta pragmática reboquista colocaria o PCB como aliado da direita progressista na “abertura controlada”, arquitetada pelos militares – o que dava ainda mais munção para os sindicalistas organizados em torno da CUT. Não eram agora, os sindicalistas ligados ao PCB, tão-somente “cupulistas pelegos”, sem vinculação com as bases, mas sim verdadeiros apologistas da “distensão suave”, da abertura controlada que garantiria à direita a permanência no poder, mesmo com a queda dos militares.

A crítica ao PCB era sem dúvida um elemento a mais que implicava na politização das demandas da nova Central, num período histórico onde mesmo as mais elementares demandas trabalhistas ganhavam matizes de verdadeiro confronto com as forças no poder.

A necessidade de demarcar claramente uma nova práxis política levou a formação de uma identidade de confronto com o “velho” sindicalismo. Se as bandeiras de luta cutistas não podem ser resumidas a uma luta contra o peleguismo ou contra a política sindical do PCB, elas encontram neste diálogo um importante baluarte inicial. Tratava-se também de suprimir o que havia de débil no “velho” sindicalismo.

Anúncios de bruscas rupturas parecem sempre conferir maior força ao movimento nascente. Contudo, o efeito mais deletério desta prática “purista” é a descontinuidade que se instaura na tradição da esquerda brasileira. E é a partir da consideração das continuidades que permanecem por trás do discurso de ruptura que Santana construirá fecundos argumentos.

“Velho” sindicalismo foi transformado, especialmente na disputa ideológica, em sinônimo de reformismo, peleguismo, cupulismo e colaboração de classes. Para os “novos” sindicalistas, o reforço da estrutura sindical pelos comunistas transformava a luta dos trabalhadores em simples apêndice do jogo das elites. A identidade da nova Central formou-se a partir do “novo” – categoria pouco explicativa, que pretendia traduzir neste pequeno vocábulo toda a ruptura com as “velhas” práticas sindicais. As críticas contra ação sindical pecebista avançavam como uma nau em mar aberto, impulsionadas pelos ventos de radicalização do movimento operário – o PCB não percebia, ou não tomava medidas concretas, que o (re)conciliasse com o movimento de massas. Isolado, caminhando na contramão do processo histórico, o partido insistia em taxar os “novos sindicalistas” de radicais, divisionistas, inconsequentes, não percebendo que, em verdade, quem se tornava uma fração minoritária e apartada das massas era o próprio PCB – que o fazia no mesmo movimento em que se aproximava do conservadorismo.

Estava dado o decisivo passo para uma espécie de leitura esquemática, que privilegiava os rótulos em detrimento da crítica sistemática – que implica construção de mediações concretas, efetivas, que rompam com as mediações estranhadas, bem como o aproveitamento das experiências bem-sucedidas. Enfim, o balanço crítico tornara-se impossibilitado pela necessidade de negação da totalidade da experiência passada.

Certamente, alguns intelectuais vinculados à nova Central dedicaram-se ao balanço crítico da história do sindicalismo. A anistia reforçou setores da intelectualidade brasileira ao reunir pensadores exilados àqueles que permaneceram no país travando a dura batalha, muitas vezes clandestina, contra a ditadura. Boa parte destes intelectuais aderiu, ou já se encontrava, no movimento nascente. Entretanto, a Central escolheu conscientemente, dentre os construtos teóricos acessíveis, aquele, em seu entender, mais condizente com certo tipo de realismo prático. Tratou-se, evidentemente, de uma batalha e de uma escolha *políticas*. Quanto a atuação dos intelectuais no interior da CUT, vale rememorar Rodrigues, L. (1990a, p. 10):

[...] se em todos os subsequentes congressos da CUT constatou-se que os planos não foram aplicados, e que as palavras-de-ordem mais radicais são simplesmente ignoradas, deve-se indagar das razões [...] que levam à aprovação de documentos de caráter geral e difuso que não servem para nortear a atuação da entidade no intervalo entre os congressos. Pensamos, aqui, que *o hábito de botar no papel uma amplíssima gama de demandas*, que devem constituir o Plano de Lutas da entidade, decorre, em parte, da necessidade, nem sempre manifesta, de *construção de uma identidade através da afirmação de posições que diferenciem a CUT das outras centrais* e, em parte, das disputas internas à própria CUT. (grifos nossos)

E ainda (neste caso concordando, no geral, com as análises de Boito Jr.),

[...] as divergências, que no plano doutrinário formal às vezes se embaralham, adquirem contornos mais claros quando referidas a opções mais concretas de atuação da entidade, ou seja, quando se observam que aspectos foram privilegiados e que outros foram postos de lado. [...]

Mesmo as oposições sindicais [...] lutam precisamente para ganhar a diretoria dos sindicatos oficiais e não para *construir organizações paralelas ou autônomas*. Apenas esse fato, quer dizer, o fato de a CUT estar montada, assim como as outras centrais, sobre a estrutura sindical oficial, compromete qualquer tentativa de elaboração de um projeto sindical de esquerda que possa ter alguma semelhança mais estreita com as correntes sindicais do passado.

É aí que reside o artificialismo das propostas não apenas das facções “esquerdistas”, mas também do projeto de um *sindicalismo classista, de massa, democrático, de luta e pela base* que a Articulação, em particular, e a CUT, em geral, pretende realizar *através das entidades que fazem parte de uma estrutura que, em princípio, é combatida por todas as tendências cutistas*. (ibid, p. 24 – grifos nossos)

É fato que as críticas de Rodrigues, L. sustentam-se numa dicotomia, interpretada pelo autor, entre o operariado e a *intelligentsia* no interior da CUT (“[...] a CUT é, em comparação com as demais centrais, uma entidade fortemente intelectualizada.”. ibid., p. 10). Rodrigues, L., como mostraremos a seguir, levando as considerações de Lênin às últimas consequências, considera o perfil socialista cutista (anacrônico, em sua opinião) ligado bem mais estritamente à atuação de intelectuais no interior da central (sindicatos *white-collar*) que propriamente ao operariado. Mostraremos que a crítica do autor, nestes moldes, desconsidera a CUT como um “complexo de complexos”, ou seja, como uma totalidade, onde o produto é bem mais que a soma das partes.

Permitimo-nos abusar da longa citação para reafirmar, com maior vigor, as considerações de Santana – algumas continuidades cruciais (como a questão da estrutura sindical, por exemplo) passaram sorradeiras em meio aos discursos de ruptura. Isso porque, retomando a afirmação, embora enfrentadas no plano teórico-ideológico, não o foram no plano prático-concreto, ou seja, *no geral*, não se materializaram em efetivas mediações de prática política⁵⁸. Reiteramos que não se pode desconsiderar a atuação dos intelectuais na formação da identidade cutista – Santana chama atenção para este elemento (SANTANA, 1999, p. 140-4). A influência ocorre não apenas pela elaboração teórico-sistemática, mas

⁵⁸ Rodrigues, I. chama atenção para uma dessas continuidades: “Mesmo sendo um processo totalmente diferente, o sindicalismo que surge pós-1978 guarda alguma relação com o sindicalismo populista do pré-1964, qual seja, uma capacidade de ampliação das demandas para o conjunto da sociedade civil sem, no entanto, estar profundamente ancorado no local de trabalho.” (RODRIGUES, I., 1997, p. 125).

também pela militância que, voltando a Rodrigues, L. (op. cit.), teria garantido o perfil “radical-socialista” da Central.

Experiências externas à estrutura sindical, como a do MOMSP na greve de 1979, mostraram-se circunscritas a um diminuto período histórico. Encampadas pela CUT, as comissões de fábrica não foram radicalizadas às últimas instâncias práticas, perdendo o que havia de mais orgânico na experiência da Oposição Sindical – o que significou a dissolução e aniquilação efetiva da Oposição no interior do projeto cutista.

O abismo entre a vontade e a efetividade no rompimento com as antigas estruturas, bem como a ausência de construção de mediações objetivas que se traduzissem em construção prática do socialismo, deixam margem ao retorno imperativo da objetividade sobre a ideologia⁵⁹.

Do arazoado de Santana retira-se a lição que a simples negação ideológica (e, no mais das vezes, retórica) das continuidades, sem o devido enfrentamento positivo-concreto, ou seja, sem a criação de alternativas executáveis que ponham abaixo as mediações pretéritas, deixa intactas as mediações que se pretende destruir. Por esta forma, não é possível ultrapassar o interstício mediador (entre possibilidade e objetivação) atingindo-se o fim esperado, ou seja, construindo teleologicamente o novo real. O combate retórico torna-se epidérmico, constituindo uma categoria em luta naquilo que Boito Jr. chamou *ideologia teórica*⁶⁰ (BOITO

⁵⁹ Referenciados nas análises de Iasi (2006, p. 155 e ss.), buscaremos suporte para desenvolver o terceiro capítulo. Antecipando a discussão, a fim de um rápido esclarecimento, é preciso admitir a imperatividade da realidade objetiva sobre o significante. O autor em questão está a trabalhar categorias lacanianas de *significante* e *significado*, apoiado em Slavoj Žižek e Paulo Silveira. Resumidamente e empobrecendo sobremaneira sua argumentação, partindo da premissa de que o significante precede o significado, chegar-se-á à categoria lacianiana de *significante-mestre*, que nada mais é do que um significante-chave que organiza ao seu redor toda uma cadeia de significantes, polarizando o significado, produzindo uma totalização serial. Adequando a explicação lacianiana, em Marx (e nas experiências do Núcleo de Estudos Popular 13 de Maio – NEP) Iasi buscará elementos para demonstrar a imperatividade da realidade objetiva sobre as construções semânticas. Como ele próprio afirma: “Certas palavras são determinantes porque correspondem a relações sociais determinantes” (ibid., p. 170). Destarte, demonstrará que pouco adianta acrescentar à “democracia”, por exemplo, a palavra “socialismo”, vez que “democracia” funda-se em relações próprias da objetivação da sociedade burguesa, e conclui: “Superar ou redefinir o conceito burguês de igualdade, não é possível por meio de uma simples operação simbólica ou gramatical, por exemplo, adjetivando a palavra igualdade como igualdade socialista. Superar a igualdade burguesa [...] significa *alterar radicalmente as relações que determinam os limites dessa igualdade* [...]” (ibid., p. 172 – grifos nossos). Certamente, o processo ideológico envolve outros elementos que não podemos abordar aqui. Contudo, Iasi está a investigar um dos núcleos duros da construção ideológica – por isso julgamos pertinente esta extensa nota preliminar. Portanto, é nesta perspectiva que utilizaremos tal ferramenta teórica. Tentaremos clarificar no próximo capítulo que, muitas vezes, há a tentativa (malfadada) por parte da Central de deslizar o significado por baixo do significante. Contudo, a hipótese central que defendemos é que, uma vez assentados sobre relações sociais concretas, certos significantes não oferecem mais que uma possibilidade limitada de deslizamento do significado, por uma razão bastante simples: o signo se refere a relações sociais concretas. Cf. nota 81 neste trabalho.

⁶⁰ Para Boito, trata-se de duas camadas: a *ideologia teórica* constitui a “camada mais superficial do discurso ideológico que encobre e dissimula tanto a *prática real* [...], que é de aceitação e de apego [...], como outras componentes desse mesmo discurso [...]” (ibid. – grifos do autor). Já *ideologia prática* seria exatamente estas “componentes do discurso, mais coladas à prática porque visam apresentar *propostas práticas para problemas concretos* [...]”. (ibid. – grifos do autor). Para uma abordagem destas categorias, ligada diretamente a atuação da

JR., 1991a, p. 95). O embate ideológico que não encontra a construção de mediações objetivas termina solapado pelo próprio processo do real. As continuidades cobram seu preço ao final:

O que teria ocorrido na prática [...] é que a concepção do partido de massas, classista e revolucionário foi trocada pela do “partido do entendimento”, do “partido da democracia”. Sob o pretexto da “renovação”, da “modernização”, o caráter do partido teria sido, sistematicamente, deformado, transformando-o num partido sem “identidade, sem cor, desbotado, pálido”. (SANTANA, 2001, p. 262)

Não, esta crítica, feita por José Antônio Segatto, militante comunista, *não se refere ao PT contemporâneo*. Refere-se ao PCB e foi apresentada num documento no VIII Congresso de seu partido, ocorrido em Brasília, em julho de 1987. *Mutatis mutandis*, em especial se substituirmos a palavra “partido” pela palavra “Central”, teremos a descrição quase exata do processo enfrentado pela CUT quatro anos depois⁶¹.

A intenção de Santana, com a qual particularmente concordamos, não é revanchista, ou seja, ressaltar uma “vingança histórica”, onde os críticos dão continuidade às práticas criticadas. O objetivo é mais amplo. A consideração da dialética continuidades/rupturas colabora para a formação de uma moldura geral que enquadra a tradição da esquerda brasileira, em seus caminhos e descaminhos, “mantendo a perspectiva crítica acerca de sua história, [superando] as pretensas separações em blocos estanques que apenas se sucedem no tempo, sem relação entre si, a não ser de negação absoluta” (id., 1999, p. 150). As discontinuidades foram sobremaneira trabalhadas por diversos setores sindicais e da intelectualidade. As continuidades permaneceram pouco evidenciadas. Sobreviventes como mediações concretas, terminaram por embocar o que havia de mais fecundo nas propostas da CUT.

As continuidades, neste caso, nutriram-se ainda da intencionalidade dos agentes – teleologicamente dispostos a pôr em prática ações que concretizassem a visão de mundo de um grupo específico – e de um arcabouço teórico próprio, desenvolvido para encorpar, neste plano específico, tais ações práticas. O autor abordado a seguir é um substantivo representante deste arcabouço.

CUT, cf. ainda Boito Jr. (1991b, p. 81-2).

⁶¹ Referimo-nos aqui ao IV CONCUR (1991), o qual consideraremos para nosso objetivo como o primeiro (e talvez mais importante) ponto da curvatura.

2.2.2. Institucionalização e democracia nas análises de Iram Jácome Rodrigues

Para Iram Jácome Rodrigues, as mudanças operadas no parque industrial brasileiro pela reestruturação produtiva – dando ênfase especial para o ABC paulista, um dos pilares operários fundamentais da CUT – têm forçado os sindicatos a redirecionar sua forma de atuação, realizando uma “adaptação” ativa prática:

Essas mudanças [a reestruturação produtiva no Brasil] conformam um novo modelo de ação sindical, que se caracteriza pela *substituição da prática confrontacionista por uma prática mais propositiva*, e pela *tendência à fragmentação*⁶² da ação sindical, em oposição à ação predominantemente unificada que havia sido a marca do movimento desde o seu surgimento no final dos anos 70. (RODRIGUES, I., 1999, p. 115 – grifos nossos)

A alteração das práticas, no entanto, liga-se não somente à reestruturação produtiva. Ela também se vincula a um processo próprio de institucionalização da CUT, ou seja, a fatores organizativos endógenos. As novas demandas do capital, a reorganização do processo de trabalho, as oscilações na densidade sindical repercutem na ação direta dos sindicatos, assim como as disputas ideológicas e o processo de estruturação institucional, burocratização, capitalização e organização das entidades dos trabalhadores. Para uma ligeira ideia do crescimento da Central, em 1983, eram 11.288.655 trabalhadores na base, cerca de 937 entidades e 2.972.983 trabalhadores filiados⁶³ (26,34%). Dez anos passados, a CUT contaria 19.451.589 trabalhadores na base, 2.009 sindicatos filiados e 4.103.827 trabalhadores filiados⁶⁴. Tal dilatação implica, além de crescimento econômico, necessidade de organização administrativa, conciliação entre a administração das lutas e da máquina sindical.

Para a análise que realizaremos, é importante ressaltar de antemão que Rodrigues, I. admite o caráter classista e confrontacionista da CUT, especialmente em sua formação. Entretanto, na contramão do nosso entendimento, o autor vê o processo de institucionalização da Central e de adoção de práticas propositivas como uma fase de amadurecimento, de encorpatura de uma entidade com importante papel no “processo democrático brasileiro”. No bojo dos argumentos, este processo de passagem da confrontação à “cooperação

⁶² Esta “fragmentação”, como vimos, fora chamada por Alves (2009) e Boito (2007c e 1999) *neocorporativismo*. Vide nota 47.

⁶³ CUT, 2003a, p. 104.

⁶⁴ Id., 2003f, p. 91. Não é este o momento para uma detida análise sobre a densidade cutista, número de trabalhadores da base ou entidades filiadas. Observamos que tal exposição nas resoluções ocorre no I (1984) e no VI (1997) CONCUTs. As resoluções dos Congressos que se situam neste intervalo trazem apenas os números do próprio evento (como delegados e entidades representadas).

conflitiva” (RODRIGUES, I., 2009, p. 125) é visto positivamente (ainda que com problemas), como um posicionamento afirmativo, pró-ativo, no qual se busca a solução do conflito capital trabalho pela via negocial – a “mais indicada a um sindicalismo solidamente constituído”:

A única saída para a atividade sindical parece ser a adoção de um discurso e de uma prática mais afirmativos, ou seja, que contenham proposições, ao invés da antiga visão de conflito exacerbado e da política de só dizer não. (ibid., p. 124-5 – grifos nossos)

Esta não é uma análise fria do autor. Ao contrário, é a demonstração clara de um posicionamento teórico e político – a opção pela negociação, pelo sindicalismo propositivo, cidadão: uma defesa dos pontos de vista da tendência majoritária cutista que encontra seu ápice na defesa da participação nas câmaras setoriais⁶⁵.

Não somente em relação ao sindicalismo propositivo, a defesa dos principais veios de ação da tendência majoritária é assumida ponto por ponto em *Sindicalismo e Política: a trajetória da CUT* (RODRIGUES, I., 1997), pois o eixo de preocupação central do autor é a *democracia*. E neste caso, adjetivá-la burguesa ou proletária pouca alteração objetiva trará às práticas e às suas consequências.

Em sua análise do IV CONCUT (1991), Congresso hegemonizado pela AS, no qual a Central açambarcou tacitamente as práticas cidadãs, Rodrigues, I. emparelha, com forte carga valorativa positiva, “experiência”, “idade”, “tempo de militância” e “conhecimento” – o desenvolvimento argumentativo culmina na justificativa das práticas defendidas pelos setores contratualistas da Central. Está formada uma cadeia semântica apologética:

[...] está ocorrendo um *envelhecimento* do sindicalismo-CUT [...]. Vale dizer, são sindicalistas com *mais idade, presumivelmente com mais experiência* e com *mais tempo de militância sindical* [...]. São participantes *mais ligados ao cotidiano dos sindicatos* – como membros de suas diretorias –, e *experientes em militância sindical*. (RODRIGUES, I., 1997, p 206 – grifos nossos)

⁶⁵ “Nossa hipótese é que a experiência das câmaras setoriais e os possíveis acordos realizados tendo, de um lado, sindicatos fortes de trabalhadores e, de outro, associações representativas do empresariado e contando ainda com a interveniência do poder executivo, representa uma saída pactuada da crise e pode ser fundamental para a consolidação da democracia no nosso país.” (ibid., p. 235). Ou ainda: “Outro aspecto que cabe ressaltar, no caso brasileiro, é a experiência das câmaras setoriais. Ainda que nesse momento esteja sendo minimizada por vários setores, não se pode negar o papel que este arranjo desempenhou para a democratização das relações de trabalho em nosso país e, principalmente, para as mudanças em curso na prática sindical da CUT.” (id., 2009, p. 124). Agora, os dados empíricos: em 1995, no governo Fernando Henrique, as câmaras setoriais foram desativadas, após um aumento no faturamento das montadoras em mais de 50% entre 1992 e 1994 e redução dos postos de trabalho: 13,91% nas montadoras – de 55.285 para 47.995 – e 26,29% no setor metalúrgico de todo o ABC – de 196.494 para 144.815 (dados para o período de 1989 a 1995). Para uma análise crítica das câmaras setoriais, em especial do setor automobilístico, e das posições de Francisco de Oliveira, Álvaro Comim e Adalberto Cardoso em relação ao tema, cf. Boito Jr. (1999, p. 163-73) – de onde foram retirados os dados citados.

E algumas linhas a seguir,

Nossa hipótese é que está sendo criada, na Central Única dos Trabalhadores, a figura do *sindicalista profissional*. Isto é *fundamental para a nova fase que a Central está vivendo*, onde a racionalidade técnica, o pragmatismo nas negociações e uma certa diminuição do nível de conflituosidade com os empresários e o governo apontam para um *novo padrão de ação sindical*, onde a *confrontação começa a dar lugar à negociação*, tendendo, em alguns casos, como na experiência das câmaras setoriais do setor automobilístico, para uma certa parceria entre capital e trabalho. (ibid., p 207 – grifos nossos)

Considerado o conjunto, tem-se a defesa, costurada na competente construção argumentativa do autor, de que a “experiência” produz o “bom-senso”. Logo, o “realismo político” da Central estaria ligado a uma “ética da responsabilidade” weberiana, respaldada pelo perfil dos sindicalistas presentes ao IV CONCURTO (1991): militantes com longos anos de estrada e com melhor manejo da máquina sindical, fruto da experiência cotidiana. Tais delegados estariam aptos a adequar o perfil da CUT às novas exigências postas pela reestruturação produtiva e pela “crise no mundo do trabalho”. O autor ainda procede ao mesmo emparelhamento, de forma a opor “utopia” como “principismo” e “realismo” como “maturidade”, páginas depois (ibid., p. 215).

As conclusões sobre a institucionalização da CUT em *Sindicalismo e Política* afinam-se sobremaneira às práticas da AS, sendo, no plano teórico, tributárias das considerações expostas em *CUT: os militantes e a ideologia* (RODRIGUES, L., 1990a).

A institucionalização é explicada por Rodrigues, I. devido a dois processos: o desenvolvimento de interesses na manutenção da organização e o desenvolvimento e difusão de lealdades organizativas. Há uma clara imbricação entre ambos. Neste caso, baseando-se na análise organizacional de Philip Selznick⁶⁶, de corte nitidamente weberiana, Rodrigues, I. argumenta que as organizações, constituídas como expressão de uma ação racional para a “consecução de objetivos enunciados”, para que gerem segurança nos participantes não se prestando ao dissabor das vontades individuais, tendem ao processo de institucionalização das relações. As organizações tornam-se independentes das qualidades pessoais e os indivíduos participantes intercambiáveis. Está constituída a organização como um instrumento de ação racional, com manipulação previsível da estrutura formal. E autor arremata:

⁶⁶ SELZNICK, Philip. **Fundamentos da teoria da organização**. In ETZIONI, Amitai (Org). *Organizações Complexas*. São Paulo, Atlas, 1997. p 30-31. (Conforme referenciado pelo autor).

Neste aspecto, a busca de *eficiência da organização*, a *impessoalidade das relações* e a busca da *racionalidade nos objetivos* fixados são características que explicitam esse movimento da Central Única dos Trabalhadores como uma organização complexa e em rápido processo de estruturação. (ibid., p. 204-5 – grifos nossos)

Não se pode chamar inconsistente o argumento do autor. Também não podemos questionar sua razoabilidade – parece plausível que, mesmo para a média dos “socialistas radicais”, a Central deve erigir-se como uma “organização eficiente”, de “relações impessoais” (para que não favoreça práticas clientelistas) e “racional” em seus objetivos. A alteração significativa, ao que parece, encontra-se em “*objetivos*”.

Aos poucos, a defesa vai se tornando mais clara e, em alguns pontos, difícil é não perceber a apologia, como no exemplo abaixo:

Esse depoimento expressa a sensibilidade de uma liderança sindical – não nos referimos apenas ao depoente, mas à tradição do sindicalismo de São Bernardo – que não teme a organização dos trabalhadores em seus locais de trabalho. (ibid., p. 146)

Esta mesma “liderança sensível”, em 1992, estaria sentada à mesa costurando pactos na câmara do setor automobilístico e, em 1996, viabilizando com o governo Fernando Henrique a Reforma da Previdência. Denote-se que o apoio desta “liderança sensível” ao projeto de Reforma da Previdência foi retirado apenas 24 horas antes da sessão de votação pela Câmara dos Deputados, devido ao isolamento político a que ficou sujeita⁶⁷. Estou me referindo, evidentemente, a Vicente Paulo da Silva, o “*Vicentinho*”.

Esta passagem chama atenção ainda por outra nuance: que teria então ocorrido com essa “tradição sindical que não temia a organização dos trabalhadores em seus locais de trabalho”? (claro que a viragem não se explica tão-somente pela “traição das lideranças”, ainda que possa conter, em certa medida, um forte componente moral). Os “anseios democráticos”⁶⁸ devem ter sido solapados pela necessidade de controle da máquina

⁶⁷ Isolado, pois mesmo o PT, em conjunto com outros partidos de esquerda e centro-esquerda, posicionou-se contrário ao projeto. Sem respaldo do próprio partido, restou a Vicentinho mudar de opinião já no apagar das luzes. Cf. Boito Jr. (1999, p. 147).

⁶⁸ Neste caso, é importante lembrar que a temática das comissões de fábrica – tipo de organização fundamental para enraizamento sindical nas bases e controle operário do processo produtivo – teve um duplo viés na CUT. Por um lado, militantes da Oposição Sindical, mais acostumados com o trabalho nestas comissões e inspirados nas comissões espanholas e conselhos de fábricas italianos, viam neste tipo de organização um forte instrumento do controle operário da produção. Por outro lado, muitos militantes cutistas, de maneira geral, enxergavam nas comissões fundamentalmente um braço privilegiado do sindicalismo junto às bases, ou seja, as comissões deveriam subordinar-se ao sindicato, uma vez que não poderiam representar qualquer tipo de sindicalismo paralelo que compromettesse a unidade (RODRIGUES, I., 1991, p. 151). De qualquer forma, a partir dos anos 1980, o que havia de orgânico nas comissões foi perdido: transformadas em apêndices dos sindicatos, tornaram-se mais “comissões sindicais” que “comissões de fábrica” (ibid., p. 157).

organizacional e de seu uso em prol dos “objetivos racionalmente postos” pela tendência hegemônica (para continuarmos em termos weberianos).

A análise de teses das tendências, tanto por Rodrigues, I. (op. cit.), quanto por Rodrigues, L. (1990a), mostra claramente que, dentre as facções internas da Central, a que possui um perfil nitidamente social-democrata é a tendência majoritária, hegemônica, que ocupa os principais postos de direção da CUT. Contribui então para o que denominamos *curvatura* da Central, dentre outros fatores, a utilização da estrutura objetiva em prol de intenções, contidas *in nuce*, na visão de mundo de um setor específico cutista – em outros termos, é o uso teleológico de um complexo visando à construção de mediações⁶⁹. Se, como demonstrou Mészáros (2002, p. 675-85), o capital segue *linhas de menor resistência*, e a burocracia calçou como luva a relação social hierárquica do capital⁷⁰, tem-se na CUT o justo encontro entre concepções e práticas reformistas e as causalidades (neste caso, por exemplo, legalidades internas da própria burocracia) que forçam a permanência de mediações do capital (as quais se deveria superar!) – por baixo do tapete, a relação capital retorna, aniquilando o germe das novas mediações⁷¹. O resultado, pela soma dos vetores, é um processo acelerado de burocratização. Caberia indagar que razões teriam impedido a uma parcela importante do sindicalismo cutista o pleno desenvolvimento da consciência de classe, provocando a reconciliação com as continuidades que tanto combatiam.

Não temos a pretensão de esgotar tão denso assunto neste trabalho. Contudo, apenas para iniciar a discussão, entrevemos que uma das chaves para este entendimento pode ser encontrada na concepção de “socialismo” de grande parte dos cutistas – de cunho nitidamente cristão, difundida por setores progressistas da Igreja Católica. Rodrigues, I. bem lembra que é a ligação com esta igreja que aproxima o sindicalismo do ABC da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo – embora as relações entre igreja e movimento operário remonte a épocas anteriores: inicia-se em 1954 com a chegada de D. Jorge Marcos de Oliveira à diocese do ABC (ibid., p. 80-1). Para Rodrigues, I., as protoformas do “Novo Sindicalismo” estão assentadas sobre um tripé: segmentos de esquerda, sindicalismo do ABC e Diadema e Igreja Católica.

Mais vinculados às associações de bairros e às CEBs, os operários que se constituíam em “Novo Sindicalismo” não possuíam uma tradição socialista. A radicalização das posições ocorre na prática sindical, no atrito com os dirigentes ligados ao PCB. A

⁶⁹ E importante: essas mediações podem ser mediações de continuidade.

⁷⁰ Cf. Braudel (1985).

⁷¹ Este retorno sorrateiro da relação capital *via burocracia, mutatis mutandis*, foi uma das dificuldades enfrentadas por Lênin em sua tentativa de resolver a crise que devastou a Rússia até 1922. Cf. Rodrigues, L. (1990b, p. 77-101)

política se agudiza no e pelo conflito, e naquela conjuntura específica são fortemente influenciadas pelas aspirações democráticas. Os ventos socialistas não chegam a estes operários de forma asséptica, como gostam de imaginar os positivistas – eles se conjugam em suas subjetividades à dogmática cristã de opção pelos oprimidos, de fraternidade e de busca por justiça social, ao obreirismo e aos anseios democráticos da população brasileira. Embora frações de setores progressistas da Igreja Católica⁷² realizassem o aprofundamento científico do socialismo, tal procedimento não se dissemina substancialmente entre os fabris. Rodrigues, L., ao enumerar os pontos ressaltados no II Congresso dos Metalúrgicos, ocorrido em São Bernardo, aos 19 de setembro de 1976 – reafirmações do I Congresso, que revelam mais uma prática calcada no espírito liberal-democrático e na influência cristã – contribui para reforçar esta conclusão: “[uma atividade sindical] democrática, de massas, preocupada com a organização dos trabalhadores nos seus locais de trabalho, crítica com relação à estrutura sindical vigente e defensora da contratação nas relações capital/trabalho” (ibid., 76).

Observemos que, embora apareçam termos comuns ao socialismo científico (como capital e trabalho), não há referência a “socialismo” ou “transformação revolucionária da sociedade” ou ainda a “subversão das relações sociais de produção” e “socialização dos meios de produção” ou “abolição (ou confisco) da propriedade privada”. A conjugação socialismo / ideário cristão / democracia liberal culminaria nas concepções de tipo social-democrata, nas práticas humanistas e reformistas, que encontraram no sindicalismo um poderoso instrumento para sua ampliação, difusão e efetivação. E é exatamente este reformismo humanista que, ao aceder com a necessidade do atendimento de demandas sociais, promoção da dignidade humana e razoabilidade na relação capital-trabalho, abre caminho para o fetichismo da negociação como reconhecimento de alteridade⁷³.

Tomada como valor estratégico e não tático, a negociação adquire forte sentido ideológico. Uma oposição de princípio à negociação implica na mutilação de um componente elementar da atividade sindical. Desfigurar os objetivos trabalhistas típicos da ação sindical – os quais envolvem, mesmo que minimamente, negociações – caminha com o sindicalismo

⁷² Setores bastante minoritários, denote-se. A Teologia da Libertação, embora envolvesse elementos do marxismo era, antes de tudo, uma *teologia*. Leonardo Boff, por diversas vezes, proferiu afirmações (inclusive em entrevistas) neste sentido: a construção era fundamentalmente teológica, e não socialista revolucionária, embora pudesse conter alguns elementos do socialismo marxista.

⁷³ A análise de Rodrigues, L. auxilia nesta compreensão, *embora o autor se refira, neste caso, à constituição do PT*: “No plano ideológico, o resultado é a existência de concepções socialistas muito vagas e difíceis de definir e que terão muita dificuldade de adquirir contornos mais precisos porque a opção, numa ou noutra direção, arrisca a aumentar o coeficiente de conflito interno e, no limite, põe em risco a unidade do partido.” (RODRIGUES, L., 1990b, p. 29). Certamente, o avanço do neoliberalismo exigiu de muitos setores do partido a tomada de posições claras e a reafirmação dos objetivos socialistas. O resultado, como sabemos, foi a constituição do PSOL e a migração de algumas tendências para o PSTU. Tal dilema, *mutatis mutandis*, refletiu-se também no interior da CUT.

para o politicismo que, levado ao extremo, baralha as mediações, desestruturando uma mediação fundamental no processo de construção da consciência de classe – tal comportamento, já observado em ações pretéritas da esquerda brasileira, deu origem exatamente como reação ao “Novo Sindicalismo”. Por outro lado, considerar somente o viés trabalhista, hipostasiando a negociação como o princípio impreterível da atividade sindical, tornará estaque o processo de formação e desenvolvimento da consciência de classe. Como argumentamos no capítulo anterior, baseados em Engels, ter-se-á condenado a classe trabalhadora a um círculo vicioso regressivo: demanda – negociação/greve – atendimento total ou parcial da demanda – recrudescimento das relações de produção pela dinâmica do capital – nova demanda – negociação/greve – atendimento total ou parcial... E aqui, Rodrigues, I. procede a uma generalização, talvez indevida, para justificar as posições da tendência social-democrata. Procura erigir uma primazia da negociação sobre outras formas de luta, como a prática, *par excellence*, da atividade sindical:

De fato, o *tema da negociação, questão central para a existência do sindicalismo*, é colocado à margem do debate da CUT *por todos aqueles setores que “vislumbram” uma sociedade socialista* e comungam do ideário do socialismo revolucionário como meio para atingir esse objetivo. Termina, pois, se transformando numa “questão de princípio”, é o *mainstream da esquerda que se considera revolucionária*. Para usarmos uma expressão de Weber, guardadas as proporções, é como se os setores mais à *esquerda estivessem animados pela ética da convicção*, e o campo majoritário, representado hoje pela *corrente sindical Articulação*, possuísse uma *postura consubstanciada na ética da responsabilidade*. (ibid., p 169-70 – grifos nossos)

Ora, plagiando Mészáros (2004), os termos, mesmo (ou principalmente) weberianos, não são neutros – expressam convicção na moderação. E a defesa ideológica prossegue atingindo, finalmente, a análise das teses do IV CONCUT (1991):

As teses analisadas, à *exceção parcial do documento da Articulação*, que é um pouco mais *moderado*, retratam uma situação que, em grande medida, *não é vivenciada pela maioria dos trabalhadores*. [...] Desse ponto de vista, observa-se um forte *principismo nas posições políticas das tendências*, expressos em seus documentos, *notadamente junto àquelas vinculadas à esquerda socialista*. (ibid., p 201-2 – grifos nossos)

Rodrigues, I. defendeu à época a institucionalização da Central, pois visualizava neste processo o fortalecimento e consolidação da mais expressiva organização coletiva dos trabalhadores desde o início da autocracia burguesa, em 1964. Referenciado nos valores

democráticos, o intelectual interpretou positivamente a aceitação da CUT por setores do empresariado e do Estado como o estabelecimento definitivo dos trabalhadores na arena política brasileira, reconhecidos como legítimos partícipes do processo político e do jogo democrático. Não é outro o espírito de defesa das comissões de fábrica como “importante[s] catalisadora[s] coletiva[s] do conjunto das demandas existentes no cotidiano fabril” (RODRIGUES, I., 1991, p. 162), ou ainda da analogia entre os movimentos sociais, como revigoramento da identidade pública, e a atividade política do operariado nos anos 1980 (ibid., p. 165). Rodrigues, I. encampa a defesa das posições da AS, pois localiza nos discursos da tendência os veios de radicalidade democrática da Central:

Essa visão é extremamente democrática, levando o ideário democrático às últimas consequências. É expressão de uma certa radicalidade democrática que permeia o padrão de ação sindical cutista e que, em alguns dirigentes da Central, se expressa de forma nítida⁷⁴ [...]. (ibid., p. 134)

Ainda que obrigado a considerar as ambiguidades entre o discurso e a prática cutista, o autor credita o imobilismo e paralisia da Central ao “momento de transição dos padrões movimentistas para os padrões organizacionais” (ibid., p. 213). Afirma ainda, posteriormente, que a dinâmica de acomodação, capitaneada pela tendência majoritária, no interior da estrutura sindical, considerada a crise por que passa tal estrutura, tem também sua parcela de responsabilidade sobre as ambiguidades entre a prática e o discurso (ibid., 230).

Certamente, a leitura divergente que hoje nos permite realizar tais críticas é facilitada pelo decurso histórico. Não se nega aqui a importância e o valor de Rodrigues, I. na construção do pensamento sindical brasileiro. Ao contrário, é exatamente por esta influência que foi referenciado neste trabalho. De nosso ponto de vista, o exemplo das câmaras setoriais e, contemporaneamente, da participação institucional põem mais uma vez a cabo, no real, as pretensões de parceria capital-trabalho. Mais a mais, o processo de *burocratização* da Central, como vimos, foi tomado por *institucionalização*, justificando o reinado do burocratismo e do cupulismo⁷⁵, tão típicos do sindicalismo de Estado. Lentamente a CUT retornaria

⁷⁴ Rodrigues, I. está se referindo à seguinte afirmação de um dirigente da AS: “eu fui uma das primeiras pessoas da CUT a defender publicamente o pluralismo. Benéfico ou não, eu acho inevitável. Porque o que me trouxe para o movimento sindical não foi uma **preocupação dogmática de luta de classe**. O que me trouxe para o movimento sindical foi uma discussão sobre *defender a democracia como princípio e não como conveniência*. [...] Nós temos o nosso sindicato. **Por que a direita não pode ter o seu?**”. (ibid., p. 133 – negritos nossos, itálicos do autor).

⁷⁵ Cupulismo expresso em inúmeros sindicatos da base, dedicados fervorosos à participação em Conselhos de Direitos. Já analisamos estas práticas em Arbia (2004).

praticamente ao princípio do “grande pacto social”, da colaboração das classes para o bem-estar geral da nação – muito próximo do que foi pensado por Vargas.

2.2.3. Estrutura sindical e neoliberalismo na crítica de Armando Boito Jr.

Armando Boito Jr. é certamente o crítico mais contundente da estrutura sindical (no caso brasileiro, denominada pelo autor *sindicalismo de Estado*⁷⁶). Polêmico em suas afirmações, o autor é referência necessária quando se trata de analisar o sindicalismo contemporâneo, especialmente porque a relação com a estrutura sindical se tornou o calcanhar de Aquiles do sindicalismo brasileiro desde que foi implantada por Vargas em 1931, pela Lei de Sindicalização (Decreto 19.770/1931).

A luta contra a estrutura sindical é iniciada imediatamente pelos anarcossindicalistas que, mesmo em retração, conseguiram agrupar seus adeptos na independente Federação Operária de São Paulo. Os comunistas, inicialmente, também buscaram a luta “por fora”, organizando a Federação Sindical Regional no Rio de Janeiro e em São Paulo, em 1934. Até 1934, apenas 25% dos sindicatos do estado de São Paulo e do Rio de Janeiro eram reconhecidos pelo Ministério do Trabalho (ARBIA, 2004, p. 65).

Decidido, o governo Vargas atacou por duas vias: a Lei de Segurança Nacional (em 1935), que proibia o direito de greve, fechava sindicatos combativos e deportava suas lideranças, e a expedição de decretos reconhecendo direitos trabalhistas (como, por exemplo, o Decreto 23.679, de 18 de janeiro de 1934, que regulamenta a concessão de férias aos empregados da indústria, desde que associados a sindicatos de classe reconhecidos pelo órgão governamental) (ibid., 66).

Constituir-se-ia a partir de então o grande *nó górdio* do sindicalismo brasileiro. A opção dos comunistas de agir por “dentro” garantiu a sobrevivência desta corrente no sindicalismo brasileiro. Coerentes com suas orientações, os anarcossindicalistas não se filiaram à tutela de Vargas e acabaram por desaparecer da cena político-sindical.

A entrada na estrutura sindical permitiu aos comunistas a continuidade de suas atividades, ainda que, vale lembrar, o PCB estivesse na clandestinidade à época. O fôlego

⁷⁶ “A estrutura sindical é o sistema de relações que assegura a *subordinação dos sindicatos (oficiais) às cúpulas do aparelho de Estado* – do Executivo, do Judiciário ou do Legislativo. O elemento essencial da estrutura sindical brasileira é a necessidade de reconhecimento oficial-legal do sindicato pelo Estado.” (BOITO JR., 1991b, p. 50-1 – grifos do autor). Complementando: “Essa estrutura compreende um conjunto de relações – parte delas consagrada em lei – que envolvem burocratas do Estado, sindicalistas e trabalhadores, relações essas que se materializam em aparelhos, dotados de recursos humanos e materiais, como os sindicatos oficiais, as Federações e Confederações sindicais e a Justiça do Trabalho. É o conjunto desses aparelhos que denominamos sindicato de Estado.” (id., 1991a, p. 25).

novo veio em 1945, quando foram anistiados os presos políticos, legalizado o PCB, reatadas relações com a URSS e eliminados dispositivos legais que obrigavam a presença de representantes do Ministério do Trabalho nas assembleias e a aprovação das eleições sindicais pelo órgão. O PCB viveu então um crescendo que duraria até os anos Goulart – sempre apoiado no sindicalismo de Estado.

Denote-se que mesmo a emergência das lideranças do “Novo Sindicalismo” ocorreu no interior da estrutura sindical. À exceção do MOMSP, que precisou trilhar caminhos próprios paralelos à estrutura⁷⁷, haja vista o domínio imemorial de Joaquinção no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, a maior parte das lideranças do futuro “Novo Sindicalismo” dirigia sindicatos oficiais.

Durante o período da autocracia burguesa, de 1964 a 1983, a intervenção nos sindicatos foi levada ao extremo. Tal ingerência na organização dos trabalhadores gerou o momentâneo silenciamento público da luta, permanecendo, entretanto, um enfrentamento velado, por vias outras. A ação paralela, mais que uma necessidade, tornou-se para a esquerda a única forma de manter acesa a resistência contra o capital no cotidiano do trabalho. Ainda assim, a perseguição de militantes operários e intelectuais acabou por dispersar os setores mais combativos do sindicalismo brasileiro. Apenas com a distensão do regime, acossado pela crise econômica e pela pressão social, é que as lideranças foram retomando o trabalho sistemático e as reivindicações trabalhistas de maior vulto foram encorajadas.

Essa *longa noite do sindicalismo brasileiro* (ANTUNES, 1980) é substrato orgânico suficiente para que Boito inicie suas críticas à estrutura. Segundo o autor, intervenções deste tipo só podem ocorrer devido a uma característica fundamental do sindicato de Estado: a *investidura sindical*.

É a investidura sindical (termo cunhado por Azis Simão⁷⁸) que “garante” a representatividade do sindicato de Estado, ou seja, o poder de representar os trabalhadores é *outorgado pelo Estado*. Vejamos nas palavras de Boito,

Esses requisitos [poder e representatividade], sem os quais nenhum sindicato pode desempenhar a atividade mais elementar que o caracteriza como sindicato, são, no caso dos sindicatos oficiais brasileiros,

⁷⁷ Cabe lembrar que a organização da greve dos metalúrgicos de São Paulo, em 1979, pelo MOMSP, ocorreu por fora da estrutura sindical e em aberta contradição com a direção do Sindicato dos Metalúrgicos – que utilizou a máquina sindical para confundir e até mesmo sabotar o movimento. A organização por fora só foi possível devido ao intenso trabalho dos militantes do MOMSP na constituição e manutenção de comandos regionais – que possibilitaram a construção da luta nas bases. Denote-se que, ao contrário do sindicalismo do ABC e Diadema, o sindicalismo metalúrgico de São Paulo precisava lidar com a dispersão dos fabris – concentrados em um maior número de empresas e dispersos territorialmente. Cf. Batistoni (2001, p. 271 e ss.).

⁷⁸ Cf. Boito Jr. (1991a).

outorgados pelo Estado. O Estado concede a representatividade e o poder de negociação ao sindicato oficial, através do seu reconhecimento como um organismo que representa determinado segmento de trabalhadores. [...] A investidura sindical, que se consuma na concessão, pelo Estado, da carta de reconhecimento, ou carta sindical, é a característica fundamental, e por isso, invariante, do sindicato de Estado. Todas as demais características do sindicato de Estado dependem desse elemento essencial, são decorrências necessárias ou possíveis da investidura sindical. Daí que, se fosse abolida a investidura, todo o restante do edifício da estrutura sindical seria, obrigatória e simultaneamente, extinto. (BOITO JR., 1991a, p. 27 – grifos do autor)

Ou ainda,

O que o Estado outorga aos sindicatos oficiais é, fundamentalmente, o poder de representar os trabalhadores, frente ao patronato e ao próprio Estado, no processo de negociação coletiva dos salários e das condições de trabalho. O sindicato recebe a representação legal de uma categoria de trabalhadores, a garantia legal de poder efetuar contratos coletivos de trabalho e a garantia, também legal, de execução desses contratos. [...] Apenas esse pode assinar contratos coletivos e apenas tais convenções e tais acordos têm garantia legal de execução. (ibid., p. 47)

A investidura, contudo, por si mesma, está passível de ser derrubada na prática – como acabamos de ver linhas acima, o sindicato de Estado, até 1934, teve grandes dificuldades de vingar. No entanto, há outros dois elementos que ao lado da investidura forçam o sindicato oficial a ser assimilado pelos trabalhadores como única via associativa: a *unicidade* e o *imposto sindical*.

A unicidade sindical é o *estabelecimento legal* do sindicato único por categoria. Desta forma, a legitimidade de negociação fica garantida exclusivamente ao sindicato reconhecido pelo Ministério do Trabalho. Exemplos como o do MOMSP, na greve de 1979, demonstram a possibilidade de revogação prática de tal representatividade oficial. Contudo, os militantes da Oposição, ao final, perceberam a dificuldade de lutar em duas frentes: contra o capital e contra a pesada estrutura sindical – uma verdadeira máquina de recursos. Boito (ibid., p. 30-1) chama a atenção para que não se confunda *unicidade* com *unidade*. A primeira refere-se ao reconhecimento da existência de um sindicato único – o que implica, necessariamente, em intervenção do Estado. A segunda refere-se à consciência dos próprios trabalhadores de que a luta única produz melhores resultados para a classe. Para que se obtenha a segunda é necessário maturação da classe, um estágio ulterior da formação de consciência elementar típico dos grupos – é preciso ultrapassar o corporativismo.

O poderio financeiro dos sindicatos oficiais é garantido pelo *imposto sindical*. Compulsório, como o próprio nome denota, ele tornou-se a receita principal de muitos sindicatos quando foi criado pelo Decreto-Lei nº 1402, em 1939. Graças ao imposto sindical – desconto no salário do equivalente a um dia de trabalho de todos os trabalhadores, independente de sindicalização – Vargas conseguiu impulsionar definitivamente seus sindicatos atrelados. Transformados em verdadeiras máquinas de recursos, incentivados pela política de concessões de Vargas aos trabalhadores que se filiassem a tais sindicatos, os aparelhos oficiais dizimaram os sindicatos autônomos e se instalaram em definitivo na vida sindical brasileira. Tratou-se então de organizar a luta por dentro da estrutura, especialmente pelos comunistas – que ganhavam hegemonia no interior do operariado pelo declínio do anarcossindicalismo e pela bem-sucedida Revolução de 1917.

Estabelecido o sindicato oficial, criam-se, basicamente, dois tipos de vínculo com o Estado: via Ministério do Trabalho e via Justiça do Trabalho. O primeiro, responsável por um controle mais direto, garante a ingerência ativa do Estado sobre os sindicatos – aprovando ou negando cartas sindicais, reconhecendo eleições, elaborando estatutos, destituindo diretorias... Enfim, esta é uma modalidade de intervenção ativa que pode recrudescer ou distender, dependendo da conjuntura política, sem tocar minimamente nos pilares da estrutura sindical. Quanto a Justiça do Trabalho, refere-se à interferência do Poder Judiciário nos dissídios, decidindo sobre a relação conflitiva capital-trabalho.

A legitimidade da intervenção estatal nos sindicatos está assentada no *legalismo* (ou ideologia da legalidade sindical),

Ela se caracteriza pela submissão voluntária ao conjunto de normas jurídicas que regulamentam a organização e as formas de ação sindical no Brasil. [...] Esse legalismo é, então, naquilo que tem de essencial, a aceitação da tutela do Estado sobre os sindicatos. [...] o que acreditamos dominar o sindicalismo de Estado brasileiro ao longo de sua história, e, principalmente dominar a base de sustentação social desse sindicalismo [...] [é] a *expectativa de que a tutela do Estado sobre os sindicatos capacite os trabalhadores para impor limites à exploração do trabalho assalariado*. (ibid., p. 65 – grifos do autor)

Boito encontrará no núcleo deste legalismo a *ideologia populista*, ou seja, a crença no Estado-protetor – o fetichismo de um Estado situado acima das classes, capaz de arbitrar de forma independente e vir “em socorro do povo” (ibid., 70). Para Boito, as raízes do populismo, ao contrário do que muitos poderiam pensar, estariam nas frações de classe desorganizadas que, por uma série de razões (crença no individualismo, na meritocracia, etc.),

seriam incapazes de construir ações políticas coletivas – Boito encontra a raiz do populismo nas classes médias.

Para finalizar as análises de Boito, precisamos considerar suas mais recentes intervenções, que têm início sistemático em *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil* (BOITO JR, 1999). O próprio título da obra sugere por onde passam as preocupações do autor.

Para fins deste trabalho, de forma sucinta, podemos enumerar quatro eixos da argumentação de Boito: a adoção, pela CUT, do *sindicalismo propositivo*; a luta pelo *contrato de trabalho*; a *mudança na linguagem* e o *neocorporativismo*. Passaremos em rápida revista estes temas.

A adoção de um sindicalismo *propositivo*, *cidadão* ou *ocupacionista* privilegiou o “realismo político”. Sindicalismo propositivo não quer dizer a existência de “proposta” de ruptura, de socialismo, de atividade revolucionária. A proposição, nesse caso, pauta-se no reformismo, na aceitação das regras do jogo (o que envolve a atuação institucional), assim como a canalização das forças para o confronto democrático-participativo. Não precisamos rememorar Marx e o “cretinismo parlamentar” (MARX, 1988a) para afirmar que a aceitação da atuação política, tomada com um fetiche – e certamente Boito é esclarecedor com sua análise do populismo e do legalismo –, assenta-se firmemente numa concepção reformista e não numa concepção tático-instrumental como pensou Lênin. No segundo caso, o horizonte estratégico é revolucionário, ou seja, a tomada revolucionária do Estado; no primeiro, a humanização do sistema por uma via atenuada (reformista), onde se obtêm melhorias pelo abrandamento do conflito social.

O sindicalismo propositivo apresentou-se como um caminho de ação possível, talvez o mais fácil, diante das transformações no “mundo do trabalho”, da queda da densidade sindical e da dificuldade, sobretudo pelo desemprego massivo, de organização de grandes mobilizações – transformações a que fizemos alusão no subitem anterior.

Podemos mesmo identificar nas propostas “engenhosas e tecnicamente sofisticadas” o deslocamento de uma prática reivindicativa para uma prática, diríamos, mais “discursiva”, em sentido habermasiano. Lembra Boito:

O sindicalismo propositivo é, por isso, um sindicalismo que pretende elaborar propostas que interessariam tanto aos governos neoliberais e às empresas quanto aos trabalhadores. Acredita ser possível conciliar a burguesia com os trabalhadores e os trabalhadores como neoliberalismo. (BOITO JR, 1999, p. 144)

A batalha institucional, uma das faces do “sindicalismo cidadão”, corrobora o isolamento corporativo por fomentar uma “visão contratualista e fragmentária da ação sindical, que valoriza a ‘livre negociação’ entre partes tomadas isoladamente”. (ibid., p. 148).

O *contrato coletivo*, na avaliação de Boito, é outro fator que empurra para práticas neocorporativas. Segundo o autor, há dois problemas elementares no caso em questão: o favorecimento de sindicatos com maior poder de negociação (sindicatos mais fortes, com categorias mais coesas, como é o caso da base cutista) e o esvaziamento das propostas de cunho social.

Para Boito (ibid., 150-3), a ênfase na negociação coletiva está ligada a setores cutistas com melhor capacidade de organização – o sindicalismo do ABC especialmente, base da CUT. Para tais trabalhadores, graças ao seu poder de pressão, as condições de trabalho são mais favoráveis que para o conjunto da classe trabalhadora brasileira, pois conseguiram, na prática de luta, ultrapassar algumas garantias celetistas. Ora, esta predileção pela negociação direta do contrato coletivo (em detrimento às próprias garantias legais) esvazia as demandas sindicais de seu conteúdo político. Tal desvio da defesa dos direitos sociais e trabalhistas mostrou-se sobremaneira funcional à implantação da política neoliberal. Setores com menor capacidade de pressão tiveram seus direitos desmontados. Os setores combativos ainda mantêm algumas conquistas pela força de sua ação. Esta, porém, é uma situação temporária, haja vista que a tendência ao desemprego maciço esvazia também suas práticas de luta mais comuns. Resultado: as categorias de trabalhadores estão se fechando em si mesmas, em suas reivindicações específicas – *neocorporativas*.

Com relação à *mudança na linguagem* – e esta nos interessa mais diretamente – há aqui uma nítida viragem ideológica. A substituição de termos como “classe trabalhadora” e “governo e empresários” por “sociedade civil” e “governo” demonstra uma omissão deliberada da luta de classes. Isto porque sociedade civil dilui, em seu interior, burguesia e proletariado, capital e trabalho. Tem-se a construção ideológica do “pacto social”, da perspectiva reformista e da crença na humanização do sistema.

Não se pode, todavia, acusar a CUT de elaborar um programa pró-neoliberalismo (como fez a FS). Ao contrário, Boito é um dos que afirma que a CUT formou uma identidade contrária à implantação do modelo neoliberal. Concordamos com esta análise e com sua decorrência, qual seja, o grande problema não foi a formação de uma identidade antineoliberal, mas a inexistência de posturas práticas que barrassem o avanço do modelo, *não com a sugestão de um modelo alternativo, mas como uma resistência prática anticapitalista*.

Aqui, seguindo a sequência de nossa argumentação, trata-se de uma postura que encontra, em elementos de continuidade presentes no interior da Central, forças para se proliferar. Assim, a crença no pacto social, no reformismo, no obreirismo, somados à reorientação (à direita) da igreja católica e a simpatia pelo sindicalismo americano colaboraram com a entrada da maré neoliberal que, ganhando terreno prático, aos poucos foi minando também o espaço ideológico. Como mostraremos no capítulo a seguir, esta *curvatura* se expressa claramente nos documentos máximos da Central: as resoluções dos CONCURTs.

Por fim, não é preciso alongar sobre o neocorporativismo. Em verdade, ele é fruto da reorientação das práticas cutistas, seguindo uma lógica bastante nítida: a adoção do sindicalismo propositivo, a defesa do contrato de trabalho, a participação nas câmaras setoriais – tudo isso leva à defesa de interesses focalizados e restritos a cada setor produtivo, cada vez mais específico, até que se chegue a uma restrição extrema (ibid., p. 169).

Para nosso intuito, não será preciso realizar a crítica de Boito, acusado ora de estruturalista (por suas análises em *O sindicalismo de Estado no Brasil*), ora de politicista (pelas considerações expressas em *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*). Embora com certo grau de pertinência, tais críticas não trarão alterações ao viés de nossa análise, sobretudo ao que de essencial precisamos extrair da contribuição do autor.

Passaremos, finalmente, às elaborações de Leôncio Martins Rodrigues – autor crítico da CUT desde suas origens.

2.2.4. *Socialismo versus tradeunionismo: cultura e luta ideológica na análise de Leôncio Martins Rodrigues.*

Last, but not least, é preciso considerar as análises de Leôncio Martins Rodrigues – estudioso de grande envergadura do movimento sindical brasileiro e mundial.

A ressalva inicial imprescindível é que, ao contrário dos autores estudados até aqui, Rodrigues, L. possui uma abordagem de viés conservador. Isto ficará claro quando for demonstrada a concepção de sindicalismo do autor: uma concepção tradeunionista⁷⁹, voltada para a obtenção de melhorias no trabalho, negociação e incompatível, em última instância, com a luta pelo socialismo.

⁷⁹ Impende ressaltar para fins de esclarecimento que as lutas tradeunionistas *não excluem* a luta política, especialmente em nível parlamentar, com a constituição de partidos operários. A diferença está fundamentalmente nos objetivos estratégicos.

O enfoque de Rodrigues, L. está calcado em seu profundo conhecimento da obra de Lênin. O autor estira as últimas consequências as concepções leninistas da vanguarda e do seu papel na educação do proletariado. Em suma, para Rodrigues, L. há (ou havia) uma luta ideológica no interior da CUT, onde a ação de setores intelectuais do sindicalismo *white collar* (chamados pelo autor *intelligentsia*) choca-se com a postura operária, de cunho nitidamente reformista. O perfil socialista da Central, portanto, seria fiduciário da atuação dos primeiros, e seu ocaso uma consequência necessária da constituição da CUT enquanto “sindicato” e não “movimento político”. Para Rodrigues, L. está aberto um fosso intransponível entre continuidade da ação sindical e socialismo.

O autor investiga de forma estritamente fundamentada a composição de classe presente na Central. Toda a análise de Rodrigues, L. desemboca na conclusão de que boa parte do perfil radical adotado pela CUT liga-se à atuação sindical de setores da classe média urbana, jogados na luta sindical pela perda de *status* e queda no padrão de vida:

Referimo-nos às categorias profissionais tradicionalmente consideradas de classe média, como os profissionais liberais (médicos, engenheiros, etc.), os professores e os funcionários públicos. Em fase de declínio social, de perda de *status*, de renda, etc., esses segmentos entraram na luta sindical com grande agressividade, superando, inclusive os trabalhadores fabris na realização de numerosas greves. Ideológica e politicamente, vêm-se revelando mais radicais do que muitos segmentos dos trabalhadores industriais. (RODRIGUES, L., 1991, p. 41)

Este viés analítico está presente em toda sua obra: a convicção no “reformismo operário”, na importação, grosso modo, do socialismo para o interior dos sindicatos pelos setores da esquerda marxista, e sua difusão na CUT pelos sindicatos cujo exercício profissional requer maior escolaridade:

As mobilizações dos estratos assalariados de classe média, especialmente das associações que reúnem assalariados de nível superior (professores universitários, profissionais da informática, médicos, sociólogos, engenheiros, etc.) ou de categorias mais amplas, que englobam tanto pessoal qualificado de baixa remuneração (setor da saúde, do ensino, do setor público, etc.) permitiram que os pequenos grupos da esquerda mais radical pudessem estabelecer, de modo mais orgânico e institucional, uma ligação com o sindicalismo de trabalhadores manuais e com a classe operária. (id., 1990a, p. 51)

O pano de fundo das considerações de Rodrigues, L. certamente encontra eco na literatura brasileira. A busca por uma quintessência do proletariado (revolucionário ou reformista) confunde dois planos distintos: o *político* e o *ontológico*. Não será necessário

demonstrar pormenorizadamente tal problemática, bastando lembrar que no plano ontológico não pode haver dúvidas quanto à condição subversiva estrutural do proletariado. Não há, deste ponto de vista, qualquer conciliação possível entre capital e trabalho, entre burguesia e proletariado e a luta de classes deve levar à necessária abolição da sociedade do capital pelo trabalho. Repetimos: é o próprio movimento do capital, em sua constituição contraditória, que cria e recria sua destruição – e esta destruição é necessariamente dada pelo trabalho. No plano político, todavia, outras mediações histórico-concretas podem levar o proletariado tanto a uma postura reformista, quanto explosivamente revolucionária⁸⁰.

Sem apresentar uma clara distinção entre os planos, o autor chegará a inevitável conclusão de incompatibilidade entre socialismo e movimento sindical. Rodrigues, L., que identifica claramente nos sindicalistas “autênticos” (leia-se AS) o reformismo social-democrata e a postura tradeunionista, visualizará então dois caminhos inconciliáveis para a Central. Tratando em termos mais genéricos, o intelectual não hesita em afirmar no artigo *Paradoxos do sindicalismo* (id., 1990b, p. 44):

A sobrevivência do sindicalismo enquanto instituição depende, pois, de sua habilidade de desenvolver ações em defesa de seus associados, ou dos trabalhadores em seu conjunto, quer dizer, de *ações antipatronais, mas sem que isso, no limite, conduza à destruição do adversário*. Em outras palavras: *os sindicatos, para garantir sua sobrevivência, devem ser antipatronais mas não anticapitalistas, o que significa dizer também que o limite do poder sindical é a sobrevivência da empresa e da economia de mercado*. (grifos nossos)

A afirmação do autor está rigorosamente correta, *para uma perspectiva conservadora*. Está claro que Rodrigues, L. não compreende o sindicalismo conforme apresentamos no primeiro capítulo deste trabalho. Está clara a unidimensionalidade do sindicalismo em sua análise. O socialismo, como planta exótica, seria importado de fora do sindicalismo. O pressuposto de Rodrigues, L. é correto: sindicalismo e socialismo não são sinônimos, tampouco idênticos. A conclusão, em nosso ver, também é correta quando aponta para a extinção do sindicalismo no socialismo. É equívoca, no entanto, a valoração dada à extinção do poder sindical. Rodrigues, L. aposta no poder de reação da casta sindical. O autor ignora o dever-ser histórico-ontológico do proletariado, qual seja, abolir todas as classes e a si mesmo como classe. Ora, o sindicato, como um subproduto da sociedade do capital, deverá necessariamente extinguir-se com o fim desta ordem sociometabólica. A organização do trabalho na sociedade comunista dar-se-á de outra forma, não pelos sindicatos tal e qual

⁸⁰ Vários autores se dedicaram ao estudo desta temática. Sumariamente, cf. Marx (1995; 1988a; 1979), Lukács (1989) e, mais recentemente, Iasi (2006).

conhecemos, pois suas duas funções precípua: lutar pelos interesses imediatos e históricos dos trabalhadores terão desaparecido.

As elaborações deste intelectual dão arcabouço teórico à casta sindical, clarificando seus objetivos de solidificação e permanência, pois, uma vez assentado sobre o crescente processo de burocratização, tal grupo procura perpetuar-se na administração da máquina, fisiologicamente, afastando em definitivo os objetivos de luta emancipatória. Não se terá dificuldades então de concluir que

O crescimento da CUT e sua consolidação, a ampliação de sua responsabilidade no jogo político nacional implicam superar essa fase [do socialismo] para poder se constituir efetivamente como central sindical em condições de ter um papel significativo na defesa dos trabalhadores. Nesse sentido, a cultura socialista, que imagina a CUT como um instrumento de luta revolucionária, dificulta ou impede inteiramente que a *CUT possa ter um papel mais efetivo na dinâmica das disputas políticas e do jogo pelo poder*, tal como o conquistado pelas centrais sindicais dos países desenvolvidos. (id., 1990a, p. 91-2 – grifos nossos)

Está aí: o objetivo é o poder e não o socialismo. É a participação na ordem, no jogo democrático. A proximidade das análises de Rodrigues, I. e Rodrigues, L. é patente, embora o primeiro possua elementos de um viés de esquerda e o segundo tenha objetivos nitidamente conservadores.

É digna de nosso modestíssimo reconhecimento a coragem teórica de Leôncio Martins Rodrigues que, ao contrário do grande fluxo de intelectuais à época, manteve suas críticas à Central em formação. O autor não vacilou em defender suas concepções, respaldando-se, para tanto, sempre em amplo material empírico, em pesquisas consistentes, detalhadas e cuidadosas. Por isso mesmo, críticas que, no momento de efervescência do movimento sindical, poderiam parecer anacrônicas, hoje revelam, no mais das vezes, uma atualidade impressionante.

O problema não se encontra na “incompatibilidade” entre sindicalismo e socialismo, como quer nosso autor, mas no processo de burocratização sofrido pela Central – processo incentivado claramente por Rodrigues, L. É certo, a exemplo do PT, que este processo encontra suas raízes nas transformações conjunturais da sociedade do capital – com todos os seus correlatos econômicos, políticos e culturais. Contudo, não se pode atribuir a curvatura da Central a uma oposição de princípio entre socialismo e sindicalismo. As equações que revelam a curva possuem outros elementos fundamentais, como a compreensão da Central enquanto um “complexo de complexos” – determinante para a definição do tipo de “socialismo” ali presente –, os embates políticos que levaram a construção de um arcabouço

teórico-ideológico próprio, a permanência de velhas estruturas que confluíram com os anseios de burocratização, as linhas de menor resistência do capital, que tendem a favorecer a permanência das práticas que reproduzam seu sociometabolismo e a reorientação consciente (teleológica) das formas de atuação, a fim de sintonizá-las com o novo viés ideológico. Tudo isso pode ter sido relegado por Rodrigues, L. devido à sua convicção unidimensional de sindicalismo.

2.2.5 Considerações

Foi visto em Santana a dialética entre continuidade e ruptura na esquerda brasileira. A CUT não escapa a este movimento tão típico do real: se personifica o “Novo Sindicalismo”, condensa em si, dialeticamente, toda a história do movimento sindical brasileiro. Neste sentido, não resolve de plano os históricos dilemas do intrincado processo da consciência de classe. Embora promova saltos qualitativos inegáveis, ainda mantém elementos de continuidade, tributários da tradição sindical no Brasil. O mais significativo deles, talvez, seja a estrutura sindical. As continuidades nutriram-se ainda das transformações objetivas do “mundo do trabalho” e da sociedade brasileira, que impuseram novas dificuldades aos sindicatos.

Paralelamente, mas não de forma independente, o processo de burocratização da Central foi justificado, prática e teoricamente, baseando-se em tais circunstâncias. Em Rodrigues, I., *burocratização* foi tomada por *institucionalização* e o discurso democrático tomou frente nos debates. O somatório dos fluxos endógenos e exógenos caminhou com a CUT para as práticas contemporâneas – cupulistas e reformistas. As origens do reformismo têm suas raízes históricas na formação da Central, estando arraigadas, *in nuce*, na tendência majoritária que desde muito cedo ocupou os principais postos de controle do aparelho.

Em Boito, vimos que a estrutura sindical, com seu objetivo nitidamente desorganizador, não foi enfrentada de modo consistente. Ao contrário, a partir do aprofundamento do processo burocrático, tal estrutura (dialética, gize-se, mas que tem na desorganização o seu fator determinante) pôde retornar com sua face desmobilizadora e antirrevolucionária. Os objetivos de ruptura foram relegados a segundo plano. Em seu lugar, erigiu-se uma postura propositiva, ocupacionista, nada destrutiva.

Ainda em Boito (e com o auxílio dos fatos dados empíricos apresentados por Cardoso, op. cit.), foi possível perceber que o neoliberalismo contribuiu, por fim, para minar, juntamente com a reestruturação produtiva, as bases objetivas do sindicalismo. Novamente,

estiveram ausentes as construções de mediações que apontassem para uma alternativa ao capital – embora houvesse uma oposição ideológica e programática, no âmbito dos modelos econômicos. As ilusões propositivas não significaram a construção de mediações para além do capital, mas o reforço de mediações tão típicas da ordem sociometabólica destrutiva.

A consciência de classe, que enfrentou um processo de ascensão na década de 1980, recuou aprisionada pela “imperatividade” da integração apoiada na permanência de elementos voluntaristas, presentes na direção cutista desde as greves de 1978 e 1979.

Sob este ponto de vista, poderíamos mesmo questionar se há de fato uma *crise do sindicalismo* ou uma crise de *determinado tipo de sindicalismo*. E aqui não nos referimos às práticas sindicais *tout court*, mas ao sindicalismo em sua acepção ampla, como pensado por Marx. Ou seja, podemos afirmar preliminarmente que estaríamos presenciando não uma crise do sindicalismo global, mas uma crise do sindicalismo com objetivos históricos, socialistas. O sindicalismo pelego ganha espaço, impulsionado pela agressividade do atual estágio sociometabólico do capital. São próprios deste tipo de sindicalismo as práticas de gabinete, o cupulismo, a burocratização, a desmobilização, o reformismo e o questionamento limitado – podendo ou não fazer uso das ações de massa. É salutar a este tipo de sindicalismo a indiferença das bases, o controle das reivindicações, a contenção da luta explosiva. São inerentes a este tipo de sindicalismo as aspirações tradeunionistas e, no caso brasileiro em especial, sua tutela pelo Estado e o assistencialismo. Ora, pode-se falar que o sindicalismo desorganizador está em crise? Ou ele vem cumprindo exatamente seu papel neste truncado momento histórico?

O que não quer dizer que esta crise represente o ocaso do socialismo (ou sua incompatibilidade com o sindicalismo, como quer Rodrigues, L.), fim das utopias e todo aquele fraseado lastreado mais pela vontade de seus difusores que pela realidade. A crise revela um momento difícil, típico dos limites estruturais do capital, onde o processo da consciência de classe não encontra facilmente desfecho satisfatório. Trata-se de um momento de contração da consciência de classe em seu processo histórico pulsante ininterrupto. A consequência plástica, no caso cutista, é a *curvatura*.

Resta agora demonstrar como esta curvatura aparece ideologicamente na linguagem empregada pela Central em sua construção teórica ao longo de sua história. É o que nos propomos no próximo capítulo.

**CAPÍTULO III. A CUT “PELA CUT” – A PLÁSTICA DA *CURVATURA* TEÓRICO-
IDEOLÓGICA NAS RESOLUÇÕES DOS CONGRESSOS NACIONAIS**

3.1. POR QUE ANALISAR RESOLUÇÕES?

A análise de resoluções não é uma tarefa simples. Há dificuldades de ordem prática e hermenêutica.

As resoluções são recortes, fotografias de um específico momento. Como bem alerta Wladimir Pomar (*apud* IASI, 2006, p. 376) em introdução, ao organizar o livro que reúne resoluções desde a fundação até o 11º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores,

É preciso levar em conta (...) que as resoluções [...] contêm aspectos que podem limitar a compreensão das experiências vividas pelo Partido. Nem sempre explicitam, por exemplo, o contexto político social em que foram produzidas; quase nunca colocam à mostra o rico e variado debate que as envolveu; são, em geral, ufanistas em relação às possibilidades reais do PT; por fim, raramente avaliam os contrastes e as concordâncias das resoluções anteriores em relação à realidade existente e à prática partidária.

Para o trabalho que apresentamos, precisamos realizar considerações introdutórias. A primeira delas é com relação à própria Central. Como um *complexo de complexos*, a CUT não é monolítica. Aprovada uma resolução, o comportamento dos sindicatos da base pode variar, flexibilizando, *até certo ponto*, ações que expressem opiniões divergentes.

As resoluções também não revelam a tensão dos debates e a luta para fazer valer determinada visão de mundo. Neste jogo de palavras e articulações, onde propostas são apresentadas, debatidas e postas em votação, ligeiras flexões podem se estabelecer, de modo a acomodar num mesmo documento visões conflitantes. Assim, ainda que dentro de uma mesma resolução, é possível localizar análises francamente contraditórias. As resoluções cutistas expressam certa unidade na diversidade, dado o caráter compósito da Central.

Outro agravante é que as resoluções aqui estudadas não possuem uma sistematização linear. Em sua estrutura elementar, ligam-se à conjuntura passada, analisando fatos ocorridos, ao mesmo tempo em que explicitam prognósticos e planos de ação para o futuro próximo. Não é simples localizar nas resoluções cutistas pontos comuns que entrecortam todos os documentos, em mais de vinte anos de história da Central. Entretanto, se não é simples, é perfeitamente possível encontrar um todo coerente, passível de análise, como tentaremos demonstrar ao longo deste capítulo.

Quanto à questão temporal, o tratamento de fatos pretéritos nem sempre resulta numa avaliação mais robusta, pela ausência do devido distanciamento histórico. No entanto, não entrevemos outra forma de construção da práxis de uma central sindical. Os prognósticos

também apresentam um ineliminável caráter especulativo. Os planos de ação *podem* colidir com a vivência dinâmica do processo social. A simples existência das resoluções não garante, *tout court*, sua execução. É preciso conjugar suas orientações gerais com a conjuntura histórica específica; com elementos imprevisíveis surgidos no processo social prognosticado.

Por que, então, analisar uma resolução?

As resoluções são uma autodefinição da Central e, por esta forma, constituem peça chave na formação de sua identidade, pois é a partir delas que as diretrizes de ação se expandem para a miríade de sindicatos filiados. São documentos oficiais da CUT, servindo para qualificá-la não apenas diante filiados como também dos movimentos sociais e de representantes do capital.

Produto de intenso debate, que por vezes apresentam elaborações contraditórias e ocultam posicionamentos divergentes, as resoluções representam a afirmação de uma ideologia hegemônica que, no processo de correlação de forças, conseguiu fazer valer sua visão de mundo. Como uma síntese objetiva, materializada, da concepção de mundo de uma dada maioria (hegemônica), as resoluções revelam a Central em seu caráter *geral*, explicitando análises e posições teóricas e políticas eleitas, dentre uma série, como as de ordem medular – referência obrigatória para os sindicatos filiados que, embora possuam uma tênue possibilidade de flexibilizá-las, devem, como integrantes do complexo CUT, compartilhá-las em sua essência. As resoluções sedimentam a identidade ideológica da CUT.

Procuraremos demonstrar aqui que a CUT sofreu uma *curvatura*, um processo de flexão que a levou do socialismo à social-democracia, da ruptura, ao reformismo, também no plano teórico-ideológico. Defendemos que CUT teve, sim, um projeto socialista. A “qualidade” deste tipo de socialismo, em nosso ver, deve ser posta em xeque. Não poderemos, por razões evidentes, localizar neste trabalho as influências que confluíram na formação do socialismo cutista. Contudo, uma parece por demais nítida para não ser considerada: a concepção de democracia.

Partimos no início deste trabalho de uma pergunta elementar: “para que serve um sindicato?”. Procuramos uma explicação ontológica servindo-nos de categorias e análises clássicas do pensamento marxista.

Numa rápida abordagem histórica, buscamos compreender o significado do surgimento da CUT, em seu contexto histórico específico. Revisando as análises dos principais autores brasileiros ligados ao tema, coletamos subsídios que esclarecem as especificidades do objeto em tela. Assim, munidos de uma compreensão histórico-ontológica do sindicalismo, como um todo, e da CUT, em particular, foi possível, ao final do segundo

capítulo, pôr em relevo a importância histórico-social da Central na formação da consciência de classe dos trabalhadores brasileiros. Neste processo compreensivo histórico-analítico, identificamos que as ações cutistas, que por um dado momento significavam ascensão da consciência de classe, converteram-se em sua inflexão. Alguma mudança de fundo ocorreu.

Neste capítulo final, munidos de elementos empíricos, sustentamos que a *curvatura* sofrida pela Central deve-se (também) a uma determinada construção teórica que culminou na formulação de uma ideologia social-democrata.

Dentro das limitações deste trabalho, e sobretudo nossas, tentamos agrupar elementos que permitissem observar a inflexão cutista a partir da própria fala da Central, somando assim nossas considerações, modestamente, a de diversos analistas do sindicalismo brasileiro que apontam para a perda de referenciais socialistas na atuação cutista.

Para o capítulo que se inicia, necessitamos realizar uma subdivisão em três eixos argumentativos, a fim de facilitar o manuseio do material empírico. Embora se interrelacionem e se condicionem mutuamente, os temas aqui elencados (socialismo, classismo e democracia; Estado e governo; formas de atuação e política de alianças) foram seccionados a fim de facilitar o processo analítico e de exposição. Evitando, porém, a discricionariedade, justificamos a seleção dos eixos pelo entrecorte objetivo das temáticas em todos os documentos analisados. Estes temas não esgotam, em absoluto, os dilemas vividos pela Central. Um leque inumerável de preocupações figurou nas resoluções da CUT. Entretanto, de uma forma ou de outra, todas as demais problemáticas se encaixam subsidiariamente nestas concepções ideológicas centrais, erigindo um sistema compreensivo, no mais das vezes coerente e crescentemente sistematizado, que norteia as intervenções práticas – senão de forma homogênea, pelo menos organizada. O que ficará claro, esperamos, ao final deste trabalho.

Também nos será permitido salientar, a pretexto de visualização do processo de curvatura *tomado a partir das resoluções*, a existência três marcos bastante específicos. Advertimos previamente que tal secção, mais uma vez, não significa uma interpretação estanque: a CUT se desenvolve enquanto processo. No entanto, observamos duas rupturas claras: o IV (1991) e o VIII (2003) CONCURTs. Assim, a partir das flexões observadas nas resoluções, apontamos três momentos decisivos na história cutista: do I ao III CONCURT (1984 a 1988) (fase da *CUT-movimento*, combativa ou socialista), do IV ao VII (1991 a 2000) (fase da disputa de projetos de governo e instalação do sindicalismo propositivo) e do VIII ao X (2003 a 2009) (etapa do reformismo social-democrata maduro, ou do “projeto-democrático-para-si”). Perceba que as “guinadas” no direcionamento mantêm os pés fortemente “fincados

no chão”: coincidem nitidamente com as mudanças na fenomenalidade estrutural: o processo de desenvolvimento da reestruturação produtiva e a maturação de um modelo econômico específico, o neoliberalismo (com seu corolário – a estabilização econômica).

Como se poderá observar, foram percorridas as resoluções de todos os CONCURTs (do I ao X), o que não implica em existência de tratamento homogêneo (ou proporcional) das temáticas por parte da Central nos documentos. Se as questões destacadas neste trabalho transparecem com maior ou menor frequência nas resoluções deste ou daquele Congresso, isso se deve certamente ao momento conjuntural vivido pela CUT: a imposição de fatores externos e o acirramento ou arrefecimento das lutas internas. Assim, a ênfase teórica colocada pela Central em determinados temas liga-se inescapavelmente à necessidade de fornecer, em momentos históricos precisos, respostas objetivas à ordem do dia. Por esta razão, pode haver, numa ou noutra resolução, maior ênfase nesta ou naquela temática. As categorias podem ainda sofrer reformulações ou mesmo serem relegadas a segundo plano, aparecendo em algumas resoluções de maneira tímida ou apenas reiterativa em relação ao Congresso anterior.

Por fim, a lembrança de que as resoluções representam a expressão objetiva de uma visão de mundo hegemônica no interior da organização. Ora, se tal visão de mundo conquistou hegemonia, a ponto de fazer valer a redução positiva de seus objetivos no texto resolutivo, ela muito provavelmente detém o controle institucional e responde pela coordenação mais ampla da organização. Consideramos, portanto, para fins deste trabalho, que as resoluções revelam, embora não de forma homogênea e pacífica, o referencial teórico-ideológico da CUT, que se reflete de forma necessária em suas estratégias e táticas e em sua forma de agir.

3.2. SOCIALISMO, CLASSISMO E DEMOCRACIA⁸¹.

⁸¹ Antes de iniciarmos uma “crítica à democracia” e às repercussões que promove na ideologia e na prática cutistas, cabe um esclarecimento. Concordamos com Iasi (2006, p. 169) em sua afirmação que “um significante fora da série, em si mesmo, não pode expressar um significado”. Mas, mais que isso, que “certas palavras são determinantes porque *correspondem a relações sociais determinantes*” (ibid., p. 170 – grifos nossos). “Superar ou redefinir o conceito burguês de igualdade não é possível por meio de uma simples operação simbólica ou gramatical, por exemplo, adjetivando a palavra igualdade como igualdade socialista. Superar a igualdade burguesa [...] significa *alterar radicalmente as relações que determinam os limites* desta igualdade...” (ibid., 172 – grifos nossos). Por esta razão, o significante “*democracia*” assenta-se sobre uma base de relações sociais que lhe fornecem, a partir de seu encaixe numa cadeia serial de significantes, um significado preciso na ordem burguesa. Não seria possível, especialmente por nossas próprias limitações, discorrer sobre o conceito de democracia, explorando exaustivamente o tema. Contudo, é necessário destacar, conforme fizemos inicialmente na nota 59: a hipótese que defendemos é que, uma vez assentados sobre relações sociais concretas, certos significantes não oferecem mais que uma possibilidade limitada de deslizamento do significado, por uma razão bastante simples: o signo refere-se a relações sociais concretas e, por mais fluido e livre que possa ser o emprego do significado, ele está, para um uso inteligível, fadado às circunscrições objetivas do próprio real. Falar em “democracia” implica, para um conjunto de pessoas, um universo comum, de práticas e concepções; do contrário, teríamos um não-discurso. Este universo comum é garantido exatamente pela materialidade da

A CUT foi construída pela classe trabalhadora, e só por ela, e sempre enfrentou uma feroz e intensa repressão por parte das classes dominantes. A CUT representa uma ruptura com o populismo sindical que manobrava as massas através de promessas assistencialistas e demagógicas para dar sustentação política ao governo. É uma ruptura com o reformismo que limita as reivindicações e conquistas aos limites permitidos pelo governo e pelos patrões. É uma ruptura com o peleguismo que vive à custa do imposto sindical, sob o manto do governo, e que dá as costas para a classe trabalhadora. Enfim, a CUT rompe com todas as formas de conciliação de classes que estiveram presentes nos momentos mais importantes da história brasileira deste século. (CUT, 2003c, p. 24)

A CUT considera necessário que o governo estabeleça fóruns adequados para a definição de políticas setoriais, garantindo a paridade de representação entre governo, empresários e trabalhadores. Nossa atuação nestes espaços públicos deve se pautar tanto pela preservação do mercado de trabalho e ampliação do emprego e da renda quanto pela garantia dos direitos dos trabalhadores e mecanismos de proteção social. (id., 2006, p.31)

A CUT é ruptura. Uma ruptura *construída pela classe trabalhadora e só por ela*. A CUT recusa qualquer tipo de conciliação de classes. Rejeita alianças com setores burgueses,

“democracia”, pois mesmo suas elucubrações ideais precisam encontrar nesta materialidade mecanismos de objetivação. Ora, a democracia surge conjuntamente ao problema da organização política do Estado e das formas de participação no *poder*. Logo, “democracia” é uma modalidade política de uma sociedade de classes. O significante “democracia”, por si mesmo, é uma abstração. Ele só adquire significado enquanto *democracia real*, enquanto *objetivação*. Assim, não há o “ideal-democrático”, há a *democracia* tal e qual se efetiva *institucionalmente*. Para os fins a que nos destinamos neste trabalho, bastará demonstrar que o referencial democrático levou a CUT da concepção socialista para a social-democrata. Recorremos, por fim, a Marcuse (1973, p. 95-6) que, ao analisar o processo de “fechamento do universo da locução”, típico da “sociedade unidimensional”, serve-nos sobremaneira à elucidação das perspectivas analíticas deste trabalho: “Os nomes das coisas não são apenas ‘indicativos de sua maneira de funcionar’ mas sua maneira (real) de funcionar também define e ‘fecha’ o significado da coisa, excluindo outras maneiras de funcionar. O substantivo governa a sentença de modo autoritário e totalitário, e a sentença se torna uma declaração a ser aceita – repele a demonstração, a qualificação, a negação de seu significado codificado e declarado. [§] Nos pontos nodais da locução pública aparecem proposições analíticas autovalidantes que funcionam como fórmulas mágico-rituais. Marteladas e remarteladas na mente do receptor, produzem o efeito de incluí-la no circuito das condições prescritas pela fórmula.”. E prossegue... “[...] Substantivos como ‘liberdade’, ‘igualmente’ [sic – imaginamos deva ser “igualdade” e não o advérbio “igualmente”, como se encontra na tradução], ‘democracia’ e ‘paz’ implicam, analiticamente, um conjunto específico de atributos que ocorrem invariavelmente quando o substantivo é pronunciado ou escrito. No Ocidente, a predicação analítica está em termos como livre empreendimento, iniciativa, eleições, indivíduo; no Oriente [à época da URSS], em termos de operários ou camponeses, construir o comunismo ou socialismo, abolição das classes hostis. Em qualquer dos dois, a transgressão da locução mais além da estrutura analítica fechada é incorreta ou, então, propaganda, embora os meios de impor a verdade e o grau da punição sejam muito diferentes. Nesse universo da locução pública, a palavra se move em sinônimos e tautologias; na realidade, nunca se move em direção à diferença qualitativa. A estrutura analítica isola o substantivo governante de seus conteúdos que invalidaram ou pelo menos perturbariam o uso aceito do mesmo em declarações políticas e na opinião pública. O conceito ritualizado é tornado imune à contradição. [§] Assim, o fato de a forma existente de liberdade ser a servidão e de a forma existente de igualdade ser desigualdade sobreposta é impedido de se expressado pela definição fechada desses conceitos em termos dos poderes que moldam o respectivo universo da locução.” (ibid.).

pois acredita em sua própria potencialidade. Marca este período inicial uma compreensão clara: “*Nossas conquistas terão que ser obtidas à força*” (CUT, 2003a, p. 3).

Nessa fase, os integrantes da Central se percebem “lutadores” que, munidos apenas de suas próprias forças, precisam a partir delas arrancar as conquistas necessárias, sem conciliação de classes, sem concessões. Esta é a cadeia de significantes principal. O socialismo como meta encontra seu caminho: a *força*; sua precondição: a *autonomia*; seus inimigos: a *classe burguesa* com seus pactos conciliatórios. Assim encontramos no I CONCUR (1984):

A CUT continuará o seu esforço de construir a classe trabalhadora como um sujeito político autônomo, tendo como único compromisso sua perspectiva classista, onde a luta pelos objetivos, imediatos e históricos dos trabalhadores exige autonomia e não admite a subordinação dos interesses da classe trabalhadora a qualquer um dos projetos da classe dominante. (CUT, 2003a, p. 18)

Dois características elementares definem o “sindicalismo classista” da CUT: *atrair a maior participação possível de trabalhadores e organizá-los em oposição à classe burguesa* (id., 2003c, p. 27).

É interessante notar que até o III CONCUR (1988) não se percebe a necessidade retórica de clara demarcação socialista. Poucas são as passagens nas resoluções onde encontramos o significante “socialismo”. Como as concepções de Estado, de alianças e de formas de atuação possuem um claro viés de enfrentamento, o objetivo socialista é construído na prática política. Ele se desenvolve como processo na medida em que avança a luta de classes. Não se trata de dizer que somente a colisão frontal e o sectarismo revelam a verdadeira consciência de classe. Ao contrário, a inteligência estratégica demonstra maturidade da classe em seu caminho revolucionário. Mas, certamente, o recrudescimento da resistência contra a luta dos trabalhadores serve, naquele momento específico, como combustível para a politização. Como certa vez lembrou Lukács, é como se os inúmeros “ses” e “porquês” se convertessem em algumas poucas questões fundamentais, capazes de modificar todo o destino de uma classe. O que vemos nas primeiras resoluções são compreensões mais firmes, embora não-homogêneas, do caráter de classe do Estado, do papel a ser desempenhado pela própria Central no processo de luta política e de formação da consciência de classe, dos interesses burgueses em jogo, da política de alianças a ser adotada e da estratégia. Ora, se a tática naquele momento é de não-conciliação, a estratégia é de rejeição

a qualquer tipo de pacto social, pois entende como incompatíveis os interesses do capital e do trabalho.

A década de 1980 marca o agigantamento numérico (e político) da CUT. A Central se torna referência importante não apenas para os trabalhadores, mas para vários movimentos sociais. Esse crescimento leva a CUT no seu IV Congresso (1991) a iniciar o processo de formação de uma autoidentidade portadora das *aspirações das maiorias excluídas* (id., 2003d, p. 02). A expressão nacional obtida foi impulsionada pela aguerrida postura no movimento grevista da década anterior⁸². Com sua perspectiva classista e de enfrentamento, a Central surgiu como porta-voz natural de setores excluídos, especialmente por sua ligação genética com os movimentos sociais. A adoção de uma postura propositiva apareceu-lhe, portanto, como um caminho “natural” na defesa do interesse das “maiorias” (veremos posteriormente como esses termos se encadeiam nas resoluções).

Desde sua fundação, a CUT lida com dilemas em torno da definição de seu caráter institucional e dos objetivos a serem buscados. A Central precisou demarcar, já na primeira resolução, sua natureza sindical:

Foi levantada num grupo a importância de delimitar a diferença entre a CUT e o partido político, inclusive a necessidade de eleger-se uma direção para a CUT desvinculada de qualquer partido político. (id., 2003a, p. 09)

Mas o interessante, no caso da CUT, é que quanto mais se estabeleceu como central sindical, mais expediu resoluções crescentemente ampliadas, que muitas vezes tomaram forma de verdadeiros programas de governo. Muitas são as causas que levam a Central a uma postura propositiva⁸³. Evitando abrir outro veio, que por si mesmo exigiria aprofundamento desnecessário aos objetivos deste trabalho, basta salientar que “*traduzir as aspirações das maiorias excluídas*” foi a *aparência* que justificou, para CUT, a necessidade de incorporar demandas múltiplas⁸⁴. Assim, logo a seguir, a Central admite:

⁸² Apenas para se ter uma ideia da evolução das greves: em 1982 foram 147 greves com 695.930 grevistas; no ano seguinte, 330 greves, com 3.187.130 grevistas. Em 1984 há um refluxo no número de grevistas, mas não de greves; a retomada acontece no ano seguinte. Em 1987 o número de greves atinge a marca de 1.052 com 12.047.000 grevistas, encerrando a década (1989) com 1.548 greves e 10.082.330 grevistas (CUT, 2003d, p. 26).

⁸³ Remetemos mais uma vez a Coimbra (2006).

⁸⁴ É claro que, pela ausência de um partido político revolucionário capaz de levar a efeito os interesses dos trabalhadores, produzindo um salto qualitativo necessário no processo de construção da consciência de classe, este quiproquó encontrou sua solução na construção de uma “frente democrática popular” que, congregando diversos partidos de esquerda, forçou ainda mais o rebaixamento das proposições.

Incorporamos também as questões relativas às políticas sociais, ao crescimento econômico e à distribuição de renda, *base para a construção de uma sociedade democrática rumo ao socialismo*. (id., 2003d, p. 02 – grifos nossos)

Neste ponto da resolução temos uma novidade, a qual não pode passar despercebida: encampar questões relativas “às políticas sociais, ao crescimento econômico e à distribuição de renda” é a base para construir uma “*sociedade democrática rumo ao socialismo*”. Pela primeira vez aparece numa resolução, de forma cristalina, uma concepção etapista: a construção da sociedade socialista passa pelo estabelecimento de uma sociedade democrática.

Repare que tal compreensão não aparece nas resoluções dos três primeiros Congressos – o que não significa que não estivesse presente em determinadas tendências da Central. São as reformas estatutárias realizadas no III CONCUR (1988) (considerado um “marco histórico” pela CUT, segundo expressa a Resolução do IV Congresso – CUT, 2003d, p. 03) que possibilitaram, em 1991, a emergência clara, com redução textual, deste tipo de interpretação. Segundo consta no próprio documento, a CUT “*avançou, assim, na superação de CUT movimento ou partido político e impôs seu papel de negociação e contratação coletiva*” (ibid.).

Temos um marco teórico aqui. A construção da sociedade democrática foi hipostasiada como condição necessária para se chegar à sociedade socialista. Constituiu tal interpretação um processo de transformação consciente, de opção política clara:

No 3º Concur foram aprovadas resoluções que significaram um *avanço na definição de nossa concepção de central sindical orgânica e representativa*. Essas resoluções expressaram o *objetivo político de transformar a CUT*, passando de uma organização que se consolidou como referência para uma *instituição que representa e dirige a classe*.

Os avanços ocorridos derrotaram a *equivocada visão de uma central sindical com o papel de apenas se constituir em movimento e articulação de lutas de contestação e resistência dos trabalhadores, que nega a estrutura e a vida orgânica*, sob o argumento de que assim a Central caminharia para a burocratização. (ibid., p. 41 – grifos nossos)

Nesta nova postura da Central, estabelecer uma sociedade democrática passaria pela construção de uma plataforma própria de proposições, capaz de oferecer soluções a históricos problemas econômicos e sociais da sociedade brasileira, indicando alternativas aplicáveis que contenham, como núcleo duro, uma perspectiva democrática. Passou-se então, rapidamente, a discussão dos modelos econômicos.

É interessante notar que, a partir da compreensão de que o capitalismo brasileiro não seria democrático⁸⁵, estabelecer a democracia tornou-se estratégico para atingir o socialismo, e paulatinamente as táticas foram se orientando para a construção da “sociedade democrática brasileira”. Antes de estabelecer a destruição das mediações da capital, a CUT deveria erigir mediações que contribuíssem para a construção da democracia.

O significante “democracia”, incorporado pela CUT⁸⁶, assenta-se sobre uma cadeia de relações sociais concretas, e a noção utópica – como participação de todos no destino da sociedade – rapidamente desliza para as práticas mundanas e prosaicas da democracia “real” – ou seja, a representatividade e a institucionalidade. Não há como escapar a esta objetivação da *ideia* “democracia”. Circunscrito pelo real, o significado só pode apontar para as lutas pela ampliação do espaço público objetivamente existente. Ampliar o espaço público consiste na participação direta efetiva (ampliação de canais institucionais), mas também na publicização do próprio Estado. Mostraremos esta questão no próximo item, ao debater as transformações na concepção de Estado cutista.

Não é caso aqui de elucubrações livres deste autor. A premissa inarredável para o socialismo passa a ser, para a CUT, a sociedade democrática. Como isto implica tarefas hercúleas, a necessidade imperativa de ações práticas efetivas empurra o projeto socialista para longe. O horizonte próximo é a luta pela democracia:

Os trabalhadores da CUT têm como horizonte uma sociedade democrática, sem explorados e exploradores. O combate radical à miséria e à exclusão produzidas pelo capitalismo e a crítica às experiências do socialismo que efetivamente aconteceram devem ser o ponto de partida para a construção de um novo projeto de sociedade, socialista e democrática. (ibid., p. 16-7 – grifos nossos)

É nítido que “socialista”, neste caso, aparece apenas como força retórica, pois se se trata de estabelecer uma sociedade democrática partindo de uma concepção de Estado-neutro (consideremos assim por ora, sem maiores esclarecimentos), tem-se um roteiro: *conquistar* o Estado (pois tomada não seria um termo exatamente... Democrático) para executar um modelo de desenvolvimento econômico e social fundado na ampliação radical da participação pública, tendo por premissa básica a inclusão dos setores aliados.

⁸⁵ ... Ou o capitalismo de uma forma geral. Somente esse tipo de leitura pode justificar a necessidade premente de estabelecer primeiro a “democracia” no Brasil como etapa para o socialismo. Essa mesma interpretação pode ser encontrada em Iasi (2006), ao tratar as mudanças no referencial petista.

⁸⁶ Novamente, a exemplo do que observa Iasi (ibid., p. 357 e ss.) em relação ao PT.

A CUT procura então profissionalizar crescentemente seu debate econômico. O objetivo é a construção de uma alternativa robusta, capaz de suplantar dialogicamente os programas adversários (modelos econômicos de direita). Não se faz a crítica da economia, mas a crítica de modelos econômicos. Inscreve-se na disputa estabelecendo um programa *desenvolvimentista*. No V CONCUR (1994), encontramos argumentos que procuram sedimentar as bases desta postura:

Assumir um papel de protagonista não deve ser visto apenas como um caminho para a concretização de nossos objetivos históricos, mas também como condição indispensável para a consolidação de nosso projeto sindical. Na construção desse projeto, a liberdade e a autonomia sindical, a *luta pela ampliação da democracia* e pela construção de uma *sociedade sem explorados e sem exploradores* e o esforço para superar a crise construindo *um modelo de desenvolvimento que atenda aos interesses dos trabalhadores e das maiorias marginalizadas* são elementos centrais e estreitamente ligados. (id., 2003e, p. 21 – grifos nossos)

Para se atingir a sociedade democrática é preciso “construir um novo modelo de desenvolvimento que atenda aos interesses dos trabalhadores e das maiorias marginalizadas”. Cabe perguntar que tipo de afirmação socialista seria esta e que modelo de desenvolvimento do capital poderia atender, *simultaneamente*, ao seu voraz movimento autorreprodutivo e aos trabalhadores. A evolução desta ilusão conciliatória (ou conciliação ilusória) é de tal ordem que ela encontrará seu corolário incrível na Resolução do VIII Congresso:

Não há contradição entre uma política de valorização do trabalho e o novo modelo de desenvolvimento econômico. Pelo contrário, a filosofia da valorização da força de trabalho, que constitui o componente mais dinâmico das forças produtivas modernas, deve ser entendida como um fundamento da nova política econômica; *os interesses dos trabalhadores estão em harmonia com o progresso e podem favorecer o crescimento sustentado da economia e do nível de emprego com base no engrandecimento do mercado interno.*

Um novo modelo de desenvolvimento deve estar fundamentado na construção da democracia como um valor universal e estratégico. Uma democracia radical, econômica e social, que dê plenas condições às

opções dos indivíduos e autonomia aos grupos organizados⁸⁷. (id., 2003h, p. 30 – grifos nossos)

Este fantástico excerto, confrontado com o primeiro fragmento colocado em epígrafe neste item 3.2, toma feições caricaturais. Para se chegar a esta síntese textual foram necessários vinte anos de um cuidadoso processo de construção ideológica, com exaustivas batalhas (interna e externa) por hegemonia, impondo, em última instância, uma determinada visão de mundo, que se revela em significantes e significados nas resoluções.

Mas, mesmo tendo chegado até aqui, caberia questionar se o projeto desenvolvimentista cutista (que anda *pari passu* com sua desconstrução teórica do Estado enquanto braço de classe e sua reconstituição enquanto ferramenta neutra) não poderia ter tomado outro rumo, sendo implantado à força, sem cair no reformismo. A resposta vem, mais uma vez, de um empecilho incontornável – a fé na democracia, que se fortalece progressivamente a cada resolução. O objetivo reformista começa a aparecer já no V CONCURTO (1994) como o caminho necessário para a construção de mediações da sociedade democrática:

Para a CUT, *um dos elos de ligação entre o horizonte socialista e nossa ação imediata* são as *reformas estruturais* (econômicas, sociais e políticas) que a Central propõe. Essas reformas buscam *resgatar o direito à cidadania plena* das majorias e assentar as bases para a nova sociedade: a conquista da soberania nacional; a reforma agrária; a democratização do mundo do trabalho; a ampliação da democracia política; o controle social sobre a economia; a universalização do direito à educação, à seguridade social, à moradia, ao emprego; o fim da oligopolização dos meios de comunicação etc. (id., 2003e, p. 25 – grifos nossos)

Estabelecer a sociedade democrática, caminho “indispensável” ao socialismo, requer a realização de reformas estruturais que possibilitem a inclusão das majorias marginalizadas

⁸⁷ Apenas como um dado curioso, esta é a única Resolução (VIII CONCURTO – 2003) onde aparece uma explícita referência a Marx. Reproduzimos: “[...] como disse Marx em 1886: ‘A lei da jornada de trabalho de dez horas não foi apenas um grande sucesso prático, foi a vitória de um princípio: pela primeira vez, em plena luz do dia, a economia política da burguesia sujeitou-se à economia política da classe operária’”. (id., 2003h, p. 88). Há, no contexto da Resolução, uma mais que evidente deturpação do referencial teórico utilizado. Marx é chamado para sustentar, com apenas uma frase, o reformismo. Não será necessário mais que este apontamento para demonstrar a clara incoerência. A redução da jornada de trabalho, no tempo de Marx, estava inscrita num específico contexto de luta pela derrocada do capital, não se configurando como única via, e tampouco a preferencial, para realizá-lo. As sintéticas considerações de Antunes (2010, p. 110-7) atendem sobremaneira ao nosso propósito: “[...] uma vida cheia de sentido fora do trabalho supõe uma vida dotada de sentido dentro do trabalho. Não é possível compatibilizar trabalho assalariado, fetichizado e estranhado com tempo (verdadeiramente) livre. Uma vida desprovida de sentido no trabalho é incompatível com uma vida cheia de sentido fora do trabalho.” (ibid., p. 112). Em suma, a luta pela jornada de trabalho só integra uma luta socialista quando *combinada* ao objetivo máximo de sucumbir a própria ordem do capital. E, pelo que temos demonstrado até aqui, a proposta cutista manca neste sentido.

num modelo econômico socialmente justo, num Estado permeável ao controle social, estabelecendo a *cidadania plena*. Só teremos socialismo com a consolidação da cidadania plena. Neste ponto, há uma confusão nodal insolúvel. Ora, se o socialismo é a instituição da cidadania plena, a etapa democrática seria então o mecanismo para a construção desta cidadania. Mas quer-se construir o socialismo ou a cidadania plena? Ou seriam sinônimos? A tentativa de resolver esta contradição é uma nebulosa teórica que baralha ainda mais o significado de socialismo e as vias para atingí-lo:

A elaboração deste *projeto alternativo* deve ser (na medida do possível) unitária e *apontar a perspectiva de um desenvolvimento econômico nacional soberano, com distribuição de renda e trabalho para todos*. (id., 2003f, p. 21 – grifos nossos)

Precisamos nos deter um pouco sobre esta passagem para perceber sua sutileza. Se considerarmos que o “projeto alternativo” refere-se, na verdade, ao projeto de construção de uma “sociedade democrática”, o “desenvolvimento econômico nacional soberano, com distribuição de renda e trabalho para todos” não seria, ainda a sociedade democrática – seria apenas uma premissa⁸⁸ desta sociedade (por isso é necessário que tal projeto a aponte). Nestes termos, a construção da(s) premissa(s) de uma “sociedade democrática” é uma etapa anterior à construção da própria “sociedade democrática”, pois passa necessariamente pela construção da democracia nos diversos campos da vida social (no caso do excerto, o econômico). Ora, criou-se uma etapa anterior à *transição da transição*⁸⁹. Estamos ainda mais longes do socialismo, pois o etapismo cutista aponta que primeiro é preciso criar as bases de uma sociedade democrática. Mas veja: criar as bases não significa estabelecer uma sociedade democrática e somente quando todos os campos da vida social estiverem reformulados pelas premissas democráticas (estabelecimento da “sociedade democrática”) poder-se-á radicalizar a democracia ao limite – o final deste processo é a sociedade socialista. Há aqui uma difícil construção teórica. A sociedade socialista, de meio, torna-se fim; a sociedade democrática,

⁸⁸ Pois como já vimos, a concepção cutista de “sociedade democrática” é bastante complexa. Não se restringindo à “democracia econômica” (geração de emprego, distribuição de renda, criação de oportunidades, etc.), ela envolve medularmente a publicização do Estado, a ampliação do espaço público e a participação política massiva, como “democracia política”, e ainda a convivência plural na sociedade, como “democracia social”, respeitando-se as diferenças de gênero, opção sexual, etnia, etc.

⁸⁹ Como demonstra Iasi (2006, p. 410-1 e 448). No caso do PT, trata-se de conciliar formas econômicas pretéritas com novas formas típicas da sociedade socialista como, por exemplo, o dilema da abolição total ou parcial da propriedade privada. No caso da CUT a questão é conciliar formas da participação democrática burguesa – tidas como positivas – com o horizonte socialista. Especificamente no caso da Central, ocorre uma compreensão do Estado enquanto elemento necessário e ineliminável da vida social, e não como uma objetivação fundamental de estruturação da ordem burguesa. O Estado adquire um estatuto ontológico no ser social a partir da interpretação teórica cutista.

uma mediação e sua construção uma mediação da mediação entre o socialismo e o atual estágio de barbarismo no qual vivemos. O socialismo seria a democracia levada ao limite, a ponto de configurar uma forma nova de sociabilidade. A “sociedade democrática” seria uma espécie de pré-sociedade socialista. Antes, porém, de chegarmos a esta “pré-sociedade”, seria necessário construir suas premissas⁹⁰.

Nesta compreensão, o barbarismo passa a ser criado não pelo próprio movimento do capital, mas pela aplicação de um modelo econômico *antidemocrático*: o neoliberalismo. Por esta razão, a CUT cai na armadilha da discussão econômica, propondo seu próprio modelo desenvolvimentista. A construção de um novo modelo econômico possibilitará a democratização econômica e social (premissa de uma sociedade democrática), recuando o barbarismo, encaminhando a sociedade para o estabelecimento da cidadania, com democracia plena. Como a própria Central admite, “(...) a perspectiva é o avanço da democracia e da cidadania no Brasil” (id., 2003e, p. 48).

Identificado o problema no modelo econômico adotado, não há mais constrangimentos à proposição de um novo caminho de desenvolvimento:

A elevação da produtividade industrial deve resultar em benefício social e não em demissão em massa de trabalhadores e crescente precarização e informalização do mercado de trabalho. Para tanto, são essenciais a *ampliação dos investimentos em educação, pesquisa científica, tecnologia e formação profissional, e a reconstrução, modernização e expansão da infra-estrutura econômica e social em transportes, energia, telecomunicações, habitação, saúde e saneamento*.

Essas políticas devem estar subordinadas aos objetivos de geração de empregos, distribuição de renda e fortalecimento da estrutura produtiva e a preservação do meio ambiente. Isso requer a adoção de políticas setoriais e uma ação do Estado no sentido de *orientar e facilitar os investimentos nos setores produtores de bens de consumo de massa e intensivos em mão-de-obra, além de investimentos diretos para garantir a prestação de serviços públicos a toda a população*. [...]

A abertura externa, para cumprir um papel positivo para o país e contribuir para a *modernização e reestruturação com justiça social*, deve ser realizada de forma gradual, seletiva e vir acompanhada por *políticas de desenvolvimento* (industrial, agrícola, tecnológica e de capacitação profissional) que sejam capazes de *modernizar os setores, antes de concluir-se pela sua franca exposição à concorrência internacional*. (id., 2003f, p. 42-3 – grifos nossos)

⁹⁰ Exatamente por isso o governo Lula será visto como a realização desta mediação da mediação. Como veremos mais a frente, as expectativas quanto ao governo petista são de construção das mediações necessárias ao estabelecimento de uma sociedade democrática brasileira. Cumprida esta etapa, a democracia possuiria os caminhos para sua expansão, produzindo a cidadania.

A compreensão teórica que focaliza *fenomenicamente* a produção da barbárie na efetivação de um modelo econômico implica em toda uma reformulação, tanto na concepção de Estado – que agora tornado neutro, torna-se inteiramente distinto de *governo*, ou seja, o caráter de classe passa a se referir mais ao segundo que ao primeiro –, quanto na política de alianças que, como também mostraremos posteriormente, passa a localizar “inimigos” e “aliados” a partir de afinidades econômicas⁹¹ e não mais do objetivo de enfrentamento ao capital.

A necessidade de construção da cidadania plena incorpora na dialógica cutista as categorias cidadão e sociedade civil. Deixaremos para explorar mais a frente as implicações de incorporação da “sociedade civil”. Contudo, cabe neste instante uma consideração fundamental sobre a categoria cidadão, ou melhor, *trabalhador-cidadão*.

Este é o primeiro movimento cutista: a adjetivação “cidadão” ao substantivo “trabalhador”: “O trabalhador empregado com carteira assinada (a maioria nem isso tem) não significa necessariamente que ele se constitui em cidadão” (ibid., p. 55). Contudo, o movimento não se encerra aí. A seguir, temos a passagem do *trabalhador-cidadão*, ao *trabalhador-consumidor*. Vejamos,

A defesa de todos os interesses dos(as) trabalhadores(as) é o objetivo da CUT. Ao longo de sua história, foi desenvolvido o conceito de sindicalismo cidadão, propondo-se a organizar, também, as lutas dos trabalhadores(as) a partir da sua vida em comunidade, seu local de moradia e na defesa dos serviços públicos de qualidade, saúde pública, educação pública, creches e outros direitos de cidadania, inclusive no que diz respeito aos seus direitos políticos. A justa combinação das lutas do cidadão(ã) e do(a) consumidor(a) com a luta pela superação da exploração do trabalho, mantém a CUT em sintonia com a sua base social e ao mesmo tempo leva o trabalhador(a) a exercer o seu papel político. [...]

O desenvolvimento da sociedade de consumo globalizada, nos moldes neoliberais, com o desmonte do Estado, as privatizações dos serviços públicos e a flexibilização das relações de trabalho, tornou a defesa dos direitos dos trabalhadores, enquanto consumidores, cada vez mais complexa e mais urgente. Uma série de iniciativas – procuradorias, institutos, centros – foram criados em todo o país. (id., 2006, p. 64)

Observe que a simples troca do adjetivo demonstra uma compreensão (não apenas semântica, mas teórica e social) evidente: a similitude entre *cidadão* e *consumidor*. No contexto empregado pela CUT, trata-se mesmo de mera substituição de significantes, com mesmo significado. Contradizendo suas próprias (e recentes) afirmações, a CUT aceita

⁹¹ Não fosse direitista convicto, Delfim Netto, com suas concepções econômicas heterodoxas, bem poderia integrar uma frente antineoliberal lado a lado com a CUT. Tal afirmação não parecerá desrespeitosa quando passarmos à análise da mudança na política de alianças.

tacitamente o estabelecimento da sociedade de consumo. A aceitação da “sociedade de consumo” é autocontraditória não apenas no edifício teórico cutista, mas na própria construção dialógica das resoluções. Nas resoluções do VII CONCUR (2000) (na qual realiza um balanço da década de 1990) a Central afirma:

Segundo estudos do Banco Mundial (1999), metade da população mundial (pouco mais de 3 bilhões de pessoas) vive com menos de 2 dólares por dia, e 1,2 bilhão de pessoas vivem com menos de 1 dólar ao dia.

Excluindo a China, o número de pessoas que sobrevivem com menos de 1 dólar ao dia aumentou de 880 milhões para 980 milhões entre 1987 e 1998. Em apenas 11 anos, mais de 100 milhões foram lançados à condição de pobreza absoluta e 95% desse contingente concentra-se nos países em desenvolvimento e mais pobres. Apesar disso, os EUA, que apresentaram taxas positivas de crescimento durante a década passada, viram a participação dos pobres aumentar de 15% do total da população no final dos anos 1980 para 18% no final dos anos 1990 (BANCO MUNDIAL, 1999). (id., 2003g, p. 9)

O desemprego é superior a 18% na Grande São Paulo (quase 2 milhões de trabalhadores). [...] Prestes a encerrar a década de 1990, o balanço é francamente negativo: a taxa de crescimento do PIB foi ainda inferior à dos anos 1980; temos uma taxa de desemprego que é o dobro da década anterior, agravada pela explosão do trabalho informal e precário; (ibid., p. 17)

Em 1994 – primeiro ano do Plano Real – a taxa de desemprego do convênio Seade/DIEESE para a Grande São Paulo saltou de 14,3% para 19,28%, lançando mais de 2 milhões e suas famílias à exclusão social. (ibid., p. 29-30)

Não é possível compreender como, há apenas seis anos antes (2000), a Central realiza um balanço de desemprego onde aponta que cerca de 1,2 bilhão de pessoas vivem com menos de um dólar/dia e que 2 milhões de famílias foram lançadas, em 1994, só na Grande São Paulo, à exclusão social. Como interpretar isso? Ou este é um número virtual e tais pessoas não existem ou a (boa) sociedade se resume apenas àqueles capazes de realizar o consumo. Não há outra via interpretativa: esta é a conclusão necessária de qualquer um que tome como premissa teórica a sinonímia consumidor-cidadão. Chegaremos então à consequência clarividente: a mercantilização total da vida social, a assimilação dos serviços públicos como mercadoria. Vejamos nas palavras da CUT (IX CONCUR – 2006):

Para a CUT, portanto, além de lutar por habitação popular, saúde e educação pública de qualidade, é preciso defender os trabalhadores e

trabalhadoras das imposições nefastas de contratos e prestação de serviços públicos e privados de crédito, energia, telefonia, saúde, educação, dentre outros. (id., 2006, p. 65)

Sim! Os serviços públicos (!) (energia, telefonia, saúde, educação, dentre outros), precisam ser defendidos, não como uma afirmação da necessidade de sua socialização, não como um direito de apropriação global, por toda a humanidade, dos bens e serviços socialmente produzidos, não como uma participação no estágio civilizatório atingido pelo gênero humano, mas como um direito do consumidor. E cabe obviamente à CUT orientar o consumidor, ou melhor dizendo, o trabalhador-consumidor.

Está dado o quadro: uma sociedade de consumo, onde a luta democrática poderá levar ao governo da maioria, ao controle do Estado pelo público, à ampliação das formas de participação. Não se quer abolir a “sociedade de consumo” da qual “apenas” 1,2 bilhão de pessoas deixa de fazer parte. Não se pensa a abolição da propriedade privada e sua destinação social, ou no seu controle pelos próprios trabalhadores autodeterminados.

Esta perspectiva instrumental das políticas públicas, tidas como bens de consumo, brota da aceitação parcial de certo pensamento hegemônico burguês que vê no mercado (consumidor) a realização da democracia (cidadão). O discurso cutista ataca a epiderme da questão, ou seja, consegue perceber na liberdade do mercado entraves à realização da democracia, mas não atinge o questionamento da própria ordem de *relações mercantis*. Resta a adoção de algo assemelhado a uma “terceira via”, onde se encaixa o projeto de desenvolvimentismo econômico e *Estado de Bem-Estar Social*: uma reconciliação definitiva improvável entre desenvolvimento do capital e desenvolvimento humano.

A democracia como pedra angular cria entraves à Central mesmo no estabelecimento de suas estratégias de ação. Tal concepção é incorporada tão seriamente que a CUT não percebe a formação de um discurso contraditório. Observemos nas resoluções do V CONCURT (1994) as explicações sobre Educação:

A CUT recusa a concepção de formação profissional como simples adestramento ou como mera garantia de promoção da competitividade dos sistemas produtivos. A formação profissional é patrimônio social e deve ser colocada sob a responsabilidade do trabalhador e estar integrada ao sistema regular de ensino, na luta mais geral por uma escola pública, gratuita, laica e unitária, em contraposição à histórica dualidade escolar do sistema educacional brasileiro. Pública e gratuita com o Estado assumindo as suas responsabilidades, porém com a efetiva participação da sociedade na sua gestão pedagógica e administrativa. (id., 2003e, p. 103 – grifos nossos)

Mas, fantasticamente, duas páginas após, lemos, para nosso espanto (“Proposta de organização e de atividades”)

Constituição de conselhos tripartites (trabalhadores, governo e empresários) para a gestão de agências de formação profissional (Senai, Senac, SESI, Senar), ou de outras iniciativas complementares ao ensino regular de âmbito municipal, estadual, nacional e regional, visando rigoroso controle fiscal e formalização de processos sistemáticos de avaliação dos serviços prestados. (ibid., p. 105 – grifos nossos)

Se a CUT defende uma formação profissional como “patrimônio social” e “integrada ao sistema regular de ensino” e não “como simples adestramento ou como mera garantia de promoção da competitividade dos sistemas produtivos”, como pode chamar (ou pior defender a participação) o capital à gestão da formação profissional, tendo como premissa uma perspectiva de formação integral? Ou pior, como pode chamar o capital à gestão do processo de ensino regular se seu objetivo ainda é a construção do socialismo?

Não se trata da ingênua afirmação de que o sistema educativo estaria livre, a priori, da influência do capital. Ao contrário, o sistema regular de ensino forma o cidadão (“da ordem burguesa”, para ser redundante). Isto é evidente. Incompreensível é a defesa “democrática” da participação ativa do capital no processo de gestão da educação, por aquela que deveria ser a mediação particular de construção de consciência de classe dos trabalhadores – a entidade sindical.

Ora, é senso comum que o sistema educativo é estratégico para a construção de alternativas ou para a estruturação da ordem social. A perspectiva socialista (e nem me refiro à revolucionária) deveria trabalhar para alijar a ingerência do capital do sistema educativo. O compromisso democrático torna-se, finalmente, caricatural no Congresso seguinte (VI CONCURT – 1997), quando a CUT encampa o próprio vocabulário do capital em sua concepção de formação profissional (além de garantir, novamente, ao capital a gestão conjunta do FAT!):

Criar um Fundo Nacional de Geração de Emprego e Educação Profissional, constituído a partir da totalidade dos recursos do FAT, do “Sistema S”, dos recursos atualmente destinados aos fundos de promoção regionais (Sudam, Sudene, Finor etc.) e de uma taxa adicional média aplicada sobre as importações dos produtos de consumo e intermediários (exceto para bens de capital). [...] Esse fundo será gerido de modo tripartite e será responsável pela aplicação das políticas públicas orientadas à reciclagem profissional [!], à intermediação de mão-de-obra, ao seguro-desemprego e pela política de geração de empregos. (id., 2003f, p. 44 – grifos nossos)

Procuramos demonstrar até aqui que de uma concepção classista de resistência, onde mais que a necessidade de se auto-afirmar socialista imperavam práticas de enfrentamento, restrição de alianças, recusa de pactos e necessidade de autonomia, ou, em síntese, a concepção de *trabalhador*, passamos a uma concepção democrática, propositiva, reformista que tem no *consumidor-cidadão(-trabalhador)*, a singularidade do processo de sociabilidade. Erigiu-se uma consciência etapista, na qual primeiro seria necessário democratizar a sociedade brasileira. Estabelecida a sociedade democrática, tratar-se-ia de alargar a democracia ao infinito e, como resultado, chegaríamos naturalmente ao socialismo. A via para as mudanças, em todos os casos, seriam as reformas estruturais. Para tanto, a Central deveria adequar suas formas de atuação e repensar as alianças políticas, em prol da construção das premissas democráticas em amplos setores da vida social. Como prioridades, o estabelecimento de um modelo econômico desenvolvimentista, com forte intervenção estatal, a formação de um Estado de Bem-Estar Social que convivesse harmoniosamente com um mercado regulado, a inclusão dos enormes contingentes populacionais marginalizados pelo modelo (antidemocrático) vigente. Nesta “sociedade de consumo”, o consumidor-cidadão(-trabalhador) exerceria sua plena liberdade política através da participação direta, via canais institucionais. E o socialismo? A resposta pode ser encontrada nas resoluções do X CONCURT (2009)

A argumentação em favor da atualidade do socialismo não é apenas teórica: a lição mais decisiva que devemos retirar das nossas experiências mais importantes é que elas têm, também, um conteúdo socialista. Tem um caráter socialista a prática dos trabalhadores quando, através da luta, constroem formas de organização superiores, avançam em sua unidade e conquistam independência política frente à burguesia. (id., 2009, p. 77)

Na CUT, democracia não se torna sinônimo de socialismo e sim via necessária para se alcançá-lo. Entretanto, a sociedade socialista concebida pela CUT é aquela onde a democracia foi levada ao limite. O objetivo prioritário torna-se, então, a construção da sociedade democrática. Essa concepção etapista hipostasia como necessária uma mediação que preserva na raiz as qualidades e as relações sociometabólicas do capital, e se empenha em construí-la. Ora, como bem se sabe, o objetivo da sociedade socialista é exatamente a destruição das mediações sociometabólicas do capital e a construção de novas mediações condizentes com a passagem à nova sociabilidade comunista. Esta etapa erigida pela CUT é, em verdade, um fim em si mesmo. A perspectiva do socialismo desaparece num futuro longínquo, sendo que sua

instauração ocorrerá pelo próprio amadurecimento da sociedade democrática. É interessante observar, por fim, que em nenhum caso há rompimento revolucionário, a passagem de um estado a outro ocorre por reformas.

Tentaremos demonstrar a seguir as alterações na concepção de Estado. Primeiramente, através de sua separação de *governo*. Posteriormente, com a compreensão de neutralidade do primeiro, transferindo ao segundo a natureza de classe. Bastaria, portanto, conquistar e *desprivatizar* o Estado para acelerar a realização da sociedade democrática.

3.3. ESTADO E GOVERNO

[...] devemos também tomar iniciativas nas eleições e no processo constituinte no sentido de que os trabalhadores se contraponham tanto aos candidatos como às propostas políticas da classe dominante, deixando claro em todas essas iniciativas que a Constituinte não trará soluções para os trabalhadores: estas só serão conquistadas através de nossa mobilização, conscientização e ação direta. (CUT, 2003b, p. 26)

O Brasil está mudando, os novos governantes tomarão posse em janeiro de 2007 com muitas promessas e poucos recursos orçamentários, porém, juntos podemos fazer a diferença positiva a favor de um trabalho articulado com a população de baixa renda, excluída do sistema financeiro. O Banco Central, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Nordeste, o Banco da Amazônia, os Bancos de Desenvolvimento e alguns bancos privados já estão contribuindo ativamente para a inclusão financeira. (id., 2006, p. 18)

Tratar da questão do *Estado* implica abordar, concomitantemente, o problema do *Governo*. Nossa hipótese é de que a CUT, ao construir historicamente sua concepção de Estado, o fez de forma a ampliá-lo, acoplando-o às suas concepções propositivas e de luta por hegemonia, tendo por pano de fundo uma concepção *democrática*. Para realizar tal “ampliação”, foi preciso desvincular em seu referencial teórico Estado e Governo, transferindo do primeiro para o segundo o caráter de classe. Realizado este movimento, passou à disputa de modelos econômico-sociais, entendendo por fim a produção da barbárie como derivada da política econômica e da restrição à participação política. Concebido o Estado como instrumento neutro, a CUT conferiu-lhe centralidade em seu projeto democrático-desenvolvimentista. A atuação estatal na vida social seria o caminho para o crescimento econômico com justiça social. Para impedir, entretanto, a formação de um “superaparelho burocrático”, a saída seria a ampliação do espaço público, coroando uma prática estabelecida no IV CONCUR (1991) (“sindicalismo cidadão”). O fetichismo de Estado

atinge sua forma mais acabada com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República – governo democrático e novo modelo econômico: estaria aberta a efetiva possibilidade de construção de uma plena democracia.

A tensão entre uma atuação de base e a intervenção na esfera macropolítica marcou a CUT desde seu surgimento. O complexo social CUT surgiu no início dos anos 1980 como um canal de expressão política para muitos setores aliados da vida pública nacional. A CUT foi construída pelos trabalhadores como forma de dirigir seus próprios destinos. Desde o I CONCUT (1984) encontramos a necessidade de definição clara de seu caráter sindical, em detrimento aos demais:

Foi levantada num grupo a importância de delimitar a diferença entre a CUT e o partido político, inclusive a necessidade de eleger-se uma direção para a CUT desvinculada de qualquer partido político. (ibid., 09)

A desvinculação partidária, motivada em parte pelo antagonismo com o sistema político, aparece claramente nas avaliações acerca da Assembleia Nacional Constituinte. No III CONCUT (1988), fase de conclusão da Constituinte, a CUT pondera:

Diante do esgotamento dos governos militares, a classe dominante engendrou o processo de “transição”, conservador e negociado. A convocação de um Congresso Constituinte objetivou buscar a legitimação da nova ordem imposta pela burguesia, tornando o parlamento um fórum onde a classe dominante resolve suas divergências internas e reveste sua dominação sob o manto da legalidade com processos eleitorais viciados e comandados pelo poder econômico. Foi apostando nesse caminho que o PMDB e a “Aliança Democrática” articularam a proposta de pacto social e o Plano Cruzado, que serviu, fundamentalmente, para dar ao PMDB a maioria no Congresso Constituinte e nos governos estaduais.

O Congresso Constituinte, que está terminando seus trabalhos, não é, e nunca foi, o desejado pelos trabalhadores. Não foi uma Constituinte livre, democrática, soberana e exclusiva, que atendessem as reivindicações do povo: terra, salário, emprego e liberdade. (id., 2003c, p. 9-10)

Vimos o desfecho de uma avaliação realizada no Congresso anterior, em 1986,

A CUT desenvolverá todos os seus esforços para defender os interesses da classe trabalhadora nesse processo constituinte, mas não acredita que os interesses fundamentais dos trabalhadores serão contemplados num Congresso Constituinte que não é livre, nem soberano e verdadeiramente democrático.

O Congresso Constituinte convocado pelo Governo Sarney é mais uma tentativa de legitimar o regime conservador da Nova República: Constituinte amarrada por leis arbitrárias e pronta para ser manipulada em favor dos interesses da classe dominante.

Por isso, a nossa primeira tarefa é denunciar o caráter antidemocrático e não soberano dessa Constituinte e reivindicar uma Assembleia Constituinte exclusiva, democrática e soberana.

No entanto, devemos também tomar iniciativas nas eleições e no processo constituinte no sentido de que os trabalhadores se contraponham tanto aos candidatos como às propostas políticas da classe dominante, deixando claro em todas essas iniciativas que a Constituinte não trará as soluções para os trabalhadores: estas só serão conquistadas através de nossa mobilização, conscientização e ação direta. (id., 2003b, p. 26)

Observa-se que, ao mesmo tempo em que há o reconhecimento da necessidade de atuar na esfera política, há uma clara compreensão dos “vícios” envolvidos neste processo. Este entendimento fica mais nítido quando observamos mais dois excertos da resolução do III Congresso:

Já em 1986, o 2º Congresso Nacional da CUT denunciava fatos consumados: o pacto de transição entre Sarney, os militares e a burguesia, a manutenção do entulho autoritário, a convocação de um Congresso com poderes constituintes composto segundo as normas baixadas pelos governos militares (senadores biônicos, distorção no número de deputados e no tempo gratuito para propaganda, entre outros). Sem falar nas caixinhas eleitorais milionárias do poder econômico! (ibid., p. 10)

Embora as eleições, municipais ou outras, *não substituam* as lutas políticas e econômicas populares que se dão no cotidiano das fábricas, dos escritórios e do campo, constituem um *momento privilegiado* para que a classe trabalhadora dê um salto de mobilização, organização e radicalização. (ibid., p. 13 – grifos nossos)

As resoluções procuram articular distintas concepções teórico-políticas internas ainda não resolvidas. O entendimento da necessidade de atuação na esfera política já existe, *in nuce*, desde a fundação da Central. Entretanto, no início, ela aparece *subordinada* à mobilização de base e à luta direta dos trabalhadores. As disputas no âmbito do Estado apresentam-se como complementares e subsidiárias.

A Constituinte é um momento decisivo para a CUT. No processo de formação da consciência de classe não foi ultrapassada a consciência contingente. A formação de um partido oriundo da Central esbarra inicialmente em sua própria constituição interna (multideológica) e na origem de muitos sindicalistas e militantes, ainda resistentes quanto à atuação no interior do aparelho estatal. A CUT possuía no PT, talvez, seu principal canal de expressão política, mas não um braço parlamentar por excelência. Mais que isso, a CUT carecia de um partido que articulasse a base sindical a um projeto revolucionário amplo.

A inexistência de vínculo partidário colocou um sério dilema ao salto qualitativo no processo de formação da consciência de classe, na passagem da particularidade à universalidade. A central sindical careceu de uma mediação posterior, capaz de vincular seu projeto classista a um programa revolucionário socialista. Restou, então, a denúncia de um processo Constituinte “corrompido” e o apoio a candidatos que se aproximassem da plataforma de defesa dos trabalhadores.

Essa questão encontrará solução posteriormente na construção da frente “democrático-popular” (a aliança com outros setores de esquerda é garantida pelo rebaixamento das propostas⁹²), na ampliação das proposições e na inversão de prioridades táticas: como a nova postura teórico-ideológica põe o Estado no centro, tornando sua conquista estratégica, as formas da participação democráticas ganham relevo – as eleições e a via institucional. As ações massivas começam a ser vistas como reserva de forças, garantindo respaldo às novas formas de atuação.

O tipo de Estado teorizado pela CUT pressupõe a aceitação de determinadas formas de ação. A ausência da mediação necessária (partido revolucionário) e a necessidade de articular amplamente com a esquerda de forma geral exigiu a aceitação de determinadas regras do jogo político. A Central passa a investir mais agressivamente nas eleições. O processo eleitoral, que até então não substituíra as “lutas políticas e econômicas populares” começa a receber maior atenção já no III CONCUR (1988), tornando-se foco privilegiado no V Congresso (1994):

[...] a CUT deverá trabalhar pela derrota dos parlamentares ligados aos patrões e pela eleição de candidatos que, por suas posições e prática política, estejam ligados aos trabalhadores e se comprometam com a plataforma da CUT. (id., 2003c, p. 66)

Devemos lutar por *eleições limpas, pautadas no respeito à ética*, ressaltando a necessidade de participação política dos trabalhadores, fiscalizando o processo eleitoral e *debatendo ideias e programas, com prioridade para as propostas mais urgentes, como criação de empregos, distribuição de riqueza e superação da miséria e da fome*. (id., 2003e, p. 19 – grifos nossos)

No primeiro caso, encontramos, levada ao limite, a tensão entre a necessidade de atuar no interior Estado e a ausência de um mecanismo para tal. No segundo excerto, já temos a

⁹² Assim está escrito nas resoluções do IV CONCUR (1991): “[...] o projeto democrático popular unificou a esquerda e os setores progressistas propondo o *desenvolvimento econômico pela via da distribuição de renda, do aprofundamento da democracia e da organização da sociedade*. (id., 2003d, p. 27 – grifos nossos).

solução configurada: o rebaixamento das propostas garantirá a discriminação positiva dos candidatos e partidos comprometidos com a causa dos trabalhadores. O processo eleitoral torna-se claramente um caminho para intervenção política – ou seja, o estabelecimento de “eleições limpas, pautadas no respeito à ética” garantiria maiores chances de chegada da esquerda ao poder de Estado, permitindo estabelecer políticas que contemplassem demandas específicas e amplas da classe trabalhadora.

Tal viragem foi possível, como já dito, promovendo a separação entre Estado e Governo. Até o III Congresso, não temos tal discriminação tão evidente. Os ataques são feitos de forma personificada (ao governo Sarney) e não há a preocupação em definir, com maior requinte teórico, a concepção de Estado cutista. A primeira definição clara de Estado aparece na Resolução do IV CONCUR (1991), onde já encontramos sua teorização não enquanto ferramenta do domínio de classe, mas como elemento essencial à boa vida social:

Lutar pela democratização do Estado. Reafirmar o papel insubstituível do Estado na retomada do desenvolvimento econômico e na solução dos grandes problemas sociais, negando os vícios patrimonialistas, privatistas, autoritários e as práticas descaracterizadoras da função social do Estado. No Brasil, como em todo o mundo moderno, sem a ação do Estado não haverá combate eficaz à inflação, nem retomada do desenvolvimento, nem solução da questão social. Trata-se, portanto, de promover a democratização do Estado, desprivatizando-o e colocando-o a serviço dos interesses públicos. Para isso, é fundamental a criação e o fortalecimento de órgãos de controle da ação estatal. Um Estado que fortaleça e organize a vida democrática, que seja transparente, que preste contas de suas decisões e explicita as intenções de seus atos. (id., 2003d, p. 14 – grifos nossos)

Está aqui uma concepção antiliberal, democrática e desenvolvimentista do Estado. Este é o marco para que a Central se empenhe, finalmente, no estabelecimento de “eleições limpas”. Foi preciso expurgar o Estado de seu caráter opressivo para erigi-lo como promotor do interesse público. De organizador da opressão de classe, o Estado torna-se “organizador da vida democrática”, bastando, para tanto, sua transparência e desprivatização. O dilema da relação com o Estado, até então sem desfecho satisfatório, é magistralmente resolvido na (re)definição teórica do aparelho estatal: instrumento frio, cujo caráter é determinado pelas mãos que o empunham. Ora, tornar o Estado social implicaria libertá-lo do controle de setores elitistas e antidemocráticos, devolvendo-o, como devida esfera pública, ao povo. Entendido o Estado como *hardware*, cabe a substituição do *software*, ou seja, do *governo*, para que funcione satisfatoriamente. Todas estas questões teóricas de fundo podem ser observadas na relação da CUT com os governos.

É fato que desde o governo Sarney, A CUT procura caminhos para inviabilizar os governos burgueses. Contudo, ao atingir a “maturidade”, os caminhos da inviabilização vão se tornando crescentemente técnicos e dialógicos. Da mobilização massiva e do enfrentamento frontal para o debate “civilizado” de modelos. Por incrível que pareça, no governo Fernando Henrique Cardoso as discussões tornam-se eminentemente técnicas, ainda que permaneça (especialmente no segundo mandato) uma postura de denúncia e, algumas vezes, apelo às ações massivas. Tal viés é inaugurado já no governo Collor, quando a Central é convidada a participar de um pacto social sob a forma de negociação tripartite⁹³.

No caso do Governo Sarney, há uma identificação clara e direta com os interesses burgueses. Vejamos,

O governo da Nova República e os patrões estão tentando acabar com nosso direito de reivindicar. (id., 2003b, p. 03)

A CUT deve ressaltar o caráter ilegítimo do governo Sarney, cobrando da Constituinte a redução do mandato presidencial e a convocação de eleições diretas o quanto antes. (ibid., p. 26)

A sustentação política da “Nova República” tem nos latifúndios um dos seus pontos fundamentais. (ibid., p. 42)

Os chamados latifundiários e os grandes proprietários de terras, além de estarem associados cada vez mais ao grande capital, fazem parte do grande pacto político que deu origem à Aliança Democrática e ao governo da Nova República. (ibid., p. 43)

Para facilitar o contraste, passando ao governo FHC percebemos um outro tipo de postura. Embora ainda encontremos opiniões do tipo

O governo FHC é responsável pelo agravamento da crise social brasileira. (id., 2003f, p. 59)

⁹³ Essa é uma avaliação da própria CUT: “Em junho, quando o Plano Collor já apresentava suas primeiras dificuldades, o governo chamou a CUT para uma discussão, que enfrentamos exigindo a readmissão dos trabalhadores no serviço público. Isso fez o governo se retirar da negociação, alegando intransigência da Central. Em setembro de 1990, o governo volta a insistir numa negociação tripartite, desta vez acenando com a discussão de temas gerais e até consensuais, como a erradicação da pobreza. Cumprindo as resoluções do 3º CONCUR [1988], que definiram a nossa Central como entidade sindical que negocia representando a classe, e partindo das definições da Plenária Nacional de agosto, que compreendeu a *necessidade de atacar o projeto Collor em todos os espaços, a CUT, após uma consulta democrática às suas instâncias de base, compareceu ao fórum de negociações com o governo, empresários e outros setores do movimento sindical*. O governo buscava implementar sua proposta de modernização conservadora, apelidada de projeto neoliberal. Para tanto, trabalhava com o objetivo de isolar e enfraquecer a CUT, desenvolvendo um novo sindicalismo oficial, através dos adesistas do movimento sindical. Nesse contexto, empresários e governo tentavam impor a necessidade de um ‘entendimento nacional’, precedido de uma trégua entre capital e trabalho.”. (id., 2003d, p. 6-7 – grifos nossos)

O governo FHC leva a nação brasileira ao desastre. (id., 2003g, p.19)

[...] o governo quer que os trabalhadores continuem pagando pelos roubos, como os 169 milhões desviados da construção do TRT de São Paulo, cuja responsabilidade é do presidente da República, no mínimo, por nomear pessoas inescrupulosas para o alto escalão de governo. (ibid., p. 23)

A tônica é dada mesmo por debates técnicos

As políticas neoliberais e o atual modelo de estabilização econômica colocam novos dilemas para nossa ação sindical e exigem da CUT: a ampliação da resistência contra os ataques aos direitos dos trabalhadores, a elaboração de propostas alternativas e a construção de uma política de alianças para resistir ao neoliberalismo. (id., 2003f, p. 14)

Além de questionar o conteúdo e a oportunidade das reformas, a CUT decidiu apresentar Reformas Populares, como alternativa às reformas neoliberais de FHC. Esta posição permitiu polarizar o debate com o governo durante a votação da reforma da Previdência, quando apresentamos uma proposta que foi fruto de um amplo processo de discussão, envolvendo atores internos e externos à CUT. A negociação sobre esta reforma, que teve início no segundo semestre de 1994, envolveu o Executivo, os partidos de oposição e os parlamentares governistas que compunham a Comissão examinadora da proposta do governo. (ibid., 27)

Avaliamos que estes exemplos são satisfatórios e expressivos para demonstrar o que nos propomos. Permitimo-nos omitir as considerações sobre os governos Itamar e Collor, haja vista não alterarem sequer minimamente as conclusões. Basta acrescentar que as proposições cutistas “amadureceram” *pari passu* com o avanço do ajuste neoliberal. A execução sistemática das reformas exigiu da CUT uma elaboração crescentemente minuciosa de seu próprio projeto alternativo. De movimento de denúncia, a Central passou a uma abordagem cada vez mais técnica. Alguns autores viram neste processo de profissionalização algo positivo⁹⁴. A institucionalização da Central (que aqui chamamos burocratização) teria credenciado a CUT para participar da vida democrática brasileira. Uma espécie de estatuto de maioria cívica.

Portanto, segundo a interpretação cutista, elites nacionais teriam tomado posse do Estado brasileiro, utilizando-o em benefício próprio. O interessante é que neste ponto específico, Marx *não* é chamado a ajudar, como vimos em oportunidade anterior. Se fosse, poderia dizer que

⁹⁴ Cf. nossas considerações sobre as construções de Iram Rodrigues neste trabalho, Cap. 2.

O Estado jamais encontrará no “Estado e na organização da sociedade” o fundamento dos males sociais [...]. Onde há partidos políticos, cada um encontra o fundamento de qualquer mal no fato de que não ele, mas seu partido adversário, acha-se ao leme do Estado. Até os políticos radicais e revolucionários já não procuram o fundamento do mal na essência do Estado, mas numa determinada forma de Estado, no lugar da qual eles querem colocar uma outra forma de Estado⁹⁵. (MARX, 1995, p. 79)

A disputa pelo controle do Estado está forrada pelo entendimento de que é imprescindível aos setores democráticos a apropriação do fundo público. Hipostasiado o Estado como a ferramenta por excelência de resolução das mazelas sociais, a questão torna-se cristalina: conquistar o Estado, purificá-lo de seus vícios elitistas e antidemocráticos, reconvertendo o fundo público em benefício de todo o povo. Da luta contra a apropriação privada da mais-valia em cada ambiente de trabalho particular à resistência a sua apropriação coletiva (minoritária) por setores antidemocráticos no interior do Estado. Está erigida a “forma contemporânea da luta de classes”, numa sociedade cuja democracia é o valor fundamental. No IX Congresso (2006) finalmente encontraremos:

A fragilidade dos direitos sociais, provocada pelos anos de políticas neoliberais em nosso país, será superada com a inversão de prioridades no orçamento público. *O contingenciamento dos investimentos públicos, sob o argumento de ampliar o superávit, é o alvo atual da luta de classes.* A classe trabalhadora organizada e os movimentos populares lutam para garantir recursos para as políticas sociais e para ampliar os gastos públicos com investimentos voltados para a distribuição de renda. Em outra ponta, os banqueiros e investidores financeiros em geral pressionam o governo para cortar recursos públicos e manter os juros estratosféricos. Assim, conseguem obter os maiores lucros de sua história, com a máxima concentração de renda. *Em torno do orçamento público está em combate a classe trabalhadora versus os capitalistas.* (CUT, 2006, p. 21 – grifos nossos)

A luta de classes foi finalmente deslocada do chão da fábrica para instâncias técnicas, fechando harmoniosamente o ciclo do fetichismo de Estado. Não se trata mais, sobretudo pela dificuldade de mobilizações massivas combinada à burocratização da Central, de travar o enfrentamento no local de trabalho, berço da exploração capitalista. A questão é transferida para o complexo da política. Neste ponto há uma interessante reconversão do “Novo

⁹⁵ Essa explanação de Marx elucida espetacularmente a afirmação presente na Resolução do X Congresso (2009): “Temos uma concepção de Estado que está vinculada a um projeto alternativo de sociedade. Reafirmamos a atualidade de tal projeto. O Estado, o desenvolvimento e a organização social que defendemos fazem parte do projeto democrático e popular com horizontes transitórios para a sociedade socialista.” (CUT, 2009, p. 25 – grifos nossos).

Sindicalismo”: de sindicalistas descrentes a participantes ativos do sistema político-partidário e da dinâmica formal do Estado. Vale observar que, num contexto político tipicamente tecnocrático, a tomada de posição requer qualificação técnica do discurso. Quem se propuser a observar a evolução das resoluções, poderá constatar com facilidade a crescente elevação do nível técnico das proposições. Além disso, o espaço ocupado pela análise de políticas públicas ganha destaque a cada Congresso.

O empenho da CUT em atingir democraticamente o controle do Estado, embora faça referências à “teoria da hegemonia”, não pode estar inspirada na matriz gramsciana, pois, conforme lembra Iasi (2006, p. 475), “Os entusiastas citadores do conceito de hegemonia esquecem-se que Gramsci afirmava que a hegemonia burguesa nasce no chão da fábrica”.

Expurgar o Estado das elites antidemocráticas que nele haviam se instalado ganhara, desde a Resolução do V CONCUR (1994), seu significado devido: *desprivatizar*. Ora, o Estado brasileiro teria se tornado uma espécie de refém de orientações privatistas, sendo utilizado para o desperdício, a corrupção e a discriminação:

O objetivo central deve ser o de *capacitar o Estado para atuar direta e indiretamente* (investimentos, empresas, associações, políticas regulatórias etc.) *na dinamização do desenvolvimento econômico e social*, o que tem como pressuposto uma nova relação entre o Estado e o setor privado, destituindo este último de seu poder de determinar de várias formas o perfil e a atuação estatais. *Para desprivatizar o Estado exige-se a definição ampla e democrática de critérios e prioridades gerais e setoriais para a formulação de políticas, a gestão dos recursos e a apropriação de bens e serviços*. Tais critérios e prioridades pautam-se pelas escolhas estratégicas dos objetivos produtivos e sociais orientadores da modernização e pela necessária soberania na ampliação da inserção do Brasil no cenário econômico internacional. (id., 2003e, p. 37 – grifos nossos)

E nesse ponto específico, as percepções cutistas em muito se aproximam das teses que visa a combater. No VIII CONCUR (2003), a Central explicita que tipo de Estado deseja:

Um Estado eficiente, ágil, que valoriza o funcionalismo público e cumpre *seu papel regulador, gestor, executor e fiscalizador*, efetivamente controlado pela sociedade e pelos cidadãos, é também *a melhor estratégia contra o desperdício, a corrupção, a discriminação e a omissão*. (id., 2003h, p. 25-6 – grifos nossos)

Essa afirmação nada tem de socialista. Mesmo um ferrenho defensor do neoliberalismo poderia tê-la escrito. Ela se subordina à compreensão que acabamos de demonstrar.

A publicização do Estado, para a CUT, compreende a combinação das vias direta e indireta de participação democrática. A forma de controle do fundo público e do orçamento passa pela já conhecida receita cutista de ampliação da participação institucional:

O controle público da gestão do Estado deve ser feito através de nossa participação em conselhos, em seus diversos níveis, articulando-a permanentemente com a luta cotidiana e real dos trabalhadores. (id., 2003e, p. 42)

[...] intervenção organizada e qualificada em fóruns e espaços públicos, visando garantir o caráter público do Estado, a qualidade e aprimoramento das políticas e serviços prestados; a instituição de mecanismos de participação efetiva na gestão e desenvolvimento das políticas, incluindo a adoção de mecanismos concretos de controle social. (id., 2006, p. 21-2)

A concepção de Estado cutista finalmente atinge seu ponto máximo nas resoluções do IX (2006) e X (2009) Congressos Nacionais. Especialmente neste último, encontramos textualmente:

Defendemos uma proposta de *reorganização do Estado brasileiro segundo princípios democráticos*; assentada na *garantia e na ampliação de direitos* – especialmente os do trabalho -, na crítica ao predomínio dos princípios mercantis, para reverter a lógica privatista neoliberal de sucateamento e desmonte do Estado, e na *constituição de uma esfera pública cada vez mais estruturada por processos de democracia direta e participativa*. Isto implica a compreensão de que lutamos por um *Estado forte*, com capacidade de investimentos em políticas públicas voltadas para o atendimento dos interesses e demandas da *maioria da população* nos campos da educação, da saúde e da proteção social; fomentando a geração de trabalho decente e *ampliando o poder de compra por meio do estímulo à produção*, junto com a ampliação dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. Um Estado Democrático, com caráter público, *cuja gestão esteja sustentada na participação ativa da sociedade civil*. Isto implica a compreensão de uma concepção de sociedade *cujá cidadania se expresse através de instrumentos que coadunem aspectos da democracia direta e indireta*, já que a construção de um novo marco ético-político na gestão do Estado em nosso país passa necessariamente pela construção de um projeto que lhe confira um caráter democrático e popular. (id., 2009, p. 25-6 – grifos nossos)

Se a ampliação da intervenção do Estado for combinada com o controle social de suas atividades, os cidadãos e cidadãs ganharão mais poder de decisão sobre as próprias condições de vida. Ou seja, a classe trabalhadora só será politicamente hegemônica revolucionando a estrutura do Estado. Portanto, *fortalecer o Estado e ampliar os espaços de participação social nas diversas instâncias decisórias é fundamental para que seja implementado um projeto legítimo de desenvolvimento para o país*. (ibid., p. 26 – grifos nossos)

Está tudo aí. As passagens transcritas tornam qualquer consideração acessória. Em resumo, o Estado e a sociedade (socialista?) vislumbrados pela CUT. Os mecanismos de democracia direta e indireta garantirão a publicização do Estado. O desenvolvimento do país passa pelo estabelecimento de um projeto democrático. O objetivo é o pleno exercício da cidadania. A ampliação dos direitos dos trabalhadores caminha *pari passu* com a ampliação do poder de compra. O fato de que “O Estado e a organização da sociedade não são, do ponto de vista político, duas coisas diferentes. O Estado é o ordenamento da sociedade.” (MARX, 1995, p. 80) e que “A existência do Estado e a existência da escravidão são inseparáveis” (ibid., p. 81), parece nada dizer à CUT. Ou como diria qualquer marxista, mesmo iniciante: o fundamento do Estado repousa na sociedade civil.

Demonstrado o fetichismo de Estado que toma conta da ideologia cutista, podemos compreender, resumidamente, a *fenomênica* mudança postural na relação com o governo Lula.

Mesmo tentando manter, em princípio, um discurso de independência, é impossível à CUT disfarçar certa exacerbação otimista, não por simples preferência pessoal deste ou daquele militante da Central, mas pelo fato de que o governo Lula representa a possibilidade real de realização da visão teórico-ideológica cutista: a democratização do Estado por dentro. A chegada de Lula ao Planalto ladrilha o caminho aberto a picadas pela CUT. Finalmente, na árdua disputa por hegemonia, conseguiu-se conquistar o Estado (evidentemente, pela via democrática eleitoral). Tratar-se-ia agora de tomar as medidas necessárias para publicizá-lo, livrando-o do entulho autoritário. É interessantíssimo notar, na resolução do VIII Congresso (2003), como há um forte debate entre a necessidade de apoiar o governo, mas, ao mesmo tempo, de manter certa independência. Tal dilema encontra uma solução puramente retórica:

[...] a CUT, fazendo parte do mesmo campo político que as forças que lideram o governo, *está comprometida com a vitória do projeto*, mas a partir de uma posição específica: a que coloca sua *autonomia e sua independência frente aos partidos e ao governo*. (id., 2003h, p. 10 – grifos nossos)

Ou

A CUT não é e não será uma extensão do governo Lula e nem de qualquer outro. Por outro lado, participou ativamente do amplo movimento social que contribuiu para a derrota político-eleitoral do neoliberalismo. *Nossa relação com esse governo será de afirmação*

programática no âmbito do mundo do trabalho. (ibid., p. 19 – grifos nossos)

Este nó, colocado no campo prático, não encontra reflexo teórico, dadas as construções já demonstradas, mas enfrenta um inicial desconforto ideológico por implicar diretamente no processo de formação identitária – a passagem da oposição programática à afirmação programática. Para resolver tal dilema, a Central investe, mais uma vez, num caminho conhecido e seguro: as proposições. É por esta operação que se chegará, sutilmente, à confluência com o governo:

[...] é fundamental desdobrar a visão de projeto nacional em medidas concretas nas mais diversas áreas, combinando a defesa de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras com a construção de uma outra política econômica e social. (ibid., p. 20)

Não por outro motivo, encontraremos nas resoluções do IX CONCURT (2006) (id., 2006) sistematizações específicas sobre Serviço Público, Educação, Saúde e Seguridade, Saúde do Trabalhador, Frentes Parlamentares de Habitação Rural, Agricultura Familiar e Reforma Agrária, Trabalho Infantil, Política Energética e de Saneamento, Fiscalização e Financiamento de Obra, com recursos públicos destinados à Habitação, Segurança Alimentar e Nutricional, Democratização da Comunicação, Meio Ambiente, Apoio à luta dos Povos Indígenas.

Somente construindo uma plataforma programática própria, imagina a CUT, poderá manter-se independente. Mas, para infelicidade da Central, a afirmação páginas depois de que “As batalhas dos trabalhadores devem estar em sintonia com a luta mais geral do governo Lula rumo à reconstrução nacional e por um novo modelo de desenvolvimento” (ibid., p. 43) deixa dúvidas quanto a esta independência. Qual seria então o sentido das proposições? Afinar o discurso cutista com o governo? Não seria “a luta mais geral do governo Lula rumo à reconstrução nacional” que deveria estar subordinado às “batalhas dos trabalhadores”?

A situação torna-se ainda mais delicada quando nos deparamos, ainda no texto da mesma resolução, com afirmações como: “[...] luta pela conquista de uma sociedade soberana, democrática e mais justa – compromisso do projeto democrático e popular personificado pelo presidente Lula” (ibid., p. 10) ou “É possível afirmar que esta vitória tem uma dimensão histórico-universal” (ibid.). Em relação à dívida externa, por exemplo, temos uma alteração até bastante peculiar: “[...] o governo Lula deve tomar iniciativas para liderar um *processo de*

renegociação da dívida externa no âmbito do Mercosul e da América Latina [...]” (ibid., 42 – grifos meus). “Processo de renegociação da dívida externa” torna-se especialmente estranho quando cotejamos com a resolução do Congresso de 1988 (III CONCUR), “*não-pagamento da dívida externa* (id., 2003c, p. 12)”, época do governo Sarney, aquele que “forjou uma base de sustentação parlamentar para prorrogar seu mandato ilegítimo, recorrendo, para isso, ao clientelismo, ao fisiologismo e à corrupção” (ibid.) e que tinha nos “latifundiários”, “banqueiros” e no “imperialismo internacional” sua base de sustentação (ibid., p. 42-3).

Prevedendo dificuldades no início do governo, a Central apresenta uma cisão entre “hegemonia eleitoral” e “hegemonia política”⁹⁶ e por muito pouco, para garantir a sustentação da frente “democrática popular”, não chama os trabalhadores a um pacto social. Há uma extensa passagem na resolução do VIII Congresso que sintetiza sobremaneira a postura da Central em relação ao (novo) governo:

Como enfatizado no debate sobre a Estratégia da CUT para o próximo período, a vitória de Lula, por si só, não significa a superação automática das contradições e dos conflitos de classe presentes na sociedade e, em particular, no âmbito das relações capital e trabalho. Entendemos que o momento atual, com Lula na Presidência da República, cria as condições favoráveis para a intensificação da disputa por uma nova hegemonia que supere os marcos do neoliberalismo, não apenas na sociedade brasileira, mas também no cenário internacional.

Portanto, *representa uma possibilidade real para as mudanças políticas, econômicas e sociais de que nosso país necessita*, com vistas à superação de problemas crônicos que caracterizam a nossa realidade, como a pobreza, a miséria, a fome, o analfabetismo e o desemprego, que assolam as condições de vida de parcela significativa do nosso povo. Sem dúvida alguma, *os trabalhadores e trabalhadoras terão um papel determinante nesse processo de recuperação da dignidade de quem faz o país*.

Por isso, reafirmamos que a posição da CUT em relação ao governo Lula não pode ser a de um “alinhamento automático” ou mesmo de “oposição a priori”, mas *uma postura que contribua para qualificar a atuação dos trabalhadores e trabalhadoras neste momento histórico*, decisivo para a implantação e a consolidação de um projeto político que represente, efetivamente, os seus interesses de classe. (id., 2003h, p. 136 – grifos nossos)

Mas o desenvolvimento do governo implicará formação de uma realidade empírica que impulsiona os questionamentos internos e externos. Neste momento aflora com considerável intensidade o antagonismo entre o objetivo de consolidação estratégica da democracia e o de construção do socialismo. As lutas se intensificam e tomam aparência de

⁹⁶ “Em síntese: as esquerdas elegeram o presidente, mas não tomaram o poder político; o neoliberalismo foi derrotado eleitoralmente, mas não foi aniquilado.” (ibid., p. 12).

um “ranço socialista” do qual a Central não consegue se livrar. Neste processo de contradição-limite há uma opção clara a ser feita. Para que não se perca o acúmulo teórico e a hegemonia ideológica, não há alternativa: é necessário negar a realidade objetiva com mera convicção subjetiva de que ainda se busca a construção do socialismo, seja por que caminhos tortuosos forem. Talvez porque o socialismo seja historicamente importante na formação da identidade cutista ao longo da história; talvez, tal postura decorra da necessidade de acomodação interna, configurando-se mais como uma “ação racional com relação a valores” que como uma “ação racional com relação a fins” (se quisermos utilizar termos weberianos); ou pode haver mesmo certa inconveniência em realizar, naquele momento preciso, uma autocrítica. De qualquer modo, para não abolir o significante “socialismo”, a CUT procura conferir-lhe um novo significado, ou sustentá-lo por afirmações retóricas amplamente divorciadas da realidade (como demonstramos no final do item anterior).

A relação com o governo, portanto, se altera em sua *fenomenalidade*. Em verdade, ela não retira uma vírgula na construção teórica cutista. A postura diante do governo Lula é *nova* em relação a seus predecessores, pois ela efetiva *ipsis litteris* o *antigo* entendimento teórico-ideológico de “Estado-neutro”, de que o caráter de classe se assenta no governo e de que a via para a democratização é a substituição de modelos econômico-sociais. A Central teria agora um governo que se aproxima substancialmente de sua programática. A mudança fenomênica mantém sua essência, o que permite afirmar que não há, com o governo Lula, uma mudança na postura teórico-ideológica da CUT. Ao contrário, há a mesmíssima compreensão que vem se desenvolvendo desde a transição Sarney/Collor. Surpreendente (e incoerente em termos teóricos) seria o confronto duro e aberto com governo petista. Nas resoluções do VIII CONCUR (2003) já é possível perceber certa confluência programática entre as elaborações cutistas e as governistas. O ponto alto desta integração é a inversão ocorrida nas resoluções seguintes, quando as propostas cutistas praticamente se misturam às políticas governamentais, tomando a feição de defesa aberta de programas do governo⁹⁷.

⁹⁷ Seremos obrigados a abusar das citações, preferindo pecar pelo excesso que pela falta. Nas resoluções do IX CONCUR (2006) encontramos: “*O Brasil está mudando*, os novos governantes tomarão posse em janeiro de 2007 com muitas promessas e poucos recursos orçamentários, porém, *juntos podemos fazer a diferença positiva a favor de um trabalho articulado com a população de baixa renda*, excluída do sistema financeiro. O Banco Central, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Nordeste, o Banco da Amazônia, os Bancos de Desenvolvimento e alguns bancos privados já estão contribuindo ativamente para a inclusão financeira.” (CUT, 2006, p. 18 – grifos nossos); “Através do programa Fome Zero, implantado no Governo LULA, *várias políticas em diversas áreas apontaram como foco a erradicação da fome*, subtraindo em grande quantidade a visão e o conceito assistencialista de esmola ou favor, para o direito à alimentação com qualidade, quantidade e com continuidade. Vários efeitos já foram percebidos nos principais bolsões de miséria, especialmente no nordeste brasileiro, *diminuindo ou quase zerando as frentes de emergências*. Isto não representa a inteira solução: é preciso um maior crescimento econômico, combinado com uma política social sustentável, que *não dependerá só de um governo, e sim de um conjunto de ações coletivas nos diversos setores da sociedade e nas diversas esferas de poder*.” (ibid, p.38 – grifos nossos). “Do ponto de vista do *avanço nas*

Em síntese, como procuramos demonstrar, uma vez tomada pelo fetichismo de Estado, a CUT vislumbrou que a efetivação das reformas sociais viria com a própria democratização radical do Estado – pela ampliação do controle público sobre as ações estatais, especialmente pela via direta (construção de canais de participação), mas sem descartar a via indireta, pela eleição de representantes dos trabalhadores – somada à implantação de um modelo econômico que priorizasse o desenvolvimento, o investimento na produção e a distribuição de renda. A CUT buscou seu próprio caminho para o Estado, utilizando taticamente as duas vias (direta e indireta). A ênfase numa ou noutra dependeu sobretudo de fatores conjunturais e de permeabilidade da esfera política às reivindicações cutistas, sem *jamais abalar a concepção estratégica de democracia*. A concepção democrática cutista, por seu turno, tem seu pilar mais sólido na participação direta, pois toma em conta as formas históricas de participação construídas pela própria Central.

A barbárie, sutilmente, de produto da relação-capital, passou a subproduto de modelos econômicos – faces mais imediatamente visíveis da apropriação privada do Estado por setores burgueses. O problema transferiu-se da relação mais-valia, alienação do trabalho e propriedade privada para concentração de renda e não-participação popular na gestão da *res pública*.

O caminho preferencial para a efetivação do controle público, como já dito, seria a ampliação da democracia direta, ou seja, a ampliação de espaços institucionais de participação. Ora, tais espaços envolvem os mais diversos atores da sociedade civil, com demandas múltiplas. A CUT produziu então uma redução de capital e trabalho a complexos sociais posteriores, imiscuindo-os entre muitos outros. A relação fundamental da sociedade do capital foi colocada marginalmente – a centralidade foi conferida, aqui sim, a uma relação intersubjetiva, onde valem as regras de um jogo racionalmente pactuado e a alteridade. Mostraremos a seguir as implicações desta construção nas formas de atuação e nas políticas de aliança.

políticas públicas, destacamos o Programa **Brasil Sem Homofobia**, lançado pelo Governo Lula em 25 de maio de 2004. O programa é resultado da articulação entre o Governo Federal e a sociedade civil organizada na luta contra a violência e a discriminação aos gays, lésbicas, travestis e transexuais, e tem como principal objetivo desenvolver ações para prevenir a violência contra homossexuais [...]” (ibid., 59-60 – itálicos nossos; negritos do original).

Já nas resoluções do X CONCUR (2009), encontramos: “[...] no Governo LULA, temos *inúmeros exemplos do respeito aos movimentos sociais*, a criação de espaços de negociação como no acordo do Salário Mínimo, no reconhecimento das Centrais Sindicais etc.” (id., 2009, p.11 – grifos nossos); “*As conquistas em termos de políticas sociais do atual governo Lula devem ser defendidas* e devemos pressionar pela sua ampliação, fortalecimento e a fiscalização de sua concretização. Ao considerarmos que há deficiências estruturais nessa área *defendemos a ampliação dos investimentos sociais em infra-estrutura urbana e rural* (habitação popular, saneamento ambiental, mobilidade urbana e transporte público) *a partir do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Seu enfrentamento combina geração de empregos e justiça social.*” (ibid., p. 32 – grifos nossos).

3.4. FORMAS DE ATUAÇÃO E POLÍTICA DE ALIANÇAS

Nossas conquistas terão que ser obtidas à força. (CUT, 2003a, p. 3)

Para não sermos atropelados como meros observadores das mudanças atuais, acumulando perdas e assumindo o papel de protestar contra as injustiças e buscar remédios para males ocorridos, é preciso aperfeiçoar a organização sindical, articular os setores democráticos e populares, investindo ao mesmo tempo na ampliação dos espaços democráticos de participação popular. (id., 2003f, p. 40)

As formas de atuação e a política de alianças da CUT foram se convertendo coerentemente com sua percepção teórica. Resumidamente, poderíamos afirmar que de uma ação confrontacionista e de massas a Central passou a uma intervenção negocial e de cúpula – típica das instâncias democráticas institucionais. Do mesmo modo, caminhou de uma política de alianças exclusivista (chamemos assim, por ora) para a conformação de frentes amplas, com objetivo de formação de consensos mais imediatos.

Apenas para lembrar, há uma interpenetração entre todos os eixos até agora analisados. A substituição do socialismo pela democracia encontra sua justa medida no entendimento de “Estado neutro”, permeável às reformas e à publicização. A própria concepção democrática promove a concepção de Estado como espaço público, trazendo consigo para o campo dialógico categorias como cidadão e sociedade civil. A incorporação de novas categorias provoca uma reorientação nas formas de atuação. O novo suporte ideológico e a inserção participativa fomentam a reavaliação da política de alianças.

O que queremos dizer é que uma série de fatores conjuntos, mutuamente determinantes, mas não necessariamente condicionados, possibilitam o que temos denominado “processo de curvatura da CUT”.

Passando à análise da prática de alianças, a postura a que chamamos jocosamente “exclusivista” pode ser observada já na resolução do I CONCUR (1984), quando a Central afirma:

Com a criação da CUT, houve uma demarcação no campo sindical, de um lado o sindicalismo combativo e do outro o atrelado dos pelegos”. (CUT, 2003a, p. 3)

E mais à frente,

“A CUT deve apoiar-se nos sindicatos com diretorias combativas, o que implica inclusive lutar para que as oposições sindicais identificadas com a CUT ganhem as eleições em seus sindicatos, derrotando os pelegos e seus aliados” (ibid., p. 9)

Estão colocados em campos opostos os sindicalistas da CUT e os “pelegos”. As diretorias pelegas seriam aquelas ligadas ao PCB ou diretorias de sindicatos de carimbo. Ao lado desses, o Ministério do Trabalho e suas práticas antissindicaais. A CUT promove uma ruptura. No meio, o desacordo sobre a transição democrática, mas, sobretudo, a necessidade de dar um basta à política de arrocho salarial imposta pelos militares. Naquele instante específico, a forma de ação mais utilizada era a greve – até então legalmente proibida.

A organização de grandes greves de massa aparecia à classe como uma insurgência corajosa frente à brutalidade do regime. As referências à importância desse instrumento aparecem incontáveis vezes nas resoluções do I, II e III CONCURTs (1984, 1986 e 1988). Apenas a título ilustrativo selecionamos duas:

[A Greve Geral] É uma das armas mais eficazes de intervenção dos trabalhadores na luta de classes. Exige condições políticas para se viabilizar e terá para a CUT o papel decisivo no fortalecimento de sua representação política junto à classe trabalhadora” (ibid., p. 4)

O governo acaba de lançar uma nova lei de greve que, na prática, mantém a proibição ao livre exercício da greve, *tentando arrancar dos trabalhadores a nossa arma mais eficaz para quebrar a intransigência e a ganância patronal*. A CUT reafirma que só existirá democracia com o direito irrestrito de greve. (id., 2003b, p. 3 – grifos nossos)

A Central compreendeu claramente seu caráter de mediação quando afirmou na Resolução do II Congresso:

A CUT, enquanto central sindical, é parte integrante deste processo histórico, ainda que com um papel político qualitativamente diferenciado. A CUT faz avançar a luta de classes quando consegue impulsionar as lutas sindicais, articular as lutas econômicas com os objetivos políticos, organizar e elevar o nível de consciência de classe, apontar para a construção de uma sociedade *socialista*, mas não deve ser confundida com um partido político e manterá sempre sua autonomia em relação ao poder de Estado e aos próprios partidos. (ibid., p. 6)

A temática da ocupação de espaços públicos começa a aparecer nas resoluções do III Congresso, mas ainda de forma tímida e subordinada. Lembramos que é no III CONCURT (1988) que são realizadas as mudanças estatutárias que conferem à tendência AS maior peso nas instâncias decisórias. A adoção do sindicalismo cidadão, no IV Congresso, trará para o centro da tática a atuação em espaços institucionais.

Assim, nas resoluções do III CONCURT (1988) observa-se um tímido aceno em direção à ocupação de espaços. A mudança é tênue, pois ainda está marcada pelo sentimento de enfrentamento direto. Vejamos:

A CUT quer conquistar o direito democrático de exercício da atividade sindical nos locais de trabalho e desde já *ocupará todos os espaços possíveis para organizar os trabalhadores de forma independente e na defesa de suas reivindicações*. A formação de comissões de trabalhadores nos locais de trabalho é uma grande tarefa para impulsionar o sindicalismo que a CUT representa. (id., 2003c, p. 33 – grifos nossos)

Superamos a fase de fazer ou não fazer greve, de negociar ou não negociar. Hoje, o avanço depende de nossa capacidade de *desafiar aberta e concretamente os limites impostos pelos patrões e seus representantes* à organização sindical dos trabalhadores, implantando, *na prática*, a organização sindical livre e *conquistando, na luta, melhores condições de vida* para todos os que vivem do seu próprio trabalho. (ibid., p. 36 – grifos nossos)

A afirmação sobre a “ocupação de espaços” aparece de forma genérica, como uma necessidade de defender em todas as instâncias os interesses dos trabalhadores. Como a forma para derrubar os “limites impostos pelos patrões” ainda é o “desafio aberto” e as implantações “na prática”, a política de alianças permanece restrita – qualquer proposta de moderação no conflito aparece como uma tentativa de pacto de classes:

[...] as classes dominantes procuram incentivar o chamado “sindicalismo de resultados”, facilitando seu acesso aos meios de comunicação e incentivando as alianças com o empresariado. Essas iniciativas no seu conjunto visam limitar o raio de ação do sindicalismo classista, combativo e de massas e, ao mesmo tempo, tentar promover a política de colaboração de classes. (ibid., p. 17)

A postura “cidadã”, adotada a partir do IV Congresso, trará rumos bem diferentes. A nova orientação teórica em relação ao Estado e as deformações no horizonte socialista implicarão mais diretamente nas formas de atuação e, por conseguinte, na política de alianças.

Mais uma vez, a profissão de fé na democracia como via para o socialismo “abrandará” o “sindicalismo classista, combativo e de massas”.

O IV Congresso (1991) ocorre sob a sombra de uma malfadada Greve Geral, marcada para junho de 1990 e que não se realizou. No mesmo mês, enfrentando dificuldades com o Plano Collor, Collor de Mello chamou a CUT a uma negociação tripartite. Sem acordo, o governo retirou-se da negociação. Porém, em setembro de 1990, ainda pressionado pela impopularidade crescente, o governo tornou a chamar a Central para uma negociação tripartite. Neste momento ocorre uma ruptura interna na CUT. A compreensão da “necessidade de atacar o projeto Collor em todos os espaços” (id., 2003d, p. 6) levou a tendência majoritária, “após uma consulta democrática às suas instâncias de base” (ibid.), a aprovar o comparecimento no fórum de negociações. O objetivo do “encontro” só foi “compreendido” posteriormente pela Central:

O governo buscava implementar sua proposta de modernização conservadora, apelidada de projeto neoliberal. Para tanto, trabalhava com o objetivo de isolar e enfraquecer a CUT, desenvolvendo um novo sindicalismo oficial, através dos adesistas do movimento sindical. Nesse contexto, empresários e governo tentavam impor a necessidade de um “entendimento nacional”, precedido de uma trégua entre capital e trabalho. (ibid., p. 6-7)

Muitas foram as resistências internas. Sindicatos da base, em insurgência contra a decisão de negociação tripartite, passaram a encaminhar em suas assembleias pautas de reavaliação da deliberação de comparecimento na negociação. Divergências em relação às formas de atuação estavam concretamente formadas. O retorno à unificação orgânica (como na época das grandes greves) não seria mais possível, pois a decisão, embora conjuntural, fundava-se numa nova compreensão teórico-ideológica mais ampla, que despontava a todo vapor.

A luta interna consegue manter, ainda assim, a referência às ações de massa. Contudo, consoante à nova ideologia, elas vão perdendo centralidade, obrigadas a conviver lado a lado com a nova forma de participação. O sujeito de tais ações começa então a sofrer uma ligeira modificação:

As mobilizações devem prosseguir. Agora, mais do que nunca, os sindicatos e setores democráticos da sociedade precisam retomar as ruas e impedir o aprofundamento da crise. Novas greves gerais não estão descartadas. A CUT, por sua vez, também irá ao Congresso Nacional exigir o atendimento das reivindicações dos trabalhadores (política

salarial e salário mínimo decente e plano de custeio da Previdência) e/ou impedir que direitos constitucionais sejam derrubados, tal como barrar a proposta de organização sindical do governo. (ibid., p. 9 – grifos nossos)

Dinamizar a união dos mais amplos setores de trabalhadores e populares em geral, *colocando no centro das lutas as necessidades vitais do povo*. Para isso a CUT deve reunir, além do seu projeto estratégico, *propostas de solução contra a fome, a carestia e o desemprego*. Nesse sentido, devemos incorporar na dinâmica da Central os setores da economia informal e dos inativos, visando sua organização. (ibid., p. 37 – grifos nossos)

Não é que as lutas dos trabalhadores não se configurem como as lutas de “todo o povo”. É que “todo o povo”, neste caso, servirá como uma passagem atenuada ao significante “sociedade civil”. A possibilidade é aberta poucas páginas antes, na ampliação dos campos de atuação da CUT – que se espraiam pelas vias da cidadania:

[...] a CUT deve elaborar propostas referentes às reformas nas áreas de política industrial, social e em todas aquelas que afetarem os níveis de emprego, salário, renda e vida do trabalhador. Deve ainda reivindicar sua participação nos conselhos e fóruns de decisão públicos e o direito de acesso à informação. As secretarias nacionais da CUT devem sistematizar tais temas, criando grupos de trabalho e realizando encontros ou seminários que possibilitem a definição de propostas e ações específicas. Como, por exemplo, nas áreas de política habitacional e de reforma urbana, educacional, de saúde, de previdência e outras. (ibid., p. 34)

É possível observar a clara imbricação entre o sindicalismo “propositivo”, “cidadão” ou “ocupacionista” e a burocratização (cupulismo). Elaborar propostas referentes a todas as áreas listadas requer a sistematização de temas, “criação de grupos de trabalho, realização de encontros ou seminários”, ou seja, *dedicação profissional à vida sindical*. Mais a mais, conforme as elaborações “setoriais” ganham em complexidade e minúcias, demandam crescentemente a presença de técnicos e especialistas em suas discussões e análises⁹⁸.

⁹⁸ Essa incorporação tecnocrática aparece nitidamente na tentativa de Central de estruturar sua área de comunicação: “A CUT, que se reivindica classista, precisa *conceber um tipo de comunicação ágil, competente, profissionalizada e politicamente voltada para sua estratégia*. Nesse sentido há necessidade de uma profunda *reflexão por parte de sua direção e de profissionais da área* para a construção de sua comunicação e o aprimoramento da já existente.” (ibid., p. 57 – grifos nossos). Observe que não se trata de realizar uma crítica à profissionalização de um setor estratégico para a atividade sindical. Queremos evidenciar aqui, mais uma vez, o emparelhamento de significantes *ágil e competente* com *profissionalizada, profissionais da área e direção*. Como se observa nas resoluções, as demandas e proposições se tornam de tal forma complexas que sua análise e elaboração demandam tempo e competência técnica. Não pretendemos realizar uma crítica esquerdista, conferindo exclusivo valor ao saber operário, nascido no chão de fábrica. Contudo, no caso cutista, o fenômeno da profissionalização das demandas toma contornos dramáticos, pois, como está imbricado numa prática específica (o *sindicalismo ocupacionista*, cf. COIMBRA, 2006) com todas as suas consequências, integra um processo amplo de burocratização e cupulismo, aumentando progressivamente o número de decisões sob responsabilidade direta de membros da própria diretoria. Ora, como verificamos nas atuações institucionais,

Nas resoluções do V CONCURTO (1994), encontraremos finalmente a defesa explícita da participação institucional. E, aqui sim, a categoria “sociedade civil” começa a ganhar densidade teórica na concepção cutista.

No item anterior, afirmamos que, uma vez considerado como palco da luta de classes o Estado e como seu alvo o fundo público, nada mais coerente que o investimento em formas de participação que possibilitem o controle desses fundos. Ainda lá, afirmamos que um dos caminhos preferenciais de gestão de fundos era a participação nos espaços institucionais. Esse foi mesmo o entendimento da CUT:

Nessa caminhada da luta sindical, a CUT tem ampliado sua presença na sociedade e certamente assumirá, por direito próprio, a possibilidade de interferir nos rumos do país. Isso se traduz em avanços na ocupação de espaços institucionais como, por exemplo, nos diversos conselhos de controle sobre os fundos e as políticas públicas hoje existentes. (id., 2003e, p. 27)

A atuação nas câmaras setoriais⁹⁹, entretanto, havia deixado um restolho indigesto. Por isso, ainda com a ferida aberta, a Central faz uma reconsideração tímida:

Equacionar a perspectiva dos diversos setores da classe trabalhadora que sofrem direta ou indiretamente o impacto das medidas de reestruturação. Nesse sentido, afirmamos que *as respostas iniciais, tanto nas câmaras setoriais quanto nas empresas autogestionárias, não dão base suficiente para uma resposta global frente aos impactos do ajuste sobre a classe trabalhadora.* (ibid., p. 29 – grifos nossos)

Porém, a CUT está ideologicamente impedida de efetuar a autocrítica, pois negar a participação indireta, admitir que os espaços institucionais, *na ordem do capital*, servem para legitimar essa própria relação capitalista, implica quebrar uma das pernas (a principal) sobre a qual se apóia a concepção de democracia cutista. Ademais, seria necessário rever toda a estratégia do “sindicalismo cidadão”, que incorporava os “espaços de cidadania” abertos na ordem do capital. Certamente, tal autocrítica num momento político tão delicado (lembrando que a década de 1990 foi marcada pelo impacto da reestruturação produtiva no Brasil e pelo recrudescimento na implantação do modelo neoliberal – especialmente após 1994, data do V CONCURTO – 1994 –, com o governo FHC) colocaria em xeque a estratégia de setores majoritários da Central, provocando instabilidade institucional num ano decisivo para a CUT.

alguns dos assuntos tratados naqueles espaços dizem respeito diretamente aos trabalhadores, ao seu cotidiano laboral, e que, por esta visão tecnicista e procedimental, acabam se tornando elementos que integram decisões técnicas cupulistas.

⁹⁹ Mais uma vez, para uma avaliação da trágica participação nas Câmaras Setoriais, cf. Boito Jr. (1999, p. 172).

Entretanto, era difícil negar a realidade dos fatos. A saída foi deslocar sutilmente o problema da participação institucional para a política de alianças, apelando, ainda e no mesmo golpe, para a “centralização democrática” – a coesão interna garantiria sucesso à CUT na difícil atuação institucional. Por isso, nas resoluções do V CONCUR (1994) encontramos:

Mas, a cada avanço na institucionalidade, aumenta a pressão da institucionalidade tanto sobre como na própria CUT. Assim, se a maior inserção institucional é também resultado das conquistas dos trabalhadores, a pressão institucional é a consequência inevitável do mesmo processo. Para resolver esse desafio, a estratégia da CUT na ação institucional, da qual os trabalhadores não podem se omitir, *precisa estar subordinada à estratégia geral da Central*. (ibid., 27 – grifos nossos)

Para potencializar a atuação da CUT e a possibilidade de conquistas amplas, é prioridade debater e implementar suas propostas de políticas necessárias para o país com o *conjunto das organizações democráticas e populares, aliadas na construção coletiva de uma hegemonia das maiorias no Brasil*. Essa prioridade deve ser refletida numa estratégia de buscar uma articulação permanente neste campo democrático e popular, superando a prática de alianças eventuais e/ou conjunturais. (ibid., 48 – grifos nossos)

E essas “organizações democráticas e populares” começam a ganhar nome:

A CUT desenvolverá uma ação política e campanha imediata junto aos seus sindicatos e à *sociedade civil organizada* (OAB, CNBB, movimentos populares) para continuar o processo de mobilização com o eixo e as bandeiras propostos. (ibid., 16 – grifos nossos)

Ora, é a sociedade civil! Aqui há um autêntico encadeamento conclusivo. A participação nas câmaras não deu “base inicial suficiente para uma resposta global aos impactos do ajuste”. Este é um ponto irremovível. Contudo, o que deve ser (re)avaliado não é a participação em si, mas a política de alianças, de forma a possibilitar a articulação ampla com “organizações democráticas e populares”, simpáticas à “construção da hegemonia das maiorias no Brasil”. Tal correção marginal possibilitará, na visão cutista, maiores chances de êxito na dinâmica institucional.

Repare que os termos não são neutros. Eles catalisam ideologicamente um campo de propostas com um claro referencial teórico. Os “trabalhadores” (e agora está instalada a dúvida se realmente seriam maioria no Brasil) precisariam articular com a “sociedade civil” para construir a “hegemonia das maiorias” (“todo o povo”). “Maiorias”, no contexto das resoluções, é também um termo inicialmente vago – mas apenas inicialmente. Quem seriam,

afinal, essas maiorias? Os adversários do regime do capital? Ou os adversários do modelo econômico hegemônico? A questão será respondida pela própria CUT que, ao alargar o leque de alianças, precisa definir os elos de ligação:

A conjuntura atual aponta para a necessidade de uma maior articulação das organizações populares da chamada sociedade civil, cabendo à CUT um papel de destaque. Isto exige da Central o estabelecimento de prioridades no campo da relação com as organizações da sociedade civil, como CNBB, CPT, MST, ABI, OAB, UNE, organizações não-governamentais e partidos políticos comprometidos com os interesses populares e organizações de base do movimento popular. Esse é o sentido da proposta de chamar uma Conferência pelo emprego, pela terra e pela cidadania, e da articulação de uma Frente Popular pela Cidadania. (id., 2003f, p. 41 – grifos nossos)

Não vamos derrotar o neoliberalismo sozinhos. [...] Para o sucesso dessa mobilização, bem como uma mais recente que ocorreu em Washington durante a reunião da direção do FMI, foi fundamental o trabalho conjunto dos sindicatos, organizações sociais, ONGs, universidades, igrejas, partidos políticos e pequenos empreendedores. (id., 2003g, p. 12)

Temos de aprofundar essa aliança, trazendo novos atores e temas para o debate, tendo em vista que tende a crescer a massa crítica ao projeto neoliberal, o que abre uma nova perspectiva de avanço na globalização da defesa dos direitos dos trabalhadores. (ibid., p. 13 – grifos nossos)

A possível dúvida que pairava no V Congresso é resolvida nas resoluções posteriores (VI e VII CONCUR's – 1997 e 2000), como acabamos de ver. As maiorias seriam os adversários do modelo neoliberal (e aqui estão incluídos, logicamente, todos os setores subalternizados, marginalizados e desorganizados, jogados na extrema pobreza ou no mercado informal de trabalho, como também os estratos sociais médios e pequeno-burgueses que, pela recessão econômica, veem seu padrão de vida e consumo cada vez mais próximo dos de setores de baixa renda). A CUT requeixa, *mutatis mutandis*, uma política de alianças já conhecida – “*todos* pela democracia, contra a ditadura!” – ou melhor dizendo, “*todos* pelo desenvolvimento com justiça social, contra o neoliberalismo!”.

Perceba que no campo das “organizações populares da chamada sociedade civil” estão entidades ideologicamente bastante díspares – como o MST, OAB, ABI e UNE – colocadas lado a lado. Esta não é uma definição “sagaz” da CUT, visando ampliar suas bases de apoio. É a estruturação fenomênica da sociedade civil – uma pseudoconcreticidade cuja essência repousa nas (contraditórias) relações sociais de produção da ordem do capital (leia-se: divisão

da sociedade em classes) – tomada como autêntica, pela Central, em sua construção teórico-política.

A CUT, portanto, não se permitiu alternativa que não o investimento crescente na participação institucional, tentando contornar as vicissitudes dessa prática com articulação política e qualificação dos sindicalistas. No VI CONCURTO (1997) já temos um balanço (nada animador) da participação em Conselhos de Direito:

Essa participação, no entanto, tem enfrentado problemas. O governo tem procurado modificar os regimentos de funcionamento dos conselhos para inibir as iniciativas e poderes decisórios dos integrantes não-governamentais. Além disso, encontramos dificuldades para socializar as discussões para o conjunto da Central, no sentido da definição de propostas e de mobilização em torno delas, bem como de articular a participação em conselhos, como o da Saúde, que existem nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal), e nos conselhos municipais de emprego, uma conquista da nossa atuação no FAT. (id., 2003f, p. 31)

A política de atuação e as alianças enviesadas contribuíram para acirrar ainda mais disputas internas com setores minoritários que resistiam no interior da Central. O investimento na participação institucional não se mostrava capaz de barrar o ajuste neoliberal, o governo manobrava, restringindo o peso decisório dos Conselhos, estruturando-os de forma a garantir o monopólio da fala¹⁰⁰. No fim do primeiro mandato de FHC (1997), a CUT “redescobre” a necessidade das ações de massa e após nove anos volta a considerar seriamente (ou pelo menos explicitamente nas resoluções) a greve como arma estratégica.

À unificação de todos os processos de luta em curso para acumular forças e mais condições para derrotar as políticas neoliberais de FHC. Nesse sentido, reafirmamos a necessidade de avançar na construção de uma Greve Geral que paralise o país, como forma de aumentar a pressão sobre o governo, em defesa dos direitos dos trabalhadores. (ibid., p. 60)

O movimento de oposição ao governo, que se objetiva na forma de combate técnico ao modelo neoliberal, tenta ganhar todos os espaços possíveis. A perspectiva de aliança ampla é mantida. O objetivo é unificar a oposição a FHC:

- Articular um amplo movimento de massas e da sociedade para *fortalecer a oposição à FHC* visando o fim de seu governo;
- Mover uma *ação de improbidade administrativa* contra Eduardo Jorge e FHC;

¹⁰⁰ Cf. Arbia (2004).

- Apoiar a *instalação de uma CPI no Congresso Nacional* para investigar o envolvimento do presidente da República nos atos de corrupção denunciados.

Esta proposta exige a mobilização dos trabalhadores e o povo nas ruas. Que todos nós, delegados e delegadas a este Congresso, a CUT e seus sindicatos filiados assumamos essa tarefa: “Fora FHC”. (id., 2003g, p. 23 – grifos nossos)

O retorno às ações de massa, porém, está obstaculizado teórica e praticamente. Há certo descrédito, de forte base empírica, em relação às reservas de forças dos trabalhadores; as dificuldades de construção de mobilizações massivas num contexto de desemprego avassalador permanecem. Além disso, a participação institucional é tida agora como um “patrimônio” construído historicamente pela CUT. E em relação ao próprio movimento sindical, a relação com variadas concepções, antes entrave à ação da CUT, aparece como forma de avolumar a luta:

No atual contexto, um *movimento sindical unificado em torno de consensos possíveis* pode ser uma força poderosa a favor dos trabalhadores. Neste sentido, a CUT deve *fomentar uma ampla unidade no movimento sindical* com outras centrais, confederações, federações, além de sindicatos independentes, num Fórum Nacional de Trabalhadores, instalando-o, consolidando-o e fortalecendo-o inclusive no âmbito dos estados, com o objetivo de fortalecer a luta pelos direitos da classe trabalhadora. (ibid., p. 43 – grifos nossos)

A “ampla unidade do movimento sindical” deve ser estabelecida frente aos “consensos possíveis” e, certamente, socialismo é sempre um tema por demais polêmico. A ideia democrática, mais palatável, pode ser encampada com maior facilidade. A luta geral é contra o modelo neoliberal, pois mesmo algumas ideologias presas à *fenomenalidade* do real podem identificar imediatamente, nos ajustes realizados, as causas das mazelas impostas aos trabalhadores. Essa passagem toma mesmo um melancólico tom de realismo político.

A vitória da “frente democrática popular” nas eleições de 2002 dá novo fôlego à Central. É cada vez mais crível a ampliação dos espaços de participação democrática, além do reconhecimento de demandas dos diversos movimentos sociais. Como já demonstramos, tomada por um misto de cautela e entusiasmo, a CUT clama pela “boa vontade” da sociedade brasileira na construção de um novo “*contrato*” social

[...] que favoreça o nascimento de uma cultura política de defesa das liberdades civis, dos direitos humanos e da construção de um país mais justo econômico e socialmente pode possibilitar a democratização da

sociedade e do Estado, combatendo o autoritarismo, os privilégios, o clientelismo e a corrupção. (id., 2006, p. 12)

Este pedido deve se dirigir, sobretudo, (imaginamos nós) aos trabalhadores da base cutista – alvo prioritário das resoluções – embora em sua genericidade possa mesmo ser estendido a setores pequeno e médio-burgueses e, com algum esforço, a toda a sociedade, uma vez que “o autoritarismo, os privilégios, o clientelismo e a corrupção” aparecem como ações sem sujeito.

Neste instante, a política de ampliação de alianças começa a tomar uma nova feição. E se adotarmos como terceiro marco o VIII Congresso (2003), veremos que a “política de alianças amplas” é rapidamente convertida de combate a apoio a um novo e específico modelo econômico. Neste ponto, contudo, há um sério empecilho. Com o decorrer do governo, tornados claros seus objetivos e perfil administrativo, começa a ficar mais evidente quem são os aliados e quem deve ser combatido. Ao mesmo tempo em que chama para a união, a CUT procura localizar e isolar tendências “esquerdistas infantis” no interior do movimento dos trabalhadores:

[...] Investir no processo de articulação com *outros setores da sociedade civil que se identificam com o campo democrático e popular*, para a construção de uma aliança social que tenha como objetivo maior se contrapor ao neoliberalismo e defender um projeto de desenvolvimento econômico e social pautado nos valores da justiça social, da democracia e da solidariedade. (id., 2003 h, p. 141 – grifos nossos)

As nossas relações com as outras centrais sindicais passaram, em especial a partir da eleição de Lula e com a construção de espaços democráticos de debate e decisão, a nos exigir um novo patamar de organização. *Ultrapassando as divergências sindicais e político-ideológicas*, cabe-nos neste diálogo *construir, ampliar e reforçar o papel de liderança da CUT nas mobilizações e negociações conjuntas*, consolidando um *movimento de unidade da classe trabalhadora na defesa de seus interesses*, como o exemplo recente das Marchas do Salário Mínimo, de algumas campanhas salariais unificadas e, mesmo com todas as dificuldades, dos debates do Fórum Nacional do Trabalho.

Por outro lado, para nos fortalecer nesta construção, a CUT deve dobrar suas atenções quanto à consolidação de sua estrutura interna e potencializar sua ação. Ampliar nossa base de representação, com o número de sindicatos filiados e desenvolver campanhas de sindicalização são tarefas imediatas. A possibilidade de uma reforma sindical, mesmo que tímida, ampliará os espaços de negociação. Já a direita buscará, por todos os meios, levar o debate da reforma trabalhista adiante, para flexibilizar e reduzir direitos. Neste cenário, *temos ainda a enfrentar o Conlutas, que busca nos desgastar em nossa base com o discurso do esquerdismo infantil, e a Nova Central, que busca ganhar espaço no conservadorismo político-sindical*. (id., 2006, p. 75 – grifos nossos)

Primeiro foi preciso buscar setores¹⁰¹ que se identificassem com o “projeto democrático popular”. A estabilidade do governo possibilitaria agora descartar, com mais confiança, os críticos ao projeto, alguns colocados sob a pecha do “esquerdismo infantil”. A relação conflituosa com tais setores toma formas incisivas no X Congresso:

A CUT também é atacada por setores que saíram de nossa central para construir seus projetos particulares como a Coordenação Nacional de Lutas – Conlutas, o Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora – Intersindical, e a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB. Não é possível aceitar que cutistas se aliem a setores anti-CUT em congressos e eleições sindicais. Temos, todos, a responsabilidade de dizer que a hora é de unidade para afirmar a CUT na disputa com as demais centrais ou projetos, sobre a base dos princípios históricos cutistas e da defesa das reivindicações dos trabalhadores, recusando o vale-tudo que divide e enfraquece nossa central. (id., 2009, p. 85 – grifos nossos)

Sumariando, ao adotar novas formas de ação, condizentes com suas concepções teórico-ideológicas, a CUT precisou rever sua política de alianças, não somente pelas condições objetivas (encolhimento de bases e dificuldade de mobilizações de massa), como pelo próprio referencial teórico-ideológico, que pôs ênfase nos procedimentos típicos de participação democrática. A CUT assimilou os canais da ordem burguesa como assimilou o próprio Estado: acreditando na abertura de espaços “neutros”, sujeitos apenas influências do jogo da correlação de forças. Para não pecar pelo estruturalismo, a Central sucumbiu à ingenuidade, apostando na construção, *pelo regime do capital*, de espaços de ampla participação democrática.

Não desconhecemos que a abertura dos canais institucionais foi fruto de intensa mobilização da sociedade civil – gize-se, *sociedade civil* – em busca de participação ativa na elaboração e gestão de políticas públicas e que, por esta razão, contribuem na *democratização* do Estado. Mas reiteramos: *democratização do Estado (e da sociedade)*, como quer crer a CUT, não é sinônimo de socialismo, não implica no fim sociometabolismo do capital. As formas de participação democrática convivem (até mesmo de forma satisfatória em

¹⁰¹ Parece muito clara a política de alianças da CUT neste momento. Veja, por exemplo, como a Central pretende encampar uma luta eminentemente trabalhista (pela não abertura do comércio aos domingos e feriados): “Nesse sentido, a CUT decide atuar, em conjunto com as entidades de trabalhadores diretamente envolvidos no empreendimento de uma campanha pelo fechamento do comércio aos domingos, construindo um amplo movimento em defesa do direito dos(as) comerciários(as) e, inclusive, *buscando a participação dos Movimentos Populares, Organizações das Micros e Pequenas Empresas, OAB, e das igrejas católica e evangélica, incluindo o poder público municipal*. Principalmente nas discussões do Plano Diretor do município, no que diz respeito aos Códigos de Postura em relação à abertura do comércio aos domingos e feriados.” (id., 2006, p. 76 – grifos nossos).

determinadas ocasiões) com o ordenamento do capital, podendo integrar seu processo sociometabólico.

Somente assim podemos entender o clamor da CUT pela constituição de espaços de negociação estatais *com presença do capital*. É a democracia levada às últimas consequências. Seria cômico, não fosse trágico, esse pequeno excerto, extraído do tópico “*III Por mais Democracia e organização do Estado no Brasil*”, presente na Resolução do IX CONCUR (2006), que revela, doze anos depois da defesa aberta da participação institucional numa Resolução (V CONCUR – 1994 – Cf. CUT, 2003e), um objetivo a ser alcançado:

Revisão do funcionamento dos diversos conselhos tripartites, transformando-os em espaços efetivos de formulação, deliberação, negociação e execução. (id., 2006, p. 11)

Doze anos de atuação institucional e a CUT ainda luta pela transformação dos conselhos tripartites em “espaços efetivos de formulação, deliberação, negociação e execução”!

Para concluir, voltamos a Iasi (2006, p. 474-5), onde encontramos a justa análise do fetichismo de Estado absorvido pela CUT¹⁰².

Trata-se de uma nova “ordem” na qual o poder de Estado está livre da “coação” do capital, ou seja, o capital e seus pequenos grupos que o representam não podem mais “privatizar” o Estado, colocá-lo à disposição de seus interesses particulares, isto porque o Estado agora é efetivamente de toda a sociedade, graças aos mecanismos de representação proporcional e voto majoritário. A “ordem” do capital foi substituída, democraticamente, por uma nova “ordem” que podemos chamar de “socialista” ou “democrática”, pois sabemos que não passam de sinônimos. Agora, reparem, o capital que não pode mais “coagir” o Estado de direito ainda existe? Com seus direitos “políticos, econômicos e sociais” de minoria [...]? Um belo dia, graças à “possibilidade de alternância no poder” poderá, democraticamente, chegar ao poder de Estado novamente, sem nenhuma coação, e restabelecer a “ordem do capital”.

¹⁰² Lembrando que o autor se refere ao PT.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da consciência de classe é um processo tortuoso, com fluxos, refluxos, sujeito a toda sorte de descaminhos e intempéries. No campo *particular*, ela trava sua mais decisiva e difícil batalha. Este é o momento específico de sua conversão, de passagem do em-si ao para-si. É precisamente na particularidade, essa mediação ineliminável do processo de constituição da consciência de classe, que se define que causalidades serão preservadas, quais precisam ser repostas ou ainda quais precisam ser construídas. A convivência entre o velho e o novo toma a forma de uma contradição instável. Avanço ou recuo são constituintes inescapáveis da nova síntese.

A solução da contradição-limite possibilita aos homens tomar a rédea de seus próprios destinos. O pôr teleológico não pode capitular em seus objetivos últimos, sob pena de ver prevalecer as causalidades sociometabólicas típicas do capital – *übergreifendes Moment* das relações sociais da ordem burguesa.

No âmbito *particular*, ainda que tolhido por legalidades objetivas, o pôr teleológico precisa ter profunda clareza acerca da posição de fim, caso contrário, perder-se-á em valorações enviesadas, dificultando sobremaneira o processo de constituição do novo real, adequado as suas pretensões iniciais. A falta de clareza quanto à posição de fim compromete o próprio processo de ação consciente.

Por outro lado, se os fins são claros, mas a escolha dos meios é inadequada, o objetivo final pode ser prejudicado. No denso complexo da práxis social, todas as posições – análise de causalidades, posição de fim, escolha dos meios e valoração – requerem análises conscienciosas, a fim de não tomar os processos por sua aparência objetiva mais imediata, hipostasiando elementos.

No âmbito do sindicalismo, duas ordens elementares de questões baralham ainda mais o jogo: os objetivos imediatos e os objetivos históricos. Sob essas ordens, inscreve-se uma dicotomia clássica da ação dos trabalhadores contra o capital: *reforma* ou *revolução*. A luta econômica *tout court*, em nosso ponto de vista, ainda é um momento reformista. A defesa de demandas trabalhistas, substrato típico da atividade sindical, é imprescindível no processo da consciência de classe. São exatamente as lutas por estas demandas cotidianas e tradeunionistas em essência que clarificam aos trabalhadores seus históricos objetivos de classe. Certamente, o momento das lutas econômicas, por melhorias no e do trabalho, por aumento salarial e participação nos lucros (a luta pela apropriação da mais-valia), pelo controle, ainda que parcial, do processo de trabalho, embora confronte a lógica do capital, não

rompe com seu sociometabolismo. O que queremos dizer é que a luta por melhoria salarial, como uma luta eminentemente econômica, ainda é um momento vinculado ao próprio processo de produção do capital, ou seja, a disputa pela apropriação da mais-valia ainda pressupõe a existência da mais-valia, a luta por aumento do salário pressupõe a *forma salário* e, tomada isoladamente, configura-se ainda como uma luta reformista. A subversão absoluta das relações econômicas sobre as quais está erigido o ordenamento do capital não será obtida sem uma encarniçada luta política. As demandas trabalhistas só adquirem um caráter revolucionário quando vinculadas a um projeto político amplo agressivo de derrocada do próprio sistema sociometabólico do capital, ou seja, quando conjugadas às perspectivas de destruição das mediações castradoras da autêntica condição humana. Esta derrocada não será obtida simplesmente no plano sindical – ela precisa estar conjugada a ação de um partido revolucionário, que, tendo alcançado uma compreensão humano-genérica, efetive a condição para-si da classe. Assim, a humanização parcial, possibilitada pelo reformismo, só caminha em direção à plena humanização quando se subordina integralmente aos objetivos últimos de destruição da ordem burguesa. Certamente, estes objetivos últimos não podem se sustentar na retórica, mas somente na práxis política – necessitam a efetivação de ações revolucionárias concretas, a construção de mediações objetivas. Como tática, o reformismo visa a enfraquecer as bases econômicas do regime do capital e exatamente aqui está sua limitação. Queda, em nosso ponto de vista, decididamente demonstrado que as reformas só adquirem sentido radical quando se subordinam inteiramente à prática revolucionária, ou seja, à organização para a revolução.

Lidar com essa dicotomia no cotidiano da prática sindical, entretanto, no campo particular, pode ser sobremaneira complexo. Não se trata do talento individual deste ou daquele dirigente sindical, deste ou daquele teórico, mas dos movimentos da própria classe, que caminha ora em direção a uma consciência cada vez mais singularizada, ora em direção à generalidade, comportando-se ora como em-si, ora como para-si, debatendo-se entre a consciência *psicológica* e a consciência *atribuída*, se preferirmos termos lukacsianos.

Que tipo de caminho para o socialismo estaria sendo construído pela CUT? Um caminho que pressupõe a conservação de mediações estruturantes da ordem burguesa? Como seria possível encerrar em definitivo a sociedade de classes a partir da assimilação do Estado como “indispensável à boa vida social”? Utilizar-se das formas existentes para promover o desgaste do sociometabolismo do sistema é legítimo e necessário. Converter tais formas em valores supra-históricos, expurgando-as de seu caráter de classe, eternizando-as como genuíno momento de efetivação humana – efetivação estranhada – é algo bastante distinto.

Não se trata aqui de uma apologia do marxismo ortodoxo – “tipo” de socialismo jamais abraçado pela CUT. A questão está para além, e nos bate às portas diariamente: os imperativos do real. Estaria mesmo o Brasil mudando? Estaria o capital se humanizando? Pode a CUT, internacionalista desde as origens, ignorar o aumento do contingente mundial de excluídos? Os milhares de trabalhadores europeus, com seus direitos sociais e trabalhistas cassados, necessitam democracia? Os operários japoneses e asiáticos, submetidos às colossais jornadas de trabalho, requerem a publicização do Estado? Que dizer então da escalada pauperismo norte-americano? Seria ausência de um Estado forte e solidamente estruturado? Mas, o fundamental: os milhões de seres humanos, na África, no Oriente Médio, no Leste Europeu, no Sudeste Asiático e na América Latina, sobrevivendo em condições inumanas, podem ser integrados à “sociedade do consumo”, à democracia do mercado, ao trabalho digno, vindo, finalmente num sonho distante, a participar da administração do Estado – tudo no interior deste metabolismo social destrutivo? Cremos que não.

Ora, mas o diagnóstico da CUT trata especificamente da realidade brasileira! Não. A elaboração da CUT é de cunho teórico e ideológico amplos. Sim, é verdade, ele analisa concretamente problemas específicos da sociedade brasileira. Mas o faz a partir de uma visão de mundo que não é produto exclusivo nacional. Ao contrário, assenta-se sobre certa tradição histórico-mundial que vê possibilidades de humanização no interior da ordem do capital. A compreensão cutista parte da aceitação da democracia como um valor universal, como uma conquista da humanidade, mas desconsidera que a própria história da humanidade é a história da luta de classes. A democracia real é o direito de participação dos diferentes ou, numa modalidade mais alargada, dos membros realmente existentes das classes. O direito democrático ao consumo, no mundo objetivo, ainda se inscreve na órbita da possibilidade diferenciada de acesso às diversas classes de mercadoria. Assim como o direito à participação política pressupõe o lócus exato ocupado por cada membro de classe no interior do sistema político e social. A participação organizada é a organização da participação e a hierarquia é constituinte estruturante de organização da ordem burguesa¹⁰³. Certamente, e aqui creio haver

¹⁰³ Como considera Braudel (op. cit., p. 80): “O capitalismo necessita sempre de uma hierarquia. [...] nem nos Estados Unidos o capitalismo inventa as hierarquias, utiliza-as, assim como tão pouco inventou o mercado e o consumo. [...] o capitalismo é o visitante da última hora; só chega quando tudo está preparado; dito por outras palavras, a questão em si da hierarquia, ultrapassa-o, transcende-o, predetermina-o. E as sociedades pós-capitalistas não suprimiram, não, meus senhores!, as hierarquias...”. Esta é exatamente uma das críticas de Mészáros às sociedades pós-capitalistas. Em sua concepção, tais sociedades teriam falhado ao não suprimir o Estado e ao não romper com o sistema de controle típico do capital: a divisão do trabalho – em outras palavras, os inspetores permaneceram. Cf. Mészáros (2002, p. 106-32).

certa concordância, a democracia ainda é o melhor sistema político *no interior do sociometabolismo do capital*¹⁰⁴.

O sindicalismo é a mediação onde as percepções rotineiras ascendem às questões mais amplas de estruturação do sistema do capital e da possibilidade/necessidade de sua superação. É ali, na luta sindical, que se formam as vanguardas. Incontidas, elas avançam em direção à compreensão humano-genérica. Contudo, uma vez alcançada pela direção da classe a consciência de vanguarda, ou seja, a plena clareza de seus objetivos históricos, cabe a ela contribuir decisivamente para que as lutas por reforma se subordinem, no seio da classe, à luta pela derrocada estrutural da própria ordem do capital. Cabe a ela, como procuramos demonstrar no primeiro capítulo, tornar a classe “existente”, colocá-la em afinidade com seus interesses de classe: torná-la revolucionária. A dissolução da ordem burguesa chega com a consciência de que só a dissolução final das classes reconciliará o homem consigo mesmo, ou seja, conectará singularidade e gênero humano.

Parece parcialmente respondida, portanto, a pergunta que norteou todo este trabalho: “sindicato para quê?”. Sindicato para promover a passagem da singular vida de cada trabalhador à particularidade de sua classe para, finalmente, alcançar a consciência genérica, suprimindo a própria particularidade de classe. Sindicato para promover a passagem da classe em-si à classe para-si, produzindo, na consciência do ser que trabalha, totalizações que permitam ultrapassar o estranhamento cotidiano, promovendo uma crescente compreensão da estruturação global do sistema do capital e, por conseguinte, da necessidade de sua superação. E por último, mas não menos importante, sindicato para possibilitar a humanização (ainda que parcializada, pois limitada à própria ordem do capital) do trabalhador. Somente com a imposição de limites à exploração no cotidiano produtivo, bem como com a participação maior possível no produto social, poderá o trabalhador reconhecer (ainda que de forma parcial e estranhada) as possibilidades alcançadas pelo gênero humano e os entraves colocados pela ordem burguesa à ampla apropriação dessas mesmas possibilidades. A participação no produto social, por si mesma, não esclarece os conflitos entre uma vida eminentemente humana e a absoluta mercantilização da vida pela ordem do capital. Ao contrário, como assistimos hoje, a apropriação dos bens socialmente produzidos aparece como consumismo,

¹⁰⁴ Utilizamos sempre o termo *sociometabolismo* conforme largamente empregado por Mészáros (2002), para que não haja qualquer equívoco interpretativo quanto às nossas considerações. Do contrário, poder-se-ia cair numa perigosa armadilha de justificação do Estado stalinista – o que parece claro, não é o nosso propósito, inclusive por concordar com as críticas do autor em relação à antiga URSS. As formas de participação na sociedade socialista, ou melhor, as formas de administração e controle do trabalho e da sociedade, devem se submeter ao conjunto dos trabalhadores. A coordenação exercida pelo Partido não deve se converter na onipresença do Partido – uma das deturpações típicas do socialismo real – permitindo a permanência do domínio de classe pela proliferação de uma nova classe: a casta burocrática.

desvinculado de qualquer projeto de classe. Contudo, na luta pela manutenção de um padrão de vida digno, erigida a partir da classe (ou seja, na luta sindical, como demonstrou Lênin), torna-se cada vez mais clara a contradição entre uma vida rica de sentido e uma vida ditada pelos imperativos mercantis, que reduzem todas as qualidades humanamente significativas a propriedades intimamente vinculadas à troca. Como disseram, certa vez, Adorno & Horkheimer (1985, p. 148),

Tudo é percebido do ponto de vista da possibilidade de servir para outra coisa, por mais vaga que seja a percepção desta coisa. Tudo só tem valor na medida em que se pode trocá-lo, não na medida em que é algo em si mesmo.

O objetivo histórico dos trabalhadores é o socialismo. Não pode haver dúvidas neste caso quanto à posição de fim. O socialismo é a mediação entre a vida mercantil, a barbárie, e a vida plena de sentido, a sociedade comunista. É na sociedade socialista que será dado o passo decisivo para a reconciliação do homem consigo mesmo, seu reencontro com o gênero humano. A etapa socialista implica em destruição de mediações da ordem do capital, tendo por ferramenta indispensável o Estado. O socialismo, entretanto, como uma etapa transitória de destruição de mediações da ordem do capital e construção de novas mediações da ordem comunista, é, ao mesmo tempo, uma etapa de destruição do próprio Estado, contrariando a ideologia cutista.

A construção das novas mediações não se pauta pela simples defesa da participação dos diferentes e da consideração de seus pontos de vista minoritários, mas pela efetiva detenção, pelos trabalhadores, do controle global do processo de produção e reprodução social. Sobretudo porque a divisão que precede todas as demais é a *classe*. Somente com a eliminação das classes é que encontraremos a autêntica pluralidade humana. Não se trata, portanto, de alargar o Estado tornando-o permeável à participação “de todos os setores da sociedade civil”, como quer a CUT; trata-se de subordiná-lo ao controle dos trabalhadores. Mais que distribuir renda, trata-se de aniquilar a propriedade privada, promovendo sua destinação social, garantindo “a cada um segundo suas necessidades” e exigindo “de cada um segundo suas possibilidades”. Neste futuro, mesmo as formas de participação que hoje conhecemos como “democracia direta” atingirão configurações totalmente novas por uma questão elementar: estaremos na sociedade socialista, e não da sociedade (capitalista) democrática. Efetivar a participação na sociedade socialista requer a invenção de novas

formas, novas mediações, talvez bastante diferentes daquilo que hoje conhecemos por democracia.

A construção de um ser social onde os homens conscientes possam conduzir seus próprios destinos, desfrutar suas individualidades de forma plena e autêntica, onde os desenvolvimentos singulares sejam condição para o desenvolvimento geral, exige o necessário desaparecimento do Estado e de suas formas constitutivas de administração da vida social – canais por onde se efetivam, hoje, a democracia. Construir a “democracia” como ideal de igualdade implica, antes, abolição do próprio Estado – este instrumento máximo da opressão de classe – e de suas instituições.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

AGUENA, Paulo (Org.). **O Marxismo e os Sindicatos**. São Paulo: Sundermann, 2008.

ALVES, Giovani. **Do “novo sindicalismo” à “concertação social”**: ascensão e crise do sindicalismo no Brasil (1978-1998). In *Revista de Sociologia e Política*. Universidade Federal do Paraná. V. 15. 2000. p. 111-124. Disponível em <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/rsp/index>>. Acesso em: 17 fev. 2009.

_____. **Nova Ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho – O Brasil nos anos noventa**. In TEIXEIRA, F. e OLIVEIRA, M. (Orgs.) *Neoliberalismo e reestruturação produtiva – As novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, Universidade Federal do Ceará, 1996.

ATUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **A desertificação neoliberal no Brasil**: (Collor, FHC e Lula). Campinas: Autores Associados, 2004.

_____; et. al. **Neoliberalismo Trabalho e Sindicatos**: Reestruturação Produtiva no Brasil e na Inglaterra. 2 ed. São Paulo, Boitempo, 2002.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. **O novo sindicalismo**. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.

_____. **O que é Sindicalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

ARBIA, Alexandre. **O Apelo à Participação Institucional**: Características, Dilemas e Desafios da Construção Sindical no Cenário de Crise. Monografia de Conclusão de Curso. Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2004.

ARON, Raymond. **O Marxismo de Marx**. Tradução de Jorge Bastos. 3. ed. São Paulo: Arx, 2008.

BANCO Mundial diz que a economia global vai encolher em 2009. **Esquerda.net**. Disponível em <http://www.esquerda.net/index.php?option=com_content&task=view&id=11059&Itemid=1>. Acesso em 10 de mar. 2009.

BATISTONI, Maria Rosângela. **Entre a Fábrica e o Sindicato**: Os dilemas da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (1967-1987). Tese de Doutorado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

BELLO, Walden. **O colapso global: uma visão não-ortodoxa**. In *Esquerda.net*. Disponível em <http://www.esquerda.net/index.php?option=com_content&task=view&id=10993&Itemid=1> Acesso em 03 de mar. 2009

BERNARDO, João. **Capital, Sindicatos, Gestores**. São Paulo: Vértice, 1987. Biblioteca do Futuro, N. 6.

BERNARDO, João; PEREIRA, Luciano. **Capitalismo Sindical**. São Paulo: Xamã, 2008.

BOBBIO, Norberto (Org.). **Dicionário de Política**. Verbetes Marxismo. In *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

BOITO JR., Armando. **Estado e Burguesia no Capitalismo Neoliberal**. In *Revista de Sociologia e Política*. Universidade Federal do Paraná. V. 28. 2007. p. 57-73. Disponível em <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/rsp/index>>. Acesso em: 17 fev. 2009.

_____. **A burguesia no Governo Lula**. Disponível em <www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/critica21-A-boito.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2007a.

_____. **As relações de classe na nova fase do neoliberalismo brasileiro**. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/caeta/PIICdos.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2007b.

_____. **Neoliberalismo e lutas sociais no Brasil**. Disponível em <www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/critica17-R-graciolli.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2007c.

_____. **Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil**. Disponível em <www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/CM3armando.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2007d.

_____. A grande ilusão da elite sindical. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 13 out. 2004. Entrevista.

_____. **A crise do sindicalismo**. In. SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (Orgs). *Além da Fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo, Boitempo, 2003.

_____. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

_____. **O Sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical**. São Paulo: UNESP, 1991a.

_____. **Reforma e Persistência da Estrutura Sindical**. In. BOITO JR., Armando (Org.). *Sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991b.

BRAUDEL, Fernand. **A Dinâmica do Capitalismo**. Tradução de Carlos da Veiga Ferreira. Lisboa: Teorema, 1985. Coleção Teorema Breve.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Heterodoxia e Ortodoxia no Plano Bresser**. In *Revista Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro: FGV, fev. 1993. V.47. N° 02.

_____. **Contracorrente no Ministério da Fazenda.** In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Jul. 1992. N° 02. ps. 05-30. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/> . Acesso em: jun. de 2010.

CAPRIGLIONE, Laura. Militantes questionam os rumos do sindicalismo 30 anos após a greve de 78. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 mai. 2008. p. A12.

CARDOSO, Adalberto M. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2003.

CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Evelyne. **História das Ideias Políticas.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.

CHESNAIS, François. **Crise vem pôr a nu os limites históricos do sistema capitalista.** In *Esquerda.net*. Disponível em <http://www.esquerda.net/index.php?option=com_content&task=view&id> Acesso em 08 de out. 2008.

_____. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

CHOMSKY, Noam. **Nacionalizações são um passo para a democratização.** In *Esquerda.net*. Disponível em <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15933> Acesso em 14 de abr. 2009.

CIAVATTA, Maria; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Ensino Médio – Ciência, cultura e trabalho.** Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.

COIMBRA, Ana Lúvia. **Sindicalismo e cidadania:** análise da concepção e prática sindical da CUT na década de 1990. Tese de Doutorado em Serviço Social. Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Decifra-me ou te devoro:** nota sobre a participação sindical nos espaços institucionais. In *Libertas: revista do Serviço Social*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, jul./dez. 2001. V.1. N° 2.

COIMBRA, Ana Lúvia; ARBIA, Alexandre; SIQUEIRA, Mirella. **Esfera pública e democracia:** análise das práticas políticas do movimento sindical de trabalhadores em Juiz de Fora no período pós-Constituição de 1988. In *Principia: caminhos da iniciação científica*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005. V. 10. p. 171-179.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Notas sobre cidadania e modernidade.** In *Revista Praia vermelha*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1º semestre de 1997. Vol. 1. N° 1.

_____. **Marxismo e Política:** a dualidade de poderes e outros ensaios. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

COUVRAT, Jean-François. **A crise é mais profunda na Europa do que nos Estados Unidos.** Tradução de Carlos Santos. In *Esquerda.net*. Disponível em <http://www.esquerda.net/index.php?option=com_content&task=view&id=11014&Itemid=1>. Acesso em 05 mar. 2009.

ENGELS, Friedrich. **Os sindicatos (I)**. In AGUENA, Paulo (Org.). *O Marxismo e os Sindicatos*. São Paulo: Sundermann, 2008a.

_____. **Os sindicatos (II)**. In AGUENA, Paulo (Org.). *O Marxismo e os Sindicatos*. São Paulo: Sundermann, 2008b.

FREDERICO, Celso. (Org.). **A esquerda e o movimento operário (1964 – 1984): a crise do “milagre brasileiro”**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990. Vol. 2.

_____. (Org.). **A esquerda e o movimento operário (1964 – 1984): a reconstrução**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991. Vol. 3.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos Políticos**. Tradução, Organização e Introdução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. V. 1 (1910-1920).

_____. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004. 382p.

_____. **Condição Pós-Moderna**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 4ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1994. 333p.

_____. **O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas**. Tradução de Flávio Villaça. In *Espaço e Debate*. São Paulo: Cortez, jun./set. de 1982. N.6. Ano III. p. 7-35.

IASI, Mauro. **As metamorfoses da consciência de classe**. O PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão popular, 2006.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. **Carta IEDI n. 347** – Principais Tendências nas Políticas Científicas, Tecnológicas e de Inovações nos Países da OCDE e em Países Não-membros. Disponível em <<http://www.iedi.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=4061&from%5Finfo%5Findex=6&sid=20>>. Acesso em: 05 abr. 2009a.

_____. **Carta IEDI n. 86** – Investimentos em Conhecimento e em P&D nos países da OCDE. Disponível em <<http://www.iedi.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?1=149&infoid=421&2=242&3=186&4=241&5=91&sid=20>>. Acesso em: 02 abr. 2009b.

KOFLER, Leo; ABENDROTH, Wolfgang; HOLZ, Hans Heinz. **Conversando com Lukács**. Tradução de Giseh Vianna Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Mundo dos Homens**. Trabalho e Ser Social. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **Posição: contra os tecnocratas**. São Paulo: Nova Crítica, 1969.

_____. **Materialismo Dialético e Sociologia**. Lisboa: Editorial Presença, 196-.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Sobre as greves**. In AGUENA, Paulo (Org.). *O Marxismo e os Sindicatos*. São Paulo: Sundermann, 2008a.

_____. **Que Fazer?** In AGUENA, Paulo (Org.). *O Marxismo e os Sindicatos*. São Paulo: Sundermann, 2008b.

LUKÁCS, Georg. **Ontología del ser social: El trabajo**. Organização de Antonino Infranca e Miguel Vedda. Buenos Aires: Herramienta, 2004a.

_____. **Los fundamentos ontológicos del pensamiento y de la acción humanos**. In: *Ontología del ser social: El trabajo*. Organização de Antonino Infranca e Miguel Vedda. Buenos Aires: Herramienta, 2004b.

_____. **História e Consciência de Classe: estudos da dialética marxista**. 2. ed. Tradução de Telma Costa. Porto/Rio de Janeiro: Escorpião/Elfos, 1989.

_____. **Georg Lukács: sociologia**. Organização de José Paulo Netto. São Paulo: Ática, 1981. Série Grandes Cientistas Sociais.

_____. **Ontologia do Ser Social: Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1979b.

_____. **As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem**. In: *Revista Temas de Ciências Humanas*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

_____. **Estética I: La peculiaridad de lo estético**. Tradução de Manuel Sacristán. Barcelona/México: Grijalbo, 1967. V. 3 (Categorías psicológicas y filosóficas básicas de lo estético).

LUXEMBURG, Rosa. **Reforma ou Revolução?** Tradução de Livio Xavier. São Paulo: Expressão Popular, 1999.

_____. **Greve de Massas, Partido e Sindicatos**. Coimbra: Centelha, 1974.

MARCUSE, Herbert. **A Ideologia da Sociedade Industrial – O Homem Unidimensional**. 4ª ed. Tradução de Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

MARX, Karl. **As greves e as coligações de operários**. In AGUENA, Paulo (Org.). *O Marxismo e os Sindicatos*. São Paulo: Sundermann, 2008a.

_____. **Resolução da AIT sobre os sindicatos.** In AGUENA, Paulo (Org.). *O Marxismo e os Sindicatos*. São Paulo: Sundermann, 2008b.

_____. **O Capital.** 27ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006a. Livro I. V. 1 e 2.

_____. **O Capital.** 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006b. Livro II.

_____. **Miséria da Filosofia.** Tradução de José Carlos Morel. São Paulo: Ícone, 2004. Coleção Fundamentos de Filosofia.

_____. **A Questão Judaica.** In: *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2002a.

_____. **Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel - Introdução.** In: *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2002b.

_____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos.** São Paulo: Martin Claret, 2002c.

_____. **Glosas críticas marginais ao artigo *O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano*.** Prefácio de Ivo Tonet. In *Revista Práxis*. Belo Horizonte: Projeto Joaquim de Oliveira, out./dez. 1995. Nº 5.

_____. **Para a Crítica da Economia política.** Prefácio. São Paulo: Nova Cultural, 199-. Coleção Os Pensadores.

_____. **O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte.** Tradução de Leandro Konder, José Arthur Giannotti e Walter Rehfeld. São Paulo: Nova Cultural, 1988a. Coleção Os Pensadores. V. 2.

_____. **Salário Preço e Lucro.** Tradução de Leandro Konder, José Arthur Giannotti e Walter Rehfeld. São Paulo: Nova Cultural, 1988b. Coleção Os Pensadores. V. 2.

_____. **O Rendimento e Suas Fontes: A Economia Vulgar.** Tradução de Leandro Konder, José Arthur Giannotti e Walter Rehfeld. São Paulo: Nova Cultural, 1988c. Coleção Os Pensadores. V. 2.

_____. **A Comuna de Paris.** Belo Horizonte: Aldeia Global, 1979. Coleção Fundamentos.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Martin Claret, 2004.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital.** Os fatos e sua interpretação marxista. Tradução de Juarez Guimarães e João Machado Borges. São Paulo/Campinas: Ensaio/Unicamp, 1990.

_____. **O Capitalismo Tardio.** 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985. Coleção Os Economistas.

_____. **Introdução ao Marxismo.** Tradução de Mariano Soares. Porto Alegre: Movimento, 1978. Coleção Dialética. V. 7.

MANTEGA, Guido. **Atravessando a Crise Mundial**. Disponível em <<http://www.cultiva.org.br/>>. Acesso em 24 fev. de 2009.

MELLO, Fernando Barros de. Centrais Sindicais estão no colo do Estado, crítica analista. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 mai. 2008. p. A12.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **O poder da Ideologia**. Tradução de Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Para além do capital**. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **Filosofia, Ideologia e Ciência Social**. Ensaio de negação e afirmação. São Paulo: Ensaio, 1993.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Cotidiano: Conhecimento e crítica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1987.

OLIVEIRA, Francisco de. **O Momento Lênin**. In *Novos Estudos*. São Paulo: Cebrap, jul. 2006. n. 75. p. 23-47.

_____. **O vício da virtude**. In *Novos Estudos*. São Paulo: Cebrap, mar. 2006. n. 74. p. 67-85.

_____. **Crítica à razão dualista. O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis: Vozes, 1998.

OLIVEIRA, Marco Antônio. **Tendências Recentes das Negociações Coletivas no Brasil**. In SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo. (Orgs). *Além da Fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003.

QUIROGA, Consuelo. **Invasão Positivista no Marxismo: manifestações no ensino da Metodologia no Serviço Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez. 1991.

RAICHELIS, Raquel. **Gestão Pública e a questão social na grande cidade**. In *Lua Nova – Revista de Cultura e Política*. São Paulo: CEDEC, 2006. Nº 69. p. 13-48.

RODRIGUES, Iram Jácome. **O sindicalismo brasileiro: da confrontação à cooperação conflitiva**. In *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, SEADE, V. 9, Nº. 3. Disponível em <http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v09n03/v09n03_15.pdf>. Acesso em 22 set. de 2009.

_____. **Estratégia operária e neocapitalismo**. In *Tempo social*. São Paulo, V. 21, Nº. 1, 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo.php?>

[script=sci_arttext&pid=S0103-0702009000100004&lng=en&nrm=iso](#)>. Acesso em 22 set. de 2009. doi: 0.1590/S0103-20702009000100004.

_____. (Org). **Sindicalismo, Emprego e Relações de Trabalho na Indústria Automobilística**. In. ANTUNES, Ricardo; et. al. *Neoliberalismo Trabalho e Sindicatos: Reestruturação Produtiva no Brasil e na Inglaterra*. 2 ed. São Paulo, Boitempo, 2002.

_____. (Org). **O Novo Sindicalismo: vinte anos depois**. Petrópolis: Vozes/Educ/Unitrabalho, 1999.

_____. **Sindicalismo e Política: a trajetória da CUT**. São Paulo: Scritta/Fapesp, 1997.

_____. **As comissões de empresa e o movimento sindical**. In. BOITO Jr., Armando (Org.). *Sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RODRIGUES, Leôncio. **As tendências políticas na formação das centrais sindicais**. In. BOITO Jr., Armando (Org.). *Sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. **CUT: os militantes e a ideologia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990a.

_____. **Partidos e Sindicatos**. Escritos de Sociologia Política. São Paulo: Ática, 1990b.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx**. Tradução de César Benjamin. Rio de Janeiro: UERJ/Contraponto, 2001.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SANTANA; Marco Aurélio. **Homens partidos: Comunistas e sindicatos no Brasil**. São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo/Universidade do Rio de Janeiro, 2001.

_____. **Política e história em disputa: o “novo sindicalismo” e a ideia de ruptura com o passado**. In RODRIGUES, Iram J. *O novo sindicalismo: vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes/Educ/Unitrabalho, 1999.

SANTANA, Marco Aurélio; CARVALHO, José Ricardo. (Orgs). **Além da Fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Boitempo, 2003.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. **SBPC critica corte no orçamento do MCT**. Disponível em <<<http://www.sbpcnet.org.br/site/noticias/mostra.php?cod=898>>>. Acesso em: 04 abr. 2009a.

_____. **Maior parte do investimento em C&T nos EUA vai para a área de defesa. Jornal da Ciência**. Disponível em <<<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detailhe.jsp?id=56109>>>. Acesso em: 02 abr. 2009b.

SWEEZY, Paul. **Capitalismo Moderno**. Tradução de José Fernandes Dias. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. **Força Sindical**: política e ideologia no sindicalismo brasileiro. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

TROTSKY, Leon. **Comunismo e sindicalismo**. In AGUENA, Paulo (Org.). *O Marxismo e os Sindicatos*. São Paulo: Sundermann, 2008a.

TUMOLO, Paulo Sérgio. **Da contestação à conformação**: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. 2. ed. Tradução de Luiz Fernando Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

WOOD, Ellen. **O que é a agenda “pós-moderna”?**. In WOOD, Ellen; FOSTER, John (Orgs). *Em defesa da História – marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

VASCONCELOS, João Paulo de. Memória e Poder. **TV Assembleia**, Belo Horizonte, 27 de fev. de 2003.

Documentos Consultados

CUT. **Resoluções do 10º Congresso Nacional da CUT (2009)**. Disponível em <<http://www.cut.org.br>>. Acesso em: dez. de 2009.

_____. **Resoluções do 9º Congresso Nacional da CUT (2006)**. Disponível em <<http://www.cut.org.br>>. Acesso em: dez. de 2006.

_____. **Estatuto da CUT**. Disponível em <<http://www.cut.org.br>>. Acesso em: out. 2004.

_____. **Resoluções do 1º Congresso Nacional da CUT (1984)**. Disponível em <<http://www.cut.org.br>>. Acesso em: ago. de 2003a.

_____. **Resoluções do 2º Congresso Nacional da CUT (1986)**. Disponível em <<http://www.cut.org.br>>. Acesso em: ago. de 2003b.

_____. **Resoluções do 3º Congresso Nacional da CUT (1988)**. Disponível em <<http://www.cut.org.br>>. Acesso em: ago. de 2003c.

_____. **Resoluções do 4º Congresso Nacional da CUT (1991)**. Disponível em <<http://www.cut.org.br>>. Acesso em: ago. de 2003d.

_____. **Resoluções do 5º Congresso Nacional da CUT (1994)**. Disponível em <<http://www.cut.org.br>>. Acesso em: ago. de 2003e.

_____. **Resoluções do 6º Congresso Nacional da CUT (1997)**. Disponível em <<http://www.cut.org.br>>. Acesso em: ago. de 2003f.

_____. **Resoluções do 7º Congresso Nacional da CUT (2000)**. Disponível em <<http://www.cut.org.br>>. Acesso em: ago. de 2003g.

_____. **Resoluções do 8º Congresso Nacional da CUT (2003)**. Disponível em <http://www.cut.org.br>. Acesso em: ago. de 2003h.